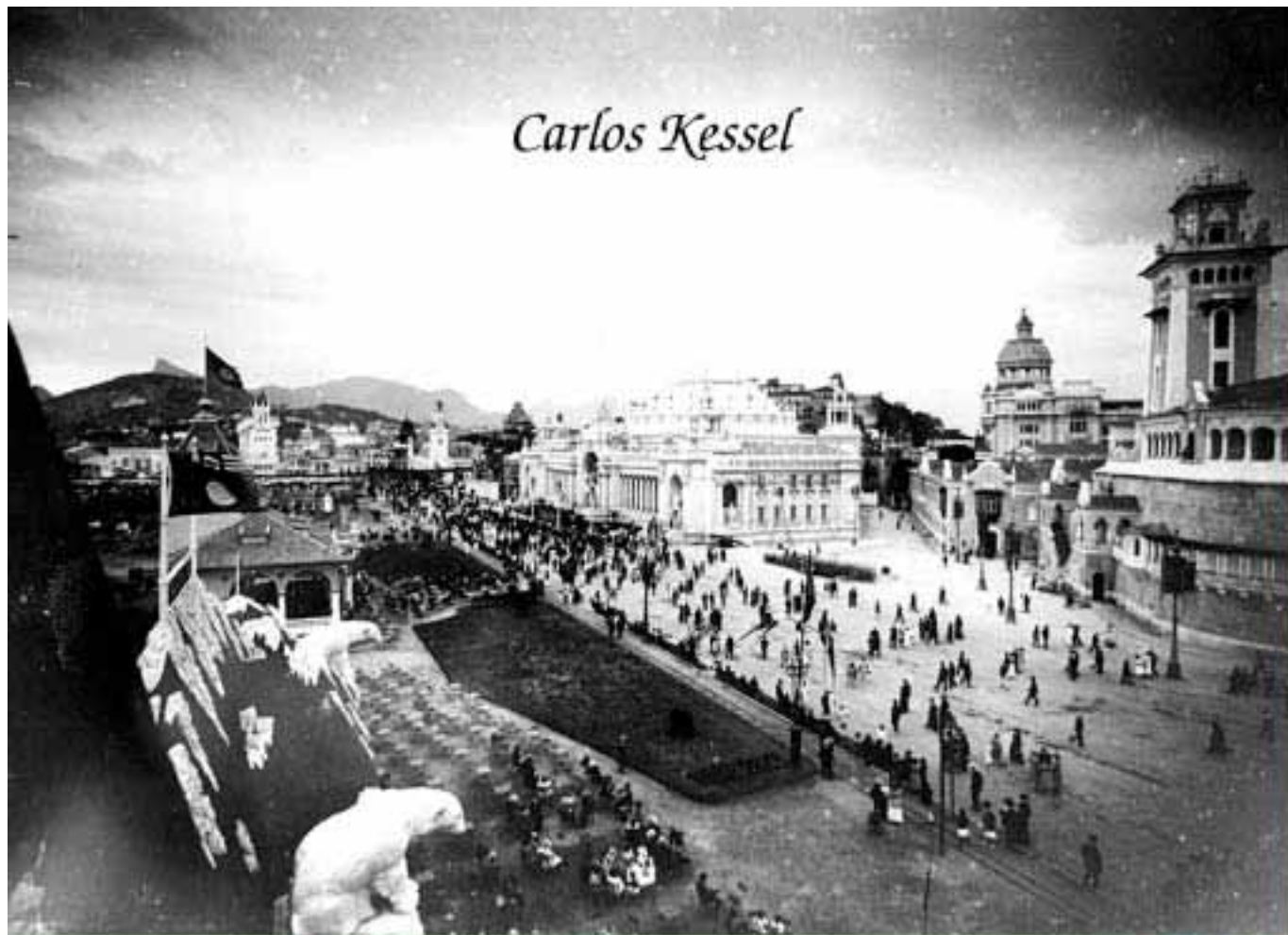


*Carlos Kessel*



# *A Vitrine e o Espelho*

*O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*



*Vol. 02*



# A Vitrine e o Espelho

O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio

**PREFEITURA DA CIDADE DO  
RIO DE JANEIRO**

**Cesar Mala**

**SECRETARIA DAS CULTURAS**

**Ricardo Macieira**

DEPARTAMENTO GERAL DE  
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CULTURAL

Antonio Olinto

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO  
RIO DE JANEIRO

Antonio Carlos Austregésilo de Athayde

DIVISÃO DE PESQUISA

Sandra Horta

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Austregésilo de Athayde (*presidente*),  
Afonso Carlos Marques dos Santos,  
André Luiz Vieira de Campos, Antonio Torres,  
Carlos Lessa, Eliana Rezende Furtado de Mendonça,  
Franco Paulino, Jaime Larry Benchimol,  
Lana Lage da Gama Lima,  
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo,  
Mauricio de Almeida Abreu, Pedro Lessa,  
Sandra Horta, Vera Lins



# A Vitrine e o Espelho

O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio

Carlos Kessel

2001

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Secretaria das Culturas

Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Divisão de Pesquisa

Coleção Memória Carioca

Volume 2

© 2001 by Carlos Kessel

Direitos desta edição reservados ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (C/DGDI/ARQ).  
Proibida a reprodução sem autorização expressa.

*Printed in Brazil* / Impresso no Brasil  
ISBN: 85-88530-02-3

*Edição de texto*  
Diva Maria Dias Graciosa

*Projeto gráfico*  
Inah de Paula Comunicações

*Editoração eletrônica*  
Inah de Paula Comunicações

*Foto da capa*  
Vista da exposição de 1922. Foto: Augusto Malta. FMIS/RJ

Agradecimentos especiais à Fundação Museu da Imagem e do Som – FMIS/RJ, Secretaria de Estado de Cultura, Governo do Estado do Rio de Janeiro.

*Catálogo:* Serviço de Biblioteca/Arquivo Geral da Cidade

---

K42 Kessel, Carlos  
A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio / Carlos Kessel. – Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.  
140 p. : il. ; 26 cm. – (Memória carioca; v. 2)  
  
Bibliografia: p. 119 - p. 122  
  
1. Rio de Janeiro (RJ) – Política e governo, 1920-1922. 2. Urbanização – Rio de Janeiro (RJ) – Evolução urbana – 1875-1930. I. Título. II. Título: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. III. Série

CDD: 352.08154  
CDU: 351.712(815.41)"1875/1930"

---

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
Rua Amorososo Lima, 15 – Cidade Nova  
20211-120 – Rio de Janeiro – RJ  
Telefax: (0XX21) 2273- 4582  
e-mail: [arquivog@pcrj.rj.gov.br](mailto:arquivog@pcrj.rj.gov.br)  
<http://www.rio.rj.gov.br/arquivo>

# sumário

Prefácio .....	<i>IX</i>
I. Cidade e personagem .....	<i>1</i>
II. Cidade e tempo .....	<i>11</i>
1. De Passos a Frontin .....	<i>12</i>
2. O Rio de Janeiro em 1920 .....	<i>18</i>
III. Trajetória biográfica .....	<i>25</i>
1. Engenheiro e professor .....	<i>26</i>
2. A Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil .....	<i>28</i>
3. A Light e a Brazil Railway .....	<i>33</i>
IV. Texto e gestão .....	<i>47</i>
1. O urbanismo de Carlos Sampaio .....	<i>48</i>
1.1 Produção textual e produção construída .....	<i>48</i>
1.2 Urca e Copacabana .....	<i>53</i>
1.3 O Passeio Público .....	<i>54</i>
1.4 A lagoa Rodrigo de Freitas .....	<i>54</i>
1.5 O problema das enchentes .....	<i>56</i>
1.6 O arrasamento do morro do Castelo e a Exposição do Centenário .....	<i>57</i>
2. O caso dos telefones .....	<i>62</i>
3. Política e administração .....	<i>65</i>
3.1 O Conselho Municipal .....	<i>65</i>
3.2 Diálogo e contenda .....	<i>68</i>
V. A construção da imagem .....	<i>91</i>
1. Polêmica: o olhar dos contemporâneos .....	<i>92</i>
2. Alaor Prata: a visão do sucessor .....	<i>97</i>
VI. Ensaios de urbanismo .....	<i>109</i>
Referências bibliográficas .....	<i>119</i>
Tabelas .....	<i>123</i>





# prefácio

## A HISTÓRIA DA CIDADE: ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO

A história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ocupa um lugar singular nos estudos históricos brasileiros. Capital da América portuguesa desde 1763, sede da Monarquia lusitana de 1808 a 1821, Corte imperial de 1822 a 1889 e capital federal, da Proclamação da República à inauguração de Brasília em 1960, a cidade se transformou no principal cenário do exercício do poder e laboratório de várias experiências civilizatórias, desde as tentativas iluministas de vice-reis como Luís de Vasconcelos e Sousa às experiências republicanas no século vinte. Contudo, já era possível detectar um processo de racionalização do espaço urbano antes mesmo da transferência da capital, notadamente nas intervenções do brigadeiro Alpoim, durante a longa gestão do conde de Bobadela, o último a dirigir o Rio na condição de governador da capitania. Esses marcos da história administrativa corresponderam a alterações no *status* da cidade onde se evidenciava o seu papel de centro de poder, mas também as funções de representação de uma cidade capital no Novo Mundo.

A história urbana do Rio de Janeiro foi marcada, desde o setecentismo, por iniciativas de racionalização no uso do espaço correspondentes às transformações que as cidades do Antigo Regime começavam a sofrer. É assim que o nosso terreiro do Paço vai sendo definido sob a inspiração do seu correspondente metropolitano, um largo da Sé é projetado, o Rossio vai sendo demarcado na mesma posição do seu congêneres lisboeta e os aterros se sucedem na conquista do mar e dos terrenos alagados. A cidade encontrada pela Corte, em 1808, já estava dotada de um Passeio Público, tendo ultrapassado os limites da muralha projetada após as invasões francesas do início do século dezoito. Tratava-se agora de imprimir uma feição mais européia, despidendo-a dos traços que a aproximavam das cidades asiáticas. É o caso da abolição das gelosias e dos muxarabis e da imposição de práticas civilizadas, com vistas a construir um ambiente favorável para a Corte transplantada.<sup>1</sup> Mas estes eram apenas os primeiros passos de um projeto civilizatório que tentaria superar os limites impostos pelas condições sociais e naturais.

No século dezenove, a cidade foi uma protagonista decisiva no processo de construção do Estado imperial e se constituiu no alvo preferencial das idealizações e ações que tentavam atualizá-la tanto do ponto de vista funcional como estético.<sup>2</sup> Grande parte dos planos e discussões permaneceram no papel, mas foram constituindo um substrato, no campo das idéias, para as transformações radicais que só viriam nas primeiras décadas republicanas. Daí o interesse de estudar a cidade também do ponto de vista da sua construção imaginária, identificando as representações do espaço urbano real ou desejado. Marcel Roncayolo chama a atenção para o fato de que o essencial da cidade moderna é que, a partir do século dezessete, ela é projetada. Assim, as representações da cidade cumprem um papel fundamental, onde importa conhecer, como sugere Roncayolo, “os conceitos empregados para definir a cidade tal como deveria existir”.<sup>3</sup> Não é por acaso que os médicos elaboram, desde o final do século dezoito, verdadeiros diagnósticos do espaço urbano, propondo intervenções cirúrgicas na paisagem, como a derrubada de alguns morros cariocas para favorecer a aeração e a eliminação dos miasmas. Nasce daí a busca de uma credibilidade científica para embasar a transformação da cidade. Nesse sentido, todo o equipamento mental de uma época é mobilizado para renovar os conceitos e modelar a ação sobre a cidade deletéria<sup>4</sup> que se queria transformar.

O livro de Carlos Kessel, ***A vitrine e o espelho***, que passa a integrar a **Coleção Memória Carioca**, uma feliz iniciativa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ocupa um lugar

singular na historiografia urbana. Escrito originalmente como dissertação de mestrado para o PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ -, o texto de Carlos Kessel apresenta uma interpretação livre de maniqueísmos e que não se deixou contaminar pelo discurso condenatório às reformas urbanas, presente na maioria dos estudos das décadas de setenta e oitenta do século vinte. Sem perder a dimensão crítica, Kessel buscou compreender a complexidade dos fatores envolvidos nos planos de reformas. Para tanto, investigou a trajetória do engenheiro e professor da Escola Politécnica Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal de 1920 a 1922, inserindo-a numa densa história urbanística da cidade entre 1875 e 1930.

Kessel vai buscar Carlos Sampaio no interior da geração dos grandes engenheiros que se constituíram nos agentes fundamentais das reformas, como Vieira Souto, Paulo de Frontin e Pereira Passos. Essa geração notável esteve diretamente envolvida com o debate sobre as intervenções na cidade, ainda no Império, e pôde participar ativamente dos empreendimentos republicanos na capital federal. A pesquisa realizada por Carlos Kessel encontrou uma significativa produção textual, onde a cidade imaginada precede às reformas e surge fundamentada no saber médico e suas representações.<sup>5</sup> O fascínio diante do progresso técnico de um tempo repleto de certezas científicas também se faz presente na visão de mundo de Carlos Sampaio e seus contemporâneos. É nesse sentido que o binômio saneamento e embelezamento constitui o eixo do discurso do prefeito que comanda a demolição do morro do Castelo.<sup>6</sup>

A estrutura do livro corresponde às escolhas do autor, com formação básica em arquitetura e urbanismo, mas que se deixou seduzir pela história política e social, tornando-se exímio pesquisador. Carlos Kessel revela excelente controle da historiografia da cidade e procura sintetizá-la, inventariando as principais questões que antecedem a ação do prefeito estudado. É assim que estabelece um diálogo entre a prática discursiva de Carlos Sampaio e a prática da intervenção urbanística. Seu estudo também nos conduz para os conflitos da política da época, para as características da administração municipal de então e para o tema atualíssimo do controle dos serviços públicos por empresas estrangeiras. Nos embates entre os poderes Executivo e Legislativo no âmbito municipal também aparecem questões estruturais da sociedade e do Estado no Brasil, onde as heranças arcaicas e as resistências à mudança permitem identificar as contradições que dificultavam a modernização do país.

Este livro ultrapassa as generalizações da história política brasileira e procura analisar o poder local na capital da República, num tempo em que todos os olhares se voltavam para a cidade símbolo da nacionalidade e que então se preparava para abrigar a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.<sup>7</sup> Por outro lado, o livro nos conduz para uma dimensão ainda não explorada, a análise da carreira, do pensamento e da ação de um engenheiro como Carlos Sampaio, que deixou vários escritos em defesa das suas idéias. Através dele somos levados a identificar um imaginário burguês de *fin de siècle*, compartilhado pelas elites brasileiras, então voltadas para a implementação de um novo projeto civilizatório. O projeto republicano emergia marcado pelo velho desejo de ocidentalização do país e de inserção do mesmo no cenário mundial da civilização de matriz européia.

**A vitrine e o espelho**, ao estudar o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio, nos coloca diante de problemas da nossa contemporaneidade e fornece um olhar dinâmico sobre a história político-administrativa desta cidade. A percepção de Carlos Kessel é equilibrada, sem condenações fáceis e sugere a ampliação dos estudos urbanos num cruzamento necessário entre as práticas discursivas e as práticas urbanísticas. E isto se dá num quadro que valoriza as representações da cidade como objeto de pesquisa, no mesmo plano de importância dos estudos sempre necessários de história econômica e social. A noção de representação aplicada ao caso da cidade, como nos ensina Marcel Roncayolo,<sup>8</sup> não é um puro reflexo do substrato econômico e social. A representação é ativa e não apenas "diz" a cidade, como "faz" a cidade. Há,

portanto, entre as condições econômicas e sociais e a efetiva intervenção no espaço urbano, uma complexa elaboração simbólica que é necessário investigar. É exatamente essa dimensão que permite a renovação dos estudos urbanos como território multidisciplinar, onde urbanismo e arquitetura podem ser pensados como parte de uma história da cultura, entre o material e o simbólico. Tal perspectiva nos leva a pensar que a cidade, ela mesma e não apenas a sua história, é um lugar de intervenção plural, onde a racionalidade técnica e a científica precisam estar acompanhadas da sensibilidade dos artistas, da erudição dos pesquisadores e, principalmente, do desejo dos seus cidadãos.

*Afonso Carlos Marques dos Santos*

---

1 Veja-se a esse respeito a dissertação de mestrado em História, ainda inédita, de Angela Maria Cunha da Motta TELLES, *Da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos: Grandjean de Montigny e a missão do arquiteto*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2000, e a dissertação de mestrado na FAU/UFRJ, já publicada, do arquiteto Gustavo ROCHA-PEIXOTO, *Reflexos das Luzes na Terra do Sol. Sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência (1808-1831)*. Rio de Janeiro: ProEditores, 2000.

2 Afonso Carlos MARQUES DOS SANTOS. A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização a cidade símbolo da nacionalidade in *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000, p. 149-174.

3 Marcel RONCAYOLO. Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos in Bernard LEPETIT. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p.268-269.

4 Sabine BARLES. *La Ville Délétère. Médecins et Ingénieurs dans l'espace urbain (XVIIIe-XIXe siècle)*. Paris: Éditions Camp Vallon, 1999.

5 Sobre este tema há a excelente dissertação de mestrado em História, ainda inédita, de Dilma CABRAL, *Da barbárie à civilização: a cidade do Rio de Janeiro no discurso da Academia Imperial de Medicina (1870-1890)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1995.

6 Sobre a derrubada do morro do Castelo é recomendável a leitura da dissertação de mestrado em História, ainda inédita, da arquiteta Maria de Fátima Duarte TAVARES, *Do Castelo ao Vale da Luzes: cultura e renovação urbana. Rio de Janeiro, 1920-1922*. Brasília: UNB, 1994, e a excelente contribuição iconográfica e textual de *Era uma vez o morro do Castelo*, belo livro organizado por José Antonio NONATO e Nubia Melhem SANTOS, publicado pelo IPHAN em 2000.

7 Sobre esta questão há a dissertação de mestrado em História da UFRJ, publicada em livro, de Marly Silva da MOTTA, *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

8 Marcel RONCAYOLO, op. cit., p. 269. Para conhecer melhor o pensamento deste geógrafo e historiador francês, recomendo a leitura de *La ville e ses territoires*. Paris: Gallimard (Folio Essais), 1990.



O importante é que a pesquisa não leve a isolar um fato ou grupo de fatos, mas a discernir um nó de relações, e que se tenha consciência de que, além da zona iluminada da pesquisa, estas relações se estendem e se ramificam ao infinito...

Giulio Carlo Argan

*História da arte como história da cidade*



# i cidade e personagem



Carlos Sampaio  
Foto Augusto Malta  
FMIS/RJ

Pela abundância de abordagens que propõe e provoca, a cidade do Rio de Janeiro tem sido um objeto privilegiado de estudo, que transcende as fronteiras interdisciplinares e estimula o diálogo entre diversos campos do conhecimento. A questão das transformações sofridas desde a sua fundação, mesmo como pano de fundo das biografias de vice-reis e listas de efemérides, pode ser destacada de uma infinidade de relatos que remontam ao século XIX. Estas e outras obras (como as de Gastão Cruls,<sup>1</sup> Vivaldo Coaracy,<sup>2</sup> Max Fleiuss<sup>3</sup> e Moreira de Azevedo<sup>4</sup>) constituem uma produção historiográfica que varia da recuperação valiosa de antigos documentos, como no caso dos *Anais* de Baltazar da Silva Lisboa,<sup>5</sup> às coletâneas de crônicas e fragmentos de que *Memórias e antiqualhas do Rio de Janeiro*, escrito por Vieira Fazenda,<sup>6</sup> é o mais conhecido representante.

As transformações urbanas, já no Rio da *belle époque*, se fizeram vivas através de relatos quase iconográficos, como os de Luiz Edmundo, Benjamim Costallat, Coelho Neto, Olavo Bilac, João do Rio e Lima Barreto, este contrapondo-se solitária e vigorosamente à glorificação do processo que ficou conhecido como *bota-abaixo*. Posteriormente, um outro viés foi adotado, decorrente do arrolamento cuidadoso das fontes e privilegiando recortes temáticos específicos inscritos na evolução urbana da cidade. A questão dos transportes foi abordada por Noronha Santos<sup>7</sup> e Charles Dunlop,<sup>8</sup> que historiou também a iluminação pública; Brasil Gérson, na *História das ruas do Rio*,<sup>9</sup> descreveu através da toponímia os caminhos da urbe que serpenteava em direção aos subúrbios.

Junto a esses trabalhos destacam-se outros tantos, dominados pela abordagem acadêmica predominantemente geográfica, que se utilizaram do tempo histórico como coordenada onde se sobrepõem as sucessivas configurações que assume o espaço urbano carioca. Alberto Lamego (*O homem e a Guanabara*<sup>10</sup>), Everardo Backheuser,<sup>11</sup> Eduardo Canabrava Barreiros (*Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*<sup>12</sup>) e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (*Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX*<sup>13</sup>) são os autores dos mais destacados dentre estes estudos, aos quais recentemente se juntou Maurício Abreu (*Evolução urbana do Rio de Janeiro*<sup>14</sup>).

A partir dos anos oitenta podemos identificar uma inversão de abordagens. Diversas monografias e dissertações buscam articular a transformação espacial da cidade com a história social, deslocando pela primeira vez o foco para os seus protagonistas mais numerosos, a população trabalhadora, envolvida e atingida pelas cirurgias urbanas. A trabalhos como *A era das demolições*,<sup>15</sup> de Oswaldo Porto Rocha, e a outros que a ele se seguiram, deve-se a recuperação do estatuto de objeto historiográfico que vastas parcelas da população tinham perdido. O cotidiano destas pessoas, ignoradas ou desprezadas pela historiografia (principalmente cronística) comprometida com o discurso "civilizador", que as considerava parte da cidade colonial a ser arrasada e transcendida, foi reconstituído em sua dimensão literária em *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*,<sup>16</sup> de Afonso Carlos Marques dos Santos, e dramaticamente revivido por Sidney Chaloub em *Trabalho, lar e botequim*.<sup>17</sup>

Simultaneamente, aprofundou-se o interesse sobre o campo semântico dos discursos elaborados pelos protagonistas das reformas: buscou-se compreender o mundo imaginário em que nasceu o modelo de cidade baseado no controle do espaço público e que instaurou a hegemonia das metáforas médicas na mentalidade da época. As características deste discurso foram estudadas por Dilma Cabral, em *Da barbárie à civilização: a cidade do Rio de Janeiro no discurso da Academia Imperial de Medicina (1870-1890)*.<sup>18</sup>



Os laços do estreito relacionamento entre estes dois olhares – o da medicina e o do urbanismo – foram examinados também por Sonia Gomes Pereira, em *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*.<sup>19</sup> Na sua análise da remodelação de 1903-1906 destacam-se ainda as diferenças entre a construção da avenida Central, apoiada na linguagem urbana tradicional e referenciada pelo apelo ao desfrute prazeroso da cidade, e algumas cirurgias que se seguiram, como a abertura das avenidas Chile e Presidente Vargas, inspiradas pelo urbanismo racionalista. Embora todas estas intervenções possam ser consideradas como instrumentos de segregação espacial e especulação, geraram espaços diferenciados, apesar da aparente submissão à lógica capitalista, o que se constitui numa reflexão essencial para o estudo da história da cidade.

Em relação a Carlos Sampaio, a historiografia tradicional quase que se limitou a relacionar as obras realizadas durante a sua administração e a acrescentar traços biográficos. Alguns trechos refletem uma certa mitificação das ações "civilizatórias" dele e de seus predecessores mais destacados, como Passos e Frontin; não contêm análises mais profundas sobre a sua gestão, além de algumas menções quase obrigatórias à visita dos reis belgas, em 1920, ao arrasamento do morro do Castelo e à realização da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, em 1922. As obras de Delgado de Carvalho (*História da cidade do Rio de Janeiro*),<sup>20</sup> Dioclécio de Paranhos Antunes ("Transformações do quadro urbano e evolução do Rio de Janeiro", in *Aspectos da geografia carioca*)<sup>21</sup> e José de Oliveira Reis (*O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*)<sup>22</sup> são os melhores exemplos desta abordagem que privilegia na história da cidade o foco sobre os personagens emblemáticos. No caso de Carlos Sampaio, o tom elogioso destes trabalhos não chega a ser contraditado pelos tímidos reparos a algumas de suas medidas.

Todo este viés foi substituído, mais recentemente, pela análise crítica presente nas referências à sua participação em alguns episódios da história da cidade, como o da demolição do famoso cortiço "Cabeça de Porco", discutida por Lilian Fessler Vaz no artigo "Notas sobre o Cabeça de Porco", publicado na *Revista Rio de Janeiro*.<sup>23</sup> Menções à participação da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil – dirigida por Paulo de Frontin e Carlos Sampaio – em várias concessões durante a "era das demolições" podem também ser encontradas em *Pereira Passos, um Haussmann tropical*.<sup>24</sup> Jaime Larry Benchimol, que abordou a problemática das transformações urbanas em detalhe e lembrou o arsenal jurídico-administrativo criado conjuntamente por Passos e pelo presidente Rodrigues Alves para concretizar as reformas, estabeleceu com propriedade na conclusão do trabalho a relação entre as reformas de Passos, em seus aspectos urbanísticos, legais e administrativos, e as realizações da gestão Carlos Sampaio.

Os dois acontecimentos mais importantes desta gestão – o arrasamento do morro do Castelo e as comemorações do Centenário da Independência, em 1922 – foram recentemente descritos e discutidos por Maria de Fátima Duarte Tavares em *Do Castelo ao Vale das Luzes*,<sup>25</sup> que trata das representações da cidade relacionadas ao processo de renovação urbana do Rio de Janeiro, especialmente entre 1920 e 1922; e por Marly Silva da Motta, como parte da análise maior sobre a questão da identidade nacional em *A nação faz 100 anos*,<sup>26</sup> onde a contraposição entre as imagens simbólicas associadas a São Paulo e ao Rio de Janeiro ilustra as discussões que marcam a passagem da data, referenciadas em diferentes concepções de modernidade, tradição, cultura e história.

Dentre estas diversas concepções, a que nos interessa – e a que pretendemos esmiuçar – é a do próprio Carlos Sampaio, um dos principais agentes destas transformações.

A epígrafe que escolhemos para introduzir este livro – retirada da obra de Giulio Carlo Argan, *História da arte como história da cidade* – teve um significado especial, não só para o resultado final, mas principalmente durante todo o processo de pesquisa e redação:

"O importante é que a pesquisa não leve a isolar um fato ou grupo de fatos, mas a discernir um nó de relações, e que se tenha consciência de que, além da zona iluminada da pesquisa, estas relações se estendem e se ramificam ao infinito...".

Foi justamente a partir da constatação de que elucidar um ou vários episódios da história da cidade exigiria que fossem transcendidos os fatos isolados, somente passíveis de compreensão como nós de uma teia de relações, é que nos foi possibilitado divisar a forma que assumiria o trabalho. Pessoas, lugares, acontecimentos, processos e textos passaram a se constituir em elementos desta teia, em que um dos caminhos possíveis seria traçado a partir das peripécias de uma trajetória pessoal. Pois estava claro no início que existia um personagem; este personagem havia deixado uma produção textual riquíssima, explicitando uma visão de mundo baseada num discurso ideológico que acaba por confundir-se com a de toda uma geração; esta visão de mundo, enquanto ideário inspirador, está presente em pelo menos meio século de reflexões e intervenções que têm como objeto a cidade do Rio de Janeiro.

Nosso primeiro interesse pela sua figura está relacionado ao episódio do arrasamento do morro do Castelo, quando concluíamos o curso de Arquitetura e começávamos a nos interessar pelos vestígios de um Rio que já não existia. Nenhum motivo – a não ser algum tipo de negociação escusa ou de determinação maníaca – parecia suficiente para justificar uma ação que, por sua envergadura e pelo simbolismo associado à antiga montanha, aparecia como uma aberração mesmo numa cidade como o Rio de Janeiro, que já havia assistido ao arrasamento de outros morros, ao entulhamento de várias lagoas e que ainda viria a ser objeto de outras cirurgias radicais, como a abertura da avenida Presidente Vargas, a demolição do morro de Santo Antônio e a constituição do Aterro do Flamengo.

Enquanto a nossa curiosidade se voltava para um dos principais protagonistas deste episódio, o prefeito da época, fomos percebendo que através de uma série de documentos – artigos, cartas, discursos – seria possível reconstruir a sua trajetória, que culmina – mas não se encerra – na administração da cidade, procurando atribuir sentido a este e a outros episódios. A partir daí percebemos a oportunidade de associar a perspectiva predominantemente individual que decorre da análise destes documentos à construção da mentalidade coletiva que legitima a transformação da cidade.

Vários estudos têm sido ultimamente consagrados à evolução urbana do Rio de Janeiro. A produção acadêmica dedicada às intervenções do Estado, principalmente na gestão Passos, não se limitou aos mecanismos e motivações do *bota-abaixo*, e ampliou o foco das pesquisas para evocar a *belle-époque* carioca em todos os seus aspectos e reviver os embates que, na arena das relações de poder que definem os limites e os pontos de atrito entre os diversos atores da vida urbana, delinearão a nova face da urbe.

Contudo, estas relações estiveram sempre em constante mutação, com seus protagonistas em movimento mesmo dentro de um período aparentemente homogêneo como a República Velha. Por este motivo, o estudo da administração municipal entre 1920 e 1922 se apresentou não só como uma possibilidade de investigação de um período ainda pouco pesquisado na história da cidade, mas também como a oportunidade de enriquecer um recorte que privilegiou um enfoque dos acontecimentos eminentemente pessoal. Assim, erigimos a análise crítica da gestão da cidade vista pelos olhos de um de seus agentes e procuramos esclarecer os mecanismos aparentes e implícitos do relacionamento conflituoso entre duas instâncias de poder formal que atuavam no Rio de Janeiro: o prefeito escolhido pelo presidente da República e o Conselho Municipal eleito, mesmo que a bico-de-pena, pela população.

Desenvolvemos o estudo da tensão institucional entre Executivo e Legislativo municipais procurando desvendar, através da superposição de atribuições e responsabilidades burocráticas no dia-a-dia da cidade, as divergências de interesses que marcaram esta etapa do

processo de modernização urbana e as formas políticas de atuação destes interesses, examinando mais detalhadamente a renovação da concessão do serviço telefônico, um episódio emblemático que ilustra a importância da trajetória anterior de Carlos Sampaio e do seu relacionamento com os concessionários de serviços municipais – mais especificamente, com o grupo Light.

Para chegar a este período (1920-1922), em que as trajetórias do personagem e do seu *locus* de atuação se confundem, foi indispensável olhar para trás – no caso da cidade, para acompanhar um período que chamamos "De Passos a Frontin", marcado pelas mudanças profundas trazidas pelo crescimento populacional, pela expansão dos serviços públicos e pela aceleração da segregação espacial determinada por políticas públicas que estabeleceram dois eixos distintos – norte e sul – de crescimento.

Em relação a Carlos Sampaio, optamos por mergulhar num ensaio biográfico que se aprofunda no processo que transforma o engenheiro e professor da Escola Politécnica em próspero e poderoso empresário, que atua no Club de Engenharia e que, associado a Vieira Souto, Paulo de Frontin e Percival Farquhar, participa, em posições de maior ou menor responsabilidade, da derrubada do morro do Senado, do episódio da "Água em Seis Dias", da demolição do "Cabeça de Porco", das obras da avenida Central e do Cais do Porto, da construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, da demolição do convento da Ajuda, da criação de empresas de colonização em Mato Grosso e na área do Contestado, da administração da Estrada de Ferro Jardim Botânico e da Companhia de Melhoramentos de São Paulo e, ainda, de muitas outras iniciativas.

Detivemo-nos também no ano de 1920, expondo as expectativas que delimitavam o horizonte do mandato municipal que se encerraria em 1922 – concentradas na visita dos reis belgas e na comemoração do Centenário da Independência – e analisando dois cenários contraditórios. Primeiramente o esboçado pelo prefeito em exercício, Sá Freire, que resistia a se servir dos expedientes de endividamento maciço para embelezar e remodelar a cidade, e que acreditava contar com o respaldo do presidente Epitácio Pessoa para não ceder às pressões de parte da opinião pública, apoiada ruidosamente pela imprensa e implicitamente pelos interesses que lucrariam com os empréstimos e as obras.

Em segundo lugar, analisamos o cenário que se define pelo prefeito que assume, Carlos Sampaio, comprometido confessadamente, por sua trajetória e pelas decisões anunciadas a partir do início do mandato, com os planos e realizações grandiosos que repugnavam o seu antecessor. Tentamos discutir, sem nos aprofundar em conjecturas, as motivações subjacentes à decisão do presidente da República em fazer uma substituição tão inesperada quanto significativa, embora não tenhamos insistido numa questão em que a inexistência (ou não disponibilidade) de fontes recomendava prudência na elaboração de teorias e no estabelecimento de nexos causais.

Além de explorar o relacionamento entre o prefeito e o Conselho Municipal, dedicamos um capítulo às realizações de sua gestão, mostrando como a hierarquização de iniciativas nas áreas de saneamento e embelezamento da cidade relaciona-se intimamente com uma visão do Rio de Janeiro que se distingue (pela historicidade) do restante das concepções gestadas no pensar da cidade delimitado pelos saberes de engenheiros e médicos. E mais, que o seu mandato tem também de específico, em relação ao financiamento das obras, a elaboração cuidadosa e fundamentada de uma concepção do endividamento externo e da dependência do capital internacional como fatores inevitáveis e benéficos para o desenvolvimento autóctone.

Qual é, então, o cerne deste trabalho? Compreender o que uma determinada trajetória pessoal diz sobre os momentos político, social e cultural em que ocorre; enfocar uma das faces do conjunto de valores e comportamentos de sua época e desvendar a medida em que

esta trajetória reflete ou revela a sociedade fragmentária que a envolve. Delimitá-la através dos condicionamentos e obstáculos que ela enfrenta em seu curso; explorar seus ritmos e realizações e articulá-los enquanto limites da ação do protagonista – Carlos Sampaio – sobre a cidade e seus habitantes.

Em linhas gerais, é este o tema que nos atraiu e que pretendemos explorar. Para nos conduzir neste caminho, utilizamos uma antinomia que bem pode definir, para além dos rigores da conceituação, um dos aspectos mais interessantes no relacionamento entre Carlos Sampaio e a cidade do Rio de Janeiro: *espelho* e *vitrine*.

*Espelho* na medida em que, a cada momento, a sua percepção da urbe remete a uma mirada em si próprio: cada texto, cada projeto, cada medida é uma tentativa de transformar a imagem que, em última análise, é a sua; esforço constante para aproximar o ambiente urbano real de sua expressão ideal, imaginária, fruto de uma mentalidade que pode ser identificada como característica de todo um setor da sociedade latino-americana da época, e que tinha sido dramaticamente definida pelo patriota cubano José Martí, um letrado de formação hispânica que olhava para o seu país em 1888 e sentia-se "coroadado de raios e calçado de chinelos".<sup>27</sup>

Carlos Sampaio é um destes. Partilha o culto ao progresso – idéia do século XVIII transformada em teoria da história e filosofia de vida, que se tornou o norte da mentalidade burguesa na sua avaliação das realidades que a cercavam; era o desenvolvimento contínuo, a conquista da natureza para a produção de riquezas e bem-estar. Esta imagem de progresso, articulada a partir do avanço das técnicas industriais e da ciência aplicada, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha, chega à América Latina não como um espelho onde se divisam as suas realidades, mas como uma vitrine do futuro onde luzem as suas aspirações. Assim, tudo o que se opunha ao desenvolvimento do mundo urbano, europeizado e tecnicista, era estigmatizado: assim o passado expresso na malha urbana colonial e em todas as relações sociais e econômicas nela baseadas e que nela se desenvolviam estava condenado antes mesmo de ser compreendido.

Espelho e vitrine. *Vitrine* no sentido metafórico de definir a cidade como espaço a ser transformado, como objeto a ser exposto, exibido aos outros, aos estrangeiros. As referências explícitas a este propósito são abundantes em vários escritos de Carlos Sampaio e de seus contemporâneos, o que denota a sua identificação com uma visão de mundo particular, comum a um setor das elites urbanas que vai se encarregar de tentar concretizar, no Rio de Janeiro, a transição entre o espaço acanhado da urbe imperial e a cidade de que todos poderiam se orgulhar – e onde poderiam se ver, se admirar.

Além disso, pretendemos ressaltar o papel fundamental que vai desempenhar na atuação de Carlos Sampaio como prefeito a sua experiência anterior em diversos projetos e obras relacionados à evolução urbana da cidade. A demolição do morro do Senado e os aterros da praia Formosa, iniciados em parceria com o engenheiro Vieira Souto ainda durante o Império, figuram como um ensaio explícito para o arrasamento do morro do Castelo. Este último vai adquirir, para o nosso trabalho, uma dimensão diversa da complexa polêmica apoiada em argumentos históricos e urbanísticos que envolveu a opinião pública.

Preferimos mostrar os aspectos operacionais e financeiros da iniciativa, relacioná-los com outros episódios da vida de Carlos Sampaio e apontar, em alguns textos, uma disposição insistente de levar a cabo um projeto que ele, quase trinta anos antes de sua chegada à prefeitura, não havia conseguido concretizar como concessionário da municipalidade. Ao registrar que mesmo entre os contemporâneos que partilhavam das concepções semelhantes às de Carlos Sampaio havia divergências quanto à oportunidade do arrasamento do Castelo, destacamos a especificidade de sua trajetória como fator essencial para a compreensão da sua fixação – o termo é forte, mas encontra respaldo na pesquisa – com a antiga colina e com o desfecho do episódio, amalgamado inclusive com a realização da Exposição de 1922.

Finalmente acompanhamos, entre Petrópolis, Montreux e Paris, os caminhos traçados pelo prefeito que deixa o cargo, mas não abandona a ligação com a cidade. Primeiramente, através da polêmica com o seu sucessor, Alaor Prata, e posteriormente envolvido na discussão aberta com a elaboração do Plano Agache. Qualquer pretexto faz nascer cartas e artigos que se alternam entre o irônico e o indignado, o didático e o ofendido. Não é somente a ânsia de não deixar crítica sem resposta, ataque sem esclarecimento; Carlos Sampaio escreve copiosamente, estabelecendo a sua versão do período 1920-1922, a sua visão do passado e do futuro da cidade, consciente da importância de ocupar um lugar de destaque na memória da evolução urbana do Rio de Janeiro.

## NOTAS

1. CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. 2 v.
2. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
3. FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.
4. MOREIRADE AZEVEDO, Manuel Duarte. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1969. 2 v.
5. LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Serviços de Museu da Cidade, 1941. 7 v.
6. FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, J. Leite, 1921-1927. 5 v.
7. SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1934. 2 v.
8. DUNLOP, Charles. *Os meios de transportes do Rio antigo*. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes/Serviço de Documentação, 1972.
9. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro, Brasileira, 1965.
10. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1964.
11. BACKHEUSER, Everardo. Artigos e estudos publicados entre 1945 e 1947 no *Boletim Geográfico* (nºs 2, 3, 4 e 5), publicação editada no Rio de Janeiro pelo Conselho Nacional de Geografia.
12. BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IHGB, 1965.
13. BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti et alii. *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1962.
14. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/IplanRio, 1987.
15. ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições/Habitações populares*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
16. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. 2 v.
17. CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
18. CABRAL, Dilma. *Da barbárie à civilização: A cidade do Rio de Janeiro no discurso da Academia Imperial de Medicina (1870-1890)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado em História.
19. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1991.
20. CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992.
21. ANTUNES, Dioclécio de Paranhos. *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1962.
22. REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977.
23. VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v. 2, nº 3, abril de 1986.
24. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
25. TAVARES, Maria de Fátima Duarte. *Do Castelo ao Vale das Luzes: cultura e renovação urbana, Rio de Janeiro, 1920-1922*. Brasília, UNB, 1994. Dissertação de mestrado em História.
26. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.
27. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.



Início da ladeira do Castelo por volta de 1900



As zonas central e portuária do Rio de Janeiro em 1877

Nova Planta Indicadora da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios  
 Alexandre Speltz  
 Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, Editores, 1877  
 Acervo da Biblioteca Nacional

**Legenda**

1. Morro do Castelo
2. Morro de Santo Antônio
3. Morro do Senado
4. Cortiço "Cabeça de Porco"
5. Praia Formosa
6. Ilha das Moças
7. Ilha dos Melões
8. Foz dos rios Comprido, Trapicheiro, Joana e Maracanã

Nova Planta Indicadora da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios  
Alexandre Speltz  
Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, Editores, 1877  
Acervo da Biblioteca Nacional



A Zona Sul do Rio de Janeiro em 1877

**Legenda**

1. Morro Cara de Cão
2. Morro da Urca
3. Praia Vermelha
4. Morro da Viúva
5. Botafogo
6. Praia de Copacabana
7. Praias de Ipanema e Leblon
8. Lagoa Rodrigo de Freitas





## ii cidade e tempo



O Carnaval de 1876 - Desenho de Angelo Agostini. Revista Ilustrada, 4/3/1876

Ao nos propormos a realizar este trabalho, tínhamos em mente os vários estudos consagrados às transformações urbanísticas do Rio de Janeiro do começo do século, buscando abordar os mecanismos que possibilitaram e concretizaram estas transformações e, ao mesmo tempo, resgatar o cotidiano da população da cidade frente ao câmbio vertiginoso do espaço onde se desenvolviam suas relações familiares, sociais e profissionais. Percebemos que existia uma lacuna a ser preenchida, indispensável para a compreensão da evolução urbana do Rio de Janeiro enquanto objeto de estudo: a articulação entre os condicionantes econômicos, sociais e culturais e o papel objetivo desempenhado pelos detentores do poder no nível municipal que, aí sim, resultaram nesta evolução.

Naturalmente, a cada prefeito coube um papel de magnitude diferente. A pesquisa que desenvolvemos sobre a administração de Carlos Sampaio confirmou a impressão que tínhamos sobre a especificidade da sua trajetória profissional e a ligação estreita entre esta trajetória e a sua passagem pela prefeitura. Antes de nos debruçarmos sobre tais assuntos, faremos um breve relato das administrações municipais que se seguiram à de Pereira Passos, evitando o aprofundamento nesta ou naquela gestão e buscando mostrar as transformações da infra-estrutura do Rio de Janeiro que, possibilitadas pelas cirurgias urbanas de 1903-1906, começam a efetivamente se refletir na vida da cidade e de seus habitantes.

Quando Passos deixou a prefeitura, no final de 1906, as realizações que iriam ser indissolúvelmente ligadas ao seu nome ainda estavam por terminar. A varíola, a febre amarela e a peste bubônica tinham sido debeladas, e pelas avenidas erguidas sobre os escombros dos quarteirões centrais da cidade circulavam os bondes e os poucos automóveis existentes; mas a poeira das obras ainda não havia assentado e centenas de trabalhadores se empenhavam em concluir a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal e o Cais do Porto, num trabalho que ainda se estenderia por alguns anos.

Referindo-se principalmente à avenida Central e ao seu entorno imediato, Sonia Gomes Pereira destacou um aspecto importante das reformas de Passos, ao apontar a influência dos novos espaços urbanos criados a partir de 1906 na construção da identidade carioca. Apoiando-se na semântica urbana tradicional, a remodelação idealizada pelos que pretendiam moldar as ruas à imagem da Paris burguesa terminaria por continuar a oferecer a outras camadas da população o desfrute dos espaços públicos, o que já acontecia na cidade colonial.<sup>1</sup>

Simultaneamente à criação de novos espaços, as reformas ensejaram a concretização da fusão de duas paisagens contraditórias, num processo similar ao que foi descrito por Angel Rama, referindo-se à América Espanhola; para ele, a cidade ideal das elites...

*... não copiava à margem Oeste do Atlântico um preciso modelo europeu, como tantas vezes se disse... mas era também uma invenção com apreciável margem original, uma filha do desejo que é mais livre que todos os modelos reais e ainda mais desbocada, e que, além disso, ao tentar real-izar-se, entraria em um amálgama enlameado com a insistente realidade circundante.<sup>2</sup>*

Amálgama? Talvez seja melhor recorrer a João do Rio, o cronista por excelência da *belle-époque* carioca, para recuperar um fragmento da relação entre as duas cidades que coexistiam no espaço-símbolo das reformas de Passos:

*No trottoir roulant da Grande Avenida passa, na auréola da tarde de inverno, o Rio inteiro, o Rio anônimo e o Rio conhecido – o Rio dos miseráveis ou o Rio cuja vida se prolonga... Mas ninguém*

*vê a miséria. Podem parar nas terrasses dos bars, podem entrar pelas casas de chá os mendigos, ressequidos esqueletos de seca do Norte, estrangeiros de falar confuso, exploradores da caridade. ... Não há gente desagradável, como não há automóveis velhos. Ninguém os vê. Os olhos estão nas mulheres bonitas, nos homens bem vestidos, nos automóveis de luxo.*<sup>3</sup>

A imagem emblemática que caracteriza os anos que se seguiram ao quadriênio de Passos é a de *expansão*. Aos milhares de desalojados do Centro pelo furioso bota-abixo se seguiram os deslocados pela alta dos aluguéis, o que fez com se acentuasse o esvaziamento com que as quatro freguesias centrais se deparavam já desde o final do Império. A mobilidade geográfica dos habitantes da cidade, possibilitada pela expansão da malha ferroviária e de bondes, tinha se revelado no extraordinário crescimento populacional experimentado pelas Zonas Norte e Suburbana, que haviam respectivamente dobrado e triplicado a sua população entre os Censos de 1890 e 1906, enquanto que a do Rio de Janeiro como um todo havia crescido 55% – de 522.651 para 811.443 habitantes.<sup>4</sup>

Este movimento se acentuaria com a encampação, por parte da Light, das empresas de bonde que serviam à cidade, a partir de 1906. Em outra parte deste trabalho teremos a oportunidade de examinar mais atentamente este processo; no momento, nos interessa ressaltar que ele trouxe consigo a aceleração da eletrificação das linhas, diminuindo o tempo médio dos percursos e facilitando as condições de transporte diário entre o Centro e seus subúrbios mais distantes. Isto se refletiu no adensamento experimentado pelos distritos "suburbanos" do Engenho Novo, Méier, Inhaúma e Irajá, enquanto que a Zona Norte, depois de dobrar a sua população no período 1890-1906, voltava a acompanhar o ritmo de crescimento da cidade.<sup>5</sup>

A Light adquiriu também as empresas concessionárias dos serviços de iluminação pública e particular, geração e distribuição de energia elétrica e telefonia da cidade. Tornou-se, desta maneira, a única e poderosa interlocutora do poder público nas questões técnicas e tarifárias que envolviam a ampliação e a melhoria destes serviços.

O aumento da população a que nos referimos devia-se, também, à imigração européia. Embora menor do que a registrada entre 1891 e 1900, a corrente migratória em direção ao Brasil era ainda bastante significativa, somando 1.099.332 pessoas entre os anos de 1906 e 1920. Do total, majoritariamente destinado ao estado de São Paulo, uma parcela significativa se estabeleceu na capital federal, fazendo com que o elemento estrangeiro perfizesse 210.515 habitantes (24% da população) em 1906 e 243.153 (21%) em 1920. Destes, aproximadamente três em cada quatro eram portugueses.<sup>6</sup> O Rio dispunha de atrativos poderosos: num período de rápida expansão da economia brasileira, era o maior e mais importante centro industrial e portuário do país, oferecendo numerosas oportunidades de trabalho aos imigrantes recém-chegados.

O sucessor de Passos na Prefeitura foi o marechal Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, nomeado pelo presidente Afonso Pena. Engenheiro militar, estava profundamente comprometido com o término das obras de seu antecessor, sendo inclusive (ao menos oficialmente) o autor dos projetos da Biblioteca Nacional e do Palácio Monroe.<sup>7</sup> Encontrando uma dívida de quase 33 mil contos, conseguiu autorização do Congresso e do Conselho Municipal para contrair um empréstimo estrangeiro de dez milhões de libras, o que garantiu a continuação dos trabalhos iniciados por Passos, e incrementou a assistência médico-hospitalar municipal ao criar o posto de assistência que se tornou o hospital que leva seu nome. É significativo que apenas dois anos após o final da administração comprometida com o fim das epidemias, em 1908, um surto de varíola ainda houvesse matado 6.545 cariocas.<sup>8</sup>

Durante o mandato de Sousa Aguiar, o governo federal organizou uma exposição nacional para comemorar o centenário da abertura dos portos às nações amigas, na Praia Vermelha. Para visitar os pavilhões da mostra, aberta em agosto, a população pôde se servir de um novo meio de transporte: o ônibus movido a motor de explosão. A primeira linha circulou, por iniciativa do empresário Otávio da Rocha Miranda, ligando a praça Mauá ao Passeio Público e à exposição.

Em 1911, as linhas se tornaram permanentes e começaram a disputar o espaço das ruas e avenidas com um número crescente de automóveis e bondes. Os tálburis, que ainda em 1903 eram suficientemente numerosos para justificarem medidas de disciplinamento por parte da prefeitura, desapareceram rapidamente; o asfalto começou a cobrir os paralelepípedos. Em 1916, ônibus que utilizavam tração elétrica e pneus de borracha percorriam a avenida Rio Branco, num empreendimento que dois anos depois seria adquirido pela Light.<sup>9</sup>

Com a morte de Afonso Pena, em 1909, assumiu a presidência Nilo Peçanha, que nomeou outro engenheiro militar – o general Inocêncio Serzedelo Correia, ex-deputado, ministro do Interior, Fazenda e Agricultura – para a prefeitura. Serzedelo Correia permaneceu no cargo até o final do mandato de Peçanha, a 15 de novembro de 1910, e contraiu um empréstimo externo – dois milhões de libras – para cobrir os custos da conclusão das obras de Passos. Data da sua administração o corte da rua Farani, que ligou Laranjeiras à praia de Botafogo, e a execução das obras de remodelação na Quinta da Boa Vista, que transformaram a área numa opção de lazer para a crescente população das circunvizinhanças.

Segundo José de Oliveira Reis, que historiou detalhadamente as realizações de cada um dos prefeitos da cidade, foi por esses tempos que se acentuou a preocupação do poder público com a abertura irregular de ruas e o fracionamento clandestino de terrenos, decorrente da demanda crescente por moradias, principalmente nos subúrbios, agudizando-se um processo descrito por Lima Barreto:

*Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como bulevares e acabam estreitas como vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.<sup>10</sup>*

Para a prefeitura, que dependia fortemente do imposto predial como fonte de recursos, era essencial ordenar o crescimento da cidade, evitando perdas de receita decorrentes da desorganização cadastral.<sup>11</sup>

Hermes da Fonseca, eleito em 1910, nomeou prefeito o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, que permaneceu quatro anos no cargo. No início de seu mandato, a cidade contava já com 337 quilômetros de linhas de bonde, em comparação com os 290 quilômetros de 1906; o número de passageiros transportados a cada ano havia aumentado de 110.571 mil para 135.800 mil. O imenso déficit do último ano da administração Passos (14.647 contos) repetiu-se em 1910; para uma receita de 29.070 contos, as despesas alcançaram 46.741 contos, importando num déficit de 17.671 contos.

Citando ainda Oliveira Reis:

*Como em geral acontece, a primeira preocupação do administrador, ao assumir o cargo, é com o estado financeiro da Prefeitura. Procura, desde logo, minorar a situação encontrada com um programa rigoroso de supressão de despesas. Aos poucos, entretanto, com o correr do tempo, vai afrouxando o rigor e entra a fazer gastos, deixando para o seu sucessor um 'déficit' igual àquele que recebeu, ou maior.<sup>12</sup>*

No caso de Bento Ribeiro, a solução imediata foi a de empreender mais um empréstimo externo, de 2,5 milhões de libras, resolvendo os problemas imediatos e passando ao seu sucessor a tarefa de tentar pagá-lo.

Além de zelar pela assistência médica, a prefeitura estava encarregada de ministrar educação primária a um contingente que se elevava, em 1910, a 49.265 alunos. A percepção geral era de que as 314 escolas municipais eram insuficientes para acolher a demanda das crianças em idade escolar; o déficit de escolas, assim como o do orçamento, passava a ser um tema recorrente para as administrações municipais.

Outro assunto que ocuparia as atenções dos prefeitos da cidade eram as ressacas que atingiam, violentamente, as muralhas protetoras das novas avenidas litorâneas. Em março de 1913, os passeios do Flamengo, Botafogo, Leme e Copacabana foram praticamente destruídos; o tráfego interrompido e as toneladas de areia subitamente devolvidas pelo mar traziam novamente à baila as críticas quanto à oportunidade e à qualidade dos aterros realizados na orla.

A intervenção direta do poder público no crescimento do Rio de Janeiro, nas administrações que se seguiram ao quadriênio Passos–Rodrigues Alves, deixava de se dar pelas cirurgias urbanas, como o arrasamento de quarteirões, e passava a privilegiar, na dotação de recursos, certas áreas (principalmente a Zona Sul) em detrimento de outras, acelerando o processo de estratificação espacial. A população da Zona Sul também crescia, servida por linhas de bonde que antecederam e viabilizaram o adensamento, e passava a receber um volume de recursos e obras significativo, como denunciava Lima Barreto:

*Não se compreende que uma cidade se vá estender sobre terras combustas e estéreis e ainda por cima açoítadas pelos ventos e perseguidas as suas vias públicas pelas fúrias do mar alto... não há erro, o que há é especulação, jogo de terrenos, que são comprados a baixo preço e os seus proprietários procuram valorizá-los num ápice de tempo, encaminhando para eles os melhoramentos municipais.*

*Todo o Rio de Janeiro paga impostos, para que tal absurdo seja posto em prática...<sup>13</sup>*

João do Rio descreveu uma tarde na Copacabana de então, bairro nascido sobre as "terras combustas e estéreis" a que se referia Lima Barreto:

*Nos balcões, nos terraços, nos jardins, nos portões a linha de casas animava-se de gente. Eram chás servidos ao ar livre, senhoras e meninas e rapazes vestidos de branco a conversar, a rir, e os automóveis indo e vindo com criaturas que riam... A praia estava cheia de gente também. Em certos pontos cavalheiros e damas abancados em torno de mesas a bebericar... e em toda a sua extensão, a movimentação quase nua da multidão de banhistas, multidão que entrava um pouco pelo verde líquido do mar e se envolvia nos borbotões de rendas dos vagalhões.<sup>14</sup>*

O mais representativo bairro da Zona Sul, todavia, era Botafogo. Artérias servidas pelos bondes da Cia. Jardim Botânico, a proximidade do mar e da montanha e a fama de bairro *chic* transformaram o botafogano em neologismo – pejorativo na pena de Lima Barreto, mas revelador de uma identidade que transcendia os limites geográficos do bairro para incorporar uma mistura de posição na escala social e visão de mundo. Talvez fosse um exagero defini-lo como um brasileiro exilado no Brasil; porém, com certeza, ele não se reconhecia totalmente no burburinho do Rio imperial e buscava nas metrópoles européias as modas, a etiqueta e a arquitetura.

Embora Vieira Souto, nos idos de 1875, afirmasse que já era tempo de "extinguir a perniciosa prática de moldar as nossas construções pelas estrangeiras, sem a mínima atenção às condições de clima, riqueza e costumes do país",<sup>15</sup> as novas edificações de Botafogo, a exemplo das que ornavam a avenida Rio Branco, pautavam-se por um ecletismo *à la carte* que se jactava de ter relegado definitivamente ao passado a arquitetura calcada no risco pesado dos mestres-de-obras portugueses, e de tê-la substituído por elaborados pastiches que se aproveitavam das inovações nas técnicas e materiais de construção para evocar épocas e regiões remotas, da Toscana renascentista à Andaluzia mourisca. O ecletismo e os chalés não eram exclusividade da Zona Sul e da avenida; pelo contrário, espalharam-se ao longo dos arrabaldes suburbanos, onde o cotidiano dos moradores era dramaticamente diferente:

*A população é uma população exausta... É uma gente que acorda já cansada, pensando nas duas viagens de trem, no calor, na poeira, no dia que recomeça, idêntico ao da véspera e que se repetirá na manhã seguinte... O Rio, distante, como um monstro insaciável, absorve nas suas usinas, nos seus escritórios, nas suas repartições, aquela população inteira que, à noite, ele devolve, extenuada, aos seus lares. Enquanto a grande cidade, numa orgia de luz, espreguiça-se pelas avenidas lindas e floridas... os subúrbios, soturnos e tristes, adormecem estafados, uma noite curta que acabará cedo, pela madrugada, ao apito do primeiro trem...<sup>16</sup>*

Com a aquisição, por parte da Light, da concessão de iluminação da cidade, ainda em 1906, a luz elétrica passou a substituir o gás nas ruas e residências. Os combustores a gás foram paulatinamente substituídos pela energia gerada na usina de Ribeirão das Lages, que a Light inauguraria em 1908, e cuja capacidade ultrapassaria com folga, por vários anos, as necessidades de consumo do Rio de Janeiro.<sup>17</sup> A identificação da luz elétrica com o progresso e a modernidade, presente na produção cronística da época, é constante: a avenida Beira-Mar, o "colar de pérolas" da baía, é evocada com frequência.

Durante a administração do prefeito Rivadávia Correia (nomeado por Venceslau Brás), entre 1914 e 1916, o déficit da municipalidade reduziu-se sensivelmente (3.404 contos em 1915). A relativa folga financeira fez com que vários projetos de remodelação da cidade fossem apreciados, sendo aprovado um deles: pretendia-se atravessar os morros do Castelo e de Santo Antônio por túneis que resolveriam a questão do estrangulamento do tráfego na área central da cidade, sem no entanto curvar-se às antigas recomendações de arrasamento das duas montanhas. Mas o empreendimento não se realizou, e a cidade continuou a contar somente com os dois túneis que ligavam Botafogo a Copacabana e com aquele que, nas escarpas de Santa Teresa, permitia que se passasse da rua Alice à rua Barão de Petrópolis.

Rivadavia foi substituído pelo seu diretor de Instrução Pública, o médico Antonio Augusto de Azevedo Sodré, que esteve à frente da prefeitura até ser substituído por Amaro Cavalcanti, quatro meses depois de assumir o cargo, a 15 de janeiro de 1917. Este havia sido senador, ministro da Justiça e da Fazenda, e ministro do Supremo Tribunal Federal. Oliveira Reis diz que "teve predileção especial pela zona suburbana e rural"... Preocupado com o abastecimento da cidade, sua atuação voltou-se para o incentivo da lavoura e da produção artesanal, reparando estradas e caminhos e facilitando o escoamento dos gêneros que, ainda em grande quantidade, procediam do *sertão carioca*, composto pelos descampados de Guaratiba e pelos alagadiços de Jacarepaguá.

As condições de vida destes pescadores, lenhadores, caçadores, carvoeiros, agricultores, oleiros e diversos tipos de artesãos que, "pelas estradas, caminhos e ruas de Jacarepaguá surgem, pela manhã... com os burros carregados... [e] vão abastecer a feira de Madureira ou as vendas de Campo Grande, Irajá, Inhaúma, Engenho Novo, etc., vendendo o fruto do seu trabalho", foram descritas por Magalhães Correia alguns anos depois.<sup>18</sup> Estas regiões, entretanto, não tardariam em se metamorfosear, transformando-se em fronteira viva da demanda imobiliária suburbana e incorporando-se à malha de transportes e à rotina de ritmos da cidade.

Enquanto a oferta de energia elétrica ultrapassava a demanda representada pelos bondes, pelas indústrias e pela iluminação, fazendo com que a Light se dedicasse à divulgação das benesses dos eletrodomésticos para incrementar o seu consumo, o sistema de esgotos do Rio de Janeiro não conseguiu acompanhar o crescimento da população. Entregue, desde 1862, à exploração de uma companhia particular – a The Rio de Janeiro City Improvements –, beneficiava somente uma parte da cidade e era operado sob condições técnicas que deixavam muito a desejar.

O engenheiro Belmiro Valverde, que inspecionou as instalações da City (como era conhecida a empresa) em 1918, elaborou um relatório detalhado das características técnicas do serviço, descrevendo as instalações e analisando as águas que jorravam de cada uma das oito estações de tratamento dos dejetos, que na prática haviam substituído os *tigres* do Império na tarefa de lançar à baía de Guanabara o rejeito dos cariocas.<sup>19</sup>

O sistema adotado, chamado de *misto*, com tubulações independentes para águas servidas e esgotos, conduzia todo o material às estações de tratamento, onde era misturado a cal, carvão e sulfato de alumínio para a desinfecção. A água tratada era lançada ao mar; os resíduos do tratamento, "uma lama infecta", eram recolhidos manualmente, transportados em carrinhos de mão e transferidos – em carroças que atravessavam a cidade – para uma chata de 120 toneladas, que os levava do canal do Mangue para um ponto próximo à ilha da Sapucaia (que já abrigava o depósito de lixo da

cidade), a cada 15 dias. Como o destino final era mesmo o mar, não admira que já naquela época alguns locais, na orla que se estendia da praia de Botafogo até a ponta do Caju, se vissem periodicamente poluídos, incomodando os remadores e os que se dedicavam, pela manhã, aos banhos medicinais e à natação.

No final do mandato de Amaro Cavalcanti, em novembro de 1918, a cidade era assolada pela gripe espanhola. O surto coincidiu com o final da guerra européia, e fez quase vinte mil vítimas, espalhando o medo e trazendo lembranças dos morticínios epidêmicos do passado. A maior parte da população foi atingida; durante dois meses, o Rio de Janeiro viveu numa atmosfera de terror que só pode ser evocada através das imagens fantasmagóricas da avenida Rio Branco vazia, dos presos abrindo covas rasas no Cemitério do Caju e do comentário de Néelson Rodrigues de que "em 18, foi uma tragédia, amigos... Houve na cidade uma enchente de caixões... A impressão que me ficou daqueles dias foi a de que morreu todo mundo...".<sup>20</sup>

Em novembro, também, teve lugar a malograda tentativa anarquista de tomada do poder; as greves, que em 1909 tinham paralisado os serviços da Light e resultado na demissão de setecentos funcionários, em 1917 haviam mobilizado, segundo Edgard Carone, setenta mil trabalhadores.<sup>21</sup> Com a criação da Internacional Comunista, no ano seguinte, o movimento operário brasileiro começava a tomar os caminhos que levariam à cisão. São Paulo estava assumindo o posto de maior centro industrial da nação, mas o Rio de Janeiro ainda abrigava um expressivo número de fábricas e manufaturas. As condições de trabalho reinantes nestes estabelecimentos, ao desabrigo de qualquer legislação efetiva de regulamentação e proteção, não deixavam de provocar, mesmo nos cronistas dos órgãos não comprometidos com a luta operária, reações de estupor e inconformismo:

*Sem ar, sem luz, sem alimentação, sacrificando os seus olhos e a sua saúde, trabalhava noite e dia, a agulha entre os dedos... para não morrer de fome e não se prostituir, tinha que trabalhar dezoito horas por dia para ganhar os magros cinco mil-réis...*

*Organização social injusta e miserável, que, distribuindo mal a riqueza, mata gente de fome mata gente de indigestão. Uns com o estômago oco, outros com o estômago transbordante. Uns que expelem sangue, de fraqueza, em caminho para a tuberculose; outros que expelem peru, de abundância, depois de bacanais.*<sup>22</sup>

Neste ambiente de sobressaltos e agitação, em que o final da guerra não anunciava uma volta à curta *belle-époque*, mas o mergulho numa era da incerteza, Delfim Moreira assumiu a presidência da República e nomeou prefeito, interinamente, Manuel Peregrino da Silva. Depois, com a morte do presidente eleito Rodrigues Alves, convidou o engenheiro Paulo de Frontin para assumir a prefeitura, o que se deu a 22 de janeiro de 1919.

A meteórica passagem de Frontin (cuja trajetória profissional, estreitamente associada à de Carlos Sampaio, examinaremos mais de perto) pela direção da municipalidade, que teve a duração de seis meses, não o impediu de empreender realizações que o elevariam, na opinião de alguns contemporâneos e cronistas, ao panteão onde reinava Passos. Oliveira Reis alcunhou-o de "prefeito de densidade máxima, porque nunca ninguém fez tanto em tão pouco tempo".<sup>23</sup> A maioria das obras foi realizada na Zona Sul, embora seu nome tenha se associado à avenida que margeia o rio Comprido; tais dispêndios elevaram o déficit da prefeitura, e foram garantidos por um empréstimo de dez milhões de dólares.

Além de promover o alargamento da avenida Atlântica e construir o cais da Urca, Frontin prolongou a via litorânea que acompanhava a praia do Leblon (batizada posteriormente de Delfim Moreira) até a avenida Niemeyer, alargando-a também, e cuidou da extensão da avenida Beira-Mar até o Calabouço. Desta maneira, possibilitava-se que os cada vez mais numerosos automóveis da cidade percorressem a orla, desfrutando dos ares marinhos nas sendas de asfalto que serpenteavam dos contrafortes do morro do Castelo aos areais de São Conrado.

A figura de Frontin ocupa um lugar peculiar no rol de prefeitos da cidade. A sua breve passagem pela prefeitura não foi a mais prolífica, e nem a de maior projeção, dentre as várias atividades a que se dedicou. Mas as suas realizações, na visão de alguns cronistas e historiadores,<sup>24</sup> ganharam um halo de energia e iniciativa que ofuscou outros mandatários, que parecem ter se resignado a buscar na manutenção e ampliação cuidadosa da infra-estrutura urbana já existente a motivação para exercer o cargo. Careciam de originalidade os seus expedientes de iniciar obras sem recursos para a sua conclusão e de recorrer aos empréstimos externos para driblar a realidade dos déficits. O que havia de novo era talvez o vislumbre e a procura consciente por um lugar na memória da cidade, que se afirma pelo fato de que, para aceitar o convite de Delfim Moreira para um breve mandato que certamente se encerraria com a posse de um novo presidente da República, Frontin tenha renunciado a um período senatorial de oito anos que apenas se iniciava.

A imagem de *expansão* a que recorremos para cristalizar a trajetória multifacetada da cidade, de Passos a Frontin, torna-se mais nítida ao final do mandato deste último. O ajuntamento colonial do século XIX, envolvido pela teia de vielas, limitado pelo ritmo do trabalho braçal e submetido à velocidade da tração mular, tinha sido lancetado. Liberto, o Rio de Janeiro voltava-se para fora da área central e trilhava simultaneamente dois eixos – Norte e Sul, rapidamente transformados em vetores de pobreza e de riqueza – na volúpia do asfalto e da eletricidade.

2

2

O bem-sucedido advogado Milcíades de Sá Freire, o prefeito que sucedeu Frontin em julho de 1919, havia feito uma longa carreira parlamentar antes de ser convidado pelo presidente Epitácio Pessoa: intendente municipal, deputado federal e senador. Tinha renunciado à cadeira no Senado em 1917; na eleição realizada para preencher a vacância e completar o mandato que se estenderia por mais um ano havia triunfado, justamente, Paulo de Frontin. Sua administração viu-se logo às voltas com uma situação financeira delicada, assim resumida por Oliveira Reis:

*É escusado dizer que Sá Freire encontrou a Prefeitura em péssimas condições financeiras, pois o seu antecessor gastava o que tinha e o que não tinha, para realizar uma obra que julgava necessária à população. Assim, o programa que traçou foi o da mais rigorosa parcimônia nos gastos.*<sup>25</sup>

O final da administração Frontin foi marcado por decretos que aumentaram extraordinariamente os gastos com pessoal. Atribuía-se isto às suas pretensões políticas, que o teriam feito inclusive empregar na prefeitura centenas de funcionários da E. F. Central do Brasil, uma de suas mais importantes bases eleitorais. O restabelecimento do equilíbrio financeiro, meta prioritária do início do mandato de Sá Freire, foi perseguido às custas da paralisação das obras iniciadas por Frontin e do atraso no pagamento de funcionários e fornecedores. Noronha Santos observou que "a seu ver, depois das obras dispendiosas das administrações anteriores, a prudência aconselhava um regime severo de economias".<sup>26</sup>

As medidas tomadas por Sá Freire durante os primeiros meses de seu mandato, em caráter emergencial, não tinham causado controvérsia: eram consideradas coerentes com a realidade financeira da cidade. Na sua mensagem lida na sessão inaugural do Conselho Municipal em 25 de maio de 1920, ele rememorava a situação e ressaltava o respaldo conquistado:

*Encontrando a cidade em situação financeira precária, sobrecarregada de ônus decorrentes de contratos ruinosos, prejudicada a própria vida administrativa, conforme... fora atestado pela opinião unânime da imprensa e das classes conservadoras, procuramos restabelecer a ordem...*<sup>27</sup>

Ao se iniciar o ano de 1920, dois eventos se anunciavam no horizonte da cidade e se tornavam os catalisadores de uma discussão que desfaria este breve consenso: a visita dos reis belgas, marcada para setembro, e a comemoração do centenário da Independência, dois anos depois.



Qual era a impressão que o Rio de Janeiro causaria no casal real e, posteriormente, nos numerosos visitantes atraídos pelas festas que por certo marcariam o Sete de Setembro de 1922? Qual era a imagem que a cidade deveria projetar, que papel o país deveria representar? Estas reflexões, incentivadas periodicamente pelos órgãos da imprensa, partiam de premissas e sentimentos partilhados por vários segmentos da opinião pública para chegar a conclusões radicalmente diferentes, principalmente em relação ao espaço que o poder público deveria ocupar.

O Rio de Janeiro era, então, sob todos os aspectos, uma metrópole. Com mais de um milhão de habitantes, contava com 4.415 automóveis e era cortada por 417 quilômetros de linhas de bonde. Disponha de 50 cinemas, 9 teatros, 20 circos móveis e lia 24 jornais diários – 14 matutinos e 10 vespertinos – além de 20 revistas semanais e 17 mensais. O intenso movimento comercial e financeiro era atendido por 44 bancos e 46 companhias de navegação. Nesta metrópole se hospedariam, convidados em maio de 1919 pelo então chefe da delegação brasileira à Conferência de Versalhes, Epitácio Pessoa, SS. MM. Alberto e Elisabeth da Bélgica. A fama heróica conquistada pelo rei nos campos de batalha, à auréola de coragem e sacrifício que envolvia o seu país, somava-se a excitação de receber, pela primeira vez, a visita de cabeças coroadas; a cidade tinha a obrigação de "dignamente concorrer para maior brilho das homenagens devidas aos nobres hóspedes", afirmava o prefeito. O empenho pessoal do presidente fez com que fosse despachado para a Europa um vaso de guerra – encouraçado São Paulo – para trazer os convidados ao Brasil. Enquanto isso, o debate sobre a comemoração de 1922 se acirrava.

A revista *Careta*, que já em 1919 evocava a figura de um ancião esquelético e seminu para representar o Centenário esquecido pelas autoridades, se destacou na campanha por comemorações marcantes, secundada por outros jornais e revistas, como mostrou Marly Silva da Motta em *A nação faz cem anos*:

*Iniciativas são cobradas e atividades sugeridas, eventos considerados indispensáveis e empreendimentos inadiáveis, tudo (ou quase tudo) tendo por cenário a capital da República. Daí, a 'obrigação' de se dotar o Rio de Janeiro de 'melhoramentos necessários', para que a comemoração do centenário se faça numa capital limpa, saneada, de bom aspecto', lembra o Correio da Manhã. Dessa maneira, o sucesso de qualquer programa comemorativo passava necessariamente pela remodelação da 'cidade maravilhosa' que, apesar de cantada em verso e prosa por suas belezas naturais, deveria se aproximar 'do modelo de uma soberba cidade do século XX', alertava a Revista da Semana.<sup>28</sup>*

O administrador da cidade que deveria sediar – e pagar – a feérica comemoração encarava a questão de uma maneira diametralmente oposta. Na mensagem que citamos, de 25 de maio de 1920, Sá Freire lembrava aos intendentes a penúria financeira a que havia sido reduzido o Rio de Janeiro pelo seu antecessor, e como dela começava a recuperar-se graças à "*colaboração esforçada dos representantes diretos do povo*". Advertia, contudo, que a situação "ainda não era de folga" e acusava: "O combate que, nas trevas ou de forma indireta, vem sofrendo a atual administração, tem como causa, entre outras, a resistência irredutível na defesa do dinheiro dos contribuintes".<sup>29</sup>

Quem estaria por trás desta campanha? "os empreendedores que, a cada momento, oferecem serviços, descrevendo propostas sedutoras de transformação da cidade." O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro guarda dezenas destas *propostas sedutoras*, algumas cuidadosamente fundamentadas, outras simples esboços delirantes. Sá Freire, todavia, não poderia deixar de ter em mente o plano apresentado pelo engenheiro Fernando Adamczyk, dois meses antes, para o arrasamento do morro do Castelo, garantido por um empréstimo de 12 milhões de libras que este prometia conseguir para a prefeitura - desde que lhe fosse confiada a obra e cedidos os direitos de comercializar os terrenos na esplanada ganha à montanha.

Não era a primeira vez – e nem a última – que o nome de Adamczyk apareceria ligado ao morro do Castelo. O engenheiro, que há alguns anos se dedicava a diversas iniciativas<sup>30</sup>, havia solicitado, também em 1913 e 1915, concessões para deitar abaixo a colina, chegando inclusive a convidar Carlos Sampaio "para prestar o seu valioso concurso e alto prestígio para a reunião dos

elementos financeiros e organização da empresa ou companhia que houver de executar a obra". Embora o futuro prefeito, cautelosamente, se dissesse "disposto a auxiliar", as coisas não foram adiante.<sup>31</sup>

Este tipo de empreendimento, baseado em concessões, era categoricamente condenado por Sá Freire, que afirmava não existir, no Distrito Federal, nenhuma obra de vulto realizada por particulares. Tivesse ou não Adamczyk em mente, o prefeito se queixava, na mesma mensagem, dos que procuravam

*...impressionar a opinião pública descrevendo, à falta de argumento convincente, o suposto ridículo de se chegar à data do Centenário, sem melhoramentos materiais que atestem o nosso progresso, ou o destaque criado por grandes obras que recomendam e perpetuam o nome dos administradores.*

*Poderia, certamente, a Municipalidade, por sua vez, aceitando propostas de pessoas naturais ou de companhias, traçar suntuosos programas de melhoramentos, abertura de avenidas, arrasamento e embelezamento de morros, construções de edifícios públicos e tudo o que o engenho humano pode imaginar. O conhecimento de quanto se tem passado, durante muitos anos, na vida do Município, obriga-nos, porém a repelir tais propostas...*<sup>32</sup>

e encerrava, categórico:

*...porque se aproxima a data do Centenário, exigem-se incessantemente da Municipalidade... obras para, com maior pompa, celebrar a data nacional. Ora, as grandes obras, mesmo quando produtivas, reclamam somas enormes, e não é razoável que o administrador avisado... aventurosamente se proponha a fazer despesas para as quais não calcule de antemão a capacidade de recursos disponíveis. Obras modestas e de utilidade, pretendemos realizar com a segurança, entretanto, de solver devidamente as obrigações assumidas.*<sup>33</sup>

A argumentação cristalina não deixava margem a nenhuma dúvida na disposição do alcaide; para reforçar o seu ponto de vista e reafirmar a sintonia com o presidente da República, Sá Freire citou, no mesmo discurso, trechos de uma recente mensagem presidencial para provar que os dois, partilhando das mesmas concepções, recusavam-se a escancarar as arcas do Tesouro e embarcar num programa ambicioso de obras a pretexto de festejar o Centenário:

*Não há mister em que nos excedamos em planos exagerados acima de nossas forças e capazes de agravar a nossa situação financeira até porque importa mostrar que motivo de tão grande júbilo não perturba a serenidade do nosso juízo, nem altera a nossa preocupação constante de zelar o crédito do Brasil e a seriedade de nossas resoluções.*<sup>34</sup>

Assim, no início de junho de 1920, duas perspectivas se colocavam em relação ao Sete de Setembro que teria lugar dali a pouco mais de dois anos. Gastar ou não gastar, realizar ou não realizar: o poder público, a quem cabia a decisão, havia se manifestado pela voz do presidente e do prefeito. Considerando o grau de preparação antecipada necessário para a organização das festividades e o fato de que os dois mandatários só seriam substituídos em novembro de 1922, tudo levava à conclusão de que os interesses que propugnavam grandes obras e comemorações seriam contrariados.

A mensagem de Sá Freire tratava, também, de uma outra questão que conturbava o panorama político da cidade: a organização e as atribuições do Departamento de Saúde Pública, um órgão federal que absorvera a 2 de janeiro o Serviço de Higiene da prefeitura e era dirigido pelo médico Carlos Chagas. A questão, que desde o quadriênio de Passos dividia as opiniões das autoridades, se inscrevia na questão maior da autonomia do Distrito Federal, mas se revestia de particularidades que a tornavam um ponto potencial de discórdia entre as instâncias governamentais municipal e federal. Embora já houvesse passado o tempo da polêmica que cercara os mata-mosquitos e a vacina obrigatória, o Departamento de Saúde Pública ainda detinha poderes suficientes para estar presente na vida cotidiana dos cariocas, através de inspeções sanitárias em residências, exigências para edificações e multas para os que não cumpriam os estritos regulamentos estabelecidos com o intuito de evitar que a cidade voltasse a ser o foco malsão de epidemias do século que findara.

O Conselho Municipal era, basicamente, a caixa de ressonância que amplificava as queixas e reclamações da população humilde colhida nas malhas de uma legislação sanitária que não compreendia e que, na maioria das vezes, não tinha condições de obedecer.<sup>35</sup> A isto somava-se o inconformismo dos construtores e incorporadores, sujeitos a normas que dificultavam e encareciam os seus negócios, e que com a federalização do poder fiscalizatório viam-se incapacitados de pressionar e influenciar diretamente a sua operação, como se dava quando o serviço se encontrava na esfera municipal, submetido, mesmo que parcialmente, ao poder dos intendentes. Quanto ao prefeito, mesmo que em princípio não lhe agradasse a intromissão de um órgão federal em assuntos tão ligados ao dia-a-dia da cidade, cabia-lhe a lealdade devida ao seu superior imediato, que o escolhera para o cargo.

Por este motivo, as longas referências feitas por Sá Freire aos serviços de higiene do Rio de Janeiro iniciam-se com uma ressalva revestida de cuidadosa ambiguidade: "Entendendo do nosso dever, como Chefe do Executivo local, velar sempre a autonomia do Distrito [Federal], e não nos sendo lícito, por outro lado, deixar de observar uma lei federal..."<sup>36</sup> Em seguida, embora deixando transparecer um tom velado de crítica à atuação do Departamento de Saúde Pública, manifesta-se a esperança de que as arestas entre as instâncias administrativas da cidade e da União pudessem ser aparadas - ou pelo menos contornadas - através da modificação do decreto de incorporação.

A mensagem de Sá Freire havia sido publicada, na íntegra, por *O Jornal*, disputando espaço com centenas de anúncios proclamando cura para inúmeras moléstias, o noticiário policial (encabeçado pela manchete "O Rio está repleto de ladrões"), colisões e atropelamentos ("O mal irremediável"), as reclamações contra a alta do leite, as críticas contra o bolchevismo (a "peste russa", confundida com o "anarquismo ululante e dinamiteiro" responsabilizado pela explosão de uma padaria no Méier) e os elogios ao projeto do senador carioca Metello Junior, que previa severas punições aos que comercializavam e consumiam ópio e cocaína. No decorrer da primeira semana de junho, as atenções da cidade voltavam-se também para o concerto que Arthur Rubinstein, encerrando a sua temporada no Brasil, daria no Teatro Lírico na noite de domingo, dia 6, e à partida de futebol que reuniria cariocas e paulistas na mesma tarde, no estádio do Fluminense. Anunciava-se também o leilão de um terreno de 840m<sup>2</sup>, onde se erguera o convento da Ajuda, e a venda de terrenos nos areais de Ipanema e do Leblon. Deve ter sido com surpresa, portanto, que os leitores do matutino interessados no desempenho do pianista ("performance impecável") e do selecionado do Rio de Janeiro (derrotado por 7x1) tomaram conhecimento, na terça-feira, da demissão do prefeito, em nota publicada ao lado das fotos que mostravam os efeitos catastróficos das chuvas que haviam fustigado a cidade no fim de semana.<sup>37</sup>

Sá Freire, surpreendentemente, havia se demitido na véspera, e havia passado a manhã com Epitácio, no Catete, que depois de tentar demovê-lo decidira convidar Carlos Sampaio para assumir o cargo. Chamado pelo telefone ao Palácio, este havia imediatamente aceitado a incumbência, afirmando para os jornalistas presentes não ter nenhum plano de governo - além da intenção de convidar um velho amigo, o engenheiro Vieira Souto, para ser consultor técnico da prefeitura.

Quanto a Sá Freire, deixou o Catete e passou o dia visitando as repartições da municipalidade para se despedir de seus colaboradores; propositalmente vago em relação aos motivos que o haviam levado à surpreendente renúncia, alegou não poder se conformar com a passagem do Serviço de Higiene da esfera municipal para a federal, ferindo a autonomia do Rio de Janeiro.<sup>38</sup>

As especulações em torno das verdadeiras razões de Sá Freire não se aprofundaram além do seu súbito inconformismo em torno da absorção de certos serviços e fontes de rendas municipais pelo Departamento da Saúde Pública. *O Jornal* relatava que, desde o início do mandato, ele havia se colocado em oposição à administração Frontin, além de ganhar a inimizade dos interesses ligados à Light por exigir o cumprimento estrito das cláusulas contratuais da concessão telefônica. Entretanto, lembrava o matutino, isto fora no início; e desde então nenhuma turbulência mais séria havia abalado o mandato de Sá Freire, e a prefeitura e a presidência da República pareciam conviver em perfeita harmonia.<sup>39</sup>

Alguns dias depois, no Conselho Municipal, outra versão era discutida, desta vez responsabilizando a Associação Comercial, que teria exigido de Epitácio a saída do prefeito, que se recusava a afrouxar a cobrança do imposto de exportação. Sá Freire tinha se referido à questão, mostrando que a taxa vinha sendo cobrada desde 1918 e que não cabia a ele, mas ao próprio conselho, regular e fiscalizar a sua aplicação. Todavia, a congregação dos comerciantes havia se manifestado, pela imprensa, com virulência singular, pedindo a sua destituição. Parece-nos mais razoável, entretanto, atribuir ao grupo a satisfação advinda pela queda de um adversário do que o poder de forçar a sua demissão. De mais a mais, o odiado imposto continuaria sendo lançado e cobrado pelo prefeito que o substituiria...<sup>40</sup>

Diante da radical mudança de orientação que Carlos Sampaio imprimiu ao Executivo municipal, somos tentados a nos estender um pouco mais sobre o episódio. Afinal, as exaustivas advertências feitas por Sá Freire na mensagem a que nos referimos soam como uma premonição do que seria a administração de seu sucessor: qual teria sido, portanto, a motivação do presidente da República ao escolher um prefeito que proclamaria, ao tomar posse, sua disposição de levar a cabo as realizações que pareciam condenadas à execração pública apenas algumas semanas atrás?<sup>41</sup>

Para enriquecer e contextualizar os acontecimentos de junho de 1920, pode-se tentar estabelecer uma correlação cronológica e causal entre a conjuntura municipal e os acontecimentos no país e no exterior. Se, um ano antes, a abrupta passagem de uma administração rica em obras e iniciativas – a de Frontin – a uma outra, imersa em dificuldades, correspondeu *grosso modo* à crise que se instalou, ainda em 1919, no mundo que despertava da curta euforia do pós-guerra e se fez sentir no Brasil com o início da queda das cotações do café no mercado internacional, quais teriam sido as condições políticas e econômicas quando da transição Sá Freire – Carlos Sampaio?

Afinal, talvez as perspectivas de estabilidade e prosperidade pudessem ter influenciado Epitácio no momento em que se apresentava a oportunidade de, substituindo o prefeito, mudar o rumo e o ritmo da administração municipal, atendendo aos reclamos de muitos e cedendo à tentação de presidir às comemorações do Centenário da Independência que se constituíssem num marco verdadeiramente inesquecível da sua passagem pela presidência, num coroamento glorioso de uma longa e movimentada carreira política.

Todavia, os indicadores econômicos de que se dispunha não dariam, mesmo aos mais otimistas, motivos para o gênero de elucubração que acabamos de desenvolver. O câmbio, desde fevereiro, caíra de 18 para 16 *pence* por mil-réis; o preço da saca de café continuava em declínio, por conta da superprodução nativa e da recessão americana que começava a se fazer sentida no início de 1920. A situação dos Estados Unidos, que haviam saído da conflagração como credores do mundo, detentores de metade das reservas mundiais de ouro e grandes saldos na balança comercial, era duplamente preocupante: afetava as exportações brasileiras e, diante da prostração dos países europeus, ameaçava prejudicar o acesso do nosso país àquela que se constituía, temporariamente, na única fonte de capitais disponíveis. Em janeiro de 1920, o governo americano havia suspenso os empréstimos governamentais, numa atitude imitada pela banca privada. Em suma, a conjuntura econômico-financeira não havia sofrido alterações que pudessem fornecer ao presidente subsídios concretos para ordenar uma *volte-face* desta envergadura.

Aventou-se, também, nas semanas seguintes, a hipótese da nomeação de Carlos Sampaio ter significado um aceno ao senador Paulo de Frontin, líder do agrupamento político hegemônico na cidade, a Aliança Republicana, já que era notória a longa ligação entre os dois; mas Epitácio, um ano antes, havia substituído o mesmo Frontin na prefeitura... Na falta de outras fontes que possam esclarecer melhor o episódio, que é deixado de lado inclusive pelo presidente, em suas memórias, resta-nos, portanto, voltar-nos para o nosso personagem principal – Carlos Sampaio – e acompanhar trajetória por ele percorrida até a prefeitura.

## NOTAS

1. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1992.
2. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.73. O jogo de palavras (*izar-se, içar-se, alçar-se*) perde-se quando traduzido.
3. COSTA, Nelson. *Páginas cariocas*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961. p. 77.
4. RECENSEAMENTO do Brasil (1890), Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1892; RECENSEAMENTO do Rio de Janeiro (1906). Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1907; RECENSEAMENTO do Brasil (1920). Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922. As tabelas 1e 2 contêm os dados demográficos extraídos destes censos. Optamos por não nos ater à divisão, estabelecida em 1918, entre os distritos urbanos, suburbanos e rurais. A divisão em regiões que utilizamos (Mapa 1) para analisar as diferentes taxas de crescimento têm, tão-somente, o objetivo de facilitar a visualização dos diferentes incrementos de população. O próprio texto do Recenseamento de 1906, referindo-se ao aumento das facilidades de transporte dentro do Distrito Federal, afirma que se tornou "mais fictícia do que real a distinção, até hoje pouco definida, entre as zonas denominadas urbana e suburbana desta Capital." (p.25). Citando Aureliano Portugal afirma-se que os subúrbios que margeavam as linhas da Central, Melhoramentos, Leopoldina e Rio do Ouro em 1900 "...não têm existência própria, independente do centro da cidade; pelo contrário, a sua vida é comum, as suas relações íntimas e freqüentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade..." (p. 27).
5. Ver tabelas 1 e 2.
6. CARONE, Edgard. *A República Velha: I – Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975. p.13. Dos 1.099.332 imigrantes que ingressaram no país entre 1906 e 1920, 688.056 (63% do total) se dirigiram para São Paulo. Muitos deles, mesmo os que tiveram a viagem subsidiada para trabalharem nos cafezais (aproximadamente 40%) logo se estabeleceram na capital paulista ou em outras cidades do estado.
7. NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p.65. O autor se refere às dúvidas suscitadas em torno da originalidade dos projetos da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal, este assinado pelo filho de Pereira Passos.
8. NOSSO SÉCULO, v. 1, 1900-1910. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. XV. O empréstimo de dez milhões de libras, cuidadosamente detalhado por José de Oliveira Reis, a cuja obra (*O Rio de Janeiro e seus prefeitos*) recorreremos não poucas vezes, não é citado por Alair Prata, que historiou minuciosamente as peripécias financeiras da Prefeitura em *Recordações da vida pública*, que também teremos a oportunidade de examinar. Duas possibilidades se apresentam: a operação não se teria concretizado, ou então teria sido feita em nome da União.
9. DUNLOP, Charles. *Os meios de transporte do Rio antigo*. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes/Serviço de Documentação, 1972. p. 54.
10. COSTA, N.: op. cit., p. 67.
11. PREFEITURA do Distrito Federal. *Rio de Janeiro 1935*. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1936. p. 57. A tabela 3 mostra a evolução anual das receitas e despesas da Prefeitura e a participação do imposto predial na receita total.
12. REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977. p.57. As tabelas 4, 5, 6 e 7 mostram o incremento do número de passageiros nos meios de transporte na cidade, superior ao aumento populacional.
13. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. v. 2 p.125.
14. BARRETO, Paulo, Crônicas e frases de Godofredo de Alencar. In COSTA, N.: op. cit., p. 50.
15. VIEIRASOUTO, Luis Raphael. O melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*, 9.10.1875.
16. COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1980. p. 74-75.
17. DUNLOP, C. *Subsídios para a história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Rio Antigo, 1957. p.151. A Rio de Janeiro Gas Company detinha o controle acionário da Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, que recebera a concessão para o fornecimento de gás para a iluminação da cidade. A Light absorveu a Rio de Janeiro Gas Co. adquirindo todas as suas ações em 1906. A partir daí, o gás foi paulatinamente substituído pela eletricidade; num processo que se completou em 1933.
18. CORREIA, Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro, s. n., 1936. p.124.
19. VALVERDE, Belmiro. *Os esgotos do Rio de Janeiro*. São Paulo, s. n., 1918. Em 1918 eram oito os distritos: I – Arsenal, II – Gamboa, III – Glória, IV – S. Cristóvão, V – Botafogo, VI – Alegria, VII – Lagoa e VIII – Caju. O engenheiro atribuiu à mesquinhez da City a redução do volume do "mix" desinfetante, sensivelmente menor do que o adotado em metrópoles européias e americanas. Quando chovia muito, o tratamento era dispensado: uma válvula, em cada uma das estações de tratamento, permitia que tudo fosse jogado diretamente ao mar (em 1911 foram 2.360.000 m<sup>3</sup>). Na conclusão da sua obra, Belmiro Valverde propõe que o poder público aprimore a fiscalização sobre os serviços da City, de acordo com as exigências da concessão. Esta, por sua vez, advertia constantemente a população para a proibição que pesava sobre qualquer tentativa de construir ou ampliar instalações por conta própria, sob pena de "demolição imediata... e multas."

20. JORNAL dos Sports, 9.9.61. Segundo *Nosso Século*, (v. 2, 1910-1930. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 152) a gripe espanhola causou 17 mil mortes no Rio de Janeiro. Pedro Calmon, em sua *História do Brasil*, cita os médicos Miguel Couto e Afrânio Peixoto para calcular as mortes em 15 mil e estimar em 80% da população da cidade (mais de oitocentas mil pessoas) o número de infectados.
21. CARONE, E.: op. cit., p. 232.
22. COSTALLAT, B.: op. cit., p. 66. Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, em *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro.*, estavam sediados no Rio de Janeiro, em 1920, 1.219 estabelecimentos industriais, que empregavam 51.403 operários e operárias.
23. REIS, J. O.: op. cit., p.71.
24. A este respeito, veja-se a avaliação de Oliveira Reis e de Noronha Santos, além da dos dois biógrafos de Frontin, Raimundo de Athayde e Luiz Dosworth Martins; Jeffrey Needell, em *Belle époque tropical*, abordou também alguns traços interessantes da sua trajetória. A figura de Paulo de Frontin está a merecer, todavia, uma análise mais aprofundada, articulada com o processo de modernização da cidade e com a política partidária carioca nas décadas de 1910 e 1920.
25. REIS, J. O.: op. cit., p. 75.
26. SANTOS, F. A. Noronha. *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas O Globo, 1945. p.67. O autor, mesmo reconhecendo a inevitabilidade das medidas tomadas por Sá Freire, critica-o discretamente por ter priorizado de forma tão radical o equilíbrio orçamentário em detrimento das realizações.
27. ANNAES do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1922. p. 5
28. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. p. 49
29. ANNAES: op. cit., p. 6
30. ARQUIVO Histórico Light S.E.S.A. Nº Registro 2.786, C.A.H. 10-192 Num bilhete assinado por Rui Barbosa e endereçado a Alexander Mackenzie em 8.2.1906, Rui apresenta Fernando Adamczyk, "que iria propor-lhe um negócio". Há referências também a Adamczyk, que tinha um escritório de engenharia no Centro da cidade, no Arquivo Nacional (Fundo Privilégios Industriais), pedindo patentes para máquinas e processos ligados à metalurgia.
31. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pastas 10, 11 e 12. O projeto voltaria a ser apresentado alguns meses depois, quando Carlos Sampaio já estaria ocupando o cargo de prefeito.
32. ANNAES: op. cit., p. 5
33. Idem, p. 4.
34. Idem., p. 5
35. Idem, p. 87. O intendente Ernesto Garcez, para exemplificar a distância entre a legislação e a vida cotidiana na zona rural da cidade, relata a história de um agricultor que, depois de construir uma fossa de acordo com todas as exigências legais, achara-a mais atraente do que a sua própria casa e havia pedido permissão para ampliá-la e transformá-la em moradia permanente.
36. Idem, p. 23
37. O JORNAL, 4,5,6 e 8 de junho de 1920
38. Os jornais não deixaram de notar o prazo decorrido entre a promulgação do decreto de incorporação do Serviço de Higiene e a demissão do prefeito: seis meses. Entretanto, durante todo este período o assunto esteve em discussão permanente, já que a regulamentação do decreto se fazia com vagar.
39. O JORNAL, 12 de junho de 1920.
40. ANNAES: op. cit., p.129 A receita obtida com o imposto de exportação entre 1918 e 1920 foi irrisória, não chegando a ultrapassar 1% da arrecadação total da municipalidade.
41. SAMPAIO, Carlos. *Discursos e notas*. Rio de Janeiro, Typ. da S.A. Gazeta da Bolsa, 1925. pp. 12-14.

# iii

## trajetória biográfica



Destruição do antigo complexo jesuítico, nos últimos dias do governo Carlos Sampaio  
Foto Augusto Malta, 12/11/1922  
FMIS/RJ

Carlos César de Oliveira Sampaio nasceu a 13 de setembro de 1861, no Rio de Janeiro, e foi inicialmente educado em casa, primeiro pela irmã mais velha e depois por professores particulares, recebendo aulas de português, francês e inglês. Matriculado em 1875 na Escola Politécnica, após uma passagem de quatro anos por um colégio preparatório, obteve quatro anos depois os títulos de engenheiro geógrafo, engenheiro civil e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

No final do curso, em dezembro de 1880, tornou-se um dos sócios fundadores do Club de Engenharia, que se transformou rapidamente num centro de estudos e debates de questões técnicas e numa instituição empenhada na defesa dos interesses identificados com a engenharia nacional. Mais que uma filiação honorária, o Club proporcionava uma oportunidade de discussão dos principais temas afeitos à modernização do país. Novos inventos, projetos de ferrovias, sistemas de esgotos, concessões: tudo era analisado por comissões do Club, discutido por seus membros – muitos dos quais ocupavam lugares de destaque no mundo político e financeiro da capital – e divulgado através da sua *Revista*.<sup>1</sup>

Aos 21 anos, em 1881, Carlos Sampaio inscreveu-se, com seu colega de curso André Gustavo Paulo de Frontin, no concurso que iria preencher a vaga de catedrático de mecânica aplicada às máquinas. Os dois são aprovados, cabendo a Frontin o primeiro lugar – e o almejado título de professor catedrático – e a Carlos Sampaio o segundo, o que lhe garante a nomeação para substituto efetivo da cadeira. Em 1884, Carlos Sampaio passou a ensinar matemática na Escola Naval, tendo sido aprovado em primeiro lugar num concurso que exigia, além do conhecimento da matéria, exames de navegação, balística, artilharia, aparelho e manobra de navios à vela, pirotécnica, natação e esgrima.<sup>2</sup>

A trajetória paralela de Frontin e Carlos Sampaio iniciou-se, assim, através de uma das poucas vias de ascensão social abertas aos filhos das camadas médias urbanas (o pai de Carlos Sampaio era um pequeno comerciante; o de Frontin teve muitas atividades, mas não prosperou) na segunda metade do século passado: a educação. Todavia, existia uma diferença entre as possibilidades abertas pela carreira de engenheiro e a advocacia, que tradicionalmente havia concentrado os esforços e os talentos da juventude cidadina desejosa de prestígio e fortuna: as mudanças que se processavam na sociedade brasileira em decorrência do esgotamento do modelo de produção escravagista estavam desviando capitais até então empregados no tráfico negreiro e na agricultura para as oportunidades abertas com a modernização e a expansão das cidades.

O ano de 1851, logo após a extinção do tráfico, pode ser considerado como o ponto de inflexão a partir do qual se estruturam as condições para a aceleração do progresso técnico e a expansão econômica do país, com a fundação de sociedades anônimas, do segundo Banco do Brasil, a inauguração da primeira linha telegráfica e da primeira estrada de ferro, marcando a ascensão de novas estruturas tecnológicas e econômicas que vão beneficiar os financistas e engenheiros preparados para enfrentar os novos tempos. Estas mudanças estão estreitamente ligadas às transformações ocorridas na economia internacional, em fase de expansão impulsionada pelas novas técnicas de construção, comunicação e transportes; e articulam-se com a importância que vai adquirindo o engenheiro em contraposição ao bacharel burocrata, funcionário do Estado oligárquico e patriarcal.<sup>3</sup> O Rio de Janeiro, centro administrativo e econômico do país, principal interface com o mundo, recebeu os primeiros impactos deste choque de modernidade.



O ingresso de Carlos Sampaio e Frontin na Escola Politécnica coincidiu com a reforma elaborada pelo conselheiro João Alfredo e pelo visconde de Rio Branco, que se tornou seu diretor, reforma que mudou o currículo e a estrutura da antiga Escola Central, destinados à formação militar, e espelhou-se na *École Polytechnique* francesa para criar um curso baseado no ensino de ciências físicas e naturais, matemática, engenharia geográfica, civil e de minas, artes e manufaturas. A finalidade era formar, além de engenheiros, bacharéis em ciências físicas e naturais. Esta orientação sofreria um desvio de percurso em 1896, quando a estrutura foi novamente alterada, com a extinção dos cursos relacionados à ciência pura e o retorno a uma visão prática da ciência próxima da filosofia positivista.

A influência do positivismo na Escola Politécnica deu-se muito mais através da adesão a uma visão de mundo baseada na valorização da razão científica do que à filiação de professores e alunos ao Apostolado Positivista de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. O Apostolado, que havia sucedido em 1881 a Sociedade Positivista fundada em 1874, adotou a orientação ortodoxa e religiosa da corrente que seguia Pierre Lafitte, sucessor de Auguste Comte na função de grande sacerdote da Religião da Humanidade. A opção "fundamentalista" provocou o afastamento de vários militantes do movimento, entre os quais se destacava Benjamin Constant, professor da Escola Politécnica. Outros professores, entretanto, entre os quais se incluiria Carlos Sampaio, deixariam transparecer em seus cursos e em sua militância intelectual e política a influência que haviam recebido das doutrinas científicas de Comte.<sup>4</sup>

O espírito pragmático e a formação generalista do ensino da Escola Politécnica se refletiram nos trabalhos a que Carlos Sampaio se dedicou, a par das atividades docentes desenvolvidas em 1885 e 1886: textos e pareceres técnicos sobre geometria aplicada, mecânica aplicada e navegação aérea. Este último trabalho envolveu a apreciação de um malogrado projeto de balão, onde Carlos Sampaio parece ter propugnado a idéia de que o futuro pertencia ao mais pesado que o ar, o que lhe teria conquistado a inimizade do conde D'Eu, protetor do inventor frustrado.<sup>5</sup>

O início do envolvimento de Carlos Sampaio com a remodelação urbana do Rio de Janeiro veio em 1887, quando foi convidado pelo engenheiro Luis Raphael Vieira Souto, detentor de uma concessão de 1879, para executar o projeto de arrasamento do morro do Senado, cuja terra seria utilizada para aterrar a extensa área compreendida entre o morro de São Diogo e o morro da Gamboa, unindo ao continente as ilhas dos Melões e das Moças e fazendo desaparecer as praias Formosa, das Palmeiras e o saco do Alferes.

O projeto havia nascido, na verdade, de um outro esboçado por Vieira Souto em 1873 e se inscreve nos extensos debates sobre questões urbanísticas do Rio de Janeiro acirrados com a constituição da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (da qual fazia parte Pereira Passos) em 1874. Embora Vieira Souto concordasse com as premissas que nortearam o trabalho da Comissão – a necessidade de reformas para sanear a cidade, sufocada pelas epidemias –, as soluções apresentadas mereceram uma contestação feita numa série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, em 1875, que questionaram inicialmente a prioridade dada pela Comissão à área que se estendia do campo da Aclamação (atual praça da República) aos contrafortes do maciço da Tijuca. Vieira Souto, pelo contrário, proclamava a necessidade de executar obras urgentes na área comercial e portuária da cidade, mais atingida pelo morticínio da febre amarela.<sup>6</sup>

O que singularizou o projeto de Vieira Souto não foi a sua magnitude, mas o fato de que as obras foram iniciadas efetivamente, ao contrário de outras iniciativas particulares que, a partir dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos, começaram a chegar às repartições públicas solicitando autorizações para executar propostas e projetos de melhoramentos e saneamento da cidade: aterros, túneis, abertura e alargamento de ruas, arrasamento de morros, ferrovias subterrâneas e aéreas, construção de casas higiênicas para operários. Tudo devidamente acompanhado de demandas de concessões e privilégios, que se multiplicam nas décadas de 1880 e 1890 e se constituem num verdadeiro conjunto fragmentário e cacofônico do pensamento urbanístico que envolve os agentes de transformação da cidade.

Pedro Carlos da Silva Telles, em seu livro *História da engenharia no Brasil*, afirma:

*A maior obra de urbanização realizada no Rio de Janeiro, no século XIX, foi o arrasamento do morro do Senado... diariamente 25.000 m<sup>3</sup> de terra... iam entulhar os alagados de São Diogo e Gamboa... empregou-se pela primeira vez no Brasil, escavadeiras mecânicas a vapor que removiam 1.200 m<sup>3</sup> em dez horas de serviço.<sup>7</sup>*

As obras do morro do Senado conheceram diversos ritmos, e andaram ao sabor dos recursos disponibilizados pelo Banco Auxiliar, que em 1888 havia adquirido a concessão de Vieira Souto. Embora tecnicamente não oferecessem problemas, e o morro fosse praticamente desabitado, o que eliminava a necessidade de indenizações, os aspectos financeiros da operação tinham peculiaridades que merecem ser examinadas, por levantarem questões que se repetirão em outras iniciativas que terão a participação de Carlos Sampaio nas décadas seguintes. O objetivo do empreendimento era, fundamentalmente, auferir lucros com a venda dos terrenos resultantes do arrasamento, na futura esplanada do Senado e nas áreas a serem aterradas. Isto somente poderia ser concretizado, porém, quando as obras estivessem terminadas: assim a operação, por melhores que fossem as vantagens oferecidas pela concessão (principalmente a isenção de impostos) exigia um dispêndio considerável de numerário antes de passar a remunerar os investidores.

Ao contrário da Paris de Haussmann, remodelada com recursos governamentais, o Rio de Janeiro do século XIX só contava com o capital privado; e este encontraria melhor e mais rápida remuneração no mercado imobiliário, em atividades como a compra de antigas chácaras e fazendas para retalhamento e comercialização ou na construção, incentivada pelo governo, de moradias para a população pobre da cidade.<sup>8</sup> Assim, o volume de capital a ser aportado limitava a operação do morro do Senado aos bancos e aos seus representantes, que tinham condições de aguardar o longo processo de retorno do investimento.

Enquanto se desenvolviam as obras, Carlos Sampaio foi convidado por Frontin, em março de 1889, para chefiar uma das turmas de trabalho que protagonizaria o célebre episódio da "Água em seis dias", tendo sido encarregado, entre outras coisas, de chefiar a turma de oitocentos trabalhadores que executou o reconhecimento do terreno e a abertura de uma picada, a foice e machado, para a colocação dos condutores que conduziriam a água da cachoeira Água Fria até o reservatório do Barrelão, próximo a Tinguá, de onde ela seria levada para os chafarizes da Corte, aliviando os efeitos de um verão excepcionalmente seco. Embora a importância da realização tenha sido reavaliada posteriormente, em seus aspectos técnicos,<sup>9</sup> a sua repercussão foi imensa, até por envolver uma disputa de Frontin com outros engenheiros mais antigos, como Buarque de Macedo e Francisco Bicalho.<sup>10</sup>

Em novembro de 1889 Carlos Sampaio envolveu-se numa outra área, a das comunicações: assumiu, convidado pelo mesmo Buarque de Macedo, a direção técnica e a gerência dos serviços telefônicos da cidade. Lá permaneceu durante seis meses, num período conturbado que envolveu a mudança de regime político do país e as delicadas negociações para que o serviço, administrado de maneira provisória por Buarque de Macedo, fosse concedido de forma permanente à sua Empresa de Obras Públicas do Brasil.<sup>11</sup>

2

Em 1890, as trajetórias de Carlos Sampaio, Vieira Souto e Paulo de Frontin, que já se haviam entrecruzado várias vezes no campo profissional,<sup>12</sup> se ligaram mais estreitamente na Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, fundada a 17 de maio do mesmo ano. Vivia-se então a euforia empreendedora e especulativa do Encilhamento, ilustrada, entre tantos outros, por Luiz Dodsworth Martins, o biógrafo de Paulo de Frontin:

*...O encilhamento era um espetáculo de atividades artificiais, que surgiam e desapareciam. Agitavam-se figuras, antes inexistentes, de incorporadores, concessionários, membros de sindicatos de negócios, corretores. Faziam-se e desfaziam-se fortunas. Campeava o luxo fácil; e o sistema empresarial, ainda incipiente, desorganizava-se... Era a aristocracia do dinheiro, que vinha substituir a velha aristocracia rural, o poder político dos homens de negócio que suplantava o dos bacharéis.<sup>13</sup>*

A empresa foi organizada a partir da confluência de interesses de Frontin, seu diretor técnico, e de outras personalidades atuantes no Club de Engenharia e no mundo dos negócios da capital, como Conrado Jacob de Niemeyer e Eduardo Guinle (membros do Conselho Fiscal da primeira diretoria) e Vieira Souto (diretor-secretário). O presidente era Amarylio Gonçalves; Carlos Sampaio (engenheiro-chefe) e Cândido Gafrée eram acionistas. Embora Frontin seja considerado o criador da Melhoramentos, a verdade é que foi só a partir do ano seguinte, quando assumiu a presidência depois de desentendimentos que resultaram na saída de Amarylio Gonçalves e de outros diretores, que ele passou a determinar os rumos da companhia. Portanto, foi sob a presidência deste último que se deram as primeiras iniciativas da empresa, que se dividiram basicamente entre empreendimentos ferroviários, atividades de colonização e projetos relacionados com a remodelação urbana do Rio de Janeiro, dentre os quais se destacam os trabalhos do Cais do Porto.<sup>14</sup>

A principal diferença entre a Melhoramentos e as outras empresas que haviam brotado durante o Encilhamento era a sua capacidade técnica de realizar os projetos em que se envolvia; e a atmosfera de prosperidade, aliada ao prestígio de seus diretores, fez com que o seu capital fosse sucessivamente aumentado para 5 mil contos (julho de 1890), 10 mil contos (setembro de 1890), 25 mil contos (dezembro de 1890) e finalmente 100 mil contos, em janeiro de 1891.<sup>15</sup>

A melhoria das instalações portuárias do Rio de Janeiro era uma aspiração antiga, já que a cidade era o mais importante entreposto de mercadorias do país e havia sido atendida de maneira incompleta com a inauguração do cais da Alfândega, em 1877, e das Docas de Pedro II, na Saúde, em 1889. Entretanto, o movimento de cargas era muito superior à capacidade das instalações e transbordava pelos trapiches que se sucediam da praça Mauá à Gamboa.

O projeto da Melhoramentos aproveitava os trabalhos de desmonte do morro do Senado e o aterro da região da praia Formosa, já citados, e os inseria num empreendimento maior, aprovado pelo governo federal ainda em 1890, e contemplado com uma concessão que previa um cais contínuo, do Arsenal de Marinha (próximo à praça Mauá) à ponta do Caju, servido por equipamentos modernos e um terminal ferroviário que terminariam de uma vez por todas com o sistema que vinha do período colonial, baseado nas carroças e no braço escravo. Para isto a empresa teve que entrar em acordo com diversos pequenos interessados, donos de trapiches, concessões e terrenos situados entre a Prainha e a Gamboa. Finalmente, em 31 de julho de 1890, Cândido Gafrée anunciava que a Melhoramentos havia adquirido, do Banco Auxiliar, as concessões que previam o arrasamento do morro do Senado e os aterros da região entre o morro de S. Diogo e as ilhas dos Melões e das Moças.<sup>16</sup>

Enquanto se desenvolviam as obras do Porto, que incluíam também os estudos de sondagem e preparação da costa para a posterior dragagem e levantamento da muralha, a Melhoramentos se envolvia no projeto do arrasamento do morro do Castelo. Este era objeto de uma concessão feita em 1890 a Carlos Sampaio, através do decreto 758, de 18 de setembro, que fora transferida para a Melhoramentos a 14 de fevereiro do ano seguinte, pelo decreto 1.370. Para concretizar o projeto, foi então fundada a Empresa de Arrasamento do morro do Castelo, a 14 de março de 1891, com um capital de cinco mil contos. O decreto 527, de 20 de outubro de 1891, transfere então a concessão à nova empresa. Previa-se, além do desmonte, o aterro da praia do Flamengo entre o Russel e o morro da Viúva, já que a área entre o Russel e o Calabouço estava reservada para a terra resultante do arrasamento do morro de Santo Antônio, cujos concessionários eram os engenheiros Sabino Pessoa e Libânio Lima. O controle da companhia pertencia à Melhoramentos, que possuía 22.725 das 25.000 ações (que valiam duzentos mil-réis cada uma), com Carlos

Sampaio ficando de posse de 525 ações e o restante se dividindo entre Vieira Souto, o próprio Frontin, Henrique Dumont e outros. Foram integralizados, no ato de constituição da empresa, 10% das ações; Carlos Sampaio, portanto, desembolsou 10.500\$000 de um total de quinhentos contos.<sup>17</sup>

As duas operações – a do Cais do Porto e a do morro do Castelo – lançam luz sobre as práticas empresariais que possibilitaram que a convergência de interesses de Frontin, Vieira Souto e Carlos Sampaio se concretizasse. Para começar, existia a concessão, que era um título de exclusividade sobre o desfrute de um bem ainda não existente, e que somente através da inversão de capitais poderia se tornar lucrativa. O interesse declarado do Estado, ao distribuir concessões, era viabilizar empreendimentos teoricamente benéficos para o saneamento e a modernização da cidade sem que houvesse a necessidade de dispêndio de dinheiro público. Entretanto, as influências políticas e os contatos pessoais freqüentemente resultavam em concessões concorrentes ou incompatíveis, que se superpunham e se contradiziam ocasionando reclamações e demandas judiciais. As concessões geralmente estabeleciam um prazo para o início das obras, evitando assim que se estabelecessem direitos perpétuos; não raro os prazos eram prorrogados e as concessões alteradas por decretos governamentais.

Conseguida a concessão, tratava-se de angariar capitais que pudessem tocar as obras e profissionais para dirigi-las. Já nos referimos aos mecanismos de captação de capitais; quanto aos profissionais, os engenheiros da geração de Carlos Sampaio se constituíram na mão-de-obra ideal para as empreitadas. Vários deles tentaram romper o limite que separava os meros executores de iniciativas alheias dos empreendedores que aliavam o conhecimento técnico à capacidade de realização. Mas Carlos Sampaio e Vieira Souto não haviam sido capazes de, na oportunidade, transcender esta barreira, o que os levou a se associarem a Frontin, o qual havia se articulado melhor com os detentores de capital disponível para investimentos em projetos deste tipo.

Este primeiro ataque ao Castelo por parte de Carlos Sampaio (que chegou a viajar à Europa para consultar o engenheiro inglês Benjamin Baker sobre a melhor maneira de executar as obras), como tantas iniciativas anteriores, não saiu do papel, e em 27 de maio de 1903 a Melhoramentos acabou transferindo (contra o pagamento de trezentos contos de réis, 60% do que havia sido integralizado 12 anos antes) para o Banco da República a concessão de que era proprietária, sendo na mesma data liquidada a Empresa de Arrasamento do morro do Castelo. Na divisão dos despojos Carlos Sampaio recebeu 10 contos (pouco menos do que havia investido) e o engenheiro Libânio Lima recebeu 15 contos, pela intermediação do negócio.<sup>18</sup>

A terceira frente aberta pela Melhoramentos no Rio de Janeiro resultou no arrasamento do Cabeça de Porco, um enorme conjunto de cortiços e casas que abrigava quase duas mil pessoas e estava situado na embocadura do Túnel João Ricardo, onde se cruzam hoje as ruas Barão de S. Félix e Bento Ribeiro. Como no caso do morro do Senado, o empreendimento envolveu a absorção de uma concessão – cujo principal item era a abertura do túnel que ligaria a zona portuária à região do Campo de Santana – e a disponibilização de recursos e pessoal para executar as obras. Todavia, ao contrário do morro do Senado, a concessão exigia a remoção de um grande contingente de famílias. Mesmo que os proprietários fossem legalmente indenizados – o que não aconteceu –, restava o problema dos moradores. Lillian Fessler Vaz assim descreveu a operação:

*Em 1891, o Conselho de Intendência Municipal fecha contrato com outro concessionário, o engenheiro Carlos Sampaio, que se propõe a prolongar a rua dos Cajueiros, a rua Dr. João Ricardo e abrir um túnel no morro do Livramento. O futuro prefeito solicitava a concessão dos favores habituais nessas propostas: o direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos do Estado, isenção de taxas sobre os prédios a serem construídos e, ainda, o privilégio para exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes e no túnel, direito de cobrança de pedágio durante 30 anos e de transferência da concessão a terceiros. Aguardava-se apenas a aprovação ministerial e o decreto de desapropriação do cortiço, para iniciar as obras.*

*Em meados do ano seguinte (1892), já na administração de Barata Ribeiro, fecha-se o cerco ao cortiço. Por ordem do Serviço de Higiene, são fechadas as casas da ala esquerda... Muitos moradores se retiraram.*

*Em 21 de janeiro de 1893, os proprietários recebem intimação para demolirem seus prédios, no prazo de cinco dias... em 26 de janeiro, vencido o prazo, o prefeito baixa um decreto permitindo a si mesmo dar combate aos cortiços. No mesmo dia iniciava-se a demolição.<sup>19</sup>*

A autora descreve o desfecho da operação citando o livro de Roberto Macedo sobre a administração de Barata Ribeiro:

*Foi uma batalha civil, perfeita em seus pormenores. (...) Comandantes das tropas aliadas eram os diretores da Empresa Melhoramentos do Brasil, Vieira Souto e Carlos Sampaio, este futuro prefeito, que adjudicaram quarenta trabalhadores de sua companhia.<sup>20</sup>*

E encerra:

*Ao alvorecer, havia desaparecido a estalagem. Os jornais noticiaram o acontecimento e anunciaram o breve início das obras de construção do túnel e prolongamento da rua João Ricardo. O breve início estendeu-se por algumas décadas; depois de vários projetos, foi 'aberto em tempo recorde' pelo prefeito Paulo de Frontin, em 1919, e concluído por ocasião das festas do centenário, em 1922, quando era prefeito... o próprio Carlos Sampaio.<sup>21</sup>*

Na verdade, a concessão havia sido declarada caduca já em 1894, por atraso no início das obras para a construção do túnel. O interessante é que a permissão obtida por Carlos Sampaio em seu nome em 1891, após o início da sua colaboração com Frontin na Melhoramentos, dá margem à hipótese de uma atuação independente nesta área, o que seria reforçado pela sua participação em outras empresas imobiliárias formadas logo após a Proclamação da República (Empresa de Construções Cíveis, da qual era diretor, e a Companhia de Construções e Melhoramentos, que o tinha como acionista). Pode ser que estas tenham sido apenas participações formais, que não implicavam em poder real, mas sim em articulações envolvendo negócios que seriam efetivados através da Melhoramentos; um exemplo disto aconteceu na Companhia Melhoramentos de São Paulo, lançada com o capital de 15 mil contos de réis em 1890 e presidida por Carlos Sampaio entre 1892 e 1901.<sup>22</sup>

A colaboração estreita da Melhoramentos com o poder público municipal, representado por Barata Ribeiro, não se limitou a este episódio. O transporte da terra do morro do Senado para o litoral estava ameaçado por um emaranhado burocrático e dependia de autorizações de proprietários de terrenos, companhias de carris e repartições municipais; somente a intervenção do prefeito Barata Ribeiro, em 1892, desfez o nó e permitiu a continuação das obras. Este teria dito a Carlos Sampaio: "para acabar com a infecção proveniente dos pantanais da Praia Formosa e das Palmeiras... não teria dúvida em permitir arrasar, se preciso fosse, as torres da Candelária"<sup>23</sup>

Quando sobrevieram a depressão econômica e a sucessão de falências que marcaram a etapa final do Encilhamento, a partir de 1892, a Melhoramentos, já sob a presidência de Frontin, foi se desfazendo de grande parte das concessões de que era detentora, direta ou indiretamente. Estas, além das que tratamos, incluíam, no setor ferroviário, participações na construção de ferrovias nos estados do Rio, São Paulo, Goiás, Piauí, Pernambuco e Minas Gerais; na agricultura, projetos de colonização e produção de café em São Paulo (administrados pela citada Cia. Melhoramentos de São Paulo), pecuária no Rio Grande do Sul, cacau na Bahia, sal, açúcar e algodão em Pernambuco; e ainda algumas manufaturas de vidro, ferro e couro no Rio de Janeiro. A retração de capitais, que se agravou com as revoltas de 1893, além de quase paralisar os negócios da empresa, frustrara as tentativas de renegociar seus débitos junto ao Banco do Brasil e ao seu sucessor, o Banco da República.

Dois empreendimentos, todavia, foram considerados viáveis: as obras do Cais do Porto e as da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, que deveria ligar o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Ambos os projetos continuaram a ser tocados com a lentidão correspondente à carência de recursos, pelos anos vindouros, enquanto a Melhoramentos tentava passá-los adiante.

Com a nomeação de Frontin, a 9 de dezembro de 1896, para a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos Sampaio substituiu-o na presidência da empresa e novas possibilidades se abriram para a venda da ferrovia; mas o presidente da República, Prudente de Moraes, resolveu não adquiri-la, o que fez com que Carlos Sampaio partisse para a Europa, em agosto de 1897, com a incumbência de negociar os dois projetos diretamente com os interessados (*Union Financière et Industrielle*, intermediária, e a *Anglo Brazilian Docks Finance Corporation*) que dispunham de condições para a aquisição. Em março de 1898 foi inaugurado um trecho de 165 quilômetros da E.F. Melhoramentos, ligando a estação da Mangueira à cidade de Paraíba do Sul, e em maio era anunciada a venda da concessão das obras do cais, por 880 mil libras esterlinas; a venda da ferrovia se frustrara.

Apesar do anúncio, a venda parece não ter se concretizado: a Melhoramentos continuou com o desmonte do morro do Senado e em 1900 teve aprovados pelo governo federal os seus planos definitivos para a construção do cais. No ano seguinte, a empresa fundia-se com a Rio de Janeiro Harbour and Docks, que tinha a concessão para realizar melhoramentos portuários no litoral compreendido entre o Arsenal de Guerra, no Calabouço, e o Arsenal de Marinha. Os motivos relevantes - as duas concessões rivais tinham o mesmo objetivo e atrapalhavam-se mutuamente na tarefa de levantamento de capitais - não foram suficientes para que a Companhia Docas do Rio de Janeiro, a denominação da empresa resultante da fusão, se constituísse efetivamente e passasse a concretizar a construção de um cais que iria do Calabouço ao Caju; a protelação da Melhoramentos fez com que a autorização para a fusão, dada pelo governo através do decreto 4.228, de 6 de novembro de 1901, caducasse no ano seguinte.<sup>24</sup>

Carlos Sampaio, após retornar ao Brasil em 1898, retomou as suas atividades: as aulas na Escola Naval e na Escola Politécnica (onde havia sido alçado ao posto de catedrático de Máquinas, com o desdobramento da cadeira que dividia com Frontin; este havia deixado a presidência da E. F. Central do Brasil – substituído por Pereira Passos – e reassumido a da Melhoramentos), as sessões e palestras do Club de Engenharia e a direção dos trabalhos de arrasamento do morro do Senado, que se prolongariam pelos primeiros anos do novo século.<sup>25</sup>

Dedicou-se também a procurar obter patentes e concessões: ainda em 1896, junto ao francês Charles Bonneau, registra um processo de tratamento de esgotos baseado em lagoas de decantação cheias de cloro e cal viva<sup>26</sup>; com outro francês, Adolpho Klingelhofer, em 1899, um processo de fabricação de pilhas para acumulação de energia<sup>27</sup>; e em 1901 obtém com o irmão, o industrial Antonio Julio de Oliveira Sampaio, a concessão para construir e explorar uma ferrovia subterrânea entre o Rio e Niterói, que ele tentaria depois transferir à E. F. Leopoldina<sup>28</sup>.

A questão da navegação aérea seria retomada em 1902 numa conferência no Instituto Politécnico, comparando os projetos de Augusto Severo e Santos Dumont.<sup>29</sup> Estas incursões de Carlos Sampaio pelo concorrido mundo das patentes estão inscritas num ambiente acadêmico em que as sucessivas descobertas e invenções alargavam o campo da ciência e conquistavam espaço e prestígio com aplicações industriais. É importante notar que as duas patentes requeridas estão ligadas a questões extremamente pertinentes para o Rio de Janeiro da época, a do destino dos detritos e a do aproveitamento prático da energia elétrica.

A eleição de Rodrigues Alves para a presidência da República, em 1902, teve repercussões profundas, amplamente analisadas em vários trabalhos recentes, no processo de evolução urbana do Rio de Janeiro. As medidas de saneamento e remodelação ganharam um novo ímpeto, ditado pelo programa de governo que explicitava a intenção de intervir decisivamente na cidade. Os negócios da Melhoramentos e as trajetórias de seus dirigentes também seriam afetados pelas administrações – federal e municipal – encarregadas das grandes reformas de 1903-1906.

Em janeiro de 1903, enquanto o engenheiro Francisco Pereira Passos assumia a Prefeitura do Rio de Janeiro, uma comissão nomeada pelo ministro de Viação e Obras Públicas do governo Rodrigues Alves, Lauro Müller, reunia-se para elaborar o projeto definitivo da expansão do Cais

do Porto. Presidida pelo próprio ministro, dela faziam parte Francisco Bicalho e Paulo de Frontin, e suas decisões aproveitavam, com algumas modificações, os estudos, projetos e obras realizados pela Melhoramentos. Em setembro foi assinado o contrato entre o governo brasileiro e a firma inglesa C. H. Walker & Company, escolhida para executar as obras. A Walker era ligada à companhia inglesa que havia, em 1898, formalizado a aquisição da concessão da Melhoramentos e as negociações de 1903, segundo Ismael Coelho de Souza<sup>30</sup>, tiveram a participação de Carlos Sampaio. Para supervisionar as obras, foi criada a Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, presidida por Vieira Souto, sendo que da parte operacional ficou encarregado Francisco Bicalho.

Com o intuito de melhorar as comunicações da área portuária com o restante da cidade, foi decidida a construção de uma avenida ligando o largo da Prainha à Praia de Santa Luzia – a avenida Central. Os trabalhos ficaram a cargo da Comissão Construtora da Avenida Central, presidida por Frontin, recém-eleito presidente do Club de Engenharia.<sup>31,32</sup> As obras, iniciadas em fevereiro de 1903, se estenderam até 1905. Neste ano, Carlos Sampaio tornou-se representante da Val de Travers Asphalt Co., uma companhia americana, que executou o calçamento em lençol de asfalto da nova avenida. Os privilégios desta concessão incluíram a isenção de impostos de importação do material empregado e o empréstimo de um compressor a vapor.<sup>33</sup>

O outro grande empreendimento da Melhoramentos, a estrada de ferro que tinha o seu nome, foi também incorporado pela União em julho de 1903, passando a denominar-se Linha Auxiliar da Central do Brasil. Desta maneira, no primeiro ano da administração Rodrigues Alves–Passos haviam sido encampadas as principais concessões da companhia, e seus diretores estavam diretamente envolvidos no programa de reformas da cidade. Carlos Sampaio continuou dirigindo o arrasamento do morro do Senado, agora a serviço da Walker, além de escrever vários artigos sobre esgotos e saneamento, e uma análise do desabamento do edifício-sede do Club de Engenharia.<sup>34</sup>

As dúvidas que assaltavam a Comissão de Melhoramentos de 1875 sobre a forma ideal de promover as reformas urbanas julgadas indispensáveis para o progresso da cidade, e que de certa forma simbolizavam a contradição entre os interesses públicos e privados na condução do desenvolvimento do Rio de Janeiro, foram significativamente esclarecidas pela ação governamental em curso. O Estado assumiu diretamente a responsabilidade de planejar e executar as obras de remodelação; os obstáculos, representados pelo cipoal de concessões existentes e pelos interesses contrariados, foram afastados *manu militari*, com a suspensão do funcionamento do Conselho Municipal e a expulsão forçada das famílias e comerciantes da rota do bota-abaixo. Aos particulares coube a adaptação aos novos tempos, fosse na condição de funcionários, como Vieira Souto, fosse na de empreiteiros, como Carlos Sampaio, ou conduzindo diretamente o processo, como Frontin e Passos.

### 3

Em 1899, estabeleceu-se na capital paulista a The São Paulo Tramway Light and Power Co. Limited, criada para gerar e distribuir energia hidroelétrica, e que também atuaria na área de transportes urbanos. A empresa, criada com recursos de um grupo de empreendedores canadenses e americanos, era representada no Brasil pelo advogado canadense Alexander Mackenzie e pelo engenheiro americano Frederick Pearson, que se encarregaram de vencer as dificuldades jurídicas e operacionais e concretizaram a sua implantação. Depois de conhecerem o Rio de Janeiro, Mackenzie e Pearson convenceram o grupo de investidores norte-americanos, capitaneado por Percival Farquhar, das vantagens que um empreendimento semelhante ao de São Paulo teria na capital da República. O momento era extremamente propício: o programa de embelezamento e

saneamento da cidade criava condições favoráveis para a expansão e modernização dos serviços urbanos, até então submetidos a concessões fragmentárias, administradas por grupos que não pareciam ter capitais disponíveis ou *know-how* suficiente para acompanhar as transformações técnicas e empresariais que estavam se processando.

Assim, em 1904, foram levantados cinco milhões de dólares e incorporada, primeiro em Nova Jersey e depois em Toronto, a 7 de junho, a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Limited, presidida por Pearson. As articulações que permitiram que a empresa adquirisse as concessões de diversos serviços públicos urbanos foram extremamente trabalhosas e envolveram contatos de Farquhar, Pearson e Mackenzie com autoridades governamentais de todos os níveis.<sup>35</sup> <sup>36</sup> Os poderes públicos não viam com bons olhos, a princípio, o estabelecimento de outro monopólio como o de São Paulo; e um grupo rival, capitaneado pelos antigos dirigentes da Melhoramentos, Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, tentou embargar as negociações desenvolvidas por Mackenzie para adquirir as concessões de produção e distribuição de energia elétrica, que seriam o embrião dos extensos e variados negócios em que a companhia canadense se envolveria com o decorrer dos anos.

A Light, como ficaria conhecida a empresa, inicialmente garantiu o monopólio do fornecimento de eletricidade no Distrito Federal, com a aquisição de uma concessão pertencente a William Reid (que datava de 1900), e com a assinatura de um acordo com o estado do Rio de Janeiro para explorar a cachoeira de Ribeirão das Lages. Ao mesmo tempo dava-se início à aquisição do controle acionário da The Rio de Janeiro Gas Company (controladora da Société Anonyme du Gaz, detentora da concessão para a iluminação pública e privada da cidade); das companhias de carris São Cristóvão, Vila Isabel, Carioca e Carris Urbanos; e da Rio de Janeiro Telephone Company, controladora da Brasilianische Elektrizitäts-Gesellschaft, a concessionária alemã dos serviços telefônicos. Várias destas empresas mantiveram sua identidade jurídica, e outras foram incorporadas antes que a Light obtivesse autorização para funcionar no Brasil, em 30 de maio de 1905.<sup>37</sup>

A 10 de março de 1906 Alexander Mackenzie, em carta ao seu amigo Ralph Hinckes, descrevia os negócios da Light e afirmava que esta já controlava os serviços telefônicos e de bondes (com a exceção da Cia. Jardim Botânico, que atuava na Zona Sul), de geração e distribuição de energia elétrica, e de iluminação e fornecimento de gás na cidade. E completava: "Brevemente todos estes negócios serão transferidos para a The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Company Limited ou para companhias por ela controladas."<sup>38</sup> Enquanto Pearson se ocupava dos projetos de engenharia, coube a Mackenzie, um dos vice-presidentes, se encarregar da complexa articulação com as elites empresarial e política que garantiria à Light, nos anos vindouros, livre trânsito nas diversas esferas dos poderes dos quais dependiam seus negócios. Ainda em 1905, por indicação de Frontin, Pearson se tornaria sócio do Club de Engenharia; e no ano seguinte se iniciaria, segundo a documentação, a longa associação dos dois empresários com Carlos Sampaio.

Os cinco milhões de dólares dos investidores estrangeiros haviam sido suficientes para que a Light adquirisse o controle das concessões, e os projetos de modernização estavam em andamento; mas era necessário que a companhia dispusesse de intermediários nas suas negociações com as diversas repartições e serviços que fiscalizavam o dia-a-dia das operações das concessionárias. O perfil de Carlos Sampaio era ideal para esta incumbência: detinha, ao mesmo tempo, os conhecimentos técnicos e os contatos políticos que lhe permitiram, em 1906, conseguir a aprovação de licenças para construção e reforma de prédios, obras em logradouros, passagem de cabos e outros pequenos favores dos mecanismos burocráticos municipais. Além disso, serviu como intermediário<sup>39</sup> na aquisição da Companhia Ferrocarril e Hotel Corcovado, que foi representada na negociação por Paulo de Frontin.

Instalada a Light no Rio e em São Paulo, um dos financistas que havia articulado as operações de levantamento de capital necessárias para a montagem das companhias lançou-se num novo empreendimento. Percival Farquhar tinha já uma vasta experiência e valiosos contatos nas áreas



de mineração, serviços urbanos e transportes, tendo explorado concessões de bondes em Cuba e de ferrovias na Guatemala. Nesta república, a estrada de ferro havia sido parte de um projeto maior de transporte e exportação de banana e café, no que se tornou o modelo bem-sucedido das operações que o engenheiro e advogado americano tentaria reproduzir no Brasil, em escala ciclópica, com a criação da Port of Pará e da Brazil Railway.<sup>40</sup>

A entrada de empresas estrangeiras no Brasil a partir do século XIX podia explicar-se por uma dupla determinação. Por um lado, a expansão das economias centrais passava necessariamente pela exportação de capitais e, por outro, o crescimento e a diversificação da economia brasileira propiciavam o permanente surgimento de oportunidades que poderiam ser aproveitadas por investidores estrangeiros.<sup>41</sup> As economias dos países da América Latina tinham em comum a dependência quase absoluta da exportação de produtos primários, cuja demanda crescente por parte das sociedades industrializadas esbarrava nas infra-estruturas inadequadas para o cultivo (de café, cana-de-açúcar, banana e cacau), extração (de borracha, cobre, prata, petróleo e estanho), transporte e armazenamento.

Farquhar, embora ainda tivesse diversas participações e interesses na Light do Rio, na de São Paulo e na de Salvador (uma operação similar às outras duas, onde também atuaram Pearson e Mackenzie), não estava envolvido diretamente na operação das concessionárias e dedicou-se a reunir, na América do Norte e Europa, a significativa quantia de quarenta milhões de dólares que financiaria as suas atividades.

A lista de empresas adquiridas ou fundadas por ele a partir da obtenção das primeiras parcelas deste capital é impressionante, e a sua simples enumeração revela a amplitude geográfica e empresarial em que se desenvolveram os seus empreendimentos: Uruguay Railway Co., Parana Railway Co., Brazil Land, Cattle & Packing Co., Southern Brazil Lumber Co., E. F. Vitória-Minas, Transparaguayan Railroad, Bolivian Development & Colonization Co., Compagnie Port de Rio de Janeiro, Companhia Docas do Rio de Janeiro, Asunción Tramways, Rio Hotel Co., Antofagasta & Bolivia Railroad Co., Bolivia Central Railway, Compagnie Port de Rio Grande do Sul, Amazon River Steam Navigation Co., Amazon Land & Colonization Co., E. F. São Paulo-Rio Grande, Madeira-Mamoré Railway, E. F. Mogiana, E. F. Sorocabana, E. F. Paulista etc. A fase de expansão se estenderia até 1913, e o império que Farquhar construiu incluiria um dos três grandes *reseaux* ferroviários do Brasil, sendo os outros dois a Great Western do Brazil, no Nordeste, e a Leopoldina Railway Co., na região central.

A estruturação destas empresas obedeceu a uma lógica empresarial baseada no que Ely Whitney Debevoise II, que estudou sua constituição e funcionamento, chamou de *chain of profit*, ou corrente de lucros. Os negócios deveriam se alimentar mutuamente e o ponto ideal seria atingido quando a produção de mercadorias incrementasse o tráfego ferroviário, e que este garantisse o escoamento dos produtos, aumentando o movimento nos portos.

A cadeia de empreendimentos interdependentes, subordinados a uma estratégia global, pode ser exemplificada pela incursão de Farquhar no negócio da borracha. Matéria-prima estratégica para inúmeras indústrias nascentes, a borracha estava inserida numa esfera produtiva de ritmo próprio, artesanal, e as tentativas infrutíferas – até então – de cultivá-la em outras regiões do globo fizeram com que Farquhar decidisse montar uma operação que, sem tocar a fundo no regime extrativista, maximizasse a sua lucratividade através da modernização das etapas de transporte, armazenamento e exportação.<sup>42</sup>

A primeira iniciativa foi a constituição da Cia. Port of Pará, criada para controlar o porto de Belém, e que se tornaria a *holding* da operação. A seguir Farquhar voltou seus olhos para os seringais acreanos, comprometendo-se a construir uma ferrovia (a notória Madeira-Mamoré) que possibilitasse o escoamento da produção local e, finalmente, adquiriu empresas de navegação fluvial que se fundiriam na Amazon River Steam Navigation Company. Com o controle da infra-estrutura de transportes, teve lugar a criação de companhias geradoras de tráfego. Farquhar

conseguiu do governo paraense a concessão de sessenta mil quilômetros quadrados de terras (no que hoje é o Amapá) para implantar projetos de colonização, cuja produção seria transportada pela companhia de navegação, armazenada e exportada através do porto de Belém – que também receberia os imigrantes destinados às terras da Port of Pará.

Embora as condições estruturais fossem favoráveis a empreendimentos de tal magnitude, estes dependiam de grandes inversões iniciais e somente maturariam a médio e longo prazo; e embora Farquhar houvesse garantido um aporte inicial de recursos mais do que suficiente, a administração dos negócios exigia a montagem, em território brasileiro, de uma estrutura que assegurasse o controle das operações, já que Farquhar estaria mais envolvido com os aspectos financeiros. O próprio modelo de concentração de atividades das empresas, similar aos processos que tinham lugar nos Estados Unidos e na Europa na mesma época, pressupunha a divisão de atribuições entre as esferas financeira e operacional. Para encabeçar esta última, e assumir a responsabilidade de gerenciar todos os seus projetos no Brasil, Farquhar decidiu-se a contratar os serviços de Carlos Sampaio. Em correspondência de 7 de fevereiro de 1908, ele afirmava: “o senhor é o nosso representante junto ao governo do Brasil”.<sup>43</sup>

Portanto, à atribuição de representar o Sindicato Farquhar - o nome pelo qual o grupo seria conhecido – junto ao governo se somavam, desde o início da associação, as incumbências operacionais. O papel de Carlos Sampaio, pelo que se depreende dos documentos, aliava seus extensos conhecimentos técnicos aos indispensáveis contatos políticos. Dentre as suas atividades rotineiras, estavam supervisionar levantamentos e estudos de viabilidade dos mais diversos projetos, buscar as melhores condições possíveis, junto à administração pública, para a sua concretização, e contratar profissionais para executar obras e serviços.

O trabalho também envolvia a apreciação de relatórios das empresas do grupo. Alguns destes relatórios, elaborados por engenheiros e técnicos encarregados de verificar, *in loco*, as verdadeiras condições de regiões em que o sindicato pretendia investir, assumem o caráter de diários de viagem em que as preocupações profissionais vão dando lugar a reflexões pessoais, cada vez mais impregnadas de sensações de estranhamento e distanciamento, numa imagem dramática do contraste entre os planos de Farquhar e a realidade do país.<sup>44</sup>

As atribuições administrativas de Carlos Sampaio como vice-presidente e membro do Conselho de Administração da Brazil Railway (a *holding* do grupo para a região Sul-Sudeste) abrangiam a reorganização das companhias adquiridas ou controladas pelo grupo, e em alguns textos –especialmente nos que tratam das ferrovias paulistas recém-incorporadas – explicita-se a sua posição frente ao envolvimento da companhia com os “clãs” políticos locais. Ele adverte para o perigo das relações demasiadamente estreitas com este ou aquele personagem, e condena a aproximação ensaiada por alguns dirigentes do grupo com o senador Pinheiro Machado, que não hesitaria posteriormente em se posicionar contra os interesses de Farquhar no *affair* Madeira-Mamoré.<sup>45</sup>

As obras desta ferrovia, iniciadas ainda em 1907, arrastavam-se, prejudicadas pelo verdadeiro morticínio que atingia os trabalhadores, atacados por diversas doenças tropicais. A contratação de Oswaldo Cruz por Carlos Sampaio, para estudar as causas das mortes e propor soluções que acelerassem o trabalho e possibilitassem a sua conclusão, não resolveu o problema; a ferrovia acabou sendo concluída com muito atraso, quando o *boom* da borracha já havia passado. Para conseguir do governo federal o ressarcimento das despesas com a sua construção, Farquhar foi obrigado a se envolver numa longa batalha política e judiciária que acirrou a animosidade de vários setores do empresariado nacional contrariados com a sua atuação, capitaneados pelo Grupo Guinle.<sup>46</sup>

Este, que construía e administrava o porto de Santos através da Cia. Docas de Santos, havia adquirido em 1909 a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, CBEE, criada no mesmo ano por profissionais liberais, industriais e comerciantes. A Guinle & Cia., sua nova denominação, construía

também usinas elétricas no interior do estado do Rio de Janeiro e passou a representar fabricantes como a General Electric, a Victor e a Kodak, constituindo-se numa empresa de atuação diversificada, e que dispunha, para melhor defesa de seus interesses, do mais prestigioso órgão de imprensa da capital, o *Jornal do Commercio*. Por conseguinte, embora o poder da Light e de Farquhar fosse considerável e estes, nas diversas demandas judiciais em que se envolveram, contassem com o melhor corpo jurídico que o dinheiro podia comprar, suas atividades foram continuamente fiscalizadas e criticadas, não só pelas características monopolistas e origem estrangeira, mas pela rivalidade com os interesses representados pelos Guinle.

A rivalidade se acentuaria com a disputa pelo arrendamento do Porto do Rio de Janeiro,<sup>47</sup> vencida por Farquhar, que constituiu a Compagnie du Port de Rio de Janeiro para administrar a concessão. Presidida por Carlos Sampaio, a empresa assumiu oficialmente a operação do porto, que se estendia do Arsenal de Marinha ao Canal do Mangue, em 9 de junho de 1910. As obras de construção do cais e da infra-estrutura de apoio só seriam terminadas pela Walker no ano seguinte, quando a cidade passaria finalmente a contar com as instalações portuárias sonhadas desde o século anterior. A operação, que havia culminado no arrendamento do Porto, havia sido totalmente engendrada por Carlos Sampaio, que manteria o dia-a-dia da sua administração nas mãos de Vieira Souto, que já se desincumbia destas tarefas como presidente da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto, organizada pelo governo federal em 1903. Carlos Sampaio, por conseguinte, se voltaria para outras iniciativas.

Uma delas envolvia a criação de gado e o beneficiamento, transporte e exportação de carne. A Brazil Railway planejava usar vagões refrigerados e entrepostos mecanizados que garantiriam que a exploração comercial da pecuária, até então dependente das tradicionais técnicas de salgamento, pudesse se beneficiar das possibilidades abertas pelo uso da eletricidade. Em 1911 o primeiro frigorífico foi inaugurado em Osasco e iniciativas semelhantes, que obedeciam à mesma lógica da *corrente de lucros*, se espalharam pelo Sul do país. Empresas de colonização foram fundadas para o aproveitamento da madeira de Santa Catarina e do Paraná, iniciando um processo que culminaria com o episódio do Contestado; adquiriu-se o controle do porto gaúcho de Rio Grande, e um grande número de novas companhias se acumulava no organograma da Brazil Railway. Carlos Sampaio tentou também assumir o controle do abastecimento de carne da capital, através da concessão para a reconstrução do Matadouro de Santa Cruz, em sociedade com a Durisch e Co., uma companhia que engordava reses destinadas ao matadouro nos descampados próximos. O negócio, contudo, não se concretizou, e somente seria retomado quando Carlos Sampaio assumisse a prefeitura.<sup>48</sup>

Mesmo absorvido pelos empreendimentos da Brazil Railway, que o obrigavam a freqüentes viagens no Brasil e no exterior, Carlos Sampaio não havia perdido o contato com os negócios da Light. Quando esta finalmente conseguiu adquirir uma participação acionária importante na Cia. Ferrocarril do Jardim Botânico, o que completaria sob sua égide a unificação das companhias de bondes da cidade, indicou-o para assumir um posto<sup>49</sup> na diretoria da companhia. E foi através de Frederick Pearson, presidente da Light, que Carlos Sampaio se ligou à maior das empreitadas da vida de Farquhar, a indústria siderúrgica, que se associaria permanentemente ao nome Farquhar no Brasil, absorveria suas energias até a sua morte, em 1953, e se constituiria numa questão emblemática no debate sobre os rumos do desenvolvimento do país.

Uma conjunção de fatores favoráveis – a malha ferroviária crescente, as instalações portuárias adequadas, a oferta de eletricidade que se expandia, a condição de maior e mais industrializada cidade do Brasil – faziam do Rio de Janeiro uma localização preferencial para os projetos de beneficiamento e exportação das jazidas de minério localizadas além da Mantiqueira, nos sertões mineiros. O controle que a Light e o Sindicato Farquhar já exerciam sobre parte da infra-estrutura necessária era um incentivo poderoso para que se estabelecesse um projeto que, bem à maneira de atuação de Farquhar, articulasse diversos empreendimentos num plano de ação industrial integrado. A amplitude destes planos exigia uma parceria estreita com o governo brasileiro.

O problema, do ponto de vista técnico, era apresentado com a simplicidade característica da maneira de Farquhar encarar as grandes empreitadas. Da sua correspondência com Pearson também se destacam os contatos feitos com Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, com a participação de Carlos Sampaio, procurando obter as vantagens que garantiriam a lucratividade do negócio.<sup>50</sup> Tratava-se inicialmente de adquirir as concessões para a exploração das jazidas mineiras, e de receber do governo várias facilidades (desconto nos fretes da E. F. Central do Brasil, tratamento preferencial para os seus vagões) para o seu transporte até o Rio de Janeiro. Na capital o minério seria exportado através de um terminal especialmente construído na Ilha do Governador, que serviria também para descarregar carvão vindo do exterior. Para afastar qualquer possibilidade de concorrência, Farquhar pretendia conseguir ainda o monopólio da exportação de ferro e manganês num raio de cinquenta quilômetros do porto do Rio, e o controle da E. F. Vitória a Minas.

As perspectivas para a concretização do negócio pareciam boas: Carlos Sampaio tratou então de adquirir opções de compra de depósitos de minério no interior de Minas, recolheu e remeteu amostras a Londres e encarregou um aluno da Escola Politécnica de fazer o reconhecimento dos terrenos da Ilha do Governador que dariam lugar ao complexo siderúrgico.<sup>51</sup> Ao mesmo tempo, acenava para o governo com a construção de uma fundição de canhões e tratava com o recém-nomeado diretor da Central, Paulo de Frontin, dos detalhes técnicos do transporte ferroviário. O projeto cresceu com a análise da viabilidade de instalar uma fábrica de esmaltados utilizando um processo elétrico desenvolvido pela Siemens, enquanto se desenvolviam as negociações com o governo, num ritmo cada vez mais febril e nervoso.

Frederick Pearson decidiu, então, retirar a Light do negócio. Numa carta a Carlos Sampaio, exporia suas reservas em relação à falta de planejamento de que se revestia a operação, o que a tornava altamente vulnerável. A própria complexidade do empreendimento, advertia Pearson, drenaria capitais e energias, gerando um conflito com outras atividades que eram prioritárias para a Light. Apesar do entusiasmo de Farquhar, não houve maneira de fazer o governo se comprometer a atender todas as condições julgadas indispensáveis por Carlos Sampaio, e finalmente a Brazil Railway decidiu não levar o projeto adiante.

Outros, muitos – como uma ferrovia que ligaria o Rio a Buenos Aires em trinta horas – se sucedem. Limitaremos a nossa atenção a mais um, a incursão do Sindicato Farquhar no ramo hoteleiro, e em especial a sua atuação no Rio de Janeiro. Divisando a possibilidade de auferir lucros com o incremento do turismo, crescentemente explorado na Europa e nos Estados Unidos, Farquhar resolveu criar uma companhia que se dedicaria a construir e explorar hotéis de luxo; para abrigar o hotel a ser construído na capital, foi escolhida a área que era ocupada, há quase dois séculos, pelo convento da Ajuda. A localização era verdadeiramente privilegiada: fronteira à avenida Central, que havia se transformado no principal endereço da cidade, e debruçada sobre o oceano, o que possibilitaria que os hóspedes desfrutassem das qualidades medicinais do ar e dos banhos marinhos. A demolição do convento, um resquício dos tempos coloniais, removeria um elemento que havia se tornado estranho ao entorno demarcado pelo Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e o Palácio Monroe. Lima Barreto foi uma das poucas vozes que se levantaram contra a demolição do velho prédio, que aconteceria no final de 1911; num texto cheio de melancolia, ele expressa a sensação de perda de referências da paisagem urbana do Rio:

*Noticiaram os jornais, com pompa de fotografuras e alarde de sabenças, históricas, que o Convento da Ajuda, aquele ali da avenida, fora vendido a alguns ingleses e americanos pela bela quantia de mil oitocentos e cinquenta contos.*

*Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o monstrego, diziam eles: e ali, naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande difício, moderno, para hotel, com dez andares.*

*O convento não tinha beleza nenhuma, mas era honesto: o tal hotel não terá também beleza alguma e será desonesto, no seu intuito de surripiar a falta de beleza com as suas proporções*

*mastodônticas. De resto, não se pode compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam sua história. Esse furor demolidor vem dos adventícios, dos forasteiros, que querem um Rio–Paris barato ou mesmo Buenos Aires de tostão.*<sup>52</sup>

Mas não eram apenas os *adventícios* e *forasteiros* que se interessavam pelo negócio hoteleiro: vários grupos nacionais se dedicaram a construí-los na mesma avenida Central, entre os quais os eternos rivais de Farquhar e da Light – os Guinle. A abertura de mais esta frente de concorrência empresarial coincide com a eclosão de uma campanha muito mais acirrada contra os grupos estrangeiros, que são atacados pelas vozes dissonantes e combinadas do deputado Maurício de Lacerda, do senador Alfredo Elis, dos intelectuais Alberto Torres e Alberto de Faria, e ao qual se juntam órgãos de imprensa e de classe.

A 14 de agosto de 1912 Carlos Sampaio deixava o Rio a conselho médico e iniciava uma longa temporada nas estações de cura do interior da França. Enquanto isto, os negócios da Brazil–Railway e da Port of Pará ingressavam numa fase de dificuldades que se tornava mais aguda com o passar das semanas. O modelo empresarial de Farquhar dependia de injeções de capital constantes até que os investimentos maturassem e passassem a remunerar os acionistas. Vários deles, entretanto, ainda não haviam chegado a este estágio – e alguns tinham fracassado espetacularmente – quando eclodiram na Europa as guerras balcânicas de 1912/1913, iniciando o movimento de retração de inversões que se acentuaria até o início da Primeira Guerra Mundial. As dificuldades, todavia, pareciam passageiras. Em carta dirigida ao amigo e sócio Francis Egan, em fevereiro de 1913, Farquhar comenta os ataques que se sucedem na imprensa e no Congresso brasileiros, cita o otimismo de Carlos Sampaio como um exemplo a ser seguido e confia na superação dos problemas; assim como a Light se afirmou por seus bons serviços, argumenta, a Brazil Railway teria que seguir o mesmo caminho: “só existe uma maneira de nos estabelecermos solidamente no Brasil, a ponto de resistirmos a qualquer ataque: pela qualidade de nosso trabalho...”<sup>53</sup>

O otimismo de Carlos Sampaio, ao menos para efeitos externos, também parecia contagiante. Em entrevista publicada na revista *L'Économiste Sud-Américain*, dedicada aos interesses financeiros franceses e europeus na América do Sul – e portanto lida com atenção pelos milhares de investidores preocupados com a sorte dos recursos confiados a Farquhar –, ele lamenta o atendimento de interesses locais (de natureza política) na construção e arrendamento de portos e ferrovias do Brasil e afirma que a produção anglo-malaia de borracha, que já estava destruindo os sonhos amazônicos do sindicato, esbarraria na falta de áreas adequadas e mão-de-obra qualificada. A entrevista se encerra com uma verdadeira declaração de fé: “Monsieur Sampaio sorria ao falar do futuro da Brazil Railway e eu encontrei neste sorriso a melhor prova da confiança que se pode ter neste grande projeto.”<sup>54</sup>

Em agosto de 1914, o conflito entre a Sérvia e a Áustria–Hungria se espalhou por toda a Europa. A economia internacional foi drasticamente afetada: capitais investidos no comércio internacional tornaram-se subitamente indisponíveis a curto prazo, o padrão-ouro foi abandonado em diversos países e os recursos produtivos das nações européias voltaram-se para a produção bélica. No Brasil, que enfrentava uma delicada negociação com os banqueiros ingleses para a concessão de um *Funding Loan*, devido às dificuldades em pagar os juros das quase trinta milhões de libras contraídas em empréstimo durante o mandato de Hermes da Fonseca, o governo foi forçado a decretar a inconversibilidade dos títulos-ouro emitidos pela Caixa de Conversão; isto, somado à queda catastrófica do câmbio e dos preços do café, paralisou os negócios.

O novo *Funding* determinava que a amortização de todos os empréstimos anteriores deveria ser suspensa; em decorrência, cessou por completo o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil. A situação dos negócios do sindicato, que já era delicada, tornou-se insustentável e em outubro de 1914, diante da falência iminente, a Justiça americana interveio no grupo e nomeou William Cameron Forbes, ex-governador das Filipinas, para o cargo de *Receiver*, o que lhe dava plenos poderes para administrar as companhias. A intervenção tinha como principal objetivo salvaguardar os investimentos e interesses norte-americanos.

Para conhecer pessoalmente a realidade das empresas do grupo, Forbes veio ao Brasil, onde passou dois meses visitando os empreendimentos e fazendo contato com as autoridades governamentais. Dedicou-se também a reuniões com os principais executivos das companhias, que já há algum tempo não mantinham as melhores relações profissionais, devido a diferenças de opinião quanto a assuntos administrativos. O próprio Carlos Sampaio, em carta remetida a Forbes em novembro, ao renunciar ao cargo no Conselho de Administração da Brazil Railway, explicita suas diferenças com Farquhar: critica-o por saber negociar, mas não administrar; por nomear maus agentes, pela estratégia empresarial excessivamente agressiva e desorganizada.<sup>55</sup> Ele teme que Forbes, acompanhado e influenciado por Farquhar, reorganize a Brazil Railway levando em conta exclusivamente os interesses americanos, e prejudicando os investidores franceses, belgas e ingleses, cujo volume de aportes havia sido mais significativo. Carlos Sampaio encerra a carta chamando Farquhar de “mau administrador”. E recomenda: “deve ser afastado”.

Forbes atribuiu a *débâcle* a sérias falhas de estratégia na condução do grupo. Embora os motivos estruturais externos e internos fossem reconhecidos, o maior peso caiu sobre os executivos locais. Vários deles foram afastados, a *holding* foi reorganizada e 30 das 37 companhias associadas declaradas irrecuperáveis. Para executar o programa de saneamento que julgava necessário, Forbes pede aos investidores uma injeção imediata de 1 milhão e 200 mil libras e o compromisso de aportes anuais de 200 mil libras, por mais seis anos.

A demanda por mais dinheiro tocava num ponto especialmente delicado: afinal, os membros da cúpula do sindicato haviam, no decorrer dos anos, sido regamente remunerados com dinheiro e ações das principais empresas do grupo. Carlos Sampaio era um dos maiores acionistas da Brazil Railway; e Farquhar, mesmo sem poder de decisão, conservaria uma fortuna pessoal que lhe permitiria, a partir do seu afastamento formal das empresas, em 1917, se dedicar a outras (e polêmicas) aventuras empresariais.<sup>56</sup>

Fazendo um balanço da trajetória da Melhoramentos e do Sindicato Farquhar, companhias destacadas no processo de evolução do capitalismo no Brasil, é possível, ao falar de Carlos Sampaio, inserir a sua atuação num grupo específico, que teve em comum a formação profissional, a participação em empresas concessionárias da prefeitura ou do governo federal e o desempenho de cargos na estrutura administrativa governamental. Este grupo se caracteriza como uma certa parcela da elite do país, que vai representar o papel de intermediária por excelência no processo de modernização: um mundo de engenheiros que se situa entre o poder público e os capitais disponíveis no Brasil e no exterior, identificando oportunidades, planejando negócios, engendrando parcerias e estabelecendo-se como a ligação entre o público e o privado. Que ocupa, aos poucos, posições no aparato do Estado que permitem a tomada de decisões que iriam favorecer ou prejudicar os grupos e companhias de que eram integrantes ou representantes. Carlos Sampaio foi, sem dúvida (ao lado de Vieira Souto, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Teixeira Soares, Francisco Bicalho e outros) uma das figuras emblemáticas deste processo no período que se estende da segunda metade do século XIX até os anos 20.

Embora os episódios de 1914 tivessem estremecido definitivamente o relacionamento de Percival Farquhar e Carlos Sampaio, isto não afetou as suas excelentes relações com a Light e especialmente com Alexander Mackenzie, que havia assumido a presidência da companhia (agora denominada Brazilian Traction, após a fusão de 1913 entre os ramos do Rio e de São Paulo) com a morte de Pearson no naufrágio do Lusitânia, em 1915. Neste mesmo ano Mackenzie, que procurava ampliar a área de atuação da Light passando a executar serviços de asfaltamento, recorre a Carlos Sampaio para conseguir uma entrevista com o novo diretor de Obras da Prefeitura, Vieira Souto, que acumulava a função com o trabalho na Port de Rio de Janeiro. Depois de algumas experiências com vários métodos e materiais, o asfalto havia se consolidado na cidade rapidamente ocupada pelo número crescente de automóveis, e os prefeitos que se sucediam desde o quadriênio de Passos não deixavam de contar entre as suas realizações o asfaltamento de ruas, estradas e avenidas.<sup>57</sup>

Durante a Primeira Guerra Mundial, Carlos Sampaio, mesmo afastado da condução dos negócios da Brazil Railway, continuou a presidir a Port de Rio de Janeiro. Os negócios da *holding* iam de mal a pior – a concordata viria em 1917 – e os investidores franceses constituíram um comitê para tentar salvaguardar os seus interesses frente ao que viam como uma aliança tácita entre Forbes e Farquhar. Seja para defender seu patrimônio – era um grande acionista da Port de Rio de Janeiro –, seja para manter uma posição de prestígio num empreendimento em que estava envolvido há quase trinta anos, Carlos Sampaio tentou manter a empresa a salvo das mazelas da intervenção, da guerra e da campanha pela encampação que se fazia no Congresso e na imprensa. Lá permaneceu até 1918, tentando renegociar a concessão em termos mais favoráveis e buscando interessados para passá-la adiante.<sup>58</sup>

Na bibliografia sobre as andanças de Farquhar pelo Brasil, freqüentemente nos deparamos com análises que procuram recuperar as causas do insucesso do grupo. Edgard Carone o chamou de "grupo imenso e complexo, que consegue os privilégios mas não consegue pô-los em prática".<sup>59</sup> Ana Célia Castro teve o mérito de deslocar o foco para a trajetória de Farquhar, "cuja visão ia além de suas possibilidades reais de gerência e administração".<sup>60</sup> Outros autores não se afastaram muito destas duas linhas de interpretação; alguns contemporâneos dos personagens, todavia, pareciam menos dispostos a fazer análises estruturais ou a responsabilizar Farquhar e não hesitavam em apontar aquele que, no organograma do sindicato, estava efetivamente encarregado da gerência e administração: Carlos Sampaio.

A revista *Brazil Ferro-Carril* de 16 de novembro de 1917, comentando o *affair*, não economiza adjetivos ao acusá-lo de "trair" Farquhar e aconselhá-lo mal, e "de ser o principal culpado dos erros em que caiu o sr. Farquhar... cuja opinião, por certo, mais do que nenhuma influia no ânimo do ex-presidente da Brazil Railway para aceitar ou recusar qualquer dos negócios em que se meteu em nosso país".

A carta de Carlos Sampaio, defendendo-se das acusações, é uma das únicas manifestações explícitas a respeito das suas atividades nos negócios do sindicato. Admitindo ter passado a trabalhar no grupo a convite de Farquhar, numa rara demonstração de humildade, ele tenta minimizar a sua participação no processo de tomada de decisões afirmando que teria encontrado vários negócios já em andamento no país. Assume ter sido responsável apenas pela idealização da Port de Rio de Janeiro, a compra de terras para projetos de colonização e pecuária em Mato Grosso, a construção de armazéns frigoríficos e a aquisição do terreno do convento da Ajuda. Reconhecendo também ser, à época, um dos maiores acionistas da Brazil Railway, ele atribuía os insucessos a diversos fatores externos, mas fazia questão de culpar também os "altos salários da gerência".<sup>61</sup>

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, Carlos Sampaio se retira definitivamente da Port de Rio de Janeiro; esta passava por uma fase de dificuldades internas, que haviam resultado na demissão de várias pessoas a ele ligadas.<sup>62</sup> Sua longa associação com a Marinha, iniciada com as aulas na Escola Naval, o fazia capitão-de-fragata honorário e membro da Comissão de Reorganização do Lloyd Brasileiro. Em dezembro embarca com a família para Londres, apesar do apelo do Comitê Conjunto de credores da Brazil Railway, que agradece seus esforços e pede que ele continue a presidir a Port de Rio de Janeiro. O desfecho deste episódio foi assim descrito por Ismael Coelho de Souza: "Depois do exaustivo trabalho realizado na administração da Brazil Railway, durante alguns anos, deixa a gerência desse grupo de empresas e procura período de repouso, que os recursos amealhados lhe permitiam gozar com a família".<sup>63</sup>

Em janeiro de 1919, partia do Rio de Janeiro o navio que levava a delegação brasileira à Conferência de Versalhes. Com a morte do presidente eleito, Rodrigues Alves, no mesmo mês, o chefe da comitiva brasileira, Eptácio Pessoa, seria escolhido candidato a presidência da República pelos meios oficialistas. Eleito, depois de bater Rui Barbosa, Eptácio assumiu o governo em julho.

Embora não tenhamos encontrado referências explícitas ao relacionamento anterior entre Epitácio e Carlos Sampaio, no final de 1919 o presidente o nomearia representante do Brasil na Conferência Internacional do Trabalho que se reuniria em Washington. Nesta conferência, os representantes do Brasil e de outros países periféricos, da Ásia e América Latina, se oporiam a todas as tentativas européias de estabelecer a semana de oito horas e a regulamentação do trabalho extrativista. Algumas páginas dos Anais da Conferência ilustram uma argumentação que basicamente vê nas questões uma intromissão dos países industrializados destinada a dificultar o desenvolvimento das economias menos desenvolvidas. O próprio Carlos Sampaio, num esforço para convencer seus interlocutores da impropriedade de qualquer regulamentação, e enquanto uma greve de choferes e operários de construção se desenvolve no Rio de Janeiro, não hesita em declarar que "no Brasil todo trabalhador é um capitalista".<sup>64</sup>

A estada em Washington se estende com a indicação para uma outra missão: a de chefiar a delegação brasileira à II Conferência Financeira Pan-Americana, em janeiro de 1920. Com o final da guerra e a prostração da Europa, a economia americana se imporia definitivamente como a principal parceira nas relações comerciais e financeiras com o Brasil e os outros países da América Latina. A conferência, na verdade, tinha de um lado os Estados Unidos e de outro quase duas dezenas de países quase que inteiramente dependentes da exportação de um ou dois produtos primários, e que, como o Brasil, estavam destinados a enfrentar, a curto prazo, a necessidade de tomar empréstimos em moeda americana para cobrir a balança comercial deficitária.<sup>65</sup> Carlos Sampaio retornaria ao Brasil em fevereiro de 1920, e com a exceção da intermediação, a pedido de Mackenzie, de um contencioso entre a Light e a prefeitura<sup>66</sup>, se limitaria a retomar suas atividades acadêmicas até ser convidado por Epitácio a assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro.

## NOTAS

1. Lima Barreto assim definia o Club de Engenharia num artigo de 11.7.1918: "É uma instituição pior do que a Associação Comercial. É nela que se fazem, se ultimam, se homologam as maiores vergonhas administrativas do Brasil. Não há judeu, cavador internacional que não lhe receba o patrocínio. Têm eles sempre a seu dispor o prestígio do clube para dizer que a concessão que pedem, é maravilhosa, para o progresso do Brasil; que o nosso país vai ganhar muito com isso e que nós devemos fomentar a indústria particular. Mas, os favores que pedem, os privilégios, as apólices de juro-ouro, tudo o que pode onerar a totalidade da nação, não diz o clube". No mesmo artigo, ele cita Carlos Sampaio: "o elegante Carlos Sampaio, que de professor de Perspectiva e Sombras, passou a ser sabido no *Renleaux da Mecânica Aplicada*, deita um discurso com ares literários." SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. v. 2. p. 63.
2. PARDAL, Paulo. *Memórias da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro, Xerox, Escola de Engenharia da UFRJ, 1984, p. 174.
3. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. p. 42.
4. FERREIRA, Luiz Otávio. *Notas sobre a origem da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1994 (Texto do BBS Ciência Hoje). Entre estes professores estavam Álvaro de Oliveira, Aarão Reis, Henrique Costa e Licínio Atanásio Cardoso.
5. SOUZA, Ismael Coelho de. Centenário de Carlos Sampaio. *Revista do Clube de Engenharia*, set. de 1961, p. 92.
6. FRITSCH, Lillian de Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial. *Revista Rio de Janeiro*, v. 1, nº 3, mai/ago de 1986. p. 82. As críticas de Vieira Souto se estenderam também sobre o prazo dilatado previsto pela Comissão para a realização das reformas (oito anos) e a indefinição sobre a forma de implementá-las. Em relação a este tópico, Vieira Souto defendia a orientação do Estado no programa de melhoramentos da cidade, mas condenava a sua transformação em empreiteiro das obras, que deveriam ser realizadas pela iniciativa privada, por meio de concessões.
7. SILVA TELLES, Pedro Carlos da. *História da engenharia no Brasil*, Rio de Janeiro, Clavero, 1994, p. 153.
8. PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luis César de Queiroz. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: contribuição à história da formação do capital imobiliário. *Revista Rio de Janeiro*, v. 1, nº 3, mai/ago de 1986. p. 105. Este processo se acelerou nas últimas décadas do Império. A cidade praticamente dobrou sua população entre 1872 e 1890, aumentando dramaticamente a demanda por moradias e fazendo com que os investimentos no mercado imobiliário se tornassem uma alternativa atraente para os capitais disponíveis. O próprio Vieira Souto tentou organizar uma companhia para a construção de casas para operários, mas a concessão caducou; segundo ele, a concorrência desleal dos cortiços condenava ao fracasso tais iniciativas.



9. SILVA, Rosauro Mariano da. *Rio de Janeiro em seus 400 anos*. Rio de Janeiro, Record, 1965. p.323. Fortes chuvas marcaram o último dia do prazo para que as águas coletadas por Frontin chegassem ao reservatório; ao contrário dos outros autores, este afirma que os trabalhos provisórios foram prejudicados pelo temporal e que a água que jorrou das bicas e torneiras vinha, na verdade, das instalações já existentes.
10. ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, Secretaria-Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961, p.73. O prazo pedido por Bicalho era de quarenta dias.
11. ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 50-1-58. A assinatura do contrato, marcada para 15 de novembro de 1889, não havia se realizado em virtude do movimento militar: os novos governantes, a princípio, não se julgaram obrigados a cumprir o acordo informal que Buarque de Macedo, cuja Empresa de Obras Públicas do Brasil havia adquirido os equipamentos da Cia. União Telephonica, a antiga concessionária, tinha com o antigo ministro do Império. Ismael Coelho de Souza (op. cit.) assim descreveu a passagem: "Por esta época a situação da primitiva Companhia Telefônica se tornava crítica e apresentava dificuldades sérias. Foi-lhe entregue a direção e gerência da Companhia. Em pouco tempo, cessaram as reclamações e seus negócios se regularizavam". Em março de 1890, um contrato definitivo entre a empresa e o governo é assinado. Por esta época, a Empresa de Obras Públicas havia passado a controlar também o transporte marítimo entre o Rio e Niterói, os bondes a burro e o abastecimento d'água na mesma cidade.
12. As relações se estendiam ao compadrio familiar. Segundo o relato de Rosa Sampaio, sua neta, Carlos Sampaio tinha sido padrinho de casamento de Frontin, em 1889, e batizaria dois de seus filhos gêmeos com os nomes de Paulo (que se tornaria presidente da Panair do Brasil) e Luis Raphael. Além destes dois filhos, Carlos Sampaio teve mais quatro: dois homens e duas mulheres.
13. Martins, Luiz Dodsworth. *Presença de Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1966. p.60
14. Idem, p.62.
15. ARQUIVO Nacional, Fundo Junta Comercial, Lata 46, Reg. 1109 - 3.
16. ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 46-3-55. O banco havia adquirido as duas concessões: a primeira, de arrasamento do morro e aterro dos mangais da Cidade Nova, de Possidônio de Carvalho, datava de 8.3.1879 e passara ao banco em 17.1.1887, por 186:234\$000; a segunda, de Vieira Souto e outros, datava de 24.5.1879 e fora adquirida em 17.11.1888, por preço não revelado.
17. ARQUIVO Nacional, Fundo Junta Comercial, Lata 55, Reg. 1.345 - 5.
18. Ibidem, Lata 92, Reg. 2.859 - 5.
19. VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v. 2, nº 3, abr. de 1986. p. 33.
20. Ibidem, p.34.
21. Ibidem, p.35.
22. DONATO, Hernani. *100 anos de Melhoramentos: 1890-1990*. São Paulo, Melhoramentos, 1990. O coronel da Guarda Nacional Antonio Prost Rodovalho (1838-1913), fundador da Melhoramentos, criava gado e tinha videiras na periferia de São Paulo quando, em 1877, funda a Cia. Cantareira de Esgotos e passa a produzir cal, manilhas, sarjetas, ladrilhos e outros produtos cuja demanda era crescente por conta da urbanização de São Paulo. Produz também papel e constrói em Caieiras um complexo industrial com centenas de empregados, ferrovia particular, chatas e armazéns, cercados por cinco mil alqueires de cafezais. Em 12.9.1890, Rodovalho viaja ao Rio e se associa à Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil. Os seus negócios e propriedades são avaliados em 15.000 contos; ele recebe parte deste valor em ações, e parte em dinheiro, e passa a fazer parte do Conselho Fiscal da empresa, junto a Vieira Souto e Frontin, retirando-se do dia-a-dia dos negócios. Em 1892, vem a reorganização: Carlos Sampaio, que era diretor financeiro, assume a presidência da firma que enfrenta dificuldades. As ações, que valiam setecentos réis em 1890, haviam baixado para duzentos réis. Em 1901, encerra-se a parceria: Carlos Sampaio deixa a presidência do ramo paulista da Melhoramentos e este vai se desfazendo progressivamente de várias atividades, concentrando-se na produção de papel. Em 1920, funde-se com a Weiszflog Irmãos, Gráfica e Encadernadora, uma de suas grandes clientes, para formar a Companhia Editora Melhoramentos.
23. SAMPAIO, Carlos. *Memória histórica: obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa, Lumen, 1924. p.44.
24. LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1991. Esta obra é a mais detalhada no que se refere ao labiríntico mapa das concessões e projetos de melhoramentos do porto existentes no final do século XIX.
25. A mais completa descrição das atividades da Melhoramentos, entre 1890 e 1933, quando se extinguiu após a morte de Frontin, foi feita por Luiz Dodsworth Martins. A empresa ainda chegou a se envolver na mineração de carvão em Santa Catarina, de diamantes em Minas Gerais, exploração de turfeiras no estado do Rio de Janeiro e a urbanização e construção de casas na Zona Norte da capital.
26. ARQUIVO Nacional, Fundo Privilégios Industriais, Documento 1.677.
27. Ibidem, Documento 2.470.
28. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 643, Pasta 4.

29. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões*. Paris, Imprimerie Ernest Puyfourcat Fils & Cie, 1929, p.133.
30. SOUZA, Ismael Coelho de. op. cit., p.93.
31. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992. p.216.
32. ATHAYDE, Raymundo de. op. cit., p.98. O autor relata que Frontin foi surpreendido com a nomeação para a presidência da Comissão Construtora quando reivindicava, junto ao ministro, a designação da Melhoramentos para a realização das obras de abertura da avenida Central..
33. ARQUIVO Nacional, Fundo Comissão Construtora da Avenida Central, Documentos 1-10 e 5-76. O desembaraço alfandegário da matéria-prima importada, isento de impostos de importação e taxas portuárias, foi feito por ordem direta de Frontin.
34. REVISTA do Club de Engenharia nº 23, 1912, p. 48. Na sessão de 23.2.1906, são apresentadas as conclusões da comissão nomeada por Frontin para investigar as causas do desabamento havido durante a construção da nova sede do clube, na avenida Central 124. Carlos Sampaio, presidente da comissão, repele os ataques à competência do clube, "como se a responsabilidade pudesse caber a nós engenheiros, membros do Clube de Engenharia, em uma obra confiada a um arquiteto-construtor de primeira ordem [Raphael Rebecchi, vencedor do Concurso de Fachadas promovido pela Comissão Construtora da Avenida] e fiscalizada por um arquiteto de fama [Heitor de Mello] ...Em nada pode também o desastre de um edifício abalar o crédito científico do Club de Engenharia..."
35. CASTRO, Ana Célia de. *As empresas estrangeiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 111. Farquhar teria se valido da intervenção do Departamento de Estado dos E. U.A. junto ao barão do Rio Branco e ao ministro Lauro Müller. Já Mackenzie, entre outros gestos de boa vontade, doou cinco contos para auxiliar na construção da nova sede do Club de Engenharia.
36. DUNLOP, Charles. *Subsídios para a história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Rio Antigo, 1957, p.150. Mackenzie "conferenciou com o prefeito Pereira Passos, a quem expôs detalhadamente o seu plano." Mesmo assim, o decreto municipal 1.001, de 21 de outubro de 1904, proibia o monopólio de produção e distribuição de energia elétrica no Distrito Federal. Este e outros obstáculos à atuação da Light acabaram sendo removidos.
37. VANDERWEID, Elisabeth. *A trajetória do bonde no Rio de Janeiro da perspectiva empresarial*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p.23-30. As referências ao processo de constituição da Light são numerosas em vários trabalhos, mas esta obra traz a melhor síntese e faz a melhor análise deste processo.
38. ARQUIVO Histórico Light S.E.S.A. Nº Registro 2.732, C.A.H. 10-192.
39. ARQUIVO Histórico Light S.E.S.A. Nº Registro 734, C.A.H. 3-46. A Companhia Ferrocarril e Hotel Corcovado, fundada por Pereira Passos e pelo engenheiro João Teixeira Soares em 1882, havia sofrido várias transferências de controle acionário e encontrava-se em situação falimentar em 1906, quando era controlada por um grupo de investidores dos quais fazia parte Arthur de Toledo Dodsworth, irmão da esposa de Frontin. A Light pagou 250 contos pela empresa, eletrificou a ferrovia e reformou o hotel (Arquivo Histórico Light S.E.S.A. Nº Registro 2.786, C.A.H. 10-192, sem data). Constam ainda do Arquivo da Light os bilhetes e requerimentos de Carlos Sampaio, feitos em nome da Light, e o pedido de emprego de telefonista para a sobrinha de Vieira Souto, feito por Carlos Sampaio e atendido por Mackenzie, que anotou à margem: "*Employed as operator*" (empregada como telefonista).
40. A descrição dos inúmeros negócios de Percival Farquhar, antes da criação da Brazil Railway, está exposta num interessante estudo feito por Pedro Tórtima, *Biografias de pioneiros: quatro diretores da empresa ou a teoria dos vasos comunicantes do poder*. O estudo, que traça em paralelo as trajetórias de Farquhar, Pearson, Mackenzie e de Alfredo Maia, o primeiro diretor brasileiro da Light, é parte de um trabalho coordenado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo para a própria Light.
41. CASTRO, Ana Célia de. op. cit., p. 125.
42. Ibidem, p. 113. A autora baseou seu estudo das atividades de Farquhar no artigo de Whitney (Percival Farquhar and the 'Chain of Profit': a historical case study in multinational business) publicado na revista *Latin American Studies* 90, abr. de 1974.
43. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 33. No original: "*vous êtes notre représentant auprès du gouvernement du Brésil*". Farquhar, entretanto, não renunciaria a negociar pessoalmente com autoridades brasileiras, e manteria um intenso relacionamento com as elites cariocas, tendo inclusive sido admitido como sócio no Club de Engenharia, em 1908, por indicação de Carlos Sampaio. Segundo o biógrafo de Farquhar, Charles Gauld, entre as atribuições deste último estava também a de distribuir propinas: em 1910, o canadense estaria preocupado com "a elevação dos gastos "[da Brazil Railway] com subornos distribuídos pelo influente e popular Carlos Sampaio". A afirmação se encontra na página 234 de seu livro *The Last Titan* (Stanford, Glenwood Publishers, 1972).
44. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 639, Pasta 7. O mais impressionante destes relatos é o do engenheiro Felipe Ribeiro Galvão, encarregado de reconhecer a região onde se planejava a construção da Estrada de Ferro Jauru—Guaporé, ligando as bacias do Paraguai e do Amazonas e possibilitando o escoamento da produção da região pelo porto de Belém. Após um encontro na selva com o general Rondon, as queixas de doenças, das distâncias, dos mosquitos, da comida e da hospedagem vão se acumulando e culminam num desabafo: "um lugar onde nem os índios querem viver".

45. FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo, Melhoramentos/Secretaria Estadual de Cultura, 1981. p. 87. Dos oitenta mil contos que teria custado a ferrovia, menos de 41.000 foram pagos pelo governo ao Sindicato Farquhar. Pinheiro Machado, no Senado, opôs-se a uma complementação posterior de 17 mil contos que foi finalmente aprovada e paga depois de pareceres de Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. Este último, que se opunha originalmente ao monopólio da Light no fornecimento de força motriz à cidade do Rio de Janeiro, acabaria sendo contratado pela companhia em 1907.
46. *Ibidem*, p. 122. Oswaldo Cruz chegou a Porto Velho a 9 de julho de 1910 e permaneceu na região por 28 dias; a 7 de agosto, apresentou um relatório com várias recomendações, mas as mortes (estimadas pelo autor em seis mil) continuaram e a conclusão da obra se deveu à renovação constante da mão-de-obra contratada.
47. LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *op. cit.*, p. 151. As obras executadas desde 1903 sofreram um atraso considerável, já que na data da inauguração - 30 de junho de 1910 - somente 800 dos 3.500 m de cais estavam efetivamente prontos para receber navios e movimentar cargas. O aumento do movimento comercial, além de todos os prognósticos, havia determinado, ainda em 1907, a aprovação de um projeto de Francisco Bicalho (consultor da Port de Rio de Janeiro de 1911 até a sua morte, em 1919) para a ampliação do cais até a ponta do Caju. O próprio Carlos Sampaio revela que apresentou outro projeto, durante o governo Afonso Pena, para aumentar com aterros a ilha das Cobras e prolongar a ponta do Calabouço com uma restinga artificial, protegendo assim o ancoradouro da Alfândega.
48. SOUZA, Ismael Coelho de. *op. cit.*, p.93. Durisch & Co. eram, em 1906, arrendatários de 216 km<sup>2</sup> de pastagens nas cercanias do matadouro, onde engordavam reses cobrando quarenta réis/dia/cabeça.
49. DUNLOP, Charles. *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1953. p.322. Assim, a 31 de março de 1909, foi eleita a seguinte diretoria: presidente, Arthur Getúlio das Neves; secretário, Carlos Sampaio; tesoureiro, cel. Benedito Antônio Bueno. A Jardim Botânico manteria identidade jurídica própria mesmo após a incorporação formal ao sistema de transportes já controlado pela Light, o que se deu em junho do ano seguinte.
50. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 636, Pasta 2, e Lata 637, Pasta 6. A correspondência entre Pearson, Carlos Sampaio e Farquhar, neste caso, era feita através de telegramas cifrados, felizmente armazenados junto às respectivas cópias decodificadas.
51. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 636, Pasta 45. O aluno, Ismael Coelho de Souza, abre picadas no mangue, enfrenta ladrões de material de construção e pescadores contrariados, e finalmente consegue fazer o levantamento dos limites do terreno (adquirido por cem contos) e das profundidades da enseada vizinha.
52. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *op. cit.*, pp. 56-57. O texto de Lima Barreto é de julho de 1911. A demolição do convento não deu lugar ao hotel; a área (4.000 m<sup>2</sup> adquiridos por 1.800 contos pela Light e logo repassados a Farquhar) permaneceria desocupada por toda a década, abrigando feiras e exposições temporárias, até ser adquirida por Francisco Serrador (por 5.300 contos) em 1920. O seu projeto de um complexo de diversões - a Cinelândia -, que deveria estar pronto para as festividades do Centenário, acabou se realizando somente no decorrer das décadas seguintes.
53. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 638, Pasta 45. No original: "*there is only one way for us to establish ourselves so firmly in Brazil that we can stand up against attack, and that is, by the character of our work...*"
54. No original: "*M. Sampaio était tout souriant en me parlant de l'avenir de la Brazil Railway et j'ai trouvé dans son sourire la meilleure preuve de la confiance entière qu'on pousse avoir dans cette grande oeuvre.*" p.3.
55. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 637, Pasta 19. As verdadeiras circunstâncias do afastamento de Carlos Sampaio não são bem claras. Em 9.3.15 ele voltaria atrás no pedido de demissão; entretanto, no final do ano não fazia mais parte do Conselho de Administração.
56. Farquhar logo se desfez de todas as suas participações acionárias (inclusive na Light) e adquiriu o controle da Itabira Iron Ore, que pela lei 3.991, de 3.1.20, recebeu licença governamental para "a construção de altos fornos, fábricas de aço e trens de laminar". Os opositores da concessão temiam que Farquhar exportasse em demasia, devastando as reservas, e dominasse o mercado interno, aumentando os preços e monopolizando o transporte de minério. Eptácio Pessoa, apesar do voto contrário do Tribunal de Contas, deu seguimento ao contrato, o que provocou um intenso debate sobre a questão que se estenderia pelas décadas de 20 e 30. A correspondência de Farquhar, conservada na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, revela que os seus recursos pessoais foram se esgotando enquanto se aguardava o desfecho da questão. No final dos anos 30 Farquhar estava morando no Rio, em residências emprestadas pelos amigos de outrora, sem dinheiro sequer para pagar os estudos universitários do filho nos E. U. A., ou as pequenas despesas que se acumulavam, judiciosamente escrituradas. Os tempos difíceis parecem ter terminado quando a Cia. Brasileira de Mineração e Siderurgia, criada em 1939, incorporou a Itabira Iron e deu a Farquhar 48% das ações. Farquhar ainda se envolveria na criação da Acesita no final dos anos 40, mas esta passou a ser controlada pelo Banco do Brasil, seu maior credor, em 1952, no ano anterior a sua morte.
57. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 47.
58. SAMPAIO, Carlos. *Memória histórica: obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa, Lumen, 1924. p. 31 O autor diz que teve "... uma intervenção contínua e eficiente, quer junto ao nosso governo, quer junto de capitalistas na Europa, para que o porto do Rio de Janeiro fosse uma realidade."

59. CARONE, Edgard. *A República Velha: I - Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975, p. 143.
60. CASTRO, Ana Célia de. op. cit., p. 124.
61. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 9.
62. Ibidem, Pasta 3. As demissões de seu sobrinho Armínio Sampaio e de Vieira Souto, em particular, o haviam contrariado.
63. SOUZA, Ismael Coelho de. op. cit., p. 93. A referência aos "recursos amealhados" é significativa. Pedro Tórtima evoca um dos vários críticos nacionalistas da época, que dizia que dos 420 milhões de francos levantados por Farquhar na Europa para financiar as atividades do sindicato, entre 1908 e 1912, 181 milhões haviam passado "às mãos dos seus fundadores". Neste contexto, não é difícil entender a afirmação de Ismael Coelho de Souza a respeito da fortuna pessoal de Carlos Sampaio.
64. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 643, Pasta 42.
65. SAMPAIO, Carlos. *A administração do prefeito Alaor Prata: contrato dos telephones*. Paris, Imprimerie Ernest Puyfourcat fils et Cie., 1926. p. 43. Nesta conferência, ao responder a uma questão sobre o nível de corrupção no Brasil, Carlos Sampaio declarou: "No meu país a palavra corrupção só existia no dicionário e às vezes aparecia em certos jornais".
66. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 645, Pasta 39. A questão envolvia a administração do Hotel Corcovado.

# iv

## texto e gestão



Depois, o dilúvio  
Jeca - E quando meu dinheiro cabá, seu dotô?  
Carlos Sampaio - O seu já acabou. Esse é emprestado  
Desenho de J. Carlos  
O Malho, 29/4/1922

O eixo teórico que orientou a nossa abordagem do tema e da sua articulação com a problemática expressa na pesquisa é a questão da urbanização. Manuel Castells, em *La cuestión urbana*, chegou a uma delimitação conceitual do termo *urbanização* que explica a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos característicos da cultura urbana como um aspecto da sociedade industrial capitalista. Em *Problemas de investigación em sociologia urbana*, Castells faz questão de diferenciar o planejamento urbano dos planos de urbanismo: estes, mesmo sem se traduzirem em intervenções concretas, teriam o caráter de "textos ideológicos", importantes por expressarem doutrinas ou posições teóricas.

A relação entre os planos de urbanismo e planejamento urbano foi retomada por Françoise Choay em *O urbanismo e A regra e o modelo*. Observando que a "produção construída", em termos urbanos, não se dissocia da "produção textual", formada por ensaios de teorização e reflexão crítica que acompanham e legitimam a primeira, Choay toma como exemplo as *Memórias* de Hausmann, escritas após a sua passagem pela prefeitura de Paris, para identificar as questões recorrentes no imaginário dos que pensaram e administraram as metrópoles do Velho e do Novo Mundo: a adaptação da cidade aos novos meios de produção e transporte, as questões do alojamento e da circulação, a utilização dos novos materiais e técnicas de construção.

A autora aponta a medicalização do pensamento científico europeu, a partir do século XVIII, como uma das fontes para as reflexões sobre a cidade que se apropriam de conceitos médicos como "normal" e "patológico". O quadro semântico e a abordagem terapêutica serão fonte comum na qual diversas disciplinas – em especial o urbanismo – buscarão legitimação e inteligibilidade, e formas discursivas e espaciais comuns partilharão o mesmo espaço semiológico. Estas ligações ganham um interesse especial quando tratamos do processo de crescimento urbano do Rio de Janeiro, já que é cristalino o paralelo abordado em inúmeros estudos entre a instauração da hegemonia da mentalidade médico-civilizatória e a aceleração da organização espacial determinada pelas ações do Estado.

É oportuno, portanto, recuperar o universo de representações de Carlos Sampaio expresso em vários de seus textos, anteriores, contemporâneos e posteriores a sua passagem pela prefeitura. Eles se constituem num exemplo de produção textual que, ao ser confrontada e comparada ao que Choay definiu como "produção construída", nos permite deslindar e esclarecer aspectos da sua administração.

Podemos dividir este universo textual em três partes: *Os esgotos do Rio de Janeiro*, *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro* e *Ensaio de urbanismo*, que correspondem a três momentos distintos da sua trajetória. Examinaremos, preliminarmente, o folheto de vinte páginas intitulado *Os esgotos do Rio de Janeiro*. Trata-se de uma memória apresentada ao IV Congresso Médico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro em 1909, e compõe-se de três artigos, em que o futuro prefeito expõe a sua visão sobre o problema dos esgotos e sobre os detalhes técnicos dos diversos sistemas de esgotamento sanitário. O primeiro artigo, que dá nome ao folheto, inicia-se invocando a importância da questão:

*Nenhum problema merece mais urgente solução da parte do governo brasileiro do que o que se refere aos esgotos do Rio de Janeiro. Capital da República, cujo grau de sanidade constitui no estrangeiro o aferidor da saúde pública de toda a nação...*<sup>1</sup>

Em seguida, esboça-se a teoria, expressa num vocabulário claramente evocativo do jargão médico, que vai embasar sua análise: depois de declarar que “o calor e a umidade constituem os elementos essenciais para que se produza a fermentação que é, como se sabe, o processo de decomposição que precede à putrefação”, Carlos Sampaio lembra que os fatos que “concorrem para a inigualável pujança da beleza natural... contribuem para as más condições sanitárias” da cidade.

Segue-se uma divagação em tons impressionistas sobre a beleza do Rio de Janeiro, vista por quem desce de Petrópolis “nas primeiras horas do dia”:

*... o espetáculo insuperável da nossa extensa baía, cercada de altas montanhas por todos os lados... a variedade tão agradável de panoramas provenientes da disposição irregular das montanhas que se distribuem no seu centro... a cena inenarrável do imenso mar de algodão que cobre a baixada formada já pelas águas da baía de Guanabara...<sup>2</sup>*

Ora,

*A nossa imensa baía, cercada dessas montanhas, constitui uma imensa bacia de evaporação, onde a ação dos raios solares facilita a formação de vapores... essas mesmas paredes, impedindo uma fácil e necessária ventilação, fazem com que estes vapores... aliás saturados de todos os gases deletérios,... não sejam removidos. A impureza do ar, a impureza do solo e a impureza da água, tal é a trilogia que deve ser evitada entre nós...<sup>3</sup>*

Que fazer, portanto, diante deste quadro que se agravava durante o verão e que não era enfrentado corretamente, “já por ignorância, já por desleixo, provocando a invasão de moléstias que tantas vítimas produzem entre nós”? A resposta de Carlos Sampaio é simples e direta: “Ventilar a cidade e evitar a origem dos miasmas ou emanações: tais são as condições, por excelência, a preencher em casos como os nossos.” Como facilitar esta ventilação? Começando pelas habitações, estabelecendo regras “que devem ser rigorosamente observadas” quanto ao dimensionamento de janelas, pátios, corredores, portas, quartos, cozinhas, porões e banheiros; simultaneamente, legislando sobre a largura das ruas, a sua orientação em relação ao sol e aos ventos. E, finalmente, procedendo

*... à extirpação dos três pólipos que tanto concorrem para dificultar a respiração da nossa capital, pólipos fáceis de serem extraídos, aliás sem o perigo de reprodução, e que são formados por estas excrescências do solo, conhecidas sob a denominação de morro do Senado, morro de Santo Antonio e morro do Castelo.<sup>4</sup>*

A relação direta entre o saneamento da cidade e a derrubada do morro do Castelo é enfatizada:

*Nunca é demais insistir sobre a necessidade de remoção imediata desses morros, principalmente o do Castelo, que, servindo de pára-vento a toda parte central da cidade, já impediu de dar à Avenida Central a melhor orientação.*

*Não há hoje quem desconheça a vantagem imensa que trouxe para a ventilação da City a abertura desta admirável artéria, que tanto concorreu para aformosear a parte principal do Rio de Janeiro, immortalizando o nome de Paulo de Frontin, glória da engenharia brasileira; e por aí se pode calcular os benefícios imensos que nos deve trazer o arrasamento, tão decantado, do morro do Castelo.<sup>5</sup>*

Encerrando a primeira parte do trabalho, Carlos Sampaio prossegue analisando a conformação geográfica do Rio de Janeiro e reafirma que os problemas da cidade são causados por esta ser

*...circundada por um verdadeiro círculo de peste, constituído pelos pântanos da baixada do Estado do Rio de Janeiro e pelas lagoas de Jacarepaguá, da Tijuca e da Rodrigo de Freitas, e por outro lado por este outro semicírculo ainda mais empestado e produzido pela produção uniformizada ao longo do nosso litoral, das águas imundas provenientes do tratamento insuficientemente executado... do nosso serviço de esgotos...<sup>6</sup>*

Além da topografia, outros fatores seriam os responsáveis pelo preocupante quadro sanitário:

*... mau nivelamento... péssimo calçamento... clima apropriado à existência de numerosos e variados insetos, e animais pequenos, transmissores dessas miríades de milhões de micróbios que existem por toda a parte... a falta de asseio doméstico... insuficiência de água...<sup>7</sup>*

Os dois capítulos seguintes da memória são dedicados ao sistema de esgotos e de escoamento de águas pluviais. O primeiro pecaria por não tratar adequadamente os dejetos e despejá-los *in natura* na orla, quando deveriam ser tratados e jogados fora da barra, em mar aberto. A solução imediata seria obrigar a companhia concessionária, City Improvements, a efetuar o tratamento exigido pelo contrato em vigor. Já sobre as águas pluviais, após um estudo detalhado da topografia da cidade e das características de seus canais, rios e lagoas, Carlos Sampaio condena o desmatamento das encostas, as pontes baixas, o estreitamento e aterros nos rios, e afirma que é possível mitigar os efeitos das enchentes através de medidas periódicas de manutenção e desobstrução da rede pluvial.

É interessante lembrar que este texto foi divulgado em 1909, alguns anos depois da instituição da vacina obrigatória, da erradicação dos quiosques, da repressão aos cortiços, da entrada em vigor do drástico Código de Posturas Municipais de Passos, e "apesar dos admiráveis serviços prestados pela junta de higiene, sob a preclara e enérgica direção do Dr. Oswaldo Cruz".<sup>8</sup> Contrapondo-se à imagem de que a cidade havia alcançado padrões aceitáveis de salubridade por conta das reformas operadas entre 1903 e 1906, o texto nos revela também a filiação direta entre o pensamento de Carlos Sampaio e o ideário expresso, pela primeira vez, por d. Azeredo Coutinho, que um século antes havia pedido a demolição do "grande Monte do Castelo, que... impede quase toda a viração do mar tão necessária debaixo da zona tórrida", contribuindo para "a falta de respiração". Isto feito, assegurava o bispo de Elvas, e a cidade do Rio de Janeiro seria "a melhor do mundo; a Natureza lhe tem dado tudo; a Arte é a que lhe falta".<sup>9</sup>

Em 1920, às vésperas de passar das recomendações teóricas ao exercício do poder, Carlos Sampaio retomaria a imagem expressa pelo eclesiástico, afirmando, em seu discurso de posse, pronunciado a 8 de junho:

*O momento presente é de ação porque é essencial dar à cidade o asseio indispensável; co-participar tanto quanto possível com o Governo Federal para o seu saneamento; terminar as obras de embelezamento desta cidade na qual a natureza encarregou-se de formar o quadro mais lindo que seria possível imaginar-se; e pôr em prática outros melhoramentos que, por um lado, permitam melhorar o que a arte humana não tem conseguido pôr à altura da beleza natural, e, por outro lado, sejam elementos financeiros para equilibrar o sistema financeiro do município...<sup>10</sup>*

A posse na prefeitura marca a inauguração de um período em que produção textual e produção construída tornam-se contemporâneas e passam a se desenvolver em conjunto. Assim, destacaremos os marcos e processos mais importantes da administração Carlos Sampaio em conjunto com o universo textual presente no livro lançado poucos anos depois, em 1924, intitulado *Memória histórica: obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. Obra desigual, composta de artigos escritos em diferentes épocas, alguns publicados na *Gazeta de Notícias*, outros editados em brochura, assume o papel simultâneo de explicação, justificativa, ensaio e panfleto; essencial, todavia, como expressão e consolidação de seu olhar sobre a cidade que acabava de governar.

Este olhar, inicialmente, concentrou-se sobre a situação financeira da municipalidade. Carlos Sampaio relata que, diante do grave quadro de penúria, admitido pelo seu antecessor no dia mesmo de sua posse, tinha duas alternativas: "declinar a honra que me tinha sido confiada em momento tão importante para a vida nacional" ou "aceitar... [e fazer] uma intervenção enérgica, criando principalmente novas fontes de receita, quer diretas, quer indiretas, imediatas e futuras, ainda que a custa de sacrifícios imediatos." Aceita a incumbência, tratava-se de fixar as metas da administração – um ambicioso e extenso programa de obras de saneamento e embelezamento, encabeçado pelo arrasamento do morro do Castelo e pela realização da Exposição Internacional



que comemoraria o Centenário da Independência – e de traçar os mecanismos que possibilitariam a captação de recursos para a concretização dos empreendimentos:

*Era forçado, portanto, recorrer ao crédito... e para isso era preciso começar não por anunciar "urbi et orbi" que a Municipalidade estava falida e sem poder pagar a seus credores, mas ao contrário, por meio de empréstimos internos, satisfazer os pesados compromissos existentes e já por mim encontrados, para depois, com probabilidades - senão certeza - de êxito, recorrer ao crédito no exterior.<sup>11</sup>*

A restauração do crédito da prefeitura efetivou-se, ainda em 1920, através de um empréstimo interno de cinquenta mil contos de réis. A quantia era expressiva – equivalia à receita municipal apurada em 1919 – e a operação foi avalizada pelo governo federal. Foi uma injeção de recursos suficiente para movimentar diversas frentes de obras: a conclusão da pavimentação da avenida Delfim Moreira, o término da perfuração do túnel João Ricardo, aguardada desde a demolição do Cabeça de Porco, trinta anos antes; calçamentos e buracos foram reparados e a cidade sofreu uma limpeza em regra. Poucos meses após a sua inauguração, a prefeitura teve ainda que "reconstruir completamente a belíssima avenida Niemeyer que estava em péssimas condições e quase completamente inutilizada, mal dando passagem a um automóvel".<sup>12</sup>

A cidade se preparava para ser a anfitriã do rei Alberto e da rainha Elisabeth da Bélgica, que simbolizavam para o mundo inteiro o heroísmo e a altivez frente ao invasor alemão da Grande Guerra. Foi uma série de acontecimentos dignos de nota: um quinteto musical viajou no encouraçado São Paulo para entreter os hóspedes durante a viagem entre a Bélgica e o Brasil; na chegada, a galeota D. João VI os transportou para a praça Mauá, de onde, em carro aberto, seriam levados pelas avenidas Rio Branco e Beira-Mar até o Palácio Guanabara, em meio à multidões que se acotovelavam para ver o cortejo.

Autoridades de todos os matizes esmeraram-se para oferecer ao casal real a melhor impressão possível, organizando recepções, visitas, festas, almoços, passeios, excursões e jantares e cuidando de cada detalhe; para poder dar ao soberano o título de doutor *honoris causa*, foi criada uma universidade no Rio de Janeiro. O Conselho Municipal, depois de ofertar medalhas e comendas, resolveu organizar uma "festa veneziana" na enseada da Glória, em frente ao Passeio Público, com dezenas de barcos enfeitados e iluminados que uma tempestade noturna, antecedida por um vendaval, se encarregou de dispersar.

Já a Carlos Sampaio ocorreu promover, a 30 de setembro, uma homenagem infantil na Quinta da Boa Vista, onde milhares de escolares, após semanas de ensaios, entoariam, em francês, o hino belga e mostrariam aos visitantes o elevado grau de identificação entre os dois povos. No dia marcado, o calor e a desorganização empanaram o brilho do evento. O rei e a rainha, atrasados, viram-se em meio a um tumulto. No dia seguinte, os jornais comentavam "O massacre dos inocentes". No Conselho Municipal, o intendente Vieira de Moura julgava dever

*...fazer algumas referências à já famosa festa da Quinta da Boa Vista e às torturas a que foi obrigada a infância da capital da República... foram arrastadas trinta mil crianças, que ficaram expostas à temperatura abrasadora daquele dia quente... e ao lado do murmúrio das cascatas, se ouviam as vozes de milhares de crianças, martirizadas pela fome e pela sede...<sup>13</sup>*

Outros denunciavam que os bebedouros do parque haviam sido propositalmente danificados pelos vendedores de refrescos para aumentar o seu lucro; porém, mais grave era a acusação de que teria partido do prefeito uma determinação, que mesmo sendo coerente com a posição oficial<sup>14</sup> de mostrar aos estrangeiros o Brasil como nação habitada por uma população branca, destacava-se pela insensibilidade, como mostrava a carta de um pai de aluno lida pelo mesmo intendente:

*Peço a V. Exa., como defensor dos fracos, para chamar a atenção dos poderes competentes para a crueldade com que na Escola Deodoro as professoras... retiraram da classe que tinha de ir homenagear os Reis da Bélgica na Quinta da Boa Vista as crianças de cor.<sup>15</sup>*

Reembarcados os reis belgas no mesmo encouraçado São Paulo que os havia trazido, Carlos Sampaio voltou-se para as realizações que marcariam o seu mandato: o arrasamento do morro do Castelo, decretado em agosto, e a realização da Exposição Internacional. A 19 de novembro de 1920, o prefeito reafirmava a decisão de amalgamar os dois empreendimentos:

*...eu não vejo que melhor forma possamos dar a essa comemoração [do Centenário] do que realizando obras de saneamento, de instrução, de assistência, de embelezamento, que completadas com uma Exposição Internacional no próprio local em que estejamos realizando as obras do arrasamento, possam mostrar ao estrangeiro, que ainda não nos conhece, de quanto somos capazes.<sup>16</sup>*

Era, então, intenso o debate que se desenvolvia na imprensa e nos círculos intelectuais da cidade sobre a conveniência do arrasamento. Homens de letras, médicos e engenheiros envolveram-se na discussão de que o monte, ora alcunhado de "monturo infecto", ora elevado à condição de "colina sagrada", era o tema central.

Para Carlos Sampaio, as críticas à sua decisão eram

*...acerbas, injustas e malévolas... feitas por certos poetas que julgam ter privilégio de gosto artístico... por colegas, felizmente em muito pequeno número... que aproveitam a oportunidade para mostrar conhecimentos científicos... e, finalmente, por uma classe de mentores de bom tom e bom gosto, que nos querem dar regras a nós profissionais, quando deveriam saber que ninguém chama um advogado ou um engenheiro para curar um gotoso.<sup>17</sup>*

Ao aclarar sua desqualificação preliminar, profissional, de grande parte dos que o criticavam, Carlos Sampaio inseria-se num debate maior - a quem caberia o papel de direção no planejamento e na gestão da cidade? - que se desenhava desde que o urbanismo nascente iniciara o seu deslizamento do berço envolvido pela semântica higienista e pela técnica dos engenheiros para o mundo novo dos especialistas, em sua maioria arquitetos, pertencentes a uma nova geração descompromissada com os mitos fundadores do saber urbano.

Giulio Carlo Argan, em *História da arte como história da cidade*, buscou definir a substância do urbanismo como uma combinação de programação e projeto, como a hierarquização dos componentes estéticos, políticos, econômicos e sociológicos que compõem a cidade como objeto. Carlos Sampaio, diante dos ataques que, em sua maioria, fundavam-se em argumentos históricos e condenavam a destruição de uma montanha-monumento entronizada na memória dos cariocas, reagiu de duas maneiras: estabelecendo a primazia da *higiene* na hierarquia das prioridades e apelando para o mesmo passado invocado por seus opositores, na tentativa de desalojá-los da cômoda posição de guardiães de antigas tradições. Inicialmente, tratava-se de mostrar conhecimento de causa:

*...não foi senão em consequência de um estudo cuidadoso que fiz da cidade do Rio de Janeiro, desde a minha mocidade, quer sob o ponto de vista técnico em relação a seus principais problemas de engenharia, quer sob o ponto de vista higiênico, quer ainda, e finalmente, sob o ponto de vista estético, que resolvi, além de muitas outras obras de menor importância, enfrentar, no governo municipal, os problemas do morro do Castelo...<sup>18</sup>*

Em seguida, trata-se de reexaminar e reinventar a tradição esgrimida desafiadoramente pelos desafetos:

*E para que dúvida alguma possa ficar, no ânimo daqueles que tanto me condenam, de quanto são injustos em suas apreciações, as mais das vezes por ignorância, começarei por fazer uma descrição da baía do Rio de Janeiro, e da nossa capital, historiando caracteristicamente a sua fundação e desenvolvimento.<sup>19</sup>*

O cerne da visão da evolução urbana do Rio de Janeiro feita detalhada e metodicamente por Carlos Sampaio é a constatação de que a urbe foi conquistada, através de sucessivos aterros e desmontes, à topografia original e que, portanto, o arrasamento do Castelo, correspondendo a

uma necessidade contemporânea, não podia ser diferenciado conceitualmente da demolição dos morrotes das Mangueiras e do Senado, do entulhamento das lagoas da Sentinela e de Santo Antônio e de outras intervenções que, a seu tempo, também foram julgadas indispensáveis. Não; a cidade só existia na medida em que parte das suas belezas havia sido sacrificada: "digam-me os homens de senso, se algum dia se teria formado a importante e bela cidade do Rio de Janeiro, se naqueles tempos existissem os nossos pretensos especialistas em estética urbana!"<sup>20</sup>

Quanto ao Castelo, a longa e erudita enumeração das opiniões favoráveis ao seu arrasamento, desde o famoso inquérito realizado pela Câmara em 1798 junto aos médicos da cidade, tinha o intuito de conferir à obra o caráter de coroamento de uma longa série de iniciativas, e ao seu autor o laurel de ter finalmente concretizado o sonho de tantos luminares. Convencido da retidão de seus propósitos e do acerto de suas decisões, o prefeito não estava disposto a transigir, acolhendo sugestões ou submetendo seus planos à apreciação dos críticos; inflexível, confessava ter decidido ignorar as "discussões intermináveis e sugestões das mais curiosas... [através da] ...resolução firme que tomei de não ler jornais, para que não falhasse mais uma vez a demolição do morro e pudesse ser executada a grande obra, como eu a tinha ideado."<sup>21</sup>

A *grande obra*, efetivamente, transcendia a demolição do Castelo e incluía o lançamento das terras provenientes do desmonte num aterro que se estenderia da ponta do Russel à ponta do Calabouço, e o prolongamento da avenida Beira-Mar até Botafogo, contornando o morro da Viúva, com o aproveitamento da pedra resultante para os trabalhos de enrocamento. As obras de engenharia seriam complementadas com a construção de um hotel na nova avenida (hoje chamada Rui Barbosa), a realização da Exposição Internacional que resultaria na reurbanização do "infecto bairro da Misericórdia" e o acréscimo, à silhueta da orla, de um conjunto de restaurante e teatro, chamado Rio Casino, no terraço do Passeio Público. Não se encerravam aí as pretensões de Carlos Sampaio: nos seus planos estavam a solução definitiva do problema das enchentes da Tijuca e o saneamento e embelezamento da lagoa Rodrigo de Freitas. Passemos então ao exame e à análise destas intervenções, que compõem o elenco de realizações de Carlos Sampaio e contribuem para a compreensão de sua produção – construída e textual.

## 1.2 Urca e Copacabana

A constituição do bairro da Urca foi um exemplo de parceria entre o poder público e investidores privados promovido por Carlos Sampaio. Desde a realização da Exposição de 1908 projetava-se a realização de um aterro que aproveitasse o cais então construído, e em 1919 foi assinado um contrato entre a prefeitura e o empreiteiro Domingos Fernandes Pinto para concretizar o empreendimento. Em 1921, foi por ele constituída a S.A. Empresa da Urca, com capital de três mil contos, para construir um cais definitivo ligando a praia da Saudade à fortaleza de S. João. O contrato final foi assinado em 6 de julho de 1922, e obrigava a empresa a construir uma piscina (onde se localiza hoje o "Quadrado"), ceder à prefeitura o direito de explorar a pedreira do morro da Urca e construir a avenida João Luiz Alves e o Balneário, e também uma escola para duzentos alunos. À prefeitura coube a construção da avenida Portugal, já iniciada, que seria inaugurada em setembro de 1922.<sup>22</sup>

Um ano antes, em setembro de 1921, a cidade havia sido surpreendida por uma ressaca de violência inaudita, que afetou especialmente a avenida Atlântica: "foi, portanto, com triste surpresa que assisti ao dismantelamento de quase uma terça parte dessa Avenida", lamentou Carlos Sampaio posteriormente. A municipalidade foi obrigada a realizar reparos de emergência em vários pontos da orla, e em especial em Copacabana; a opinião pública atribuiu a destruição à fragilidade das obras realizadas em 1919, mas o prefeito defendia "o ... distinto amigo, o prefeito Paulo de Frontin, que em seis meses de governo, não podia senão adotar a solução mais rápida, uma vez que queria deixar a obra terminada." O prefeito encomendou então dois pareceres técnicos que, depois de analisarem em profundidade as características topográficas e oceanográficas de Copacabana, serviram de base para as obras de reconstituição da muralha de contenção e da reconstrução da avenida Atlântica.

Financiadas com a emissão de apólices municipais no valor de cinco mil contos de réis (decreto 1.622, de 1921), as obras foram entregues à execução da firma chefiada pelo engenheiro Edgar Raja Gabaglia, e concluídas em 1922. A escolha do jovem e inexperiente empreiteiro foi ruidosamente contestada, e atribuída ao fato de que teria sido contemplado por ser noivo da filha de presidente da República, com que se casaria no mesmo ano.<sup>23</sup>

#### 1. O Passeio Público

A construção de um "restaurante envidraçado" no terraço do Passeio Público era o objeto da mensagem que o prefeito dirigira ao Conselho Municipal a 25 de setembro de 1920. Autorizado pela lei 2.317, promulgada um mês depois, Carlos Sampaio abriu uma concorrência; diante da sua oposição a que se explorassem jogos de azar no local, não surgiram companhias ou particulares interessados. O prefeito decidiu-se então a aceitar a proposta feita pela firma M. Lopes da Silva & Cia., que se propunha a edificar a construção – composta de dois blocos ligados por uma pérgola – até 7 de setembro de 1922, recebendo pela empreitada um valor máximo de três mil contos. A firma se encarregaria da exploração do negócio por trinta anos, remunerando a prefeitura com uma anuidade de 12 contos; ao final deste período, as instalações reverteriam à municipalidade.

Para rebater as críticas dos que o acusavam de desfigurar a obra do Mestre Valentim, Carlos Sampaio historiou minuciosamente as inúmeras modificações sofridas pelo jardim desde o século XVIII, chamando a atenção para o cuidado que haviam tido “os nossos antepassados” de orientar a alameda principal em prolongamento da rua das Marrecas, buscando “um melhor aproveitamento da viração que do oceano entrava pela barra.” Lembrando que Passos havia substituído o muro original por uma grade de ferro – alteração que ele resolvera reverter – e citando as portas de Saint-Martin e Saint-Denis, em Paris, além do Marble Arch, em Londres, como exemplos de pórticos isolados, semelhantes ao que resultaria na rua do Passeio, o prefeito tentava estabelecer referências históricas e culturais que o elevassem sobre o coro dos “caluniadores de todos os tempos e de todos os matizes”. Quanto ao terraço, procurado nos tempos do Império pelos apreciadores do luar refletido nas águas da baía, “não tinha mais justificação depois do mar afastado para 100 metros de distância, em virtude do aterro do Castelo”.<sup>24</sup>

Em meados de 1922, diante do evidente atraso nas obras, o contrato de concessão foi rescindido e o projeto do Escritório Técnico Heitor de Melo, elaborado pelos seus sucessores Arquimedes Memória e Francisque Couchet, foi terminado às pressas, pela própria prefeitura, para as festividades do centenário. Os adversários do empreendimento voltaram à carga, exigindo que pelo menos fosse suprimida a pérgola que ligava os dois edifícios, o que pelo menos restabeleceria a comunicação do jardim com a orla. Mais uma vez, Carlos Sampaio discordava:

*Querer agora... retirar a pérgola, cometendo grave atentado contra a obra arquitetônica de Memória & Couchet, é praticar, na minha opinião, destruição mais grave do que a que se fez, na obra de Mestre Valentim, derrubando trinta e duas árvores para fazer um dispendioso alinhamento, que entortou a rua Teixeira de Freitas...*<sup>25</sup>

O caso do Passeio Público seguia, portanto, o rol de justificativas baseadas no argumento de que a cada etapa da evolução urbana da cidade havia correspondido um padrão estético e urbanístico diferente; o jardim do vice-rei Luís de Vasconcelos, cada vez mais afastado do risco de Valentim pelas modificações das aléias, a ruína dos monumentos, o corte de árvores e o distanciamento progressivo do mar, não estaria sendo prejudicado pelo prefeito, por não mais existir senão na idealização romantizada de alguns de seus críticos.<sup>26</sup>

#### 1. A Lagoa Rodrigo de Freitas

Se a oposição enfrentada no episódio do Passeio Público desenvolvia-se em torno de questões históricas, estéticas e culturais, no caso da lagoa Rodrigo de Freitas o prefeito combateu em outro

terreno, bastante familiar – o universo da higiene e das finanças. Declarando ter tido a oportunidade de fazer as obras que pensava executar "desde o começo da ... carreira como engenheiro", Carlos Sampaio delimitou a intervenção da prefeitura "sob a tripla visão da higiene, do embelezamento e da economia". A lagoa, um microcosmo que concentrava em si as dicotomias associadas à cidade (saúde – doença, salubridade – pestilência, ventilação – miasmas), era um lugar que tinha "a grande vantagem de ser varrido pelo ar oxigenado do Oceano, agente depurador por excelência." Ao mesmo tempo, "era uma zona infecciosa das mais perigosas, principalmente pelos pântanos de águas doces, focos inesgotáveis de mosquitos" habitada por "uma população ribeirinha que aí ia procurar residência gratuita, em terrenos abandonados, e que pagava com a saúde o que não podia pagar pecuniariamente".

Influenciado pela preocupação com os "pântanos de águas doces", Carlos Sampaio decidiu adotar as conclusões do engenheiro Saturnino de Brito, que preconizava a canalização de todos os rios e águas pluviais que desciam para a bacia para um canal que desaguaria no final da praia do Leblon, a abertura de uma comunicação permanente e regular da lagoa com o oceano e o aterro das margens baixas e alagadiças da orla. Desta forma estaria assegurado um regime de águas salobras que seria "o mais eficaz para a sua manutenção sanitária".<sup>27</sup>

Para fazer frente às despesas com as obras – que incluíam a construção de uma avenida arborizada e iluminada, com largura de 30 e extensão de 7.800 metros, acompanhando a orla, margeada por um cais – Carlos Sampaio obteve um empréstimo de trinta mil contos de réis junto ao Banco Ítalo-Belga, através do decreto 1.535, de 1921; o contrato obrigava a prefeitura a entregar a administração das obras à empreiteira Lafayette, Siqueira e Cia. O projeto do prefeito, aprovado pelo decreto 1.351, de 9 de março de 1921, previa também que os cofres públicos fossem engordados com a venda dos terrenos ganhos ao espelho d'água, num total de seiscentos mil metros quadrados, que deveriam render aproximadamente vinte mil contos, depois de urbanizados.

Foi justamente a questão deste aterro que atraiu críticas dos que julgavam não dever o poder público promover alterações tão profundas na conformação primitiva da região. Carlos Sampaio respondia lembrando a epopéia da construção do novo porto, com o aterro do sacos da Gamboa e da Saúde, o desaparecimento das ilhas dos Melões e das Moças, o fim da praia Formosa, e indagando o que teria sido da cidade se "nesses tempos memoráveis, que são ainda de nossos dias, já quisessem ter voz ativa os pseudo-conservadores de belezas naturais".<sup>28</sup>

Iniciadas as obras, aproveitando as plantas e sondagens que datavam da administração do prefeito Bento Ribeiro, decidiu-se usar como aterro o lixo que era antes jogado na enseada de Botafogo, em frente à av. Rui Barbosa, recobrimo-o com terra e areia; a pedra usada era extraída do morro do Cantagalo; a draga que aprofundou o canal de comunicação com o oceano foi trazida por mar, com grande dificuldade, desde o Calabuço. Carlos Sampaio decidiu também doar grande parte dos terrenos próximos à rua Marquês de São Vicente, "onde o aterro feito não permitiria outra utilização imediata", ao Jockey Club, que retribuiria generosamente, fazendo-o sócio benemérito. É interessante destacar que a área doada, onde se inauguraria em 1926 o prado de corridas, correspondia a quase um terço do total de aterros, e que o "importantíssimo melhoramento", graciosamente financiado pelos municípios, era justificado por Carlos Sampaio com o argumento de que se constituía numa "idéia brilhante, que há de concorrer para a maior fama, se é possível, da maravilhosa beleza da nossa capital".<sup>29</sup>

Atendidos os preceitos da *higiene*, da *economia* e do *embelezamento*, tratava-se de facilitar a comunicação do bairro com o restante da cidade. O prefeito, numa antevisão do que seria o túnel Rebouças, propôs então a construção "de um túnel com pouco mais de quatro quilômetros de extensão" por onde correria

*...um caminho de ferro elétrico que colocará esse precioso e saudável bairro a quatro minutos de distância da parte central... E uma vez verificado esse complemento indispensável, a ninguém, nem mesmo aos amadores das belezas pantanais, deixará de impressionar de uma maneira deslumbrante esse novo canto da nossa primorosa capital...*<sup>30</sup>

A intervenção de Carlos Sampaio na lagoa guarda importantes semelhanças com as operações desenvolvidas nos tempos da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, notadamente as relacionadas com o arrasamento do morro do Senado e os aterros da praia Formosa. Está presente a análise minuciosa, sob o ponto de vista técnico, dos problemas a serem resolvidos e das etapas a serem vencidas. Presente também a argumentação assentada sobre o discurso da salubridade e do saneamento, a prioridade dada à divulgação dos aspectos higiênicos do empreendimento. E, o que é essencial, o mecanismo de incremento de receita através da criação artificial de espaço a ser comercializado posteriormente, espaço naturalmente valorizado pelas obras de urbanização.

A diferença mais importante é a do papel desempenhado pelo poder público: enquanto que a Melhoramentos era uma concessionária que se encarregava de todas as operações que, se levadas a bom termo, resultariam em um lucro substancial, desta vez é o Estado que assume a condução e o risco do negócio. O Carlos Sampaio prefeito tem acesso mais fácil ao crédito, público ou privado, do que tinha o Carlos Sampaio empresário: e à tranquilidade provável diante da ausência de preocupações inerentes à perspectiva de prejuízos financeiros pessoais, soma-se a satisfação confessada da realização de projetos longamente acalentados. É forçoso notar que particularidades conjunturais certamente contribuíram para diferenciar as ações da municipalidade na Urca, em Copacabana e na Lagoa; limitações de crédito, detalhes técnicos, conveniências políticas e relações pessoais se entrelaçaram para moldar cada uma destas intervenções, delineando com avanços e recuos a nova face da cidade.

#### 1. O Problema das Enchentes

No exercício do poder, Carlos Sampaio teria a oportunidade de aplicar as soluções que havia proposto no IV Congresso Médico Latino-Americano, com o objetivo de diminuir os efeitos das grandes enchentes que periodicamente assolavam a cidade. Entretanto, suas ações seriam limitadas por uma confusa questão de jurisdição a respeito das decisões relativas às águas e aos esgotos da cidade:

*Eu, que, há mais de trinta anos, vinha pregando pelas associações técnicas e pelos jornais a necessidade de jugular, ou pelo menos atenuar, os efeitos prejudiciais e de suma gravidade das inundações... não tinha o direito de conservar-me indiferente à solução do problema, desde que o governo municipal me tinha sido entregue... e por isso insisti antes de tudo para que passasse a ser municipal o serviço de esgotos, incluída, em consequência, a parte relativa ao escoamento de águas pluviais.<sup>31</sup>*

O elenco de medidas interdependentes preconizado para atacar o problema dependeria, para a sua aplicação, de um concerto prévio entre as diversas repartições responsáveis. Disposto a evitar os atrasos que isto acarretaria, Carlos Sampaio pleiteou junto ao presidente da República a transferência, para o município, de todas as instâncias de administração, arrecadação e decisão referentes às águas e esgotos. Apesar do empenho de Epiácio Pessoa, o Congresso não aprovou as mudanças. O prefeito, então, decidiu limitar a sua intervenção à Tijuca, submetida às cheias periódicas dos rios Trapicheiro, Maracanã e Joana.

A análise realizada por Carlos Sampaio procurou combinar as informações técnicas relativas ao regime pluviométrico, de marés e de escoamento de águas pluviais da cidade aos modelos teóricos existentes, e que haviam embasado intervenções similares em outras grandes cidades do mundo. Lembrando as tentativas, freqüentemente mal-sucedidas, dos governantes que o haviam antecedido, desde as longínquas administrações dos vice-reis coloniais, a conclusão era de que a configuração especialíssima da bacia hidrográfica da Tijuca ensejava soluções também especiais, que pudessem responder à questão crucial: "Será possível... impedir essas inundações, ou elas hão de sempre se produzir, quando se der a coincidência de uma maré alta com uma chuva torrencial?" Este era o cerne da questão, já que durante as marés mais altas, as desembocaduras destes rios e das galerias viam-se abaixo do nível das águas do canal do Mangue, onde desaguavam mais de quarenta cursos d'água originários das Zonas Central e Norte da cidade.

Carlos Sampaio decidiu-se primeiramente a adotar diversas medidas para manter a vazão dos rios e córregos da Tijuca, promovendo a remoção de lixo e entulho das suas margens, a repressão ao desmatamento das cabeceiras e a reconstrução, em cota mais alta, dos pontilhões que obstaculizavam as torrentes em dias de chuva forte. Além disso, propôs-se a utilizar a experiência de retificação e regularização do curso do rio Comprido, executadas em 1919 por Paulo de Frontin, e "tornar o público fiscal da limpeza desses rios, pela abertura de avenidas ao longo de suas margens". Diante da exigüidade de tempo, foi necessário restringir ainda mais a intervenção, cuidando ainda para que não houvesse o risco de serem as obras interrompidas ou revertidas com a mudança de administração que se daria em 1922:

*...sendo o Rio Maracanã o mais importante e o que mais se apropriava ao traçado de uma bela avenida, por ele comecei o ataque, construindo a partir de ambas as extremidades... para que, se o tempo me viesse a faltar, ficasse o meu sucessor, qualquer que ele seja, obrigado a completar a obra...<sup>32</sup>*

A preocupação de Carlos Sampaio com a irreversibilidade das suas iniciativas, expressa no trecho que transcrevemos, não se limitou, como veremos, às obras do rio Maracanã. Diante da constatação de que a descontinuidade administrativa somada aos aspectos controversos em torno dos rumos que deveria tomar a evolução urbana da cidade contribuía para ameaçar de interrupção as obras que se iniciavam, o prefeito cercou-se de cuidados para garantir que, após o seu mandato, não restasse ao sucessor nenhuma alternativa a não ser concluí-las. Não ocultava estes desígnios: ao contrário, orgulhava-se por deixar o prefeito que o sucederia de mãos atadas. Pouco depois de entregar o cargo a Alaor Prata, escrevia:

*Quero aqui patentear, ao alcance de qualquer leigo, a necessidade que tive, mesmo sob o ponto de vista das finanças avariadas da Municipalidade, de levar todas essas obras a bom termo, ou atacá-las de maneira a que nem mesmo o mais retrógrado ousasse pará-las, impedindo a sua terminação...<sup>33</sup>*

Ao se encerrar o mandato de Carlos Sampaio, um trecho de três quilômetros da avenida Maracanã (que, quando concluída, deveria se estender da praça da Bandeira à Muda) tinha sido entregue ao tráfego; as obras de retificação dos outros rios da bacia - o Trapicheiro e o Joana -, todavia, haviam sido apenas iniciadas. No início do ano seguinte (1923), fortes chuvas ocasionaram novamente a inundação de alguns trechos da Tijuca e de São Cristóvão. Isto não chegou a surpreender o prefeito, que atribuía a responsabilidade à topografia e confessava:

*...não acredito que seja praticamente possível evitar de todo a inundação, quando ela coincidir com uma preamar equinocial... especialmente achando-se o solo encharcado por chuvas anteriores... Não é de estranhar, portanto, que numa bacia hidrográfica, como a do canal do Mangue e dos rios Trapicheiro, Joana e Maracanã... se continuem a dar inundações, apesar do grande melhoramento por que passou...<sup>34</sup>*

## 1. O Arrasamento do Morro do Castelo e a Exposição do Centenário

A *grande obra* de Carlos Sampaio – a operação de arrasamento do morro do Castelo – iniciou-se em novembro de 1920, com a instalação, na encosta onde hoje está a rua México, de uma prosaica máquina escavadora que havia sido usada na demolição do morro do Senado. A modesta iniciativa da prefeitura seguia-se a alguns meses de negociações frustradas com o consórcio representado pelo engenheiro Fernando Adamczyk, que, como vimos, já há vários anos vinha tentando obter a concessão para a realização desta e de outras obras de urbanização no Rio de Janeiro. Inicialmente endereçada, em abril, ao prefeito Sá Freire, uma proposta subscrita por Adamczyk havia sido apresentada a 21 de junho de 1920 ao Conselho Municipal. O empreiteiro, preposto de um grupo de capitalistas ingleses capitaneado por Lord Balfour, propunha-se a conseguir para a municipalidade um empréstimo de 12 milhões de libras a serem empregadas na realização de um vasto programa de obras, entre as quais se destacava o arrasamento do Castelo.

Esta proposta transformou-se num projeto de lei apresentado, segundo se comentava no plenário, sob a inspiração do prefeito. A 21 de julho, as Comissões de Justiça, Obras e Orçamento do Conselho emitem pareceres favoráveis, sugerindo, todavia, várias emendas e alterações. Embora a idéia esteja sendo exaustivamente discutida pelo Legislativo, existe uma convergência de opiniões: em novembro, o intendente Azevedo Lima declarava: "não houve um só membro do Conselho que se mostrasse partidário da conservação da montanha" e acrescentava: "Ninguém ignora que o Sr. Carlos Sampaio acaricia... a intenção de proceder ao desmonte do morro do Castelo".<sup>35</sup>

Esta aparente sintonia de propósitos não evitaria que o prefeito buscasse outros caminhos para concretizar o sonho abortado em 1891, que permanecia ainda vívido na memória:

*...em 1891 obtive do Governo Provisório uma concessão que teria provavelmente sido levada a efeito se o crack, que se seguiu à época denominada do encilhamento, não tivesse impedido à Empresa de Arrasamento do Morro do Castelo o levantamento do capital necessário para tão útil empreendimento.*<sup>36</sup>

Se naquela época a melhor maneira de proceder ao arrasamento parecia, para Carlos Sampaio, ser uma concessão que transferisse a particulares os riscos e os lucros da empreitada, uma vez na prefeitura o antigo concessionário tinha mudado de idéia: mesmo que a dúvida diante da competência de Adamczyk para levantar a quantia prometida tivesse se dissipado, ele seria finalmente afastado da operação, que passaria a ser conduzida única e exclusivamente sob os desígnios do prefeito.<sup>37</sup>

O rompimento ficou consubstanciado pelo veto aposto ao decreto legislativo 1.451 pelo prefeito, a 23 de novembro, que encerrou a participação de Adamczyk no episódio (embora este ainda tentasse recorrer judicialmente da decisão e procurasse, durante todo o ano seguinte, intermediar empréstimos para a municipalidade) e ocorreu quando a prefeitura já tinha dado início, simbolicamente, às obras de arrasamento. Estas baseavam-se nos planos, estudos e orçamentos elaborados trinta anos antes, frustrados pelo vendaval do encilhamento, e propunham-se a solucionar quatro questões, assim descritas pelo prefeito:

- a) a do desmonte do morro;
- b) a do destino a dar às terras e o local, portanto, onde as utilizar;
- c) a do sistema de transporte;
- d) a da melhor forma de arrimar as terras no aterro, protegendo-as contra o embate das águas e, como consequência, onde buscar o volume necessário.<sup>38</sup>

Antes que estas questões técnicas pudessem ser enfrentadas, apresentavam-se outros obstáculos, sucessivamente ultrapassados por Carlos Sampaio. Primeiramente, foram conseguidas as licenças necessárias dos Ministérios da Marinha, Viação e Fazenda; depois, o prefeito decidiu-se a "procurar em pessoa o Cardeal Arcoverde com o fim de obter a permissão para demolir as igrejas situadas sobre o morro histórico".<sup>39</sup> Confirmada a anuência eclesiástica, conseguiu-se do presidente da Companhia Santa Fé, concessionária do arrasamento do morro de Santo Antônio e detentora do direito de aterrar a enseada da Glória, a desistência deste direito, em troca de maiores vantagens a serem concedidas pela prefeitura para a concretização de seus planos quanto à urbanização da futura esplanada de Santo Antônio.<sup>40</sup>

Restava ainda resolver o que seria feito dos habitantes. Velhas casas e cortiços, abrigando uma população pobre que havia crescido nos últimos anos com o influxo dos que não podiam pagar aluguéis no Centro, começaram a ser desapropriadas e demolidas; indenizados os proprietários, decidiu-se a prefeitura a construir na Tijuca e na Glória casas para os desalojados, cuja baixa qualidade e número insuficiente ocasionaram seguidos protestos e reclamações, ignorados pelo prefeito, que se encontrava mais preocupado com os aspectos técnicos e financeiros do empreendimento.<sup>41</sup>



Com efeito, Carlos Sampaio considerava estas questões "obstáculos morais", que o faziam proceder "com o maior cuidado e diplomacia, para que não falhasse o arrasamento". Não escapava ao prefeito o fato de que o "problema do Castelo fatalmente deveria apaixonar a população do Rio de Janeiro"; portanto, "era essencial proceder-se com a maior energia, com a maior segurança, com perfeito conhecimento do que devia ser feito e com a máxima rapidez".<sup>42</sup> A ânsia de substituir a velha escavadeira que, auxiliada por carroças, prosseguia no seu "labor de formiga", esbarrava na falta de recursos: o prefeito, portanto, empenhou-se durante todo o primeiro semestre de 1921 em conseguir um empréstimo para atacar com força máxima as encostas do Castelo.

Não faltaram propostas de interessados em financiar o empreendimento, como mostra a correspondência trocada entre Carlos Sampaio, Alexander Mackenzie e Arnaldo Guinle em fevereiro<sup>43</sup>; o negócio, entretanto, foi finalmente fechado com o Banco Holandez, que emprestou trinta mil contos a juros de 7% ao ano, e designou a firma Soares & Cia. (cujo proprietário era o engenheiro João Teixeira Soares, ex-presidente do Club de Engenharia, ex-sócio de Pereira Passos na E.F. Corcovado, diretor da E. F. Vitória-Minas e membro dos conselhos diretores de bancos e empresas de engenharia) para realizar as obras.

Teixeira Soares, que tinha feito parte do grupo arregimentado por Adamczyk no ano anterior, parece ter decidido organizar uma outra operação, esta sim bem-sucedida, aproveitando-se de seu relacionamento com setores bancários e financeiros construído ao longo de décadas de atividade. A 2 de maio de 1921 é assinado o contrato<sup>44</sup> entre a prefeitura, os banqueiros e Soares & Cia., sacramentado pelo decreto 1.550, e estes adquirem mais cinco escavadoras, seis locomotivas, cinquenta vagões, trilhos e dormentes, que rapidamente se somam à solitária escavadeira da rua México.

O ritmo em que passaram a se desenvolver as obras ainda parecia muito lento para Carlos Sampaio, que havia visitado São Paulo em março e observado o sistema de mangueiras hidráulicas usado no aterro da várzea do Carmo. A adaptação deste sistema às obras do Castelo traria como vantagens maior rapidez e a diminuição dos custos de transporte de terra, que deixaria de ser carregada em vagonetes para ser lançada, transformada em lama pela força dos jatos d'água, no litoral fronteiro à rua Santa Luzia. A escolha deste local, independentemente do método de escavação, atendia os preceitos de economia e rapidez priorizados pelo prefeito.

Mas mesmo os partidários da extirpação do *pólipo* discordavam da solução: o próprio Conselho Diretor do Club de Engenharia havia condenado a decisão de Carlos Sampaio de aterrar a enseada entre as pontas do Russel e do Calabouço, argumentando contra o novo traçado da orla com base em estudos que indicavam que os aterros seriam rapidamente varridos pelas ressacas. O veterano engenheiro Aarão Reis, numa enquete promovida pelo jornal *A Noite* sobre a conformação ideal do perfil do enrocamento que protegeria os aterros, iria ao ponto de acusar Carlos Sampaio de "desfazer com mãos sacrílegas a obra de Passos". O coro dos pares contrariados havia sido engrossado por ninguém menos que Paulo de Frontin, que se mostrara preocupado com o desabrigo das famílias expulsas pela demolição e, caso esta se consumasse, propugnava o lançamento do aterro entre o canal do Mangue e a ponta do Caju, para o prolongamento do Cais do Porto.<sup>45</sup>

Aos seus iguais, Carlos Sampaio respondeu num tom diferente do que empregava habitualmente para refutar críticas, lembrando respeitosamente que o litoral artificialmente criado seguiria uma curva suave, que os aterros correspondiam a apenas três milésimos da área total da baía da Guanabara, citando detalhados estudos sobre os regimes de ventos e marés na baía de Guanabara e concluindo:

*...como engenheiro, que também sou, dediquei-me, durante grande parte da minha carreira profissional, a trabalhos dessa especialidade e adquiri, portanto, uma certa experiência que, se não me dá autoridade, porque me faltam outros predicados, me dá ao menos a esperança de ser ouvido e tomado na devida consideração pelos meus colegas de classe.*<sup>46</sup>

Como a prefeitura havia assumido os riscos da operação de arrasamento, Carlos Sampaio empenhou-se em demonstrar que ela era lucrativa, pois os trinta mil contos despendidos seriam compensados pela venda dos terrenos da Esplanada e dos aterros, quantia calculada em quarenta mil contos; além disso, o imposto predial a ser gerado neste novo bairro, que abrigaria, segundo as projeções otimistas do prefeito, "o comércio de luxo", montaria anualmente a três mil contos. Todavia, o retorno financeiro dependia da conclusão das obras e da urbanização da área resultante: diante da incapacidade da Soares & Cia. em acelerar os trabalhos, Carlos Sampaio, assim que conseguiu contratar um novo empréstimo para a continuação das obras, rescindiu o contrato com a empreiteira.

As negociações do novo empréstimo tinham envolvido diversos bancos, intermediários e firmas de engenharia ansiosos por participarem da operação, e terminaram com a assinatura, a 4 de outubro de 1921, de um contrato entre a prefeitura, os banqueiros americanos Dillon & Read e a firma de engenharia Kennedy & Co, objeto do decreto 1.647-A. O valor emprestado era de 12 milhões de dólares, que correspondiam no câmbio de então a 93.600 contos, dos quais 12% seriam destinados, a título de remuneração, aos empreiteiros. Embora João Teixeira Soares tentasse impedir, judicialmente, a rescisão de seu contrato,<sup>47</sup> viu-se obrigado a aceitar o desfecho em troca do recebimento da indenização contratual de trezentos contos, a 22 de novembro. Dos 4,6 milhões de metros cúbicos, volume do morro, apenas 10% haviam sido removidos até esta data; a dez meses da inauguração da Exposição do Centenário, marcada para 7 de setembro, parecia que o atraso nos preparativos comprometeria a sua realização.

Entretanto, com a transferência das obras para a Kennedy & Co., o uso intensivo da força hidráulica acelerou dramaticamente o ritmo do desmonte, praticamente triplicando a velocidade com que a montanha ia desaparecendo e frustrando os que previam o fracasso da operação. Os custos, por outro lado, ultrapassaram todas as expectativas anteriores, o que fez com que Carlos Sampaio se contradissesse freqüentemente quanto aos valores que estavam sendo despendidos - e a serem recuperados, num futuro cada vez mais longínquo - pela municipalidade. Mas esta questão, que reapareceria com força total após o final do mandato do prefeito, ocupava um espaço cada vez menor na imprensa e nas preocupações da administração; com a súbita folga orçamentária proporcionada pelo empréstimo Dillon & Read, mesmo a descoberta de um erro grave no projeto de arrasamento do Castelo não foi capaz de desviar as atenções dos preparativos para a data que, ansiosamente aguardada, aproximava-se, célere: o 7 de setembro de 1922.<sup>48</sup>

As expectativas que cercavam a comemoração do Centenário da Independência dependiam efetivamente do trabalho da prefeitura. Os pavilhões da Exposição - que abrigariam as mostras dos principais produtos e atividades do Brasil e de 14 países estrangeiros - seriam construídos em duas áreas contíguas, que se estenderiam do Palácio Monroe ao mercado da Praça XV, e deveriam ser constituídas, em sua maior parte, por aterros provenientes do Castelo. Como confirmação da interdependência entre as duas realizações - arrasamento do Castelo e Exposição -, à frente das duas estava o mesmo personagem, o prefeito. Este, nomeado por Epiácio Pessoa para a presidência da comissão organizadora, assim definiu a sua participação na preparação das festividades:

*...[fui] quem ideiou [sic], quem escolheu o local, quem o preparou e até criou uma parte desse local, quem deu as instruções para o delineamento geral, quem resolveu a não demolição e reconstrução do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, quem teve a idéia do aproveitamento do Mercado Velho, quem determinou os diversos palácios e pavilhões, entregando-os a diversos e todos distintos arquitetos, quem fez resolver os diversos problemas de arruamentos, ajardinamentos, arborização, águas, esgotos, telégrafo, telefone, meios de transporte, e iluminação...*<sup>49</sup>

A Exposição foi um evento grandioso e suficientemente significativo para admitir diversas abordagens. Uma delas, desenvolvida em "A nação faz 100 anos", tentou "perceber como a mostra nacional da Exposição buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país":

*Mais do que os produtos expostos nas vitrines e nos mostruários, os olhos dos turistas estrangeiros deveriam "ver" a potencialidade do nosso progresso, cuidadosamente expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma inequívoca tendência de crescimento dos "setores modernos" da economia, baseados no ferro e na eletricidade.<sup>50</sup>*

A Exposição não teria somente o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam a riqueza e as potencialidades do país e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas do estrangeiro; o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Dia a dia, no movimentado ano de 1922, o Rio de Janeiro assistia ao espetáculo diário do passado representado pelo Castelo se esvaindo em forma de lama pelas mangueiras hidráulicas, enquanto que sobre o aterro resultante tomavam forma os palácios e as avenidas.

Enfim, ao primeiro minuto do Sete de Setembro, uma multidão de mais de duzentas mil pessoas atravessou a porta monumental, erguida em frente ao Monroe, e ocupou o grande cenário banhado de luz para assistir e representar o nascimento simbólico do Brasil moderno, que caracteristicamente não esperava a morte do antigo – o semi-arrasado berço da cidade – para vir ao mundo.<sup>51</sup>

Não é difícil estender um pouco mais a metáfora e observar que o recém-nascido espaço onde deveriam se concentrar, mesmo que por apenas alguns meses, os valores e ideais do Brasil moderno, era uma criança prematura: algumas das construções e atrações da Exposição ainda estavam sendo concluídas, e o parque de diversões só seria inaugurado a 22 de novembro. Mas, apesar das críticas e reclamações, a Exposição foi considerada um sucesso, como lembrava Carlos Sampaio com alívio:

*...[tinha] eu a certeza de que todas as culpas seriam lançadas sobre mim, único responsável pela construção e organização geral da Exposição, se esta tivesse fracassado; se, porém, fosse um sucesso, como foi, surgiriam, como apareceram, às centenas, os retratos de vários organizadores com jus à glorificação, com exceção apenas dos engenheiros, arquitetos e operários... Os arquitetos, porém, aos quais se deve em grande parte o brilhante sucesso do certame, esses nem sequer mereceram que seus nomes fossem mencionados.<sup>52</sup>*

As menções aos arquitetos deixam transparecer a atenção especial dedicada pelo prefeito ao aspecto que deveriam ter os pavilhões da Exposição:

*... [meu] principal objetivo naquela Exposição que consegui que fosse Internacional foi fazer ver ao Mundo Civilizado não só que nós tínhamos arquitetos de valor, mas que também tínhamos uma arte nacional que podia ser devidamente apreciada por nacionais e estrangeiros... esse objetivo foi atingido... a nossa Exposição, não envergonhou o nosso país e constituiu uma prova da alta capacidade e do gosto artístico dos nossos arquitetos...<sup>53</sup>*

A expressão da *arte nacional* na arquitetura brasileira dos anos 10 e 20 materializou-se no estilo neocolonial, que surgiu a partir de um movimento de reação contra os estrangeirismos ecléticos e que propugnava uma arquitetura de raízes nacionais, que fosse buscar nas construções do período colonial a legitimidade cultural e as formas tradicionais. A alma do movimento foi, sem dúvida, José Mariano Filho, que, embora médico por formação, tornou-se diretor da Escola de Belas Artes e do Instituto Brasileiro de Arquitetos, utilizando a sua influência nos meios governamentais para conseguir com que o *surto* neocolonial se espalhasse através de escolas, pavilhões e residências.

O que a revista *Fon-Fon* chamava, em 1921, de "forte movimento tradicionalista, palpitante de aspirações nacionais", conquistou Carlos Sampaio, que foi o responsável pela adoção do neocolonial nos pavilhões das Grandes Indústrias, Viação e Agricultura, Pequenas Indústrias e Caça e Pesca. A lista de arquitetos contratados para estes trabalhos incluiu os mais destacados

profissionais da época, como Adolfo Morales de los Rios Filho, Francisque Cuchet, Arquimedes Memória e Raphael Galvão. Seja como modismo estético, seja como afirmação de uma volta às raízes da nacionalidade, o fato é que o espaço criado na Exposição refletiu a sedução exercida sobre o prefeito - exemplo acabado da formação cosmopolita calcada na cultura francesa - pelo ideal nacionalista representado no neocolonial.<sup>54</sup>

O mandato de Carlos Sampaio findaria a 15 de novembro de 1922. Nos dois últimos meses, se aceleraria ainda mais o ritmo da demolição do Castelo, e uma última controvérsia ainda mobilizaria a cidade: a questão da destruição do hospital S. Zacarias e da igreja dos Jesuítas, localizadas na parte do morro que ainda sobrevivia. As tentativas de evitar o desaparecimento dos edifícios, ou de encontrar uma solução técnica que possibilitasse a sua "desmontagem", propugnadas por arquitetos e intelectuais sensíveis aos valores históricos e artísticos neles representados, foram frustradas pelo prefeito, que se recusou a adiar a sua destruição, comentando: "como se fosse possível arrasar o morro do Castelo sem demolir tudo o que se achava sobre ele".<sup>55</sup>

A lógica simples não ocultava um fato perturbador: o Castelo não estava arrasado. Ao passar o cargo para o seu sucessor, entretanto, Carlos Sampaio havia conseguido tornar a operação irreversível, numa atitude semelhante às tomadas na construção da avenida Maracanã e na urbanização da lagoa Rodrigo de Freitas, e confessada na determinação que novamente citamos, "de levar todas essas obras a bom termo, ou atacá-las de maneira a que nem o mais retrógrado ousasse pará-las, impedindo a sua terminação".<sup>56</sup> A disposição insistente de materializar o projeto de arrasamento tinha finalmente se realizado; o descarte de Adamczyk e o rompimento com Teixeira Soares haviam mostrado que Carlos Sampaio não transigira nas exigências de conduzir, a sua maneira, a concretização do projeto acalentado desde 1890.

## 2. O CASO DOS TELEFONES

A história dos serviços telefônicos do Rio de Janeiro – que funcionavam desde a década de 1880, com Carlos Sampaio, como vimos, tendo dirigido por seis meses uma das concessionárias, em 1889 – registra uma concessão feita em 1897 a Theodor Wille e à firma Siemens & Halke, transferida em 1899 à empresa alemã *Brazilianische Elektrizitäts-Gesellschaft*, que chegou a ter importantes participações acionárias nas Companhias de Carris Vila Isabel, Vila Guarani e Cachambi. O contrato de concessão com a municipalidade, em vigor desde 17 de janeiro de 1899, tinha como principais cláusulas a cobrança do serviço por assinatura anual e o fim da concessão em 1929.

Em 1905, a Rio de Janeiro Light & Power Company Limited adquiriu a B.E.G., que continuou a operar com personalidade própria até 1907, quando foi incorporada à Rio de Janeiro Telephone Company, empresa organizada e controlada pela Light. Em 1912 a Light passou a se chamar Brazilian Traction, Light & Power Company. Em 1916 foi criada a Rio de Janeiro & São Paulo Telephone Company, para adquirir e desenvolver as empresas telefônicas de propriedade da Brazilian Traction. Em resumo, o serviço telefônico da capital da República era gerido pelo grupo Light desde 1905.<sup>57</sup>

O serviço, feito através de telefonistas, era alvo de muitas reclamações por parte do público. A Companhia, por sua vez, atribuía aos usuários grande parte dos problemas, por tomarem o tempo das suas funcionárias com questionamentos irrelevantes e estenderem demasiadamente as conversas. Tecnicamente, a explicação mais consistente é a de que desde a modernização efetuada em 1906, ensejada por um incêndio na estação central de telefonia, o sistema de preço fixo, independente do número de chamadas, não havia animado a Light a melhorar a infraestrutura dos serviços, enquanto que o número de assinantes crescia de 4.200, em 1907, para 23.510, em 1919. Em consequência, o congestionamento das linhas ficava cada vez mais evidente.

Embora pelo contrato de 1899 houvesse a possibilidade de reajustes cambiais periódicos a cada cinco anos (e outros tipos de ajuste, atrelados à expansão dos serviços), estes não eram julgados satisfatórios pela Light, que passou a pressionar contínua e ineficazmente os poderes públicos para conseguir uma revisão da concessão que acabasse com o sistema de uso ilimitado e instituisse o princípio de tarifação proporcional ao uso, o que havia se tornado tecnicamente possível e, segundo ela, contribuiria para a melhoria do sistema. Com o passar dos anos, a pretensa defasagem das tarifas (que variavam entre 330 e 660 mil-réis anuais, em 1921) se teria acentuado. Assim, as tentativas de alteração das condições do contrato, que só podiam ser feitas pelo prefeito, com a autorização do Conselho Municipal, tornaram-se cada vez mais insistentes.

Ressalte-se que, segundo várias interpretações do contrato original, assim que este expirasse, a municipalidade poderia se apossar de todos os equipamentos e instalações referentes ao serviço, contra o pagamento de uma indenização à Light, no valor aproximado de 50% do total deste material. Com a aproximação do prazo fatal, a Light incluiu em suas reivindicações a anulação desta cláusula ou a prorrogação do contrato.

É interessante recuperar a visão que a Light tinha da questão, através de um relatório que acompanhava o pedido de revisão da concessão apresentado ao Conselho Municipal em 6 de setembro de 1921. Segundo a empresa, "serve muitas vezes o telefone para entreter certos desocupados... afim de saber si... está chovendo ou ventando... para passar os conhecidos e inqualificáveis trotes... não tendo assunto determinado a tratar, fala-se sobre tudo e não raro sobre todos"<sup>58</sup>

Outra reclamação da Light referia-se ao uso indiscriminado dos aparelhos telefônicos das casas comerciais, postos à disposição dos fregueses e dos passantes. A capa da revista *Careta*, de 18 de novembro de 1916 mostra a aglomeração, dentro de uma padaria, de pessoas diante do telefone, enquanto o dono do estabelecimento se regozija com o movimento... A Associação Comercial e o Centro Industrial, ao lado da maioria da população e dos órgãos de imprensa, opunham-se ao aumento. Dentro do quadro de atritos entre a Light e os setores nacionalistas, atizados pelos interesses dos Guinle, a questão assumiu grande importância, e a companhia amargou sucessivas derrotas no Conselho Municipal.

Quando Carlos Sampaio assumiu a prefeitura, em junho de 1920, sua longa associação com a Light podia prenunciar novidades na questão, principalmente se fosse conhecida a correspondência a ele dirigida por Alexander Mackenzie alguns meses antes. Em carta manuscrita, datada de 21 de março do mesmo ano e acompanhada de um bilhete, num tom pessoal e melancólico, Mackenzie alegava as dificuldades por que passava a Light e pedia ao amigo, na ocasião chefiando a delegação brasileira à II Conferência Financeira Pan-Americana, em Washington, que procurasse convencer o governo da necessidade de repactuar os termos da concessão telefônica no Rio: "Estou preocupado com a situação da nossa Light & Power em face das enormes necessidades de capital adicional... não detalharei a importância da Light na manutenção da lei e da ordem - lá não temos greves..."<sup>59</sup>

Na carta, Mackenzie reclama das despesas que a Light vem enfrentando para ampliar a oferta de energia e atender às necessidades industriais da nação, apesar de não ter a obrigação contratual de fazê-lo; diz que os seus acionistas não receberam quase nenhum dividendo nos últimos três anos, principalmente devido aos prejuízos enfrentados pelas companhias telefônica e de gás. Quanto à receptividade encontrada nos meios oficiais, "não conseguimos fazer as autoridades se interessarem nem um pouco pelas nossas reivindicações". O tratamento era injusto e desigual, alegava o canadense, citando as facilidades concedidas à Itabira Iron e à E. F. Vitória-Minas, enquanto que a Light só estava isenta do imposto de importação; "e para coroar nossas misérias nos vemos ameaçados por um imposto de 5% sobre os lucros". Concluindo, Mackenzie apelava diretamente a Sampaio: "como você é um representante oficial do seu país, numa missão importante, tomo a liberdade de lembrá-lo [da questão] na esperança de que algum remédio possa ser encontrado".

Durante o primeiro ano do mandato de Carlos Sampaio, as queixas de Mackenzie não tiveram repercussão. Entretanto, a 6 de setembro de 1921, o aumento das tarifas telefônicas tornou-se uma das peças da negociação do empréstimo de 12 milhões de dólares tomado pela prefeitura à firma Dillon & Read, com o objetivo de acelerar e concluir as obras de arrasamento do morro do Castelo. Em carta dirigida ao prefeito, o representante da firma americana, Robert Hayward, explicitamente condicionava a concessão do empréstimo ao aumento da lucratividade do serviço telefônico: segundo ele, a Light, que já investira cinquenta milhões de libras no Brasil, deveria ser objeto da boa vontade dos poderes públicos.

A intromissão da Dillon & Read, entretanto, não se devia somente à solidariedade: era de seu interesse que um recente empréstimo feito à Light, no valor de 7,5 milhões de dólares, pudesse ser resgatado no prazo. Por outro lado, concluía Hayward, à prefeitura não interessava que a Light tivesse diminuída a sua capacidade de prestação de bons serviços; "os assuntos da Light & Power estão tão intimamente ligados aos da prefeitura que a prosperidade de uma significa necessariamente o progresso da outra".<sup>60</sup>

No mesmo dia 6 de setembro, a Light requeria oficialmente ao Conselho Municipal a revisão do contrato que regia o serviço, reivindicando a unificação das quatro zonas tarifárias, que tinham tarifas crescentes a partir do Centro da cidade. O novo preço, de acordo com os desejos da companhia, deveria ser fixado em 400 mil-réis por telefone residencial, sem limite de chamadas; e 200 mil-réis por ano mais 180 réis por chamada (até duas mil chamadas) ou 150 réis (a partir da 2001ª) para o uso comercial. A isto se acrescentariam taxas adicionais por aparelho.

Mais importante era a rescisão da cláusula que fazia reverter à prefeitura os bens da companhia, calculados à época em cem mil contos, além da prorrogação da concessão. Entre os argumentos alinhados pela companhia, eram transcritas mensagens dos prefeitos Bento Ribeiro (1912), Rivadávia Correia (1915) e Amaro Cavalcanti (1918) e a opinião dada por Paulo de Frontin num debate promovido pelo Club de Engenharia, em 1916; todos reconheciam a necessidade de alterações na organização e cobrança do serviço telefônico.<sup>61</sup>

No Conselho Municipal, a questão assumiu regimentalmente a forma de uma autorização para que o prefeito repactuasse as condições da concessão, e tramitou durante um mês, com o apoio ostensivo do Executivo, enquanto diversos setores da sociedade mobilizavam-se ruidosamente para pressionar os intendentess a rejeitar o pleito da Light. Denúncias de suborno multiplicaram-se; apontou-se a influência indevida do presidente da República na decisão favorável tomada, apesar do voto contrário da Comissão de Orçamento, a 6 de outubro de 1921. Finalmente, ao se encerrar o ano, a 29 de dezembro, foi sancionada a lei 2.560, que estabelecia as novas bases da concessão e dava a Carlos Sampaio a atribuição de renegociar definitivamente o contrato.<sup>62</sup>

As pressões contrárias, em consequência, voltaram-se para o prefeito. Este, que havia se omitido da discussão nos meses anteriores, deixando ao Conselho o ônus da execração pública, alegava estar somente protegendo a população e os usuários ao repactuar a concessão. Respondendo a um apelo do Centro Industrial, a 30 de dezembro, Carlos Sampaio dizia que não permitiria "o serviço continuar a ser mau, devido em parte à insuficiente remuneração dos capitais invertidos".<sup>63</sup>

Embora estas pressões se estendessem por todo o ano de 1922 – o ministro da Justiça chegou a interpellá-lo sobre o assunto, recebendo como resposta a afirmação: "eu, como prefeito, cumpro o meu dever; que os outros cumpram o seu para o bem da nossa pátria"<sup>64</sup> –, o contrato assinado pelo prefeito a três dias do final de seu mandato atendia, em sua maioria, aos reclamos da Light. O prazo da concessão ficava prorrogado até 1950, quando todas as instalações reverteriam à municipalidade em troca de uma indenização correspondente a 100% de seu valor; o princípio da cobrança proporcional ao uso do serviço ficava sacramentado. A favor da prefeitura, Carlos Sampaio estabeleceu um pagamento anual de 360 contos a título de remuneração, e a instalação e operação gratuita dos telefones de algumas repartições municipais.<sup>65</sup>

O episódio demonstrou que a soma do poder de influência da Light com a ação decidida do prefeito havia vencido os interesses combinados dos setores comercial e industrial da cidade, além da opinião pública e da maioria da imprensa. Os longos anos de estreito relacionamento entre Carlos Sampaio e Alexander Mackenzie estiveram na origem da articulação para atender as demandas da Light, e a intervenção dos credores externos, explicitando a teia de interdependência que ligava crédito internacional e concessões de serviços no processo de crescimento da cidade, foi decisiva para a concretização da operação. Carlos Sampaio, nos anos que se seguiram, manifestou mais de uma vez a sua certeza sobre a justiça de suas ações, afirmando:

*Eu sempre fui, sou e serei... um grande defensor dos interesses estrangeiros em nosso país... todos os serviços públicos, industriais, principalmente nos países novos, devem ser explorados por concessões que atraiam capitais ouro do estrangeiro, concedendo-lhes os favores necessários...*<sup>66</sup>

## . POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO

### .1 O Conselho Municipal

Ao comentar a produção historiográfica relativa ao processo de evolução urbana do Rio de Janeiro – exemplificada pelo estudo clássico de Oswaldo Porto Rocha, *A era das demolições* –, Sérgio Pechman, em *Reformas urbanas e classes dominantes no Rio de Janeiro da virada do século: algumas anotações sobre o debate recente*, constatava que a maioria dos trabalhos que se seguiram apontavam para um viés comum, assim resumido:

*...as transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro do início do século obedecem ao claro propósito de fazer do mesmo um território que pudesse, de um lado, servir de base para uma articulação mais orgânica da economia brasileira com o sistema capitalista internacional, e de outro, expressar, nos planos político e ideológico, os ideais de progresso e modernidade decantados por suas classes dominantes.*

Embora seja possível admitir, em termos gerais, a consistência desta análise, é discutível a identificação do Estado como um prolongamento simplificado das classes dominantes e, em especial, deve-se contestar a validade desta interpretação no estudo de diversos episódios relacionados à urbanização do Rio de Janeiro. Na verdade, mesmo que possamos identificar nestes episódios a motivação subjacente, por parte do poder público, de facilitar a atuação do capital, cada um deles encerra embates e desfechos que somente podem ser examinados e compreendidos, se levarmos em conta a complexidade política dos interesses envolvidos no processo de remodelação da cidade.

É a partir desta visão que passamos a situar o nosso trabalho no conjunto das análises que consideram fundamental a esfera do político, tal como foi redefinido pelos estudos de René Remond (*Une histoire présente*) e Pierre Rosanvallon (*Pour une histoire conceptuelle du politique*); não como instância isolada, mas como campo de articulação dos agentes sociais que atuam sobre a cidade; como mediador das divergências sobre os limites e formas da atuação do poder público que resultam em soluções determinadas pela capacidade de organização dos atores políticos envolvidos.

Se isto abala a validade conceitual do termo “interesses gerais”, quando aplicado às classes dominantes, é para caracterizar a luta nas esferas política e ideológica - cuja dinâmica está estruturada, e não determinada pela esfera econômica - como o verdadeiro embate, aquele que vai definir os limites de intervenção de cada um dos protagonistas na arena urbana. Este embate político, no Rio de Janeiro de 1920-1922, deu-se basicamente através do relacionamento entre o prefeito e o Conselho Municipal.

O Poder Legislativo carioca remonta aos tempos coloniais. O antigo Senado da Câmara, como era denominado, havia sido transformado em Câmara Municipal em 1830, e assim permaneceu até ser dissolvido em 1889. A República criou um organismo híbrido – o Conselho da Intendência Municipal, composto por membros indicados pelo poder central – com funções executivas e legislativas, cujo presidente exercia também o papel de prefeito da capital. A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, a 20 de setembro de 1892, marcou a separação entre as duas instâncias de poder: determinou que a escolha do prefeito se faria por decisão do presidente da República e que os integrantes do Conselho Municipal passariam a ser eleitos pela população.<sup>67</sup>

Submetido à legislação eleitoral conhecida como o “Regulamento Alvim”, que datava de 1890, o Conselho não acompanhava totalmente os perfis estadual e federal no que se refere à representatividade distorcida pelas violências e chicanas que caracterizaram as eleições da República Velha, abrigando tendências oposicionistas. Assim, constituía-se numa exceção ao sistema representativo dominado de alto a baixo pelo situacionismo, que organizava o processo eleitoral, pressionando os eleitores e manipulando as atas através das mesas eleitorais.

No recorte temporal delimitado pelo governo de Carlos Sampaio, o grupo majoritário é a Aliança Republicana, criada e liderada por Paulo de Frontin, que reproduz as práticas características das maiorias governamentais: as pretensões de qualquer grupo ou candidato oposicionista esbarram nas instâncias de confirmação dos mandatos. “Com este aperfeiçoado sistema controlador”, assinalou Edgard Carone, “os governos têm em mãos o instrumento de pressão para convencer os mais recalcitrantes ou degolar as oposições”.<sup>68</sup>

Os intendentess, cujo número havia sido progressivamente alterado até totalizar 24, candidatavam-se por um dos dois distritos eleitorais em que se dividia o Rio de Janeiro, e os 12 mais votados em cada distrito eram considerados eleitos para um mandato de três anos. A diplomação, entretanto, dependia do exame das atas elaboradas pelas mesas eleitorais dos distritos. Isto tornava as sessões inaugurais verdadeiros focos de tensão, como acontece, por exemplo, com a de 2 de dezembro de 1919, quando tomaram posse os eleitos para o triênio 1919-1922. Por terem sido apontadas irregularidades nas atas que comprometem a votação obtida pelo candidato Felisdoro Gaia no pleito de 26 de outubro, sua diplomação é suspensa e só será realizada, após demoradas *démarches*, meses depois.

O funcionamento da instituição restringia-se ao período compreendido entre julho e dezembro. O período limitado não era privilégio dos intendentess: acompanhando os hábitos das Câmaras do tempo do Império, deputados e senadores suspendiam o trabalho após o Natal e só o retomavam após o fim da estação estival, e o que resultava era um acúmulo de trabalho legislativo que marcava as primeiras semanas de junho. O Conselho Municipal contava com 75 funcionários; os intendentess (dos quais 14 haviam sido reeleitos em 1919) percebiam mensalmente 1.500\$000 réis. Eram médicos, advogados e engenheiros, funcionários públicos e comerciantes, e reuniam-se no prédio que foi demolido para dar lugar ao Palácio Pedro Ernesto.<sup>69</sup>

O cotidiano dos intendentess era preenchido pela apresentação de projetos, indicações e moções, que somente chegavam à apreciação do plenário após o exame das comissões temáticas. As deliberações tomadas, antes de serem transformadas em legislação sob a denominação de Decretos do Poder Legislativo, podiam ser vetadas pelo prefeito. A atribuição de derrubar esses vetos cabia ao Senado, que necessitava de maioria de dois terços para fazê-lo. Cabem aqui algumas considerações a respeito do veto: na esfera de atuação do Conselho constava o poder de “conferir atribuições ao prefeito sempre que julgar conveniente”.<sup>70</sup> Isto resultava em que um número expressivo dos projetos de lei aprovados pelo Conselho eram autorizativos, isto é, concediam poder ao prefeito, sendo muitas vezes apresentados por inspiração do Executivo através dos intendentess a ele ligados. O que contrariava o Conselho eram os vetos sistemáticos a estes e outros projetos, que por vezes consumiam diversas sessões e estudos para serem analisados, discutidos, emendados e votados.



A impressão de terem trabalhado em vão transparece em muitas das críticas que caracterizam as manifestações dos intendentes, e como este era um sentimento coletivo, pelo suposto desprezo votado à própria instituição, não é de se estranhar que rapidamente o prefeito se encontrasse sem maioria segura no corpo legislativo e fosse obrigado a entrar em negociações para a aprovação do orçamento e dos empréstimos de que necessitava. Por outro lado, a possibilidade de derrubar vetos no Senado aponta para a probabilidade de articulações entre os dois corpos legislativos, e várias alusões sugerem que a relação seguidor–chefe presente no relacionamento dos intendentes com os senadores pelo Distrito Federal poderia ser de valia nestes casos. Entretanto, a ligação da maioria governista no Senado ao sistema de poder no nível federal também contava na apreciação dos vetos do prefeito. Como resultante deste jogo de forças, registra-se que durante o mandato de Carlos Sampaio, o Conselho Municipal sancionou 593 decretos legislativos, dos quais 249 foram vetados; destes vetos, 114 foram rejeitados pelo Senado.

A maior parte do tempo do Conselho era gasto tratando dos interesses dos funcionários públicos municipais: regulamentar promoções, nomeações, reintegrações, gratificações, aposentadorias e equiparações e conceder licenças por longos períodos, para tratamento de saúde. É significativo que dos 593 decretos legislativos a que nos referimos há pouco, 453 tratassem da rotina funcional dos servidores. Segundo o intendente Alberto Beaumont, “o funcionário não tem padrinhos nem quem se compadeça da sua sorte. Se quiserem suprimir ao Conselho Municipal o direito de reparar as injustiças sofridas, melhor será que suas funções desapareçam”.<sup>71</sup>

O “direito de reparar injustiças sofridas”, como definido pelos intendentes, não podia deixar de contrariar o prefeito pelas despesas e privilégios que criava. Na prática, isto se traduzia em numerosas equiparações que significavam elevação de salários; licenças com vencimentos, para “tratamento de saúde”, em alguns casos renovadas por anos a fio; e a contagem, para fins de aposentadoria, de diversos serviços prestados sem a necessidade de comprovação. Sendo para o Conselho Municipal o principal espaço para exercer o poder político, qualquer atitude do prefeito em relação ao funcionalismo causava fortes reações. A promulgação de um estatuto para acabar com as distorções funcionais, já preconizada por Sá Freire, seria tentada em vão por Carlos Sampaio; inversamente, as medidas para aumentar os salários dos funcionários nele esbarravam, e os dois poderes acusavam-se mutuamente pela penúria dos servidores. Por ocasião da votação do orçamento, inúmeras emendas eram introduzidas para destinar maior verba a determinadas repartições, com o intuito de possibilitar o incremento da remuneração dos que lá serviam. Como, quase que diariamente, o Conselho aprovava alguma medida em favor de algum funcionário – e como, com a mesma regularidade, sucediam-se os vetos do prefeito – o assunto em muito contribuía para envenenar as relações entre os dois poderes.

A área da instrução pública era objeto de grandes disputas, por contar com uma grande quantidade de funcionários e afetar a vida de um número extremamente significativo de famílias em busca da educação, instrumento de ascensão social e econômica para as camadas baixas e médias da população. São muitas as queixas pela não promoção desta ou daquela professora, os pedidos de revisão de provas em diversos colégios e as exigências de construção de novas escolas. Encontramos também uma proposta, aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho, para aumentar em quinhentas vagas a capacidade da Escola Normal, “um projeto de grande utilidade, que viria franquear a entrada... justamente às patrícias pobres e sem proteção, e aquelas que não têm a cútis alva e ideal”.<sup>72</sup> O projeto foi vetado pelo prefeito.

O Conselho também examinava propostas reivindicando concessões afeitas à cidade, como a apresentada por F. Adamczyk, para arrasar o Castelo, e as requeridas para construir túneis do Centro a Cascadura e Niterói, usinas de incineração de lixo e instalação de “colunas-reclame, como há em Paris”, para a afixação de cartazes. E mais: propostas de concessão para loterias, pedidos de isenção do imposto territorial, reivindicações de calçamento e iluminação de ruas, de instalação de mercados e de abrigos nas paradas dos bondes; enfim, uma miríade de pedidos que estabelece bem a relação de intermediação entre a população e o Poder Executivo exercida pelo Legislativo da cidade.

As atribuições do Conselho haviam sido definidas ao longo dos anos: estabelecidas em 1892 e reduzidas em 1904, durante a administração Pereira Passos, quando a necessidade de proceder às reformas sem os empecilhos erguidos pelo Conselho, onde pontificavam representantes de interesses comerciais prejudicados pelo *bota-abaixo*, havia motivado a suspensão do Legislativo. Com a posterior redução de sua autonomia, restou-lhe, como a mais importante, a de aprovar o orçamento. É desta maneira que devemos vê-lo ao se iniciar a administração Carlos Sampaio: fraco, sujeito a uma conjuntura que lhe reserva um papel de coadjuvante nas grandes questões municipais, agarrando-se ciosamente às migalhas de poder e pressão que lhe restaram, condenado a ocupar-se de pequenas causas. É, paradoxalmente, o menos importante dos órgãos legislativos da cidade, que também abriga a Câmara e o Senado. Sem dispor de uma fração de sua importância, destinado à prática política provinciana e sonhando com um poder que lhe é ao mesmo tempo vizinho e inalcançável, o Conselho Municipal debate-se entre pretensão e realidade, entre adesismo previsível e revolta quixotesca.

A este quadro de crise de auto-estima, juntam-se os efeitos da superposição de competências administrativas, consequência da concentração de funções que transformaram o Rio de Janeiro, desde os tempos coloniais, no maior porto, na maior metrópole e na capital da nação. Sede da corte, centro da vida política, a cidade está submetida a uma duplicidade de jurisdições que vai progressivamente criar focos de desentendimento entre as autoridades federais e municipais. Desde a legislação que o havia declarado município neutro, ainda durante a Regência, o Rio desfrutava de um estatuto jurídico especial, que não foi suficiente para fornecer um arcabouço administrativo coerente para amparar a expansão dos serviços públicos que caracterizaram o final do século XIX e o início do seguinte.

“O contrato da luz é feito pela prefeitura ou pela União? E sobre o serviço telefônico? Quem limpa o canal do Mangue? A prefeitura ou o Governo da União?”, perguntava o intendente Alberico Moraes, em 1920.<sup>73</sup> O que vamos encontrar é uma situação de disputa e incerteza, um conjunto de relações marcado pelo signo do atrito latente, as áreas de articulação entre o interesse municipal e as questões de âmbito nacional permanentemente entrelaçadas, desenvolvendo-se simultaneamente ao relacionamento entre os intendentes eleitos pela população e o prefeito indicado pelo presidente da República.

## .2 Diálogo e Contenda

A escolha de Carlos Sampaio para ocupar a prefeitura foi recebida com satisfação pelos intendentes, a se acreditar nas manifestações registradas nas sessões de junho de 1920. Um dos diálogos registrados no Conselho, todavia, merece ser reproduzido para oferecer uma dimensão menos ingênua do significado desta acolhida amistosa:

Ernesto Garcez: *Há a necessidade do Governo da República procurar entre os nossos engenheiros um prefeito competente... demonstrei que o Dr. Sá Freire não tinha capacidade técnica para o cargo... era um homem que perseguia o funcionalismo e o operariado...o eminente Dr. Eptácio Pessoa, com a sua visão larga e o descortino que lhe é peculiar, soube escolher... um prefeito cuja nomeação encheu de regozijo os habitantes desta capital...*

Vieira de Moura: *V. Exa. disse isto quando o chefe da nação escolheu o Dr. Sá Freire.*<sup>74</sup>

O próprio prefeito que assumia não se enganava quanto à natureza do apoio com que poderia contar no Legislativo; comentando o episódio da sua nomeação, afirmaria anos depois: “ todos já se habituaram a essas tristes cenas que terminam sempre pela conjugação em todos os tempos e pessoas do verbo que os profissionais da política se acostumaram a conjugar, o verbo 'aderir'.”<sup>75</sup>

Mais importante do que as manifestações formais de apreço é o exame do comportamento destes dois atores políticos – prefeito e Conselho – em face das questões concretas que se apresentariam, como a das concessões. Dentro da superposição de jurisdições que define o

ambiente administrativo da cidade, esta questão ocupa um lugar de destaque. As mais antigas estão em sua maioria sujeitas a regulamentação da União, por terem sido os seus contratos assim celebrados. Como, obviamente, a beneficiária de seus serviços é a população carioca, é natural que o Conselho funcione como canal de pleitos e reclamações desta população, enquanto que Carlos Sampaio, pela sua trajetória profissional, seja identificado como defensor da Light, já chamada de "polvo ignóbil, que vive esmagando, violando, abafando, com o peso enorme de seus recursos".<sup>76</sup>

Alvo mais importante, por enfeixar vários serviços públicos e contar, no imaginário popular, com a proteção escandalosa dos poderes da República, a Light encontrava-se, na maioria das vezes, além do alcance e da influência do Conselho Municipal. Carlos Sampaio, escrevendo depois de deixar o governo, pensava ser aconselhável a transferência das suas concessões para a esfera do município. Entretanto, durante o mandato, não deu respaldo às tentativas de chamar ao Conselho a fiscalização de alguns pontos dos contratos, de interpretação duvidosa, iniciativa que poderia se institucionalizar e pôr em xeque alguns de seus próprios projetos.

O processo de crescimento e modernização da cidade refletia-se na apresentação de novos pedidos de concessões, que se transformavam em disputas de poder entre o prefeito e o Conselho. Estes revezavam-se entre a defesa da monopolização dos novos serviços e o combate a esta mesma monopolização, num comportamento aparentemente contraditório mas revelador de que mais importantes do que posições ideológicas era a articulação conjuntural de interesses políticos e econômicos. No caso do contrato para a coleta e incineração do lixo, serviço considerado *essencial e urgente* em seguidas intervenções dos intendentess, o desfecho acaba desagradando os que esperavam ver triunfar uma outra empresa, motivo da reação do intendente Alberto Beaumont: "o serviço de lixo foi concedido à socapa, às caladas, de portas fechadas, a um cidadão chamado Piedade, quando piedade devia haver para os cofres públicos. E o prefeito apiedado, não dos cofres públicos, mas do cidadão Piedade".<sup>77</sup>

Ao mesmo tempo, em meio aos pedidos de concessão examinados pelo Conselho em 1920, destaca-se o feito pela Standard Oil, que se propunha a construir postos de gasolina em diversos logradouros. Eles se faziam necessários pelo aumento da circulação de veículos, pelos perigos do armazenamento de combustível em latas e implicavam na alienação de terrenos e do subsolo públicos. A este respeito o Conselho recebeu uma comunicação de uma empresa rival, a Texas Company, queixando-se da preferência dada à concorrente. Mesmo assim, o novo monopólio acabou sendo aprovado, com várias emendas, e assinado pelo prefeito. Outro pedido, transformado em concorrência, dizia respeito ao transporte entre as ilhas da baía da Guanabara e o Centro da cidade, mas como houve apenas uma candidata - a proponente original, a Cia. Cantareira - o Conselho resolveu autorizar o prefeito a celebrar um contrato, desde que fossem incluídas várias cláusulas relativas ao preço das passagens, intervalo entre as viagens e pontos de atracação, que atendiam aos eleitores da região.

Os primeiros sinais de que a convivência entre Carlos Sampaio e o Conselho seria marcada pelo signo das desavenças aparecem na votação para autorizar a prefeitura a contrair o empréstimo de cinquenta mil contos, a 5 de agosto. Essencial para restaurar as finanças e o crédito da municipalidade, contraído por um prefeito recém-empossado e avalizado pela União, o empréstimo deveria ser aprovado sem percalços. Durante a sessão, entretanto, a bancada majoritária do Conselho ausentou-se e impediu, por falta de quórum, a votação. Para entender o significado deste gesto, devemos assinalar que a esta bancada pertenciam os 14 intendentess filiados à Aliança Republicana, liderada por Paulo de Frontin, estreitamente ligado a Carlos Sampaio. Assim, após apenas dois meses no cargo, o novo prefeito deparava-se com as realidades da política municipal, marcada pela predominância de um partido cuja própria razão de ser era a luta pela autonomia do Distrito Federal, e naturalmente inclinado a evitar que o prefeito, representante do poder federal, visto como interventor da Presidência da República, viesse a contar com instrumentos – como uma verba de tal magnitude – que ampliassem o seu poder.

As questões financeiras estavam na linha de frente no embate entre prefeito e Conselho Municipal. A receita da municipalidade, que em 1920 seria de aproximadamente 55.000 contos, era ínfima se comparada com a dívida consolidada. (143.000 contos, 740.000 libras e 10 milhões de dólares). Em decorrência, a cobrança rigorosa do imposto territorial, a maior fonte de receita, revestia-se de grande importância. Mas os interesses comerciais opunham-se naturalmente a esta medida, atuando em duas frentes: procurando minorar e suprimir diversas alíquotas, e retardando o lançamento do imposto.

O Conselho recebia também, em abundância, pedidos de diversas instituições e empresas buscando a isenção pura e simples do seu pagamento, e a falta de critério no julgamento destes pleitos dava ensejo a manifestações como a do intendente Alberto Beaumont, que declarava durante uma discussão:

*...todas as vezes que uma sociedade beneficiante [sic] vier a esta Casa pedir isenção de impostos, darei o meu voto... até que as autoridades venham regularizar isenções escandalosas, como a Cruz dos Militares, da Santa Casa de Misericórdia...*<sup>78</sup>

Alguns pedidos eram defendidos como necessários ao desenvolvimento da cidade, como um que isentava as fábricas de borracha que se instalassem até 1922, beneficiando claramente a Goodyear, e que acabou sendo vetado; e um de Vicente Caneco para ampliar suas instalações em São Cristóvão. É difícil estabelecer a diferença entre o perfil dos pedidos feitos pelos intendentes e daqueles feitos sob inspiração do prefeito; o que fica claro é que na maioria das vezes existem divergências, às vezes até entre os próprios membros do Conselho, sobre as benesses a serem distribuídas, dando lugar a debates que trazem informações preciosas. Assim, ficamos sabendo que o pedido de Vicente Caneco já havia sido apresentado, sob pretexto diferente, na legislatura anterior, e que uma sociedade beneficiante que requerera os mesmos favores para um imóvel nunca havia funcionado no local.

Voltando ao empréstimo de cinquenta mil contos (que seria finalmente aprovado, decorridas algumas semanas, sem que possamos determinar com que contrapartida por parte do prefeito), sua destinação, além de duramente questionada pelo Conselho, ainda seria distorcida através de emendas que determinavam dispêndios específicos de parte dos recursos. Este expediente seria criticado pelo intendente Brenno dos Santos, numa intervenção que certamente seria subscrita por Carlos Sampaio:

*Sr. presidente, se o Conselho, todas as vezes que tiver que votar créditos solicitados pelo prefeito do Distrito Federal, indicar as obras que devem ser feitas e as despesas que devem ser atendidas, de acordo com a opinião de cada um de nós, não tendo em consideração o que lhe foi solicitado, impede a administração da cidade por parte do chefe do executivo.*<sup>79</sup>

Outra das receitas da prefeitura era o imposto de exportação, instituído por Amaro Cavalcanti em 1918 e submetido a uma série de restrições de ordem jurídica, sendo alvo principal da Associação Comercial, que inspira declaradamente os vários projetos destinados a extingui-lo ou pelo menos a suspender sua aplicação durante o ano de 1920. Os próprios intendentes divergem quanto à sua conveniência, já que a sua arrecadação nos anos anteriores tinha sido irrisória. Mas Carlos Sampaio não permite a sua extinção, num dos vetos que haveriam de lhe valer a acusação de "vetomania".<sup>80</sup>

Em relação à saúde pública, a transferência das atribuições do município para a União, que já abordamos, provocou reações violentas contra o prefeito, acusado de não se empenhar suficientemente na defesa da autonomia municipal. O excesso de zelo na aplicação da lei era condenado: a legislação chegava ao ponto de especificar um tipo de ladrilho cerâmico para os pisos, que segundo o intendente Alberico Moraes "há muito tempo não entra na Alfândega do Rio de Janeiro e custa quatro vezes o preço do similar nacional".<sup>81</sup>

Até sobre a competência de Carlos Chagas e de seus comandados para cuidar da saúde da cidade existiam dúvidas. O intendente Henrique Lagden, um médico octogenário, duvidava da

eficácia da vacina e questionava a teoria da transmissão da febre amarela pelo mosquito; segundo ele, o fim das epidemias se devia à dissolução dos "miasmas pestíferos" causada pelo traçado retilíneo do novo Cais do Porto, onde as ondas, ao invés de deslizarem vagarosamente pelas enseadas da Gamboa e da Saúde, arrojavam-se com violência sobre os molhes de pedra. Carlos Sampaio, que assume quando o assunto já estava encaminhado, vai ser obrigado a negociar várias emendas ao projeto que transfere o Serviço de Higiene à União, em sua maioria enxertadas por intendentess que procuram defender alguns protegidos e manter outros em cargos de chefia.

A aprovação final do projeto, a 30 de dezembro, é emblemática: os intendentess procuram protelar qualquer medida que os prejudique até a votação do orçamento do ano seguinte, quando podem exercer seu poder de pressão sobre o prefeito. A este respeito, diz o intendente Vieira de Moura: "declarei nesta casa que, se fosse necessário, eu faria todo o possível para que o prefeito não tivesse orçamento".<sup>82</sup> Assim, as últimas sessões são tensas, com acusações de parte a parte e negociações febris. Este expediente, que já havia causado, em outras administrações, a prorrogação do orçamento do ano anterior (medida de legalidade duvidosa e polêmica), vai ser observado em vários casos.

As finanças municipais e a saúde pública estão inscritas no jogo que se desenvolve em diversos níveis de competência e os atritos que as envolvem podem ser vistos como a consequência de um diálogo de surdos. Cada uma das partes envolvidas tem um interlocutor real e outro aparente: assim, os intendentess pronunciam discursos defendendo a autonomia municipal, mas falam para seus eleitores; o prefeito declara defender a probidade administrativa, mas presta contas ao presidente da República. São, prefeito e Conselho, intermediários.

Com a exceção do orçamento, o Conselho não pode apostar no impasse, sob o risco de ser ignorado; resta, portanto, a alternativa de composição. Diante da inexistência de um equilíbrio mínimo entre os poderes, o relacionamento entre o Conselho e Carlos Sampaio vai se caracterizar por uma aparência de convivência entre iguais, para ter o seu verdadeiro caráter denunciado sempre que ocorre uma discordância em torno de uma questão importante, quando fica clara a posição inferior do Legislativo.

No final de dezembro de 1920, 13 intendentess se reúnem com o prefeito e fazem um acordo para aprovar o orçamento e outros projetos, numa combinação noticiada pelos jornais e que causa ressentimento entre os que não foram convidados a participar. Neste momento, confundem-se as linhas partidárias e vários membros da Aliança Republicana são cooptados pelo prefeito; a minoria, em consequência, não tem condições de rejeitar o orçamento e encerra melancolicamente o ano legislativo queixando-se da "traição, por parte daqueles a quem tratávamos fraternalmente".<sup>83</sup>

Aprovado o orçamento, o Conselho despede-se, para se reunir novamente dali a seis meses, em junho de 1921. Mas se o ano anterior poderia ser caracterizado como período de diálogo, mesmo áspero, este seria o ano da contenda. Com o início das grandes obras que marcariam a administração Carlos Sampaio, as divergências com o Legislativo sobem de tom. Fica clara a impotência do órgão, que havia autorizado o prefeito a contrair vultosos empréstimos externos e internos, para controlar a aplicação das quantias; o prefeito ignora continuamente as rubricas entronizadas no orçamento e remaneja verbas sem que o Legislativo tome conhecimento.

Passam-se os meses. Com a aproximação do final das sessões, os intendentess se preparam para a longa batalha do orçamento de 1922, determinados a impedir que no ano das comemorações do Centenário o prefeito manipule à sua discricão os recursos de que disporá a capital. E aprovam, a 4 de janeiro de 1922, um orçamento inteiramente diferente do que havia sido remetido pelo prefeito. No dia seguinte, Carlos Sampaio aceita a ruptura e veta o orçamento aprovado, "com o maior constrangimento".<sup>84</sup>

A reação era semelhante à decisão tomada pelo presidente da República, que havia prorrogado por um ano a vigência do orçamento federal de 1921; as implicações formais da medida não pareciam, à primeira vista, facilitar a administração de Carlos Sampaio, que se via

*... forçado a vetar o orçamento de 1922, e, portanto, a servir-me do orçamento insuficientíssimo de 1921, quando os compromissos da Municipalidade eram muito maiores em virtude dos empréstimos americanos, e das reformas das repartições da Fazenda, da Assistência Municipal...*<sup>85</sup>

Na prática, o veto permitiu que a ficção de governar segundo os ditames do orçamento aprovado pelo Conselho deixasse de merecer a preocupação do Executivo. A aceleração do ritmo das obras que deveriam ser entregues até 7 de setembro criou um ritmo e uma praxe próprios na administração, sujeitas somente à vontade do prefeito, instrumentalizada pelo seu secretário de gabinete (Manuel Duarte, que governaria o estado do Rio entre 1926 e 1930) e à disponibilidade de caixa controlada por Elpídio Boamorte, diretor-geral da Fazenda Municipal. Este dedicado servidor trabalhava “em casa, até avançadas horas da noite, e pela manhã, até a hora de comparecimento regular à repartição”.<sup>86</sup>

O comportamento do Conselho Municipal durante o ano de 1922 também se viu afetado pelos reflexos da situação política nacional. A questão das candidaturas presidenciais havia provocado uma divergência entre Frontin e a maioria dos integrantes da Aliança Republicana; estes aprovaram o apoio do agrupamento à chapa Artur Bernardes - Urbano dos Santos, enquanto que Frontin preferia J. J. Seabra para a vice-presidência, e renunciou (a 7.1.22) ao ver suas posições derrotadas na convenção do partido. Os intendentess, então, aprovaram uma moção de apoio à chapa oficial, sacramentando o rompimento com a liderança de Frontin e procurando o alinhamento com o grupo oficialista que se encaminhava para a vitória de 1º de março, data da eleição que elegeria Bernardes.<sup>87</sup>

Não podemos esquecer que se aproximavam também as eleições municipais, a serem realizadas a 29 de outubro. Tornava-se essencial para os intendentess garantir o espaço político decorrente dos pequenos favores e vantagens que se constituíam em parte essencial da prática política, prática esta a que Carlos Sampaio aplicava o referencial semântico próprio da medicina para descrever como uma *doença*:

*... a clientela eleitoral é uma doença que acabará por matar a República, pois todos sabem que é à custa de favores que muitos políticos conseguem conservar as suas posições, e nenhum político escapa a essa necessidade de compensar serviços eleitorais.*<sup>88</sup>

Neste ambiente político conturbado, principalmente depois da revolta militar de 5 de julho, a Aliança Republicana apresentou-se dividida para concorrer às eleições municipais. Embora os manifestos publicados nos jornais pelas listas concorrentes não apresentassem diferenças significativas quanto aos projetos de governo, que enfatizavam a questão da autonomia municipal, podemos inferir que o centro das divergências encontrava-se na posição ambígua de Frontin. Este, cuja posição cautelosa em relação aos acontecimentos (primeiramente em relação à chapa presidencial, e depois quanto às “Cartas falsas” e ao “Tribunal de Honra”) havia sido atropelada pela polarização dos espíritos em nível nacional, tinha deixado temporariamente de exercer a liderança efetiva do partido que criara. Os intendentess, durante a maior parte de 1922, voltam-se para as suas bases políticas e traduzem a sua atividade legislativa num maior número de decretos – 206 no total –, em sua maioria orientados para o atendimento de reivindicações de interesses eleitorais e corporativos: a reação do prefeito é confirmar a ruptura havida em janeiro e vetar mais da metade – 104 decretos.

Para Carlos Sampaio, cujas prioridades eram o término das obras e a inauguração da Exposição do Centenário, a tensão de 1922 tinha tido outras conseqüências: o incômodo representado pela “séria ameaça de perturbação da ordem durante toda a desbragada campanha presidencial e que terminou com a revolta de julho de 1922, quase nas vésperas do Centenário da Independência do Brasil” e os efeitos da instabilidade sobre o câmbio:

*...se não baixou a muito mais, apesar dos empréstimos realizados, foi pelo inestimável serviço que o benemérito presidente Epitácio Pessoa prestou conseguindo manter a ordem, durante toda a longa, nefasta e indecorosa campanha presidencial, e resistir à revolta, subjugando-a prontamente e sem hesitação.*<sup>89</sup>

É significativo que Carlos Sampaio explicita a admissão da importância que tem a conjuntura política nos mecanismos de administração da cidade. É no domínio do político que se articulam, a cada episódio, as forças que atuam sobre a transformação urbana. Mas este jogo não se dá, no Rio de Janeiro de então, em igualdade de condições, visto que mesmo um balanço superficial do desfecho das principais questões que surgem durante o mandato do prefeito revela um evidente desequilíbrio a favor do Executivo.

Fica claro, portanto, que a complexidade da interdependência entre as diversas instâncias de poder e de pressão, que impossibilita a separação das esferas do político e do administrativo, não se coaduna com a simplicidade aparente das expectativas do prefeito, expressas em seu discurso de posse:

*Meus senhores: Pela primeira vez aceito uma posição oficial, porque nunca quis, nem quero ser político; venho, portanto, para administrar. A minha vida pública pode e deve ter mostrado todos os meus defeitos, mas uma qualidade não se me pode negar: é de que eu seja um homem de ação.<sup>90</sup>*

## NOTAS

1. Sampaio, Carlos. *Os esgotos do Rio de Janeiro*, Lisboa, Typographia "A Editora", 1909. p. 3.
2. *Ibidem*. p. 4.
3. *Ibidem*.
4. *Ibidem*. É de se estranhar a inclusão do morro do Senado na lista de *pólipos* a serem *extirpados*, visto que à época concluíam-se a urbanização da esplanada do Senado, com a abertura de ruas (entre as quais uma denominada Carlos Sampaio) que se irradiavam da praça Vieira Souto (atual Cruz Vermelha), na área da colina cujo arrasamento se arrastara por duas décadas. Uma hipótese que nos ocorre é a possibilidade de que o texto tenha sido escrito em data anterior, o que não compromete o seu valor como fonte.
5. *Ibidem*. p. 5.
6. *Ibidem*. p. 6.
7. *Ibidem*. p. 7.
8. *Ibidem*. p. 10.
9. SAMPAIO, Carlos. *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*, Lisboa, Lumen, 1924. p.10.
10. *Ibidem*. p.1.
11. *Ibidem*. p. 3. A certeza em contar com capitais externos pode ser explicada pela matéria que, em 17.6.22, foi publicada pela revista *Brazilian-American*, órgão dos interesses comerciais e financeiros dos E.U.A. no Brasil, afirmando sobre o prefeito: "suas ligações pessoais com banqueiros e capitalistas estrangeiros e seu conhecimento do mundo dos negócios permitiram-lhe conseguir empréstimos".
12. *Ibidem*. p. 143.
13. MOURA, Vieira de. Discurso, in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, outubro-dezembro de 1920*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1922. p. 51. Dentre os documentos relativos à visita dos reis belgas guardados no Arquivo Histórico do Itamaraty (Latas 206 e 242, Maços 3594 e 3878) figura um memorando sem data ou autor que expressa a preocupação com detalhes como o "escanhoamento da barba e raspagem do bigode de criados, mordomos e garçons que serviriam os soberanos no Palácio Guanabara."
14. Oliveira Vianna, na Introdução ao Recenseamento de 1920, expressava o pensamento hegemônico nos meios científicos brasileiros e estrangeiros ao definir o povo como "uma ralé pululante de cabras, cafusos, mamelucos, índios e negros forros", lamentando que "...os negros, pelo seu temperamento servil e imitador ...organicamente incapazes de se elevarem... entregues à sua própria direção decaem...".
15. SILVA, Manoel Honório da. Carta, in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, outubro-dezembro de 1920*, op. cit., p. 56.
16. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 3. A idéia de realizar a Exposição de 1922 na esplanada resultante do arrasamento do morro do Castelo não era nova; a lei 107/1912, de 20.7.12, do Congresso Nacional, após analisar três projetos, decidiu recomendar um deles, mandando abrir créditos no orçamento a partir de 1913 para as obras de demolição da colina, e para aterrar áreas, abrir ruas e construir um monumento "que lembre aos vindouros a Independência do Brasil" e "um edifício apropriado à exposição permanente."
17. *Idem*. p. 5. A polêmica que cercou a operação de arrasamento do Castelo foi descrita e analisada por Marly da Silva Motta, em *A nação faz cem anos: a questão nacional no Centenário da Independência*, obra que já citamos. No nosso trabalho pretendemos nos concentrar na participação de Carlos Sampaio no episódio.

18. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 5.
19. Ibidem.
20. Ibidem. p. 8.
21. Ibidem. p. 18.
22. *URCA, construção e permanência de um bairro*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
23. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 144. O favorecimento, embora negado explicitamente pelo prefeito em textos posteriores, e pelo próprio Eptácio Pessoa em *Pela Verdade*, poderia ser confirmado por uma carta enviada a Carlos Sampaio em 1925. Neste ano ele está envolvido em intermediar um empréstimo de 1.200.000 libras para financiar a construção de uma rede de frigoríficos. José Gonçalves Ferreira da Costa, o remetente, diz que o negócio vai dar "grande margem de lucro aos construtores, entre os quais você poderá contemplar amigos como o genro do Eptácio e outros". A carta conserva-se no Arquivo do IHGB, lata 635, pasta 28.
24. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões*. Paris, Imprimerie E. Puyfourcat Fils & Cie., 1929. p. 50.
25. SAMPAIO, Carlos. *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. op. cit., p. 170.
26. ROSA, Francisco Ferreira da. *Rio de Janeiro em 1922*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1978. p. 69. O autor afirmou, sobre o Passeio Público: "Em 1921-1922 ainda maior aterro se lhe formou na frente: e, ao mesmo tempo que esquetejava o jardim, a Prefeitura levantava no lindo belvedere um edifício destinado a ser alugado para Casino!". José Marianno Filho, em livro escrito em 1943 (*O Passeio Público no Rio de Janeiro*) classificou a intervenção de Carlos Sampaio como "abominável Casino Beira-Mar que durante 20 anos emparedou o passeio Público". O estabelecimento, que funcionou também como teatro e *music-hall*, foi demolido a dinamite em 1943, na administração Henrique Dodsworth.
27. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 118.
28. Ibidem. p. 8.
29. Ibidem. p. 127.
30. Ibidem. Curiosamente, não há menção a circulação de automóveis pelo futuro túnel.
31. Ibidem. p. 117.
32. Ibidem. p. 140.
33. Ibidem. p. 5.
34. Ibidem. p. 139.
35. LIMA, Azevedo. Discurso, in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, outubro-dezembro de 1920*. op. cit., p. 235.
36. SAMPAIO, Carlos. *Discursos e notas*. Rio de Janeiro, Typographia da S.A. Gazeta da Bolsa, 1925. p. 5.
37. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 636, Pasta 18. Carlos Sampaio e Eptácio Pessoa escreveram (8 e 11.11.20) a Alexander Mackenzie para confirmar as referências de Adamczyk, e chegaram a consultar outras empreiteiras, entre as quais a Pearson Engineering, que não se mostrou interessada. A íntegra da proposta de Adamczyk para a realização de melhoramentos na cidade está na Lata 635, Pasta 11, e se constitui num documento revelador do grau de interferência sobre os destinos da cidade pretendido pelos candidatos à concessão.
38. SAMPAIO, Carlos. *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. op. cit., p. 36.
39. Ibidem. p. 55.
40. A permuta com a Companhia Santa Fé incluía instalações do Observatório Astronômico da Escola Politécnica, cedidos por seu diretor Paulo de Frontin. Os planos de urbanização do morro de Santo Antônio foram frustrados pelo prefeito Alaor Prata; a este respeito, ver a nota 48 do capítulo 4.
41. Dos 408 prédios existentes no Castelo em 1921, que abrigavam aproximadamente 4.200 pessoas, 338 tinham um pavimento. Só a Chácara da Floresta – um conjunto de casas, vilas e cortiços situado na face do morro fronteira à avenida Rio Branco, cuja paisagem bucólica, segundo cronistas da época, lembrava uma cidade do interior – tinha 1.043 moradores. O total gasto pela Prefeitura em desapropriações chegou a 15.600 contos.
42. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 45.
43. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 637, Pasta 41.
44. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 187.
45. Frontin, a 22.2.19, declarava a *O Imparcial*: "penso em deitar abaixo o Morro do Castelo, levando a terra dele para a praia de S. Cristóvão". Outra solução foi apresentada por um particular - H. Pereira da Cunha - que sugeriu que se aterrasse a área entre o continente, a ponta do Calabouço e a ilha das Cobras, e "pede pois como recompensa justa e razoável, apenas 10% do valor da área que será ganha pela Prefeitura graças exclusivamente ao projeto ora apresentado". INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, Pasta 26. A área efetivamente aterrada pode ser vista no Mapa 2.



46. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 50.
47. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 7, e Lata 636, Pasta 18. O litígio entre Carlos Sampaio e Teixeira Soares foi submetido formalmente ao arbitramento de Frontin a 22.1.22. A Soares & Cia. havia arrasado, entre maio e novembro, 434 mil metros cúbicos e tinha iniciado, em pequena escala, o desmonte hidráulico. De 22.11 a 30.11 as obras estiveram sob a administração da Prefeitura, quando então passaram para a Kennedy & Co. Nesta semana de interregno, a Prefeitura arrasou mais 34 mil metros cúbicos.
48. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 22. Alexander Chisolm, diretor da Kennedy & Co., comunicou a Carlos Sampaio (21.4.22) a descoberta de que o desmonte do morro até a cota 10 não seria suficiente para executar os aterros planejados; para solucionar o problema, sugeria que o desmonte prosseguisse até a cota 6. A questão arrastou-se ao longo dos anos seguintes, à medida que eram alterados os planos de urbanização da Esplanada do Castelo.
49. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões*. op. cit., 1929. p. 68.
50. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. p. 71
51. Esta convivência forçada foi fixada pela iconografia da Exposição, nas fotografias em que se destacam os pavilhões, de vários ângulos, sobre os quais espregitam como sombras as encostas escalavradas do morro do Castelo. Ver Mapa 3.
52. SAMPAIO, Carlos. *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. op. cit., p. 173.
53. *Ibidem*. *Idéias e impressões*. op. cit., 1929. p. 67.
54. SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença, Editora Valença, 1977. p.99. José Mariano Filho promoveu concursos de projetos que resultaram na construção, durante a década de 20, do Pavilhão do Brasil nas Exposições de Sevilha e Filadélfia e da Escola Normal, além da sua própria residência no Jardim Botânico, o Solar do Monjope. Outro arquiteto bastante identificado com o movimento, Lúcio Costa, renegou-o posteriormente, chamando-o de "Equívoco... agravado pelo desconhecimento das verdadeiras características da arquitetura tradicional... do que resultou verdadeira salada de formas contraditórias provenientes de períodos, técnicas, regiões e propósitos diferentes". O neocolonial não chegou a se constituir em estilo hegemônico, embora continuasse a inspirar alguns arquitetos durante os anos 20 e 30. Quanto a Carlos Sampaio, suas simpatias pelo movimento não o impediam de admirar os benefícios da técnica moderna, como declararia em entrevista publicada na *Gazeta de Notícias* de 11.3.21, depois da visita a São Paulo: "As velhas casas, aquelas vetustas casas antiquadas de beirais salientes dos tempos coloniais, desapareceram como que por encanto, surgindo em seu lugar grandes edifícios ultramodernos, verdadeiros arranha-céus".
55. SAMPAIO, Carlos. *O empréstimo de \$ 31.770.000 para o Distrito Federal*. Rio de Janeiro, s. n., 1928. p. 7
56. *Ibidem*. *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. op. cit., p. 5.
57. RUIZ, Roberto. *O telefone...* Rio de Janeiro, Companhia Telefônica Brasileira, 1973. A concessão, mesmo explorada pela Light, permaneceu no nome da B.E.G. até 1922.
58. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 639, Pasta 5.
59. *Ibidem*, Lata 635, Pasta 51. O mesmo Mackenzie, em correspondência interna da Light (Lata 635, Pasta 39) datada de 16.4.20, dizia: "estamos agüentando as perdas das companhias de gás e de telefones com o lucro dos bondes... é por isso que os acionistas não recebem dividendos há três anos". No original: "*we are carrying Rio Gas Company and Telephones at crushing losses which have to be met from tramways... for this reason shareholders have not received dividends for three year*". A importância estratégica do serviço telefônico também estava sendo progressivamente reconhecida; durante a revolta de 5.7.22, um funcionário da Light foi preso sob a acusação de estar interceptando as comunicações do Palácio do Catete, e solto a pedido de Mackenzie, que num bilhete (Lata 635, Pasta 47) se responsabilizou pela lealdade do subordinado.
60. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 38.
61. *Ibidem*, Lata 639, Pasta 5.
62. *Ibidem*, Lata 637, Pasta 40. Uma das denúncias, datada de 6.12.21, foi feita, surpreendentemente, por um funcionário da Light, João da Costa, que escreve à Epitácio Pessoa para relatar as propinas que a Light estaria distribuindo para que fosse aprovada, no Conselho Municipal, a lei que autorizaria Carlos Sampaio a renegociar o Contrato. Eram acusados o Senador Irineu Machado, comprado por 500 contos, dos quais teria recebido 200; o Dr. Mendes Tavares (200 contos), o intendente Alberto Beaumont, relator do Projeto (100 contos) e o intendente Ernesto Garcez (285 contos). Além disto, prosseguia a denúncia, a Light estaria alistando seus funcionários para votar em Nilo Peçanha e Irineu Machado; e teria conseguido a isenção do recolhimento do Imposto de Transmissão devido pela aquisição formal da concessão da B.E.G., lesando a prefeitura em 400 contos. É interessante conjecturar sobre os motivos que levaram esta carta a encontrar o caminho do arquivo pessoal de Carlos Sampaio. Provavelmente, o próprio presidente da República teria tomado a iniciativa de remetê-la ao prefeito.
63. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 5.
64. *Ibidem*, Lata 639, Pasta 5.

65. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões* op. cit., p. 126.
66. Idem. *Administração do prefeito Alaor Prata: contrato dos telephones*. Paris, Imprimerie Ernest Puyfourcat fils et Cie., 1926. p. 124.
67. REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977. p. 8.
68. CARONE, Edgard. *A República Velha: II - evolução política*. São Paulo, Difel, 1971. p. 113. O Regulamento Alvim instituiu a Mesa Eleitoral, constituída em cada distrito por cinco membros: no Rio de Janeiro, o presidente do Conselho, dois intendentess e dois eleitores, nomeados pelo primeiro. A Mesa, que tinha plenos poderes, era a mais importante instância de decisão no processo eleitoral.
69. REGIMENTO Interno do Conselho Municipal. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues e Cia., 1918.
70. Ibidem.
71. BEAUMONT, Alberto. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1922.
72. MOURA, Vieira de. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, outubro-dezembro de 1920* op. cit., p. 244.
73. MORAES, Alberico. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 254.
74. GARCEZ, Ernesto; MOURA, Vieira de. Debate in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 256.
75. SAMPAIO, Carlos. *Situação e crédito do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1930. p. 46.
76. SANTOS, Brenno dos. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 275.
77. BEAUMONT, Alberto. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 278.
78. Ibidem, p. 289.
79. SANTOS, Brenno dos. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 302.
80. BEAUMONT, Alberto. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 323.
81. MORAES, Alberico. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, junho-setembro de 1920* op. cit., p. 344.
82. MOURA, Vieira de. Discurso in *Annaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, outubro-dezembro de 1920* op. cit., p. 347.
83. Ibidem, op. cit., p. 349.
84. BOLETIM da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1923. p. 256. Dentre as alterações consideradas inadmissíveis pelo prefeito, figurava a inclusão da construção de um "Teatro Nacional" para a representação de autores brasileiros, velha reivindicação dos que consideravam o Teatro Municipal *esnobe*, e exclusivamente dedicado às produções clássicas estrangeiras.
85. SAMPAIO, Carlos César de Oliveira. *A situação municipal*. Paris, Societé Française d'imprimerie, 1923. p. 6.
86. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 18. O texto citado faz parte da carta de demissão de Elpidio Boamorte, que reclamava não ter tempo para a família devido ao excesso de trabalho. O pedido foi inicialmente recusado por Carlos Sampaio, mas posteriormente aceito; o substituto foi Joaquim Palhares.
87. ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin* op. cit., p. 135. A questão da vice-presidência foi a última, mas não a menos importante, das discordâncias entre Frontin e o governo Epitácio. O senador tinha sérias restrições em relação à utilização de engenheiros estrangeiros nas obras contra as secas e à valorização do café, e em 1919 teria articulado a sua permanência na prefeitura, afinal frustrada por Epitácio. Durante o quadriênio de Bernardes, Frontin opôs-se às medidas autoritárias do Executivo.
88. SAMPAIO, Carlos César de Oliveira. *A situação municipal* op. cit., p. 59.
89. Ibidem, pp. 7 e 19.
90. Idem. *Discursos e notas* op. cit., p. 13.



Carlos Sampaio: *Briguem à vontade que eu cá vou cavando o meu*  
Desenho de Kalixto  
D. Quixote, 23/12/1921



Regiões do Município do Rio de Janeiro em 1920  
 João Moreira de Araújo Macedo  
 Carta Censitária do Distrito Federal  
 Lith. Hartmann, Juiz de Fora, 1924

**Legenda**

1. Zona Rural
2. Subúrbios
3. Zona Norte
4. Zona Sul
5. Periferia do Centro
6. Centro
7. Ilhas
8. Estado do Rio de Janeiro
9. Oceano Atlântico



Área central do Rio de Janeiro na década de 1920  
 Mapa de Carlos Kessel sobre original de Eduardo Canabrava Barreiros

**Legenda**

1. Esplanada resultante do arrasamento do morro do Castelo
2. Área aterrada
3. Praça XV de novembro
4. Passeio Público
5. Morro de Santo Antônio



O morro do Castelo e suas cercanias em 1920  
Mapa de Carlos Kessel sobre original de Eduardo Canabrava Barreiros



Balneário da Urca na década de 1930  
Foto Augusto Malta  
FMIS/RJ



O bairro da Urca, vendo-se a praia à esquerda, na década de 1940  
FMIS/RJ



O canal de ligação da lagoa com o mar, visto da praia de Ipanema, com o Corcovado ao fundo  
Foto Augusto Malta, 16.10.1922  
FMIS/RJ



Chegada da draga à praia de Ipanema, para ser transportada até a lagoa Rodrigo de Freitas  
Foto Augusto Malta, 1922  
FMIS/RJ



Obras de enrocamento na lagoa Rodrigo de Freitas  
Foto Augusto Malta, 23.2.1922  
FMIS/RJ

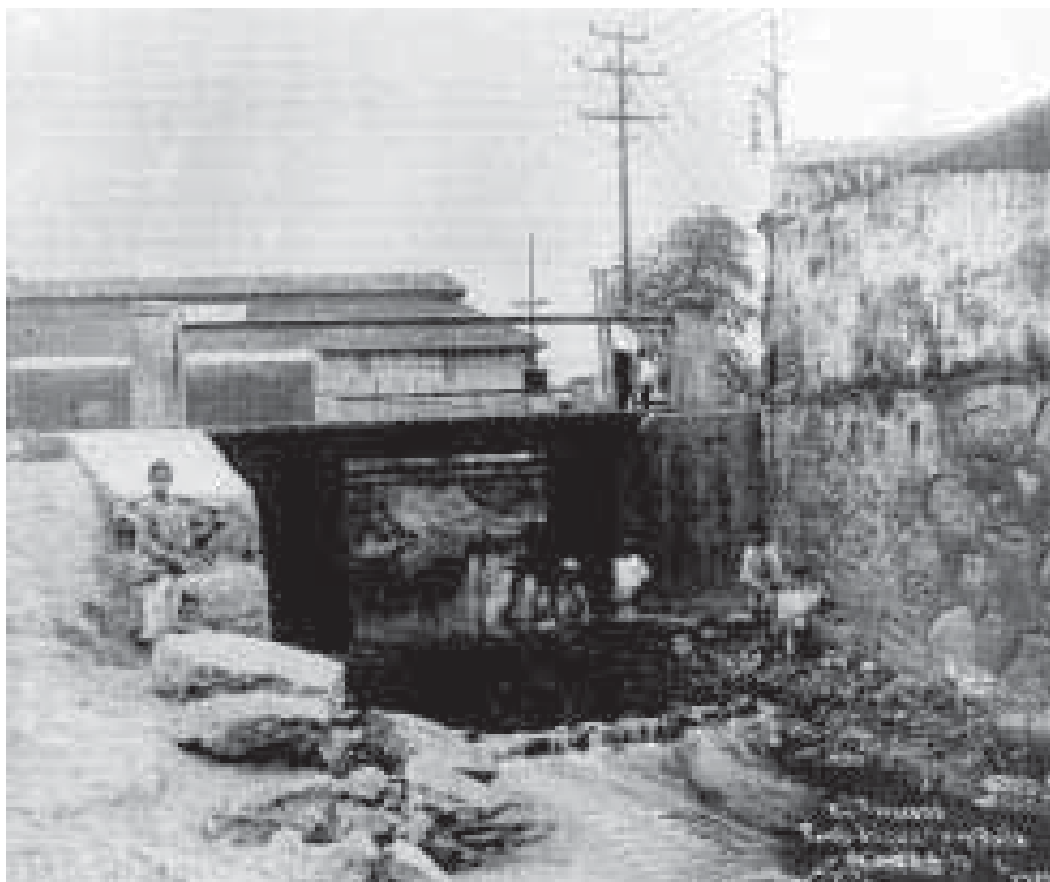




Obras na lagoa Rodrigo de Freitas  
Foto Augusto Malta, 1922  
FMIS/RJ



Construção de ponte sobre a foz dos rios Joana e Maracanã  
Foto Augusto Malta, 1/8/1922  
FMIS/RJ



Ponte sobre o rio Maracanã  
Foto Augusto Malta, 28/8/1918  
FMIS/RJ



Arrasamento do Morro do Castelo em outubro de 1922  
Foto Augusto Malta  
FMIS/RJ



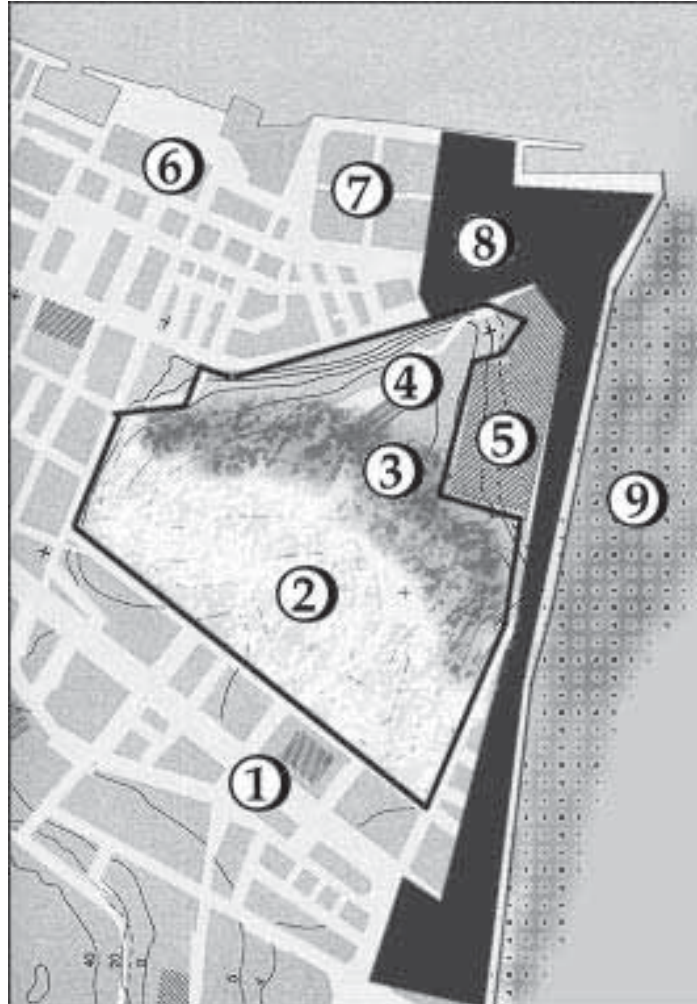
Morro do Castelo: em primeiro plano, a Chácara da Floresta e igreja São Sebastião; ao fundo, o Pão-de-Açúcar.



Entrada da Chácara da Floresta  
Foto Augusto Malta, 29.7.1921  
FMIS/RJ



Planta Geral da Exposição de 1922  
A Exposição de 1922



A Exposição de 1922 e o morro do Castelo  
Mapa de Carlos Kessel sobre original de Eduardo Canabrava Barreiros

**Legenda**

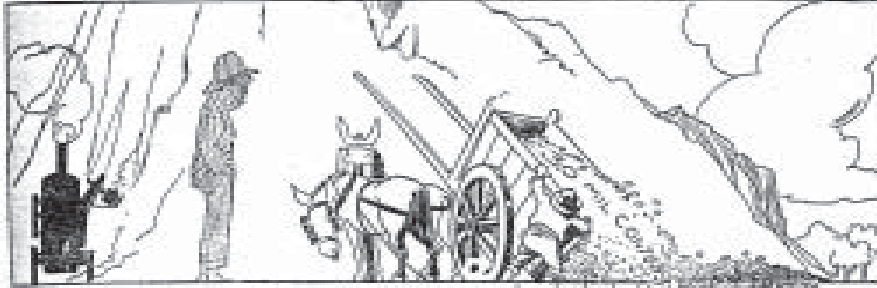
1. Avenida Rio Branco
2. Morro do Castelo, parte arrasada
3. Morro do Castelo, parte parcialmente arrasada
4. Morro do Castelo, parte praticamente intacta
5. Santa Casa de Misericórdia
6. Praça XV de Novembro
7. Mercado Municipal
8. Área da Exposição de 1922
9. Aterros provenientes do arrasamento do morro do Castelo



Moradores do morro do Castelo  
Foto Augusto Malta, 31/8/1920  
FMIS/RJ



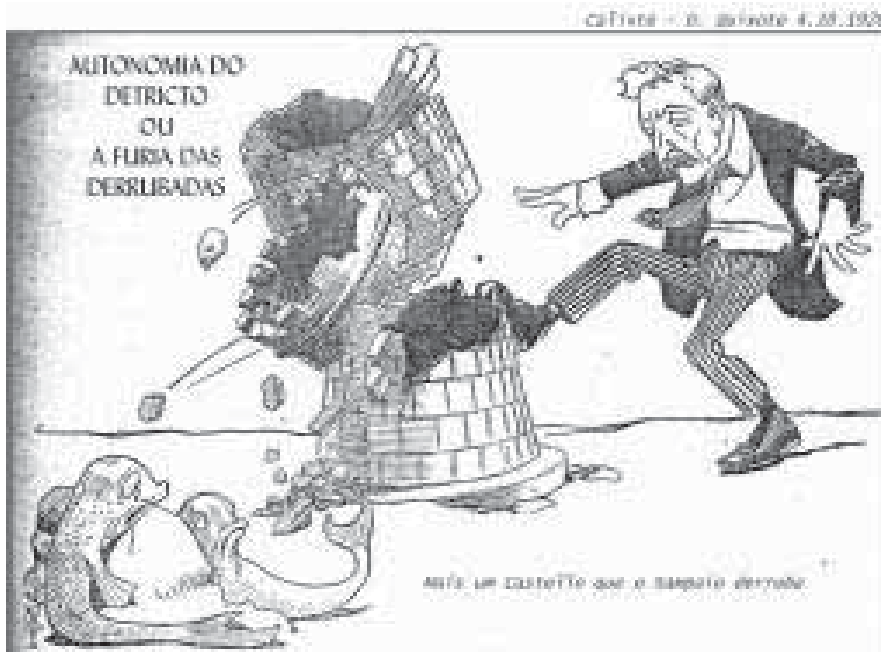
Casas construídas na antiga fortaleza de S. Sebastião, no morro do Castelo  
Foto Augusto Malta, 11/3/1922  
FMIS/RJ



Zé: Tudo tragado e estragado. Sem dizer água vai, vai tudo por água abaixo. E ainda dizem que não vou na onda!

*(Referência ao empréstimo de 30 mil contos)*

Desenho de Kalixto  
D. Quixote, 7/5/1921



Autonomia do detrito ou a fúria das derrubadas: mais um Castelo que o Sampaio derruba

Desenho de Kalixto  
D. Quixote, 4/10/1920





# v

## a construção da imagem



Esplanada do Castelo na década de 1930  
Foto Augusto Malta  
FMIS/RJ

Em julho de 1920, a revista carioca *O Malho* publicava uma charge que se destaca dentre as representações e referências associadas a Carlos Sampaio por introduzir um elemento - o povo - que, elevado da condição de espectador passivo, ganha ao menos uma fala e transforma-se em personagem com direito a voz. Este *Zé Povo*, magro, mal-ajambrado e com o olhar triste dos que nada têm e nada esperam, assiste a uma cena grandiosa: o prefeito acabou de encher dois baldes de moedas de ouro que jorram de duas torneiras (marcadas com as inscrições "Rei Alberto" e "Centenário") e prepara-se para transportá-los em direção a uma silhueta que revela uma cidade movimentada, iluminada, de onde sobressaem as picaretas frenéticas e a forma difusa do Pão de Açúcar. Enquanto o prefeito parte, célere, rumo à urbe das obras e das festas, Zé Povo comenta resignado: "Desta água eu não beberei".<sup>1</sup>

A revista parecia estar, desta forma, respondendo às indagações que fizera logo após a substituição do prefeito:

*Já está se fazendo sentir a ação do novo prefeito... rendamos graças ao altíssimo, por nos ter dado para substituto de uma lesma um homem de nervos, competente e progressista... O Sr. Sá Freire, com o vício da economia, ficou malquerido. E ele partiu, graças a Deus. Veio o Sr. Carlos Sampaio. Veio com ele a ansiedade. Que fará? Que demolições ordenará? Que edificações planejará? Quantas avenidas novas serão abertas? De que modo realizará as festas do Centenário?*<sup>2</sup>

Amplamente hegemônica na imprensa diária e nas revistas, a idéia de que era necessário, urgente, embelezar a cidade para receber os soberanos da Bélgica, proceder a demolições e fazer rasgar avenidas para prepará-la para o Centenário, complementava-se com a percepção de que o prefeito que assumia era o mais indicado para desincumbir-se dessas tarefas. Que grande parte da população assistisse, de longe, às festividades e não fosse beneficiada pelas obras, não parecia especialmente contraditório ou digno de crítica; por ocasião da visita do rei Alberto, a *Careta* pedia aos encarregados do protocolo que cancelassem os encontros do rei com artistas populares e evitassem seus contatos com o povo, porque "este só não é grotesco quando pinta a cara ou esconde-a numa máscara."<sup>3</sup>

A imprensa diária do início dos anos 20 lembrava ainda, por vezes, as folhas emocionais da virada do século, das páginas coalhadas dos pitorescos e virulentos apedidos e das lealdades partidárias declaradas, enquanto que as revistas se colocavam num tom acima, olhos postos no estilo e na estética *belle époque*, finalmente cristalizada como ambiente urbano no espaço resultante das reformas de Passos.

O Rio da avenida Central vivia também nas vinhetas elaboradas que cercavam as fotografias de recepções, casamentos, piqueniques, corsos e banhos de mar; nas notas elegantemente buriladas pelos colunistas com nomes afrancesados, em cujos relatos e comentários percebe-se a surpresa e a indignação que provocava a percepção de que as reformas de Passos não haviam transformado a cidade de forma definitiva e que ainda subsistiam, enquistados em alguns *quartiers* e em seus moradores, os resquícios da odiada capital dos vice-reis. E mais: surgiam, surpreendentemente, novos perigos representados pela irrupção dos movimentos proletários, cuja franja radical a *Careta* chamava de "anarquismo dinamiteiro"; pela febre do cinema, que arrastava o público em busca dos primeiros beijos mudos e ameaçava a moral das famílias; enfim, pelas multidões que passavam a desfrutar os espaços de convívio abertos pelo bota-abaixo para as elites e que não conheciam, ou se recusavam a aceitar, as convenções de comportamento que estavam implícitas nas intenções de seus idealizadores.

Assim, não surpreende que as páginas editoriais do risonho e cáustico *O Malho* aplaudissem a repressão aos sindicatos, a censura às fitas indecentes (540 teriam sido censuradas de janeiro a junho de 1920!) e o programa de obras de Carlos Sampaio, que era representado como um gigante armado de picareta, elevando-se sobre a cidade e emoldurado pelo comentário: "Parece até que tem alma de Frontin e cérebro de Passos".<sup>4</sup> A *Careta* não deixava também de respaldar os planos do prefeito, tanto no que se refere à apressada maquiagem urbana armada para a visita dos reis belgas como no que era revelado de seus mais ambiciosos planos, encabeçados, evidentemente, pelo arrasamento do Castelo. "O ideal, nos Arcos de Santa Teresa", afirmava a revista, "seria uma ponte metálica, no meio do Passeio Público uma estátua colossal simbolizando o Futuro...". Aos que repugnavam o desaparecimento de marcos tão característicos da cidade do Rio de Janeiro, a *Careta* retrucava que a herança a ser desfigurada não era a nossa, mas sim "a fisionomia que o imigrante europeu nos emprestou para nós fingirmos que tínhamos arte".<sup>5</sup>

A animosidade em relação ao antigo, ao passado, parecia tão mais pronunciada quanto se revelava que ele ainda permanecia nos becos, nos ruídos e nos cheiros da cidade; a metáfora da *Careta*, evocando a cidade-mulher, não poderia ser mais explícita:

*O Sr. prefeito do Distrito Federal anda a correr pelas ruas da capital como uma entidade diabólica fazendo desaparecer de sua fisionomia atual algumas das horríveis manchas que ainda lhe ficaram da deprimente máscara antiga... nossa cidade, que é indiscutivelmente uma mulher bonita; mirando-se na baía da Guanabara, via-se através do espelho das águas... de cara suja, conservava ainda as mesmas nódoas que lhe saltavam à epiderme quando chegou ao Rio D. João VI.*

*O Sr. prefeito, mandando desinfetar certas partes da cidade, não só demonstra ser um cavalheiro asseado, mas também que está animado de uma genial inspiração estética.*<sup>6</sup>

A disposição da imprensa em relação ao prefeito dependia de diversas variáveis: a orientação partidária e ideológica de seus controladores e colunistas, todavia, não era indício seguro para prever as posições que este ou aquele órgão tomaria diante da administração municipal. Com a exceção notável do *Jornal do Brasil*, o que podemos encontrar é uma orientação editorial favorável, grosso modo, aos ideais de progresso e civilização encarnados por Carlos Sampaio.

Isto não evitava que notas, artigos e charges criticassem eventualmente, em diversos tons, o prefeito e alguns aspectos da administração municipal. *O Malho*, por exemplo, não hesitou em responsabilizá-lo pelo triste episódio ocorrido durante a visita dos soberanos belgas à Quinta da Boa Vista, que ficou conhecido como "o sacrifício dos inocentes", e a que já nos referimos; na mesma nota, comentando o aumento decretado pela Light nos preços dos serviços de luz, gás e telefone, a revista referia-se às ligações de Carlos Sampaio com o "polvo": "Falando-se em Prefeitura, acudiu-nos logo – não sabemos por quê – aquele outro poder instalado no Rio de Janeiro... a Light".<sup>8</sup>

Lima Barreto também evocou o episódio da Quinta da Boa Vista:

*... Todos os prefeitos do Distrito Federal... sempre se voltaram para a instrução pública: uns, construindo edifícios para escolas; outros, instituindo estabelecimentos de ensino profissional; outros, lembrando a criação de escolas noturnas para adultos e para crianças; um outro, muito sabiamente, o maior, aboletou numa escola, que não cabia duzentos, mil e quinhentos alunos.*

*O doutor Sampaio fez cousa mais extraordinária: de um dia para o outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente freqüentam escolas públicas, soubessem pronunciar francês... como são as coisas desta terra e o quanto pode um ukase do poderoso doutor Sampaio! - as crianças do Rio de Janeiro, num instante, aprenderam-no logo e cantaram magnificamente o hino belga, em coro, caindo de inanição, de sede e de insolação, na Quinta da Boa Vista. Contam que o Rei Alberto, que recebia a estranha homenagem, dissera, ao ouvi-las:*

*– Quando cantado, o português se parece muito com o francês.*

*Um tão estupendo melhoramento municipal, pelo que lhe somos eternamente gratos, devemos à iniciativa do Senhor Carlos Sampaio. Que homem viajado!*<sup>9</sup>

A crescente animosidade que já se desenhava entre Carlos Sampaio e o Conselho Municipal também era tratada pela imprensa, que na maioria das vezes tomava partido contra o Poder Legislativo: o mesmo *Malho*, a propósito da concessão conquistada aos intendentos pelo engenheiro Fernando Adamczyk, que o fazia beneficiário do arrasamento do morro do Castelo ("estupendo melhoramento"), afirma que "um banho de querosene e alguns fósforos acesos por cima talvez dessem remédio à decomposição de certos caracteres que por aí se encontram, a empestar o organismo social".<sup>10</sup>

Tal tratamento, sugerido aos intendentos, contrastava com a afirmação, feita no mesmo artigo, sobre o prefeito: "O Sr. Dr. Carlos Sampaio é um cavalheiro fino, distinto, aristocrático".<sup>11</sup>

Após a partida do rei Alberto, as atenções tornam a se voltar para a campanha por intervenções urbanas que embelezariam a cidade para o Centenário; a capa da *Careta* de 23 de outubro de 1920 associa, numa charge, as comemorações da data à derrubada do Castelo, acossado pelo já conhecido ancião-símbolo que empunha uma picareta e declara: "O abre alas, que eu quero passar". Para ilustrar a necessidade da medida, a *Careta* argumenta com uma cena que remete à eterna preocupação com a imagem do país frente ao mundo civilizado, ao indagar o que fariam os cariocas "quando um vapor entrar na barra repleto de estrangeiros ilustres e um deles, depois de apreciar o magnífico panorama da baía, e ao dar com os olhos na montanha de estrume, perguntar: - que porcaria é aquela?".<sup>12</sup>

No outro extremo do espectro de opinião, Monteiro Lobato, utilizando uma imagem muito próxima da que era cotidianamente associada ao Centenário, chamava o Castelo de "nossa acrópole... pérola maior do maravilhoso colar de pérolas carioca... um ancião de barbas brancas, de côcoras à beira-mar", e temia pelo seu destino:

*...o verdadeiro tesouro oculto em suas entranhas não é a imagem de ouro maciço de Santo Inácio, e sim o panamá do arrasamento. Os homens de hoje são negociastas sem alma. Querem dinheiro. Para obtê-lo venderão tudo, venderiam até a alma se a tivessem. Como pode ele, pois, resistir à maré, se suas credenciais – velhice, beleza, pitoresco, historicidade – não são valores de cotação na bolsa?*<sup>13</sup>

Também Lima Barreto bateu-se contra a corrente, argumentando com a escassez de residências que seria engrossada pelos ex-moradores, a desfiguração da paisagem, os gastos excessivos em detrimento de outras prioridades e a perda de uma referência primordial para a memória histórica da cidade. Quanto a Carlos Sampaio, afirmava:

*O senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o Senhor de Frontin... Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade de Zambézia ou da Cochinchina.*

*Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas partes: uma será a européia e a outra, a indígena.*

*Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis chics, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser...*

*O Senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano de viação geral da cidade.*

*Quem quiser, pode ir comodamente de automóvel da avenida a Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré a Irajá.*

*Todos os seus esforços tendem para a educação do povo nas coisas do luxo e do gozo. A cidade e seus habitantes, ele os quer catitas.*<sup>14</sup>

Era, evidentemente, um olhar diferente, uma voz singular que destoava, com a melancolia característica dos seus escritos, do coro ruidoso que aplaudia as obras como se encarnação do progresso fossem; mas, ao desvendar e questionar o ideário que inspirava o prefeito, Lima

Barreto afastava-se também de seus críticos de ocasião. Estes, por sua vez, à medida que ficavam mais claros os mecanismos que seriam empregados para que fosse concretizado o seu programa de remodelação urbana, seriam os responsáveis pelas primeiras estocadas e questionamentos em relação à opção de endividamento externo que ameaçava comprometer os recursos da municipalidade. *O Malho* deu voz a estas preocupações assumindo uma postura francamente crítica, num tom evidentemente distanciado da habitual elegância no trato das questões polêmicas:

*...em seis meses de administração, o prefeito do Distrito Federal já pediu nada menos de três empréstimos... vê-se que falta ao Sr. Carlos Sampaio o que sobrava ao grande Pereira Passos: o amor à cidade... sabe-se que ao atual governador da cidade só agradam os grandes negócios... assim, é claro que tantos empréstimos são naturalmente destinados à realização dessas grandes coisas. O Sr. prefeito só tem tempo de cuidar dos seus empréstimos e das altas negociatas...*<sup>15</sup>

Durante o primeiro semestre de 1921, enquanto na cidade se multiplicam as marcas das iniciativas de Carlos Sampaio, desenvolve-se na imprensa uma curiosa dicotomia de enfoque e opinião em relação aos seus desígnios e atos. Frequentemente retratado como o "mordedor" esperto que arranca empréstimos do Tio Sam e dos banqueiros para ornar a cidade, é também mostrado como a figura imprevidente e desrespeitosa que meteu-se a gastar grandes somas, empenhando os cofres da cidade em aterros inúteis, enquanto a figura de um Netuno furibundo reage ao entulho lançado à baía de Guanabara retrucando, por sua vez, com ressacas violentas que ameaçam destruir os passeios e as avenidas da orla.

A defasagem aparente entre os volumosos empréstimos e a magnitude das obras também era criticada; o caricaturista Seth, da *Fon-Fon*, refere-se à "baguncinha do Castelo", por causa dos efeitos limitados que produziam sobre o morro as picaretas e escavadeiras que arranhavam a face contígua à rua México.<sup>16</sup> *O Malho* mostra Carlos Sampaio literalmente nadando em dinheiro e afirmando: "Depois de mim, o dilúvio."<sup>17</sup> Já a *Revista da Semana* não se furta a manifestar didaticamente o seu apoio às intenções do prefeito:

*Há 4 anos que esta revista considera a demolição do morro do Castelo como uma fatalidade exigida pelo progresso e expansão da cidade... o problema da ampliação da zona comercial impunha uma solução urgente para a cura da microcefalia de que está sofrendo a capital do Brasil. A abertura da Avenida da Independência e a inclusão da área do morro do Castelo na zona central darão remédio eficaz, por um período de 30 a 50 anos, a essa grande anomalia.*<sup>18</sup>

Um órgão – *O Jornal* – passava a privilegiar a denúncia de irregularidades administrativas na Prefeitura, e com o decorrer dos meses ocuparia um lugar de destaque na galeria dos desafetos de Carlos Sampaio, rotineiramente descrito como "gastador irresponsável". Em setembro, a propósito de um aumento dos funcionários do Conselho Municipal, *O Jornal* aproveitava para alfinetar:

*Se o Conselho comete realmente um escândalo distribuindo o dinheiro dos contribuintes com os seus empregados... de crime idêntico se fez réu o prefeito com os aumentos de funcionários e as gratificações extraordinárias da Prefeitura. Crime ainda maior ainda lhe pesa sobre a consciência com os escandalosos contratos que tem celebrado a sua administração, dos quais não é o maior este célebre e pitoresco do morro do Castelo...*<sup>19</sup>

Alguns dias depois, o mesmo matutino – que conduziria a campanha contra o prefeito sem se aproximar muito das posições dos que alinhavam argumentos históricos e culturais para propugnar a preservação do morro do Castelo e de seus monumentos – lembrava a questão da escassez de moradias para defender os direitos dos que seriam desalojados com o arrasamento:

*... o Senador Frontin levantou o alarma em prol dos desafortunados moradores da malsinada colina que a insânia imperturbável do sr. Carlos Sampaio teima em arrasar para entupir a belíssima enseada da Glória. Cerca de 20 mil pessoas ficarão sem teto...*<sup>20</sup>

O campo dos defensores do prefeito ganharia uma adesão tão significativa quanto inesperada: a partir de outubro de 1921, praticamente desaparecem d' *O Malho* as notas críticas e jocosas que

tinham Carlos Sampaio como alvo, substituídas por páginas repletas de fotografias do arrasamento do morro do Castelo, que aparecem religiosamente em todas as edições, a pretexto de ilustrar o andamento das obras. As legendas, via de regra - "cada dia que passa traz novas transformações ao método empregado para arredar do coração da cidade esse feio cocoruto... enorme quisto..." - juntam a descrição por vezes pormenorizada dos aspectos técnicos do empreendimento às habituais metáforas tão utilizadas na época.<sup>21</sup> Já a *Careta*, diante das manifestações de pesar que acompanhavam o desmoronar dos barrancos e a ruína das antigas construções, buscava confortar os leitores com outra metáfora: "o povo brasileiro consola-se ao ver desaparecer o berço da cidade, porque lembra com a lucidez superior do herói que o berço em que seu filhinho dorme não é o mesmo em que ele nasceu".<sup>22</sup>

A postura d' *O Malho* coincide com o engajamento na candidatura Artur Bernardes à sucessão presidencial, o que acrescenta o seu contendor Nilo Peçanha à lista de personalidades (como o engenheiro Van Erven, responsável pelo abastecimento de água) e instituições (notadamente a Light e o Conselho Municipal) semanalmente visadas pela revista. É significativo que, no polêmico episódio da renovação da concessão do serviço telefônico, fosse cuidadosamente omitida a participação de Carlos Sampaio, enquanto os intendentess concentravam as mais expressivas e pejorativas manifestações de hostilidade.

O ano de 1922 se inicia sob o expectativa das eleições presidenciais, retratadas nas capas das principais revistas da cidade; mais próximas do cotidiano carioca, a falta d'água e o Carnaval também não deixam de ser assunto nos dois primeiros meses do ano. Quanto a Carlos Sampaio, aparece enredado em cabos telefônicos na capa da *Careta* de 7 de janeiro e ganha diversos elogios por ter vetado o orçamento aprovado pelos intendentess para o ano de 1922, imitando a atitude do presidente da República. O que mais havia causado revolta era a quantia de 3.600 contos de réis pedida pelo Conselho Municipal – chamado pel' *O Malho* de "antro da mais perdida politicalha"<sup>23</sup> – para completar a construção de sua nova sede.

O prefeito também seria o personagem de um texto de Lima Barreto ridicularizando as suas maneiras delicadas, em contraposição aos incômodos enfrentados pelo fundador da cidade, cujos restos mortais tinham sido transferidos do Castelo para outro local:

*O Senhor Carlos Sampaio que, por via de seu cargo, descende de Estácio de Sá, estaria bem aviado se tivesse que levar a vida que este levava. Pode-se lá admitir, o operoso administrador que o Senhor Carlos Sampaio é, sem cadeiras estofadas, automóvel e sem serviços de porcelanas, para as suas refeições? Absolutamente não.*<sup>24</sup>

Enquanto os pavilhões que abrigariam os expositores começam a tomar forma, o presidente da Comissão Organizadora – o próprio Carlos Sampaio – concentra sobre si as críticas devidas ao atraso evidente nas obras da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Significativa é a capa d' *O Malho* de 8 de abril de 1922, sugerindo que o problema se devia à prioridade dada pelo prefeito ao arrasamento do Castelo, em detrimento dos preparativos da Exposição: a charge mostra-o dirigindo um caminhão que transporta o Castelo, escavadeiras e picaretas, cruzando o caminho de um automóvel manejado pelo velho Centenário, e dizendo: "Eu tenho a preferência!".

Na verdade, era a representação da percepção generalizada de que Carlos Sampaio havia esgrimido as festividades de 1922 como pretextos convincentes para realizar um sonho acalentado já há mais de trinta anos – a demolição da montanha. O tema seria retomado pelo jornalista e escritor Ferreira da Rosa em 1924:

*Com tanto terreno desocupado... teve... a lembrança de se criar uma superfície nova... e fez-se atabalhoadamente, ofegantemente, dispendiosissimamente, em poucos meses o que - está fora de dúvida - se podia ter feito com mais tempo, mais estudo, mais calma, mais acerto, e muito menos dinheiro.*<sup>25</sup>

Na *Careta*, que regularmente retratava o prefeito como um gastador, apareceu a crônica de Lima Barreto atacando-o pela construção do Hotel Sete de Setembro: "O primeiro dever da municipalidade não era de construir hotéis de luxo, nem hospedarias, nem zungas, nem quilombos, como pensa o Sr. Carlos Sampaio. O seu primeiro dever era dar mais assistência aos necessitados..."<sup>26</sup>

Esta crítica, como várias outras versando sobre a mesma questão, era rebatida por Carlos Sampaio com os argumentos de que a cidade precisava, e muito, de meios de hospedagem luxuosos, e que, afinal de contas, a venda do hotel seria lucrativa para a prefeitura. Era uma argumentação que seria secundada por Ferreira da Rosa, que preferia destacar a realização sob os aspectos técnicos e estéticos: "Sobre a rocha, em 1921-22, o bom gosto, a coragem e a Engenharia, associados, levantaram um hotel de excepcional posição".<sup>27</sup>

Já destacamos a posição solitária de Lima Barreto, ao menos no que diz respeito à maior parte da imprensa: o grosso da oposição ao prefeito não questionava o ideário de progresso que embasava o seu programa de remodelação da cidade, e muito menos a destinação dos recursos, mas sim os mecanismos financeiros utilizados para a consecução de seus objetivos. E, à medida que se aproximava o final do mandato, surgia o fantasma de um débito imenso, impagável, a assombrar o seu sucessor e a comprometer a sua administração.

É neste contexto que começam a aparecer alguns artigos na primeira página de *O Jornal*, não assinados, que sob diversos títulos – Finanças Municipais, Situação Municipal, etc. – atacam os malabarismos financeiros de Carlos Sampaio e revelam a situação delicada da prefeitura e as agruras que enfrentaria o escolhido por Artur Bernardes para ocupar o seu cargo. O autor destas análises era o jornalista e político Geremário Dantas, que seria nomeado diretor de Fazenda da Prefeitura por Alaor Prata. O conteúdo e o tom dos artigos pode ser exemplificado pelo que foi publicado a 3 de outubro de 1922: "Já agora ninguém desconhece o estado de ruína e descalabro em que a Prefeitura afundou, graças a um regime inconsiderado de empreendimentos grandiosos".<sup>28</sup>

Carlos Sampaio, então, já era o sol que se punha – uma alusão a uma imagem corrente em seus escritos, que atribuíam a alcunha de *abissínios* a alguns de seus detratores, referindo-se ao costume de algumas tribos etíopes que cultuavam o sol nascente e desprezavam-no quando morria no horizonte. Parecia claro que o seu mandato, que findaria a 15 de novembro, junto com o de Epitácio Pessoa, não seria suficiente para que fossem concluídas as obras pelas quais ele mais se empenhara; a contradição entre o Castelo, semi-arrasado, e os recursos destinados a sua demolição, já esgotados, era por demasiado aparente para ser relevada.

O impulso, na verdade, se esgotara. Durante um par de anos o prefeito havia sido o catalisador da discussão em torno de projetos divergentes de renovação urbana. Civilização, modernidade, saneamento, técnica, higiene, beleza: a referência constante ao universo simbólico associado ao movimento que se concretizara no quadriênio heróico de Passos havia fornecido os subsídios necessários para sustentar, no imaginário da cidade, os valores partilhados por Carlos Sampaio e por importantes setores da sua geração. Mas o ideal cosmopolita não resistira aos percalços da conjuntura, e o acidentado ano de 1922 havia se transformado num suceder de sobressaltos e rupturas que não havia poupado o que restava do sonho da *belle époque* carioca.

Pouco depois do encerramento de seu mandato, a *Careta* dava voz a uma preocupação geral e interpretava um sentimento comum ao se referir, pela última vez, a Carlos Sampaio. Na capa da edição de 2 de dezembro de 1922 ele ocupa um lugar de destaque - mesmo que não apareça. A sua ausência, entretanto, é o traço mais marcante da cena que mostra Alaor Prata exibindo a única coisa que restou no cofre da prefeitura depois da partida de seu antecessor: um maço de papéis, onde se pode ler "contas a pagar".

2

O engenheiro civil Alaor Prata Leme Soares, ex-prefeito de Uberaba, não era um estranho na capital da República ao ser convidado por Artur Bernardes para assumir a prefeitura do Rio de

Janeiro. Aos quarenta anos, deputado federal desde 1909, havia sido presidente da Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados. Este encargo o havia aproximado das questões afeitas às concessões de serviços públicos na cidade, durante a discussão que marcou a renovação do monopólio de que gozava a Light para a distribuição de energia elétrica, e que deveria expirar em 1915.<sup>29</sup>

Contra as pretensões da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, a campanha de boa parte da imprensa e a opinião de Alaor Prata, o monopólio foi mantido. Este episódio, que aparentemente poderia não ter tido maiores conseqüências, foi destacado pelo futuro prefeito como fundamental para justificar o seu posicionamento frente a diversas questões com que se defrontaria no decorrer de seu mandato de quatro anos. E, no quadro dos interesses frequentemente irreconciliáveis entre o grupo Light e seus críticos e concorrentes, representa uma escolha clara que tornaria natural a sua oposição à administração Carlos Sampaio.

Esta oposição, naturalmente, se inscreve num panorama mais amplo: o da situação política nacional. A extrema tensão que havia marcado o último ano do mandato de Epiácio Pessoa havia exacerbado as paixões partidárias, a ponto de fazer da posse de Artur Bernardes um desafio não só às forças que apoiavam o candidato derrotado mas também aos integrantes do governo que, a começar por Epiácio, sentiram-se inclinados a procurar alguma solução de compromisso com a oposição encabeçada por Nilo Peçanha.

Outros fatores, como as concessões feitas a Percival Farquhar para a concretização dos projetos da Itabira Iron em Minas Gerais, decididamente frustradas por Artur Bernardes, também contribuíram para provocar um distanciamento rápido entre o antigo e o novo mandatários.<sup>30</sup> Mas se é nesta ambiência que pode ser analisada a visão crítica de Alaor Prata a respeito da administração Carlos Sampaio, ela não é suficiente para dar conta da bizarra obra com que aquele, trinta anos depois de encerrado o seu mandato, procurou atingir a memória de seu antecessor.

Dentre os aspectos mais marcantes do livro, destaca-se o fato de dedicar a maior parte de suas páginas a historiar os atos de Carlos Sampaio, e não os seus; neste sentido, o próprio título - *Recordações da vida pública* - é extremamente revelador do que sentia o autor: sua vida pública parecia se resumir à polêmica travada com Carlos Sampaio. O intervalo passado entre os fatos e o relato adiciona à obra uma ambigüidade inquietante, reveladora de que as duas temporalidades aparentemente contraditórias - diário de governo ou livro de memórias? - conviviam de maneira real em Alaor Prata, numa confissão involuntária de que a marca deixada por Carlos Sampaio havia ultrapassado a discussão das questões políticas e administrativas.

O texto das *Recordações...*, entretanto, traz um estudo extremamente detalhado das finanças municipais do Rio de Janeiro, principalmente no período que se estende de 1919 a 1926. A preferência pelos aspectos financeiros se explica; afinal, como resumiu José de Oliveira Reis,

*As despesas efetuadas [por Carlos Sampaio], de vastas proporções, deixaram a Prefeitura do Distrito Federal em sérias dificuldades financeiras. Em conseqüência, o prefeito Alaor Prata não teve outra alternativa senão pautar sua administração por uma severa e rigorosa economia.*<sup>31</sup>

Trata-se, portanto, de um esforço minucioso e determinado para provar que Carlos Sampaio arruinara as finanças da cidade e comprometera irremediavelmente a administração de seu sucessor. Deixemos que Alaor Prata defina, nas primeiras páginas de seu arrazoado, o caráter de Carlos Sampaio:

*Homem sabidamente inteligente e culto, mas também sabidamente presunçoso e ousado, na sua inalterável condição de maior e mais intolerante dos seus admiradores, encaprichou-se em despejar sobre a minha administração, então às voltas com dificuldades enormes, que ele temerariamente havia semeado, quantas acusações lhe acudissem à mente, injustas quase sempre, e disparatadas, comumente. As mais das vezes, levianas e desleais.*

*...me atacou de maneira deplorável, cada vez com mais acrimônia... delirando na embriaguez de incensos que não deixava de queimar em louvor próprio... tudo denunciava falta absoluta de modéstia e excesso de presunção, em um homem cujos talentos notórios lhe permitiriam viver com realce dentro de seus reais e inegáveis méritos.*<sup>32</sup>



Deixemos também que ele explicita os motivos que o levaram a escrever: Não queria correr "o risco de morrer sem ter falado. ...dava graças a Deus por me haver permitido deixar passar tempo bastante para não ser fácil que me suponham movido por baixas e mofinas paixões";<sup>33</sup> e havia decidido exercer seu "irrecusável direito de defesa, a fim de que fiquem convenientemente esclarecidas as condições em que meu ilustre antecessor e eu exercemos o cargo de prefeito do Distrito Federal...".<sup>34</sup>

Passemos, então, a observar este debate peculiar, que, devido à ausência física de Carlos Sampaio, que faleceria em 1930, se desenvolve no plano da memória de Alaor. Este, enfim liberto de um longo silêncio auto-infligido, se mostrava plenamente disposto a expor, numa prolixidade catártica, a mágoa de passar à história como mais um personagem da observação profética de Delfim Moreira, que, referindo-se ao vaivém de prefeitos do Rio de Janeiro, afirmou: "Depois de um prefeito maluco gastador virá um bobo para economizar".<sup>35</sup>

A polêmica, a bem da verdade, iniciou-se com a primeira mensagem de Alaor Prata, que denunciava a situação delicada das finanças municipais e apontava como única solução, a curto prazo, a interrupção de diversas obras, entre as quais obviamente se destacaria a do arrasamento do morro do Castelo. A justificativa permite que Alaor se posicione em relação à questão do arrasamento e, de forma mais geral, se alinhe ao ideário de progresso dos administradores da geração anterior que haviam sido os agentes da remodelação urbana da cidade:

*O morro do Castelo - berço da cidade, e onde, por sinal, cedo tiveram de pelejar os seus primeiros defensores – não havia impedido que o Rio de Janeiro viesse crescendo até ser, bem antes de 1922, um centro de cultura e progresso, em contínuo e satisfatório desenvolvimento, após o advento da República, notadamente depois que o governo do benemérito Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, não só lhe deu um vasto e excelente porto, dotado de aparelhamento moderno, mas ainda teve a glória de extinguir a febre amarela, graças à ciência e à energia de Oswaldo Gonçalves Cruz, em boa hora elevado à direção da Saúde Pública. Foram os dias memoráveis dos não menos beneméritos Francisco Pereira Passos, na Prefeitura, Lauro Müller, no Ministério da Viação, e André Gustavo Paulo de Frontin, na chefia de importantíssima Comissão.*

*Avultando na ação harmônica em que se completavam, esses grandes brasileiros puderam lançar por sobre uma velha cidade de ruelas e becos pontilhados por quiosques, e sem luz, sem ar, sem higiene, nos seus sombrios labirintos, os traços fundamentais da cidade moderna em que haveria de continuar a ser transformada pelo esforço dos que teriam de se suceder na missão de pugnar pela sua crescente grandeza... multiplicavam-se as medidas destinadas a erradicação de pardieiros e espeluncas, ao alargamento de ruas e travessas, à construção de novos logradouros, à abertura de mais amplas, arejadas e bem situadas avenidas. Ao longo do novo cais, como a partir do Boqueirão do Passeio até o fim da enseada de Botafogo, a construção de belas avenidas à beira-mar, além de contribuir para a higiene e beleza da Capital brasileira, passou a dar finalidades utilíssimas a praias e barrancos até então sem préstimos, geralmente, nos fundos mal cuidados de grandes quintais.*

*Com a execução do programa organizado em ocasião tão oportuna, estaria quebrada a rotina. A evolução haveria de ganhar velocidade, para avançar, como avançou, até que novas necessidades de ação mais extensa e mais profunda pudessem caber em programas que as condições financeiras permitissem, precisamente pelo fato de não ficarem expostos os interesses públicos a danos de imprevisíveis proporções. Mas, o meu ilustre antecessor, velho enamorado do projeto de demolição do morro do Castelo, não quis saber de exames mais meditados e, uma vez quindado à Prefeitura, entendeu que já não deveria ser adiada a execução de seus planos, fossem quais fossem as circunstâncias em que se encontrassem as finanças.*<sup>36</sup>

Alaor prossegue, então, especulando sobre as motivações de Carlos Sampaio:

*Alegando, aqui, a anunciada visita dos Reis da Bélgica, e, com isso, a necessidade de ser comemorado com grandes festas o Centenário da Independência do Brasil, e confessado, abertamente, que não teria aceito o cargo de prefeito, se não pudesse arranjar dinheiro para realizações de vulto,*

*descomedira-se na organização de um programa de obras de largas proporções. Para as pôr em execução, vovera-se desembaraçadamente para as torneiras do crédito, encharcando-se de empréstimos nacionais e estrangeiros. Entrara a gastar, agravando temerariamente a crise do erário municipal e, enquanto se aprofundava nessa obstinação de gastar, surdo a todas as advertências sobre a aproximação da catástrofe financeira, contentava-se com o anúncio de miríficos resultados para o dia de amanhã, embora não pudesse desconhecer que, se viessem, só haveriam de vir em prazo mais ou menos dilatado e nas condições que as possibilidades que a economia nacional porventura permitissem.<sup>37</sup>*

A análise da mecânica financeira dos empreendimentos da prefeitura não deixa de ser correta: à maneira de alguns projetos da Melhoramentos ou das aventuras de Farquhar, todos envolviam uma fase razoavelmente longa de investimento antes que se iniciasse o retorno do capital. Carlos Sampaio, escrevendo em 1923, contra-argumentava recorrendo aos mesmos personagens de 1903-1906 para justificar as suas ações:

*Ainda é de nossos dias o benefício imenso que nos trouxe o grande governo de Rodrigues Alves, durante o qual o saneamento da metrópole por Oswaldo Cruz, os melhoramentos da cidade por Passos, e, sob a direção do Ministro Lauro Müller, a construção do Canal do Mangue e do Porto do Rio de Janeiro por Francisco Bicalho e da Avenida Central por Paulo de Frontin, foram obtidos à custa de grandes empréstimos externos; e tudo progrediu, e a vida não encareceu.<sup>38</sup>*

E conclui, agora se referindo à sua administração:

*...o dinheiro empregado em obras não arruinou e nem poderia arruinar a municipalidade, como não a tinham arruinado as importantes obras executadas por Pereira Passos, nem tão pouco as ... construídas por Paulo de Frontin; antes, ao contrário, o que se viu, foi... o aumento formidável da receita... suficiente para o pagamento dos juros dos empréstimos contraídos para as obras e para pagar dívidas flutuantes anteriores.<sup>39</sup>*

A menção aos *juros* dos empréstimos é significativa, já que dos minuciosos cálculos esgrimidos por Carlos Sampaio, expostos nos numerosos folhetos e artigos escritos para justificar suas ações na prefeitura, nunca constou a eventualidade de ser necessária, algum dia, a amortização do principal dos empréstimos. Bastava, segundo as suas teorias financeiras, dispor de incrementos de receita para fazer frente aos juros – e só.

Mas voltemos à argumentação de Alaor Prata. Referindo-se à reação furibunda de Carlos Sampaio às primeiras medidas da sua administração, ele as define como a parte final de um plano destinado a ocultar na polêmica os rastros da administração ruinosa:

*E foi por isso que, raspados os cofres, sobrevinda a hora em que a penúria abafava o palanfrório vazio, o paladino imprudente da política de gastos começou a fazer tudo para inculcar que o culpado era o seu sucessor, vítima, como a Prefeitura, de teses a cuja sustentação ele se aferrara, cheio de vaidade e presunção, sentenciando que era inconcebível a existência de bons governos sem a realização de grandes obras materiais ou, então, que grandes empréstimos constituíam o remédio infalível para finanças públicas em colapso.<sup>40</sup>*

Que Alaor Prata pudesse, trinta anos depois de extintas - se é que chegaram a existir - as "baixas e mofinas paixões", atribuir tal maquiavelismo a Carlos Sampaio é matéria para interpretações de outra natureza. Contentemo-nos com estas últimas linhas:

*Penso, antes, que, procurando tirar partida das contrariedades provocadas por severas medidas que eu fora forçado a tomar, no sentido de restringir despesas, o que o meu ilustre antecessor teria em mira, com os seus repetidos ataques, era contribuir o mais que pudesse para que se transferissem para novo alvo - e esse alvo seria eu - as críticas veementes que ainda se ocupavam com a sua administração eminentemente gastadora. Variassem as interpretações que se lhes dessem, o fato é que, escritos aqui, ou escritos na Europa, por onde o acompanhavam as minhas incômodas lembranças, multiplicavam-se os seus artigos de acusação. Incrivelmente vazios de boa fé, e até senso comum, na explanação de comentários, o que neles podia prender a atenção nunca passava de rompantes de megalomania convencida de ser arrasadora ou simples aspirante a iludir incautos.<sup>41</sup>*

Concretamente, Alaor logo se viu limitado não somente pela escassez financeira, mas pelos compromissos legais assumidos por Carlos Sampaio. Embora a prefeitura estivesse suspendendo o pagamento aos fornecedores e atrasando os vencimentos dos funcionários, o arrasamento do morro do Castelo não poderia ser interrompido, ao menos formalmente:

*...as obras de arrasamento do morro do Castelo, obras de custo elevado, e sem urgência, mas objeto de contrato de inegável e pesado ônus, por sinal que celebrado com um cavalheiro então preposto dos banqueiros que haviam emprestado o dinheiro destinado a custeá-las. Mesmo assim, por que não as interromper? perguntarão muitos. Como fazê-lo, porém, acudirei eu, se mais tarde, o próprio Dr. Carlos Sampaio chegou a se vangloriar de ter admitido cláusulas contratuais que haveriam de impedir a administradores novatos, inexperientes, possivelmente medrosos, talvez retrógrados... a possibilidade de as interromper?*<sup>42</sup>

Efetivamente, do contrato celebrado por ocasião do empréstimo que havia garantido a continuação do empreendimento, em 1921, constavam cláusulas que impediam que a obra fosse interrompida e atrelavam a venda dos terrenos resultantes – o pote de ouro no final do arco-íris, tão mencionado por Carlos Sampaio para justificar a operação – ao ressarcimento dos banqueiros. É sob a luz deste sentimento de profunda impotência, causado pela obrigação de destinar os seus poucos recursos para a continuação de uma obra que julgava inútil, dispendiosa, e que só serviria para aumentar a fama daquele que já se transformava em seu desafeto, que devemos examinar os outros episódios rememorados por Alaor Prata:

*Obras de extraordinário vulto, de nenhuma forma inadiáveis, nem tampouco de reprodutividade imediata, se achavam em andamento avançado, embora longe do seu termo, e para elas muito dinheiro era necessário, mensalmente, sob a pressão contínua de implacáveis contratos. Entre outros, lá estava o de arrasamento do morro do Castelo, confessadamente preparado para obrigar a Prefeitura a prosseguir nos respectivos trabalhos, a despeito de não ficar com dinheiro para poder fazê-lo, nem em condições de poder conseguir recursos, sem agravar o estado calamitoso em que fora deixada ...fossem outras as circunstâncias, teria ordenado que a execução de tais obras ou, pelo menos da maioria delas, fosse interrompida até que a crise financeira, energicamente combatida, pudesse permitir o seu prosseguimento. O que tive que lamentar, no entanto, é que, por ironia da sorte, e sob o jugo de contratos, de responsabilidades muito grandes, a minha administração fosse compelida a levá-las por diante.*<sup>43</sup>

Alaor também apontava as estratégias que teriam possibilitado a Carlos Sampaio evitar o desfecho, ao menos até o fim de sua gestão, de uma situação financeira potencialmente desastrosa - um regime de caixa única, astuta e competentemente manipulado pelo prefeito:

*...cobria déficits e dívidas flutuantes com dinheiros de empréstimos, internos e externos, cada vez maiores, com os quais ia simulando prosperidade, mas agravava incessantemente a situação que haveria de passar ao seu inditoso sucessor. Quis o destino que fosse eu esse infeliz que teria de dirigir a Prefeitura...*<sup>44</sup>

Fosse qual fosse a situação, uma alternativa apresentou-se, ainda no início do mandato, ao *inditoso sucessor*: o repasse, a uma companhia privada, das obras do Castelo. Feita a 9 de janeiro de 1923, através de E. Durisch <sup>45</sup>, em nome dos banqueiros Blair & Cia., a proposta incluía um pagamento imediato de 43 mil contos à prefeitura, o compromisso de arcar com as despesas necessárias (calculadas em vinte mil contos) para efetuar o restante do arrasamento e preparar o arruamento da área resultante. Oferecia ainda, à municipalidade, uma pequena participação nas receitas provenientes da venda dos terrenos, que passariam a pertencer aos autores da proposta. É significativo que o total das despesas que Durisch, em nome de seus clientes, estava disposto a assumir, montasse a um valor que praticamente equivalia aos 12 milhões de dólares emprestados em 1921 para as obras de arrasamento – e que efetivamente isentaria a municipalidade dos encargos do empréstimo.

A proposta foi encarada com desconfiança, e finalmente recusada, por Alaor Prata. A sua atitude pode ser melhor compreendida ao anotarmos algumas de suas reflexões a respeito das escolhas com que se deparava o administrador da cidade:

*...não haveria ...de ignorar, em todo o caso, que talvez ...fosse possível conseguir a vinda de dinheiro americano, se [se] prontificasse a aceitar empréstimos escorchantes...*

*...não poderia ignorar que certamente diminuiriam - se não desaparecessem, de todo - os grandes obstáculos levantados à sua frente, desde que, decidindo-se a admitir que a conquista de aplausos e popularidade deveria ser a preocupação máxima de um administrador de negócios públicos, se prestasse a ter empenho em descobrir e adotar quaisquer expedientes capazes de sugerir e espalhar aparências de prosperidade geral...*

*Não teria o direito de negar que pudesse haver banqueiros, estes ou aqueles, desejosos de novos negócios, talvez já esperados como consequência de operações anteriores... Seria de temer, mesmo, que novos empréstimos acabassem por ser impostos pela força das circunstâncias e, com eles, nas comissões, tipos e juros, novos e pesados sacrifícios para os contribuintes municipais.<sup>46</sup>*

A aversão de Alaor Prata a trabalhar em conjunto com os grupos financeiros internacionais que, por duas décadas, haviam ocupado o papel de co-participantes na evolução urbana da cidade encontrou complementação no seu relacionamento com o grupo Light. Embora algumas pequenas escaramuças fossem passíveis de serem relevadas, já que faziam parte do dia-a-dia da cidade<sup>47</sup>, a anulação do notório Contrato dos Telefones, a 23 de junho de 1923, simbolizou o rompimento definitivo. Era uma atitude coerente com a adotada pelo deputado que tinha se oposto às pretensões monopolistas da Light alguns anos antes; mas era também uma forma de atingir Carlos Sampaio, frustrando um de seus últimos atos administrativos.<sup>48</sup>

Já na sua primeira mensagem, reproduzida em *Recordações da vida pública*, Alaor expunha a sua opinião sobre o episódio, em que Carlos Sampaio decidira concretizar a alteração dos termos da concessão dos serviços telefônicos da cidade na antevéspera da posse de seu sucessor:

*... o que terminou por ser conseguido, sub-repticiamente, foi uma novação contratual, com a qual a Prefeitura entendera de brindar a companhia interessada, com sacrifício manifesto da lei, da moral e também de altos interesses da Municipalidade.<sup>49</sup>*

Depois, diz ter se dedicado a um

*...minucioso e acurado estudo... E foi após esse estudo, depois de reunidos os indispensáveis elementos de convicção de que estava em prova, com os deveres de prefeito, a minha dignidade de homem público, que me fixei na decisão de solicitar a anulação judicial do contrato... me limitei a discordar de que fossem atendidas, com inegáveis sacrifícios para a causa pública, pretensões que reputava descabidas, indefensáveis, ... que sua satisfação constituiria e constituiu verdadeiro escândalo.<sup>50</sup>*

O início da longa batalha judicial, que só se encerraria em 1929, com um acordo que basicamente mantinha as vantagens conquistadas pela Light, foi também uma questão emblemática, em torno da qual Carlos Sampaio e Alaor Prata puderam expor duas concepções diferentes sobre o papel do capital e das empresas estrangeiras no desenvolvimento da cidade e do país.

A substância deste debate estava nas diferentes hierarquizações explicitadas pelos dois prefeitos, seja no exercício do mandato, seja no corpo das suas produções textuais. Embora os interlocutores partilhassem originalmente um conjunto semelhante de valores e comportamentos, frente à questão real da gestão da cidade, percebe-se um distanciamento que transcende a diferença de gerações e se revela na própria dissonância semântica das argumentações. Se o discurso de Carlos Sampaio é composto de mergulhos recorrentes na justificação das realizações grandiosas, impossíveis de serem levadas à frente sem o concurso do elemento financeiro e empresarial não-

autóctone, o de Alaor foge do determinismo da dependência e da necessidade de grandes obras para proclamar a primazia da "sensatez administrativa", com todos os seus (admitidos) componentes de ambigüidade.

Foi, na verdade, um debate virtual: Carlos Sampaio utilizou-se da imprensa da época e da edição posterior de seus artigos, e Alaor restringiu-se, durante o seu mandato, às mensagens e relatórios oficiais. Beneficiados pela possibilidade de interpolar estes e outros textos e explorar um diálogo indireto, porém real, destacaremos alguns pontos-chave.

Para se defender das acusações de proteger os interesses da Light, prejudicando os munícipes, Carlos Sampaio poderia ter invocado o testemunho insuspeito de seu presidente, Alexander Mackenzie, para provar justamente o contrário. Este, em carta escrita em 7 de julho de 1923, afirmava: "com a atual taxa de câmbio, a receita anual [da concessão telefônica] sob o novo contrato é 2.500 contos menor do que seria sob as condições do contrato antigo".<sup>51</sup>

E acrescenta, lamentando a situação do amigo: "Me incomoda vê-lo atingido por críticas injustas e escandalosas... aparentemente, ninguém pode demonstrar nenhum interesse inteligente nos assuntos da Light & Power sem ser acusado de ser movido por interesses inconfessáveis".<sup>52</sup>

Para Carlos Sampaio, a tentativa de anulação do contrato tinha implicações significativas em relação ao que ele considerava o principal ativo da cidade e do país: o crédito. Este seria abalado diante da óbvia articulação entre a Light e os grupos bancários credores do Brasil. E, afinal de contas, o crédito era "o grande capital das nações modernas... na nossa época é que faz o papel de dinheiro".<sup>53</sup> O desenvolvimento do Brasil estaria inextricavelmente atrelado ao fluxo contínuo de capitais estrangeiros:

*Nada há mais delicado do que o capital estrangeiro de que depende o desenvolvimento das nações novas, e isso indica o carinho especial com que devemos tratá-lo. Este é que deve ser o verdadeiro sentimento nacionalista.*<sup>54</sup>

É uma posição perfeitamente coerente com trinta anos de projetos e realizações estreitamente articuladas com os capitais europeus e americanos; e é significativa a disposição de reafirmá-la neste contexto de troca de acusações, em que Carlos Sampaio era atacado pelo próprio presidente da República. Este, na sua primeira mensagem ao Congresso, não se furtou a mencionar as finanças do Distrito Federal, queixando-se dos "gravames extraordinários resultantes da prodigalidade com que se aplicam os dinheiros da Municipalidade em obras suntuárias e realizadas à custa de repetidos e onerosos empréstimos".<sup>55</sup>

O tom de Artur Bernardes seria adotado pelo novo prefeito e pelo seu recém-nomeado diretor de Fazenda Municipal, Geremário Dantas, que assim definia a gestão 1920 - 1922 em *O Jornal* de 23 de abril de 1923: "política de liberalidades excessivas e até criminosas".<sup>56</sup>

Afirmar isto, segundo Carlos Sampaio, era "cometer voluntariamente um enorme atentado contra as regras de justiça, desde que intencionalmente se deixa de ter em atenção o considerável aumento do patrimônio municipal...".<sup>57</sup>

Ora, para Alaor Prata este aumento de patrimônio só se verificaria *se e quando* os terrenos resultantes do arrasamento do morro do Castelo e da urbanização da orla da lagoa Rodrigo de Freitas pudessem ser comercializados. Os cronogramas variavam segundo as paixões dos interlocutores (alguns falavam em meses, outros em anos); até lá, o cobiçado *aumento do patrimônio municipal* não passava de mais um "aceno de grandes lucros no futuro, para ser contraposto à penúria do momento".<sup>58</sup>

Carlos Sampaio não diferia muito no diagnóstico de penúria: mas a considerava um problema estrutural, enfrentado desde o início da era republicana, e a atribuía principalmente à ineficiência administrativa, ao excesso de funcionários:

*... a crise da municipalidade provém de um mal orgânico que poderá se transformar numa lesão, se não se encontrar um Mussolini; tenhamos a coragem de confessar que a nossa terra, como disse alhures Tobias Barreto, é uma terra de funcionários e de doutores...*<sup>59</sup>

O arrazoado contra o funcionalismo prossegue, até a previsão bombástica: "a Municipalidade marcha necessariamente para a catástrofe, se não forem formados novos elementos de receita, como por exemplo, por meio do imposto territorial e taxa de valorização".<sup>60</sup>

Nisto Alaor Prata estava de acordo: era imperioso mudar a estrutura tributária da municipalidade, causadora de déficits anuais que se repetiam independentemente de quem estivesse à frente da prefeitura. A situação se agravava com a constatação de que as pretensões do funcionalismo eram freqüentemente atendidas pelo Legislativo, contrariando as determinações e vetos do prefeito:

*...a Câmara do Distrito Federal, estimulada por vaidades subalternas, senão por interesses suscitados pela fatalidade de competições eleitorais, se tem visto transformada em instrumento de males para a causa pública... a culpa recaía também sobre o Senado Federal, tantas as vezes em que, desprezando a argumentação consubstanciada nos vetos, ele revalidava disposições condenadas...<sup>61</sup>*

Se havia alguma similitude no diagnóstico das mazelas financeiras do Rio de Janeiro, as soluções adotadas pelos dois mandatários da cidade foram diametralmente opostas. Carlos Sampaio chegou ao ponto de, para justificar a sua preferência em recorrer aos empréstimos externos, desenvolver a teoria de que estes contribuíam para a melhora da taxa de câmbio, beneficiando a nação:

*... empréstimos externos concorrem sempre para beneficiar o câmbio... E, nem poderia ser de outra forma, porque os empréstimos externos implicam a entrada de ouro... os melhoramentos de uma capital trazem sempre maiores comodidades e grande redução do custo de vida, além de serem elemento primordial para o seu desenvolvimento, de que é prova a inigualável cidade de Paris...*

*... a crise da Municipalidade é, em grande parte também, como a crise do Brasil, uma crise de câmbio... é incontestável que o câmbio, principalmente nos países de regime de papel-moeda, depende em grande parte do crédito, e portanto do maior ou menor grau de confiança que merece o país.<sup>62</sup>*

O problema, admitido por Carlos Sampaio, era que a baixa do câmbio agravava a situação da prefeitura, já que a sua arrecadação (em moeda nacional) não crescia, enquanto que o serviço da dívida externa (em ouro) aumentava. Este fator, que uma análise mais atenta da problemática cambial julgaria capital, já que o valor do mil-réis decrescera de 18 para 6 *pence* no decurso de sua administração, não merece dele maiores digressões: de qualquer forma, aquele que se vangloriava de ser "um grande defensor dos interesses estrangeiros em nosso país" não se arrependia de ter fundado a sua administração nos empréstimos externos, e referindo-se ainda uma vez a Passos e Frontin, dizia: "Não fiz mais, portanto, que seguir... as pegadas daqueles pioneiros do progresso".<sup>63</sup>

Observação reveladora, porque vai permitir que Alaor Prata deixe, por um momento, os livros de contabilidade da prefeitura para fazer uma análise extremamente valiosa das motivações de Carlos Sampaio. Depois de minuciar as despesas e receitas da prefeitura em 1920, e lembrar que seu antecessor havia apontado a situação financeira delicada da municipalidade em sua primeira mensagem, Alaor afirma que Carlos Sampaio

*...não queria sujeitar-se e não se sujeitou ao regime de economias que ela [a situação financeira da Prefeitura] exigia. Estava disposto a trocar por males de imprevisível nocividade, em futuro que não seria distante, a comodidade caríssima dos seus dias de governo, e, por isso, enveredou pela política dos empréstimos sucessivos, cada vez maiores e mais onerosos. Queria dinheiro, precisava de empréstimos para obras de vulto, que erguessem bem alto o seu nome ilustre, senão para aplausos menos certos dos coevos, talvez vítimas de algumas de suas ousadas iniciativas, ao menos para a admiração embevecida das gerações porvindouras. E, se queria dinheiro e precisava de empréstimos, era porque, custasse o que custasse, haveria de executar obras que, pela magnitude e pela magnificência, não deixassem a sua fama em plano inferior a de outros prefeitos, também engenheiros notáveis, que tiveram a sorte de ser favorecidos por circunstâncias, aliás, brilhantemente aproveitadas, como iguais não o tinham beneficiado. E com isso não pudera conformar-se.<sup>64</sup>*

Erguer bem alto o nome, "para a admiração embevecida das gerações porvindouras": acusação que nos diz muito, tanto do acusado quanto do acusador. Ao apontar Carlos Sampaio na vitrine que emoldurava o seu retrato, na já empoeirada galeria imaginária de prefeitos da cidade, Alaor Prata transformou-a em espelho de suas próprias preocupações e frustrações. E nos permitiu divisar, na complexidade das influências e causalidades estruturais, o reflexo sorrateiro da vaidade, brilho inconfundível e perene que transcende gerações e reaparece, aqui e ali, para preencher as lacunas da trajetória dos personagens iluminados pelo foco das nossas atenções.

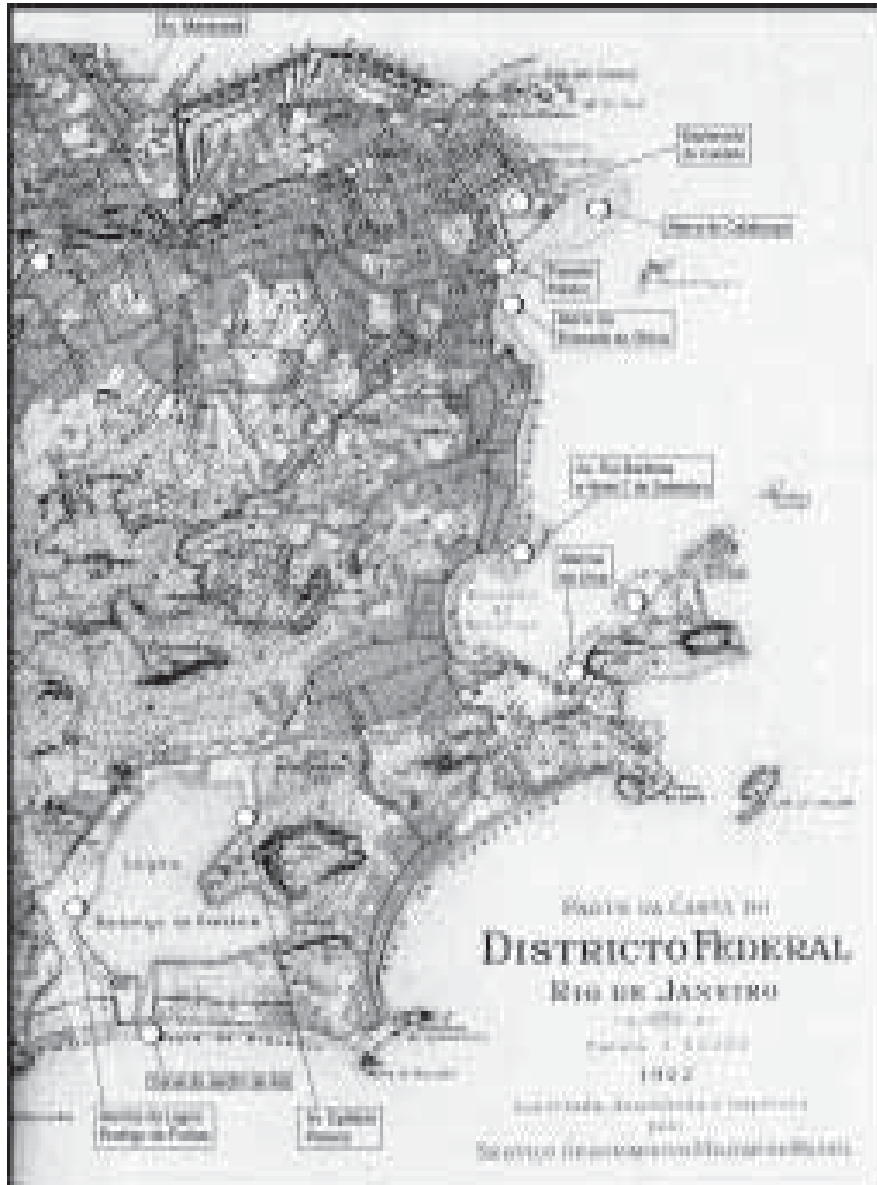
## NOTAS

1. *O Malho*, 24.7.20. A representação do *Zé Povo* aproximava-se muito de uma versão urbana do Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato.
2. *O Malho*, 26.7.20.
3. *Careta*, 24.7.20.
4. *O Malho*, 21.6.20.
5. *Careta*, 31.7.20.
6. *Idem*, 21.8.20.
7. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. pp. 57 a 65. Nestas páginas são analisados os posicionamentos em torno da questão do arrasamento do Castelo.
8. *O Malho*, 23.10.
9. *Careta*, 1.10.21.
10. *O Malho*, 6.11.20.
11. *Idem*, 20.11.20.
12. *Careta*, 30.10.20.
13. LOBATO, Monteiro. Não arrasem o morro do Castelo. In BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em prosa e verso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965. pp. 413, 414. O artigo é de 1920.
14. *Careta*, 15.1.21.
15. *O Malho*, 25.12.20.
16. *Fon-Fon*, 23.4.21.
17. *O Malho*, 23.7.21.
18. *Revista da Semana*, 7.5.21.
19. *O Jornal*, 4.9.21.
20. *Idem*, 14.9.21.
21. *O Malho*, 8.10.21.
22. *Careta*, 5.11.21.
23. *O Malho*, 25.3.22.
24. LIMABARRETO, Afonso Henriques de. Relíquias, ossos e colchões. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. v. 2, p. 59.
25. ROSA, Francisco Ferreira da. *Rio de Janeiro em 1922*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1978. p. 43.
26. *Careta*, 29.7.22.
27. ROSA, Francisco Ferreira da. op. cit., p. 83. Segundo Carlos Sampaio, a construção do Hotel Sete de Setembro custou 4.500 contos e foi vendido em 1925 por 6.300 contos.
28. A suposição de que este fosse efetivamente o autor dos artigos, levantada por Carlos Sampaio, é confirmada por Alaor Prata na obra que examinaremos a seguir.
29. CASTRO, Ana Célia de. *As empresas estrangeiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 125. O fim do monopólio da Light inauguraria, ao menos na teoria, a concorrência para o fornecimento e distribuição de energia elétrica na cidade. Embora somente a CBEE tivesse condições de competir com a Light, e mesmo assim em condições desfavoráveis, o grupo canadense não hesitou em lançar mão de toda a sua influência nos meios políticos para garantir que isto não acontecesse.
30. Chama a atenção o fato de que a imprensa governista do Rio de Janeiro publicasse em 1923 longas matérias questionando a utilidade e os gastos das obras contra as secas realizadas por Epitácio no Nordeste. O mesmo ânimo se manifestava nas críticas que atingiram a administração Carlos Sampaio durante o mandato de seu sucessor.

31. REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977. p. 83.
32. PRATA, Alaor. *Recordações da vida pública*. Rio de Janeiro, s. n., 1958. pp. 28, 129.
33. *Ibidem*. p. 31.
34. *Ibidem*. p. 404.
35. REIS, José de Oliveira. *op. cit.*, p. 75. O autor relata que a observação foi feita ao jornalista Mozart Lago, em 1919, no final de mandato de Frontin (nomeado por Delfim Moreira). Os sucessores de Frontin (Sá Freire) e de Carlos Sampaio enfrentaram problemas similares e, efetivamente, foram obrigados a "economizar". Quanto à posteridade, os "malucos gastadores" indubitavelmente conquistariam um espaço maior na memória da cidade, o que provavelmente não havia escapado a Alaor.
36. PRATA, Alaor. *op. cit.*, p. 186.
37. *Ibidem*. p. 55.
38. SAMPAIO, Carlos. *A situação municipal*. Paris, Societé Française d'imprimerie, 1923. p. 15
39. *Ibidem*. p.16. Segundo as contas de Carlos Sampaio, contestadas por Alaor Prata, entre 1920 e 1922 a receita municipal havia aumentado em 15.708 contos, enquanto que as despesas com o serviço das dívidas interna e externa havia sofrido um incremento de 9.868 contos. Entretanto, ambos concordavam em que o déficit global anual havia saltado de 10.052 para 34.408 contos, no mesmo período.
40. PRATA, Alaor. *op. cit.*, p. 55.
41. *Ibidem*. p. 28.
42. *Ibidem*. p.60. De um total de aproximadamente 4,6 milhões de metros cúbicos, volume total do morro do Castelo, pouco mais da metade havia sido removida ao se iniciar o mandato de Alaor Prata.
43. *Ibidem*. p. 258
44. *Ibidem*. p.181
45. SAMPAIO, Carlos. *Obras na prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa, Lumen, 1924. p. 46. Durisch, como vimos, tinha uma longa história de associação com Carlos Sampaio em vários projetos. O texto da proposta nos leva a imaginar que, caso aceita, a companhia a ser organizada para proceder às obras não dispensaria a *expertise* (e os contatos) de Carlos Sampaio. Isto é reforçado pela rapidez com que a proposta foi apresentada e o destaque dado a ela pelo ex-prefeito nas suas memórias e em vários outros escritos posteriores. É possível conjecturar também que esta participação de Carlos Sampaio tenha sido um dos motivos que levaram Alaor Prata a rejeitá-la. Registre-se, além disto, que os banqueiros (Dillon & Read) e empreiteiros (Kennedy & Cia.) que eram responsáveis pelo empreendimento em 1923 fizeram, também, uma proposta de repactuação dos termos do contrato, igualmente rejeitada por Alaor Prata.
46. PRATA, Alaor. *op. cit.*, p. 170, 286, 394. Alaor Prata, todavia, fez questão de se dissociar dos que haviam acusado Carlos Sampaio de locupletar-se às custas da intermediação dos empréstimos - em especial, do de 12 milhões de dólares, que teria rendido meio milhão ao ex-prefeito. Esta controvérsia, de que ainda em 1935 se ocupava a imprensa carioca, renasceu a partir da investigação promovida pelo Congresso norte-americano em 1933, sobre irregularidades na concessão de crédito a nações estrangeiras. Infelizmente, não tivemos acesso às conclusões dessa investigação.
47. *Ibidem*, p.280. Alaor se refere especificamente às exigências que fez em relação às obras que a Light promovia, revolvendo os logradouros, e em relação à regulamentação das novas linhas de ônibus.
48. REIS, José de Oliveira. *op. cit.*, pp. 77-88. Alaor Prata anulou ou alterou as seguintes medidas de Carlos Sampaio:
  - Modificou os planos de urbanização da Cinelândia, promovendo a abertura da rua Álvaro Alvim e das travessas que ligam a praça Floriano à rua Senador Dantas (decreto 2.059, de 5.12.24);
  - Cancelou, em 1924, o resultado de um concurso da Escola Nacional de Belas Artes destinado a elaborar um plano urbanístico para a cidade;
  - Modificou o plano de urbanização das áreas criadas no Jardim Botânico e na Gávea com o aterro da lagoa Rodrigo de Freitas, (Decreto 1.985, de 20.6.24);
  - Revogou o decreto 1.819, de 13.11.22, que previa a ligação por um túnel do Bairro de Fátima à rua Pereira da Silva, em Laranjeiras, e daí, por um outro túnel, à rua Real Grandeza, em Botafogo. (decreto 1.898, de 25.9.23)
  - Revogou o Plano de Urbanização da área do Castelo, de Carlos Sampaio (decreto 1.826, de 13.11.22), e substituiu-o por um novo Plano de Alinhamento (decreto 1.924, de 28.12.1923). Este seria alterado pelo Plano Agache e posteriormente pelos planos da administração Henrique Dodsworth, durante o Estado Novo.
  - Modificou o plano de urbanização das áreas situadas nas bacias dos rios Trapicheiros, Joana e Maracanã. (decreto 1.968, de 10.4.1924);
  - Modificou em 1924, através do Plano de Alinhamento 1.549, o acordo feito por Carlos Sampaio com a Companhia Santa Fé, proprietária do morro de Santo Antônio; isto resultou na urbanização do morro. O acordo contrariou os planos de Carlos Sampaio, que depois de deixar a Prefeitura planejava se encarregar do arrasamento do morro, como mostra sua correspondência com Alexander Mackenzie. Este, ao encerrar uma carta em que expõe os preços e condições para que a Light fizesse o transporte de terra e material para a derrubada, ressalta que tudo dependeria do consentimento da Prefeitura às pretensões de Carlos Sampaio.



49. PRATA, Alaor. op. cit., p. 48.
50. Ibidem, p. 23.
51. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio, Lata 635, Pasta 50. No original: "at the present rate of exchange the revenue under the new contract is 2.500 contos less in one year than it would be under the old contract".
52. Ibidem. No original: "I am distressed that you should be subject to these scandalous and unjust criticisms... apparently no one can show any intelligent interest in any business in which the Light & Power is interested without having unworthy motives imputed to them".
53. SAMPAIO, Carlos. *Questões financeiras: pelo dr. Carlos Sampaio ex-prefeito do Districto Federal*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1926. p. 47.
54. Ibidem. p. 26.
55. Ibidem. p. 31. Carlos Sampaio atribui a declaração ao fato de o presidente estar mal-informado sobre a situação financeira da Prefeitura.
56. SAMPAIO, Carlos. *A situação municipal*. op. cit., p. 31. A nomeação de Geremário Dantas, um conhecido crítico da administração Carlos Sampaio nas colunas de *O Jornal*, pode ser tomada como indicativo da disposição de Alaor Prata em relação ao seu antecessor, já ao tomar posse.
57. Ibidem. p. 11.
58. PRATA, Alaor. op. cit., p. 179.
59. SAMPAIO, Carlos. *A situação municipal*. op. cit., p. 17.
60. Ibidem.
61. PRATA, Alaor. op. cit., p. 126
62. SAMPAIO, Carlos. op. cit., pp. 11-22. Para estabelecer a relação entre a entrada de capitais e a taxa de câmbio, Carlos Sampaio fez um breve relato das operações de empréstimo realizadas desde 1889, cotejando-as com as variações cambiais.
63. SAMPAIO, Carlos. op. cit., p. 17.
64. PRATA, Alaor. op. cit., p. 74.



O Rio de Janeiro em 1922, ao final do governo Carlos Sampaio. Encontram-se assinalados os locais das principais intervenções iniciadas durante a sua administração.  
Parte da Carta do Distrito Federal - Rio de Janeiro, 1922  
Serviço Geográfico Militar do Brasil  
Acervo do Museu Histórico Nacional

# vi

## ensaios de urbanismo



Destruição do observatório e da antiga igreja dos jesuítas no morro do Castelo  
Foto Augusto Malta, 20.9.1922  
FMIS/RJ

Ao dividirmos o universo textual de Carlos Sampaio em três partes, recorreremos principalmente às duas primeiras – *Os esgotos do Rio de Janeiro* e *Obras na Prefeitura do Rio de Janeiro* – como contraponto e complemento de sua gestão. Um terceiro conjunto de textos, contudo, é essencial para a compreensão da sua trajetória; nestes textos, a que chamamos *Ensaio de urbanismo*, concluiu-se a ligação paradoxal e profunda entre o personagem e a cidade que marcou, de maneiras diferentes, cada uma das etapas de sua vida.

Elaborada entre 1927 e 1930, durante o mandato do prefeito Antônio Prado Júnior, esta produção textual se ocupa, em sua maior parte, das expectativas e perspectivas criadas com a contratação, pela prefeitura do Rio de Janeiro, do professor Alfred Agache. Convidado pelo prefeito, o urbanista francês coordenou a elaboração de um projeto de "remodelação, extensão e embelezamento" – o Plano Agache – que somente seria concluído e publicado em agosto de 1930, embora diversas análises e conclusões tivessem sido divulgadas no decorrer dos trabalhos.<sup>1</sup> Para Carlos Sampaio, a visita do urbanista francês era o ensejo para a retomada de um assunto que não havia deixado de estar em evidência durante os anos em que se desenvolvera a polêmica com o prefeito Alaor Prata, centrada em aspectos financeiros: o morro do Castelo.

Praticamente paralisado, como havia observado Carlos Sampaio, que "percorria quase diariamente ou pelo menos semanalmente todas as obras em execução, durante os períodos em que não [esteve] ausente desta capital",<sup>2</sup> o arrasamento e a urbanização da esplanada passariam a ser influenciados pelos desígnios de Agache. A primeira manifestação de Carlos Sampaio foi publicada na *Revista Brasileira de Engenharia*, em outubro de 1927, e aborda a questão do urbanismo como um inócuo para falar dos ecos da primeira visita do arquiteto francês:

*Arte que naturalmente nasceu com a criação da primeira cidade, o Urbanismo somente em época mais recente adquiriu os foros de ciência com a sistematização de diversas e variadas teorias...*

*Foi preciso que viesse ao Rio de Janeiro um especialista nesse assunto para que nós víssemos surgirem, como cogumelos, urbanistas de todas as formas e matizes, que felizmente se agacharam perante o ilustre professor Agache para melhor compreender que a cidade do Rio de Janeiro não era tão mal construída... estes, como uma grande parte dos nossos patrícios, só vêem preparo, habilidade e técnica especial no que é feito pelo estrangeiro; e nós, a classe dos engenheiros nacionais, devemos ser gratos ao ilustre prefeito Antonio Prado por ter mandado vir uma autoridade mundial para reconhecer, como reconheceu, que não eram tão mal ideadas [sic] e executadas, como lhe tinham feito pressentir, as obras que foram sucessivamente realizadas nesta capital que, se teve a Natureza para embelezá-la, teve também, e talvez por isso mesmo, de pôr o homem em presença dos problemas que mais sérios se podem apresentar na Engenharia de uma cidade.<sup>3</sup>*

Fica claro que os elogios eram condicionados ao reconhecimento da sabedoria dos engenheiros nacionais, expressa nos trabalhos de remodelação executados na capital. Agache, por outro lado, embora não parecesse inclinado a subestimar a importância da ação humana, destacando a importância do quadriênio de Passos e definindo-o como "uma das primeiras tentativas de urbanismo", observava que, diante "dos atrativos do Rio, a obra do homem é, aliás, de uma importância relativa". É merecedor de menção um trecho que expressa bem o olhar de Agache sobre o Rio de Janeiro de 1927 – uma visão bem próxima, aliás, da de Carlos Sampaio:

*Cidade moderna, seria lamentavelmente vulgar, se a extremidade de cada rua não ostentasse o azul magnífico do mar ou a luxuriante verdura da mata e se o relevo desigual do solo não contrariasse o aspecto, entrelaçado, das artérias...*

*E, se à fascinação do sítio, à imensidade do oceano de verdes vagas, ao encantamento da baía resplandecente de luz, acervo surpreendente de montes, agulhas, com formas particularmente fantásticas, à prodigiosa diversidade de uma vegetação exuberante, se acrescentar que, depois do embelezamento e do saneamento das ruas, a cidade ficou sendo, entre todas as regiões tropicais, aquela em que o homem branco pode mais facilmente aclimar-se... compreende-se que esse adorável jardim, que é a capital do Brasil, o Rio, esplêndido cenário de sonho, se torne cada vez mais um grande centro de turismo mundial...<sup>4</sup>*

Voltando ao artigo de Carlos Sampaio, este nota que Agache havia diagnosticado "os três males que afetavam a nossa metrópole" – respiração, circulação e digestão:

*De respiração porque, se lhe tinham extirpado alguns pólipos, outros restavam, e pelo menos um, que ainda dificultava a aeração e ventilação tão essenciais nas cidades, principalmente quando tropicais.*

*De circulação porque... as montanhas que separam os diversos bairros estão a exigir que se asperforem por meio de túneis...*

*De digestão porque... a descoberta dos processos biológicos modernos estava a exigir que ou que eles fossem postos em prática, ou que o W. C., o vasadouro onde os dejetos são lançados, fosse mudado do interior da baía do Rio de Janeiro para fora da barra.<sup>5</sup>*

Como revelam estes termos - "respiração, circulação, digestão" -, pertencentes a um quadro semântico identificado com a visão higienista comum a médicos e engenheiros do século XIX, não havia, pelo menos a princípio, contradições essenciais entre as posições de Agache e Carlos Sampaio quanto aos pressupostos a adotar para traçar os caminhos da evolução urbana da cidade. O ex-prefeito parecia mais preocupado em delimitar o alcance da remodelação pretendida por Agache, tentando reforçar a especificidade do Rio de Janeiro – "uma capital já feita" – à qual o autor do plano diretor não poderia aplicar "certas regras modernas":

*...se o urbanismo é um problema complexo e que exige conhecimentos de todos os ramos de engenharia, quando se trata de construir uma cidade sobre terreno onde se tem a liberdade de traçar à vontade as linhas principais que devem atender às diversas exigências de uma cidade moderna, complicado, muito mais complicado se torna, quando se trata de remodelação de uma capital já feita que, mesmo satisfazendo a todas as regras da arte na ocasião em que foi construída, se encontra em condições de não lhe poderem ser aplicadas certas regras modernas, pois a necessidade do progresso determinou exigência de solução diferente daquela que tinha sido adotada.<sup>6</sup>*

Na conclusão do artigo, Carlos Sampaio faz um elogio ao plano em preparação: "Convém, entretanto, reconhecer que é um grande serviço prestado ao Distrito Federal a organização de um plano de conjunto" e lembra: "o que até hoje já se fez na cidade do Rio de Janeiro só pode honrar a engenharia brasileira que é merecidamente apreciada – eu o posso garantir – em todos os centros estrangeiros civilizados."<sup>7</sup>

A Carlos Sampaio não tinham escapado as mudanças flagrantes impostas ao ambiente urbano do Rio de Janeiro na década em curso, que o faziam admitir, mesmo que implicitamente, o anacronismo de algumas soluções adotadas pelos gestores que o haviam antecedido na Prefeitura e admitir a importância crescente do tráfego de veículos no planejamento da cidade. O crescimento demográfico, que havia se acentuado dramaticamente durante os anos 20, determinava a necessidade de priorizar o problema da circulação nas propostas de remodelação. O Rio contava, em 1927, com mais de um milhão e setecentos mil habitantes; meio milhão a mais do que em 1922.<sup>8</sup>

Os efeitos do adensamento sobre as condições dos transportes públicos se refletiram num estudo elaborado por encomenda da Light, em 1925, prevendo que a médio prazo o aumento de automóveis e ônibus nas ruas faria com que os bondes fossem preteridos pela população. O estudo recomendava que a Light parasse de investir nos bondes e concentrasse seus esforços na construção de um sistema subterrâneo de transporte viário entre Botafogo e o Andaraí, conectado aos terminais marítimos e ferroviários.<sup>9</sup>

O trabalho de elaboração do Plano Agache incorporou diferentes vertentes do pensamento urbanístico da época, não sendo considerado filiado a uma escola em particular. Vera Rezende, em *Planejamento urbano e ideologia*, ressaltou a ligação das soluções de Agache com a monumentalidade e o academicismo inspirados pela École de Beaux-Arts de Paris, e com "a ancestralidade clássica e suntuosidade arquitetônica, expressos pelo tamanho majestoso dos prédios públicos e pelos refinados parques" característicos do movimento City Beautiful. A ênfase na engenharia urbana, representada pelo cuidado com os fluxos e os ritmos do tráfego de pessoas, automóveis, águas e esgotos, pode ser traçada até as concepções de Haussmann, com a qual Agache partilhava as metáforas médicas recorrentes no seu discurso.<sup>10</sup>

Enquanto era elaborado o Plano Agache, a administração do prefeito Prado Júnior retomava as obras de arrasamento do morro do Castelo e manifestava a intenção de combater a favelização que crescia pelas encostas da cidade. Carlos Sampaio questionava esta última disposição, considerando-a um desvio de esforços que deveriam ser concentrados em outras frentes:

*Em cidades tropicais, mais do que em quaisquer outras, a higiene deve constituir o escopo por excelência de todo o administrador e não é, parece-me, começando por acabar com as 'favelas' sem serem criadas habitações convenientes e sem serem tomadas medidas de rigor contra a transformação em domicílio coletivo de antigas casas de residências, que se conseguirá atingir um tal objetivo, tanto mais quanto urgentes, muito mais urgentes, são as soluções dos problemas de alimentação pública, de abastecimento de águas, de limpeza pública e particular e, acima de todos, dos de esgotos das águas fluviais e das matérias fecais. O que se refere a embelezamento deve antes de tudo consistir em 'não sujar e não estragar' o quadro maravilhoso que a natureza nos deu.*<sup>11</sup>

O ponto essencial das discordâncias, entretanto, foi exposto a partir da divulgação das plantas de Agache relativas ao arruamento da esplanada do Castelo, que integravam um plano grandioso destinado a racionalizar e disciplinar a circulação urbana, solucionando os conflitos atribuídos ao crescimento não-planejado e reorientando este mesmo crescimento através de um zoneamento físico e territorial da cidade. Carlos Sampaio criticou vários aspectos deste plano, como o prolongamento do Canal do Mangue até a Doca da Alfândega e a criação de um grande terminal ferroviário na praça da Bandeira, lembrando que "em um desenho faz-se o que quer e tudo produz excelente impressão; mas no terreno só se faz o que se pode"; e questionou também a localização da porta monumental ideada por Agache, dizendo que ele

*...bem mostra não ser um urbanista, porque nenhum engenheiro iria fazer cais de desembarque em frente à barra do Rio de Janeiro, e portanto pressupor que quem quer que nos venha visitar tivesse de entrar pelos fundos (ao desembarcar no Cais do Porto) para depois atravessar a avenida Rio Branco e vir encontrar a Porta do Brasil na outra extremidade dessa avenida.*<sup>12</sup>

A solução proposta por Agache, que privilegiava o impacto estético do portal grandioso, permite deslindar o posicionamento de Carlos Sampaio frente a uma questão que ganha corpo nos anos 20: a da disputa por espaço no planejamento e na gestão da cidade, que divide arquitetos e engenheiros. Este conflito vai se estruturar em torno da ocupação de espaços corporativos e administrativos e também se manifesta em questões menores - como a do Jôquei Clube<sup>13</sup> -, mas adquire visibilidade à medida em que nas discussões sobre o Plano Agache passa-se a questionar as credenciais de seu autor, definido por Carlos Sampaio como

*...um notável arquiteto urbanista, o que é coisa muito diferente de ser um urbanista, que, este, não pode deixar de ser um engenheiro de conhecimentos especializados os mais complexos, principalmente no caso da nossa capital em que os de hidráulica por causa das grandes inundações e das grandes ressacas e os das questões da higiene e do saneamento devem primar...*<sup>14</sup>

Como dissemos, a mais ressentida reação de Carlos Sampaio foi reservada para as idéias de Agache quanto à área do Castelo, baseadas no alargamento da avenida Almirante Barroso e na abertura de uma ampla avenida que rasgaria a esplanada entre as igrejas de Santa Luzia e de São José. Ora, argumentava Carlos Sampaio, nem mesmo Haussmann, "esse grande gênio urbanista",

havia podido prever que as suas amplas avenidas parisienses passassem a não comportar o tráfego de automóveis, a ponto de ser adotada a mão única em várias delas; o problema advindo do incremento espetacular do número de carros no Rio de Janeiro, afirmava, " será resolvido pela abertura de ruas não muito largas e paralelas às existentes para que o tráfego se dê num só sentido numas e em sentido contrário nas contíguas". Portanto, continuava o ex-prefeito,

*...construir uma avenida de 64 metros, inutilizando uma imensa e valiosa área do Castelo onde melhor terreno se encontra (dentro da área central da cidade) para fundações de edifícios e prédios é, segundo o meu modo de ver, uma solução perdulária e injustificada.*<sup>15</sup>

A largura da nova avenida tinha uma importância que transcendia os aspectos viários, já que ela minimizaria os 33 metros da avenida Rio Branco, símbolo das reformas de Passos e motivo, na época de sua construção, de manifestações de orgulho e afirmação nacional por ofuscarem a mais larga artéria de Buenos Aires. A sua orientação, que seria ligeiramente oblíqua em relação à direção predominante dos ventos vespertinos – a famosa *viração* que aliviava a cidade nos dias de verão –, e o gabarito médio de seis andares proposto para os edifícios da área foram também insistentemente combatidos por Carlos Sampaio:

*... que mais horripila no projeto Agache é essa cortina de edifícios e alguns arranha-céus com que se pretende cercar a entrada do Brasil e ainda por cima não dando às ruas a melhor direção para que a cidade possa respirar, fazendo com que de todas elas se veja a entrada da barra, quando de todas elas o que se procura fazer ver no projeto apresentado é o Pão de Açúcar.*<sup>16</sup>

Embora o desvio entre os eixos das ruas e avenidas, nas duas concepções divergentes, fosse de apenas alguns graus, isto não abalava a disposição de Carlos Sampaio para atacar, com virulência crescente, o Plano Agache. Fica patente, na sua argumentação, o inconformismo com a insensibilidade aparente do urbanista estrangeiro aos pressupostos de salubridade que, ao menos formalmente, haviam justificado as intervenções urbanas executadas na cidade durante as últimas décadas. Afinal, muitas haviam sido as iniciativas que tinham se concretizado em nome de um ideário que seria descartado se vingasse a visão de Agache: o arrasamento do morro do Senado, a construção do novo porto, o *bota-abaixo* e a abertura da avenida Rio Branco, a demolição do Castelo;

*...e tudo isso com grandes sacrifícios, para melhorar a ventilação de toda a parte central; e ainda lhe vamos aplicar nas ventas da cidade uma peneira quase cega para filtrar o ar puro do oceano que nos vem da barra? ...vamos nós consentir, nós que temos a cidade cercada de montanhas, na construção dessa barreira de edifícios e arranha-céus, justamente no único lugar por onde somos supridos de ar, e sem que as ruas tenham a direção conveniente para respiração?*<sup>17</sup>

Insensível a estes apelos, a administração Prado Júnior deu prosseguimento à urbanização da área, abrindo as avenidas Antônio Carlos, Almirante Barroso, Nilo Peçanha, Erasmo Braga e Graça Aranha, e instituindo uma feira de amostras que por muitos anos ocuparia a área do Calabuço. Carlos Sampaio passou também a criticar a destinação dos pátios internos dos edifícios da esplanada (onde Agache previa garagens para automóveis), "quando na Europa isso se projeta fazer subterraneamente". O ressentimento contra Agache, que não passaria de "arquiteto paisagista", se acentuava; e chegaria ao clímax na afirmação de que as artérias da esplanada "o Sr. Agache as traçou em direção ao Pão de Açúcar, possivelmente com a intenção de mais tarde proceder à ablação deste novo pólio".<sup>18</sup>

Deixemos por um momento esta polêmica para examinar um outro texto, que escolhemos para sintetizar o pensamento urbanístico de Carlos Sampaio e que tem o mérito de facilitar a nossa compreensão da importância assumida, para as suas concepções, da noção de que desde o longínquo Plano de Melhoramentos de 1875 as intervenções urbanísticas implementadas no Rio de Janeiro haviam se constituído num conjunto coerente: idealizadas e implementadas sob a égide de um grupo de profissionais que tinha em comum a formação em engenharia, e que partilhavam da mesma visão em relação aos aspectos físicos e sociais da cidade em que viviam.

Um dos instrumentos para a tentativa de caracterização deste grupo seria a afirmação de Pierre Bourdieu, segundo o qual “poder-se-ia determinar áreas e gerações intelectuais através dos conjuntos de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma determinada época”.

O texto, intitulado *A avenida: o dia de Paulo de Frontin*, foi escrito em 1929 para comemorar os 25 anos da abertura da Avenida Rio Branco, e se constitui num emocionado panegírico aos personagens que a haviam tornado realidade: Rodrigues Alves, Campos Salles, Joaquim Murinho, Lauro Muller, Oswaldo Cruz, Pereira Passos, Vieira Souto e Francisco Bicalho. Acima de todos, evidentemente, Paulo de Frontin, com quem Carlos Sampaio contava já cinquenta anos de convivência. A estes caberiam os méritos pelo fato da cidade ter se tornado o objeto dos elogios de Agache; estes, sim, haviam se esforçado em nome de um ideário comum, enquanto “artistas hábeis vêm depois satisfazer o gosto do povo que se preocupa principalmente com a estética, sem se lembrar que esta sem a segurança e sem a higiene nada vale”.

Mesmo durante as polêmicas que, desde 1875, haviam marcado as iniciativas de remodelação da cidade, a primazia da salubridade não havia sido colocada em questão. Até Vieira Souto, que tinha se oposto ao arrasamento do morro do Castelo, não havia questionado estes pressupostos, expressos na pergunta que Carlos Sampaio, ao final do artigo, fazia aos seus leitores:

*...de que vale a beleza de uma mulher linda se os seus elegantes e bem cortados vestidos encobrem um corpo alquebrado e deixando mui[sejar em relação ao seu estado sanitário?...o que precisamos não é de planos de embelezamento, e sim de planos de saneamento...*<sup>19</sup>

Ao se desviar desta gênese característica do pensar e fazer urbano do Rio de Janeiro, Agache, aos olhos de Carlos Sampaio, havia se desqualificado. Ao transformar a capital em vitrine privilegiada dos valores e elementos típicos de uma semântica urbana distinta da preconizada pelo ex-prefeito, o urbanista francês marcava a ruptura entre gerações que, se ainda conviviam no espaço e no tempo, não falavam mais a mesma língua - ou pelo menos não usavam mais o mesmo vocabulário. No nível pessoal, esta ruptura representou, para Carlos Sampaio, a desilusão de ter que assistir à ocupação do cenário dos sonhos de sua vida profissional – a esplanada do Castelo – por elementos arquitetônicos e urbanísticos que negavam explicitamente o ideário de toda uma época.

A sua reação final contra as grandes perspectivas aquareladas que mostravam o futuro majestoso da cidade ideada por Agache é emblemática, por demonstrar que, ao não se reconhecer naquele desfecho, declarava-se pronto a renegar o empreendimento que se confundia com a sua trajetória pessoal – o arrasamento do morro do Castelo – e a rejeitar a imagem de um Rio de Janeiro que não seria mais o espelho da sua geração:

*...a mim, como a qualquer outro, cabe o direito de discutir os planos do Professor Agache e principalmente defender a minha obra... que ele quer estragar.*

*...[a repor] o morro do Castelo no seu primitivo lugar pela construção de arranha-céus nas áreas do morro e aterro, separadas por avenidas que não dão entrada ao ar que nos vem do oceano, melhor teria sido deixar o morro do Castelo onde ele se achava.*<sup>20</sup>

Nossas reflexões em relação a Carlos Sampaio cristalizaram-se a partir da reconstituição das motivações e mecanismos presentes em diversos momentos da sua trajetória profissional e, em especial, como prefeito do Rio de Janeiro. A sua carreira só pode ser entendida a partir da compreensão de uma visão de mundo peculiar, fortemente influenciada por um corpo de idéias ligado ao imaginário burguês do final do século XIX e partilhada por uma parcela expressiva das elites brasileiras. Uma fração destas elites, na qual o incluímos, se constituiu direta ou indiretamente em agente das reformas urbanas que buscaram transformar a cidade do Rio de Janeiro de acordo com as suas concepções de progresso e modernidade.

O alcance da remodelação urbana promovida por Carlos Sampaio na prefeitura foi determinado pela capacidade de articulação e organização de diversos atores políticos, que, embora pudessem



ser caracterizados como pertencentes ao mesmo campo ideológico das "classes dominantes", divergiam em relação à forma e ao alcance da intervenção do poder público no planejamento e na gestão da cidade. O estudo do caráter e do funcionamento de um destes atores - o Conselho Municipal - no recorte temporal que escolhemos, entre 1920 e 1922, possibilitou a compreensão dos desfechos de questões emblemáticas como a renegociação da concessão do serviço telefônico e o arrasamento do morro do Castelo.

Duas outras perspectivas foram indispensáveis para esclarecer diversas posições assumidas por Carlos Sampaio: a primeira nasceu do exame da sua extensa produção textual, em que se descortina a sua posição no campo de inteligibilidade onde se moviam os protagonistas das reformas urbanas, um universo imaginário em que germinou o modelo de cidade baseado no controle do espaço público e que instaurou a hegemonia do discurso médico no urbanismo nascente. A segunda é o resgate de suas atividades profissionais, como engenheiro da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil e gerente das empresas de Percival Farquhar, o que o coloca numa posição de destaque na geração de profissionais marcada pela relação íntima entre o poder público e os concessionários privados de serviços.

O processo de remodelação da cidade entre 1875 e 1930 foi caracterizado pela busca da salubridade e do embelezamento, que nortearam o pensamento e a ação dos personagens com voz ativa nas reformas urbanas. O exame das polêmicas em que se envolveu Carlos Sampaio após deixar a prefeitura, primeiramente com o seu sucessor, Alaor Prata, e posteriormente com o urbanista Alfred Agache, nos permitiram entender as divergências entre diferentes visões que, embora baseadas em pressupostos semelhantes, estiveram em conflito na disputa pela primazia de planejar e gerir a cidade. A especificidade da trajetória de Carlos Sampaio é o fio condutor que ilustra e atribui sentido aos embates de um período marcante na evolução urbana do Rio de Janeiro.

## NOTAS

1. REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977. p.90. A divulgação das idéias de Agache se fez principalmente através de conferências.
2. SAMPAIO, Carlos. *Estabilização: Prefeitura do Distrito Federal (e mais três títulos de artigos)*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1927. p.74. Entre 1923 e 1930, quando faleceu (18/9), Carlos Sampaio dividiu seu tempo entre o Rio de Janeiro e longas temporadas em Petrópolis, Paris e Montreux. Embora ainda fosse membro do Conselho Diretor do Club de Engenharia, havia deixado de dar aulas na Escola Politécnica em 1925.
3. *Ibidem*. p. 82.
4. AGACHE, Alfred H. D. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento*. Paris, Foyer Brésilien, 1930. p.84.
5. SAMPAIO, Carlos. *op. cit.* p. 83.
6. *Ibidem*. p. 84.
7. *Ibidem*, p. 85.
8. AGACHE, Alfred H. D. *op. cit.* p. 95.
9. WILSON, Norma. D. *Rio Tramways Report*. Brochura datilografada, 1925. O estudo foi elaborado pela firma de consultoria Wilson & Bunnell, e contém uma análise detalhada da questão dos transportes na cidade. Um dos detalhes mais interessantes é o cálculo da percentagem de usuários de bondes que não pagava passagem – os “caronas” –, estimada em 30%. Segundo Wilson, com exceção das áreas do Engenho Novo, Méier, Inhaúma e Irajá todas as linhas de bondes, monopólio da Light, estavam ameaçadas pelos automóveis e ônibus, seja pela concorrência direta, seja pela piora da qualidade do serviço causada pelos tráfego crescente. Assim, sugere-se que a companhia transcenda a preocupação com a administração de um bom negócio – o bonde – e avance para, estrategicamente, substituir uma concessão condenada ao fracasso pela implantação e controle de um outro sistema, cujo traçado corresponde ao que foi adotado pelo Metrô carioca na década de 70.
10. REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. p. 41.
11. SAMPAIO, Carlos. *Administração da municipalidade do Rio de Janeiro: finanças municipais*. s. l., s. n., 1927. p. 11

12. Idem. *Idéias e impressões* Paris, Imprimerie E. Puyfourcat Fils & Cie., 1929, p. 43. Outra questão que opôs Carlos Sampaio e Agache envolveu a destinação do aterro que resultaria do arrasamento do morro de Santo Antônio; enquanto Agache pretendia utilizá-lo para retificar a costa entre a Glória e o Calabouço, Carlos Sampaio (que alcinhou a idéia do francês de um crime técnico e estético) propugnava o lançamento das terras ao longo do litoral, entre o Passeio Público e o morro da Viúva, onde seria criado um Parque à beira-mar... um belíssimo repouso à sombra, ligado à cidade por amplas avenidas... que não terá igual em todo o universo; o futuro Aterro do Flamengo. Por outro lado, Carlos Sampaio defendeu Agache das acusações de plágio feitas pelos arquitetos Cortez e Bruhns.
13. Ibidem, p. 46. A disputa sobre a autoria do conjunto de edifícios do Jockey Club (que opôs, em 1928, o engenheiro Mário Ribeiro e os arquitetos Memória e Cuchet) foi comentada por Carlos Sampaio em alguns textos, sempre tomando o partido do engenheiro: “esse conjunto [o Jockey Club] é muito mais importante pela audácia de sua construção do que pela sua correta arquitetura”. Neste episódio, Carlos Sampaio opôs-se também a José Marianno Filho.
14. Ibidem, p. 41.
15. Ibidem, p. 46.
16. Ibidem, p. 38.
17. Ibidem, p. 40.
18. *O Jornal*, 12.3.30
19. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões*. op. cit., p. 73.
20. Ibidem, pp. 80, 106.



Detalhe do Plano Agache mostrando a proposta de ocupação do Centro da cidade.  
Revista Municipal de Engenharia n.1/4 janeiro/dezembro de 1994.  
Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1994

# referências bibliográficas

## 1. ONTES

### 1.1 Documentos Manuscritos e Datilografados

ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 50-1-58.

\_\_\_\_\_, Códice 46-3-55.

ARQUIVO Histórico Light S.E.S.A., N° Registro 734, C.A.H. 3-46.

\_\_\_\_\_, N° Registro 2.732, C.A.H. 10-192.

\_\_\_\_\_, N° Registro 2.786, C.A.H. 10-192.

ARQUIVO Nacional, Fundo Comissão Construtora da Avenida Central, Documento 1-10.

\_\_\_\_\_, Documento 5-76.

ARQUIVO Nacional, Fundo Junta Comercial, Lata 46, Reg. 1109 - 3.

\_\_\_\_\_, Lata 55, Reg. 1345 - 5.

\_\_\_\_\_, Lata 92, Reg. 2859 - 5.

ARQUIVO Nacional, Fundo Privilégios Industriais, Documento 1.677.

\_\_\_\_\_, Documento 2.470.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Carlos Sampaio.

### 1.2 Periódicos

*A Exposição de 1922*, 1922-1923.

*O Jornal*, 1920-1922.

*Correio da Manhã*, 1920-1922.

*Jornal do Commercio*, 1920-1922.

*Careta*, 1920-1922.

*Fon-Fon*, 1920-1922.

*O Malho*, 1920-1922.

*Revista da Semana*, 1920-1922.

*Revista do Club de Engenharia*.

## 1. Publicações Oficiais

ANAIS do Conselho Municipal do Distrito Federal, 1920 - 1922.

ANUÁRIOS de Estatística Municipal, 1920-1922

BOLETINS da Prefeitura do Distrito Federal, 1920-1922

PREFEITURA do Distrito Federal. *Rio de Janeiro 1935*. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1936.

RECENSEAMENTO do Brasil (1890). Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1892.

RECENSEAMENTO do Brasil (1920). Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922.

RECENSEAMENTO do Rio de Janeiro (1906). Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1907

REGIMENTO Interno do Conselho Municipal. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues e Cia., 1918.

## 1. Outras Publicações

- AGACHE, Alfred H. D. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento*. Paris, Foyer Brésilien, 1930.
- FONSECA, Alvarenga (org). *Manual do Intendente: 2º ano*. Rio de Janeiro, Typographia Mont'Alverne, 1895.
- SAMPAIO, Carlos César de Oliveira: *A situação municipal*. Paris, Societé Française d'imprimerie, 1923.
- \_\_\_\_\_. *A administração do prefeito Alaor Prata: contrato dos telephones*. Paris, Imprimerie Ernest Puyfourcat fils et Cie., 1926.
- \_\_\_\_\_. *Estabilização: Prefeitura do Districto Federal (e mais três títulos de artigos)*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1927.
- \_\_\_\_\_. *Administração da municipalidade do Rio de Janeiro: Finanças municipaes*. s. l, s. n., 1927.
- \_\_\_\_\_. *Discursos e notas*. Rio de Janeiro, Typographia da S.A. Gazeta da Bolsa, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Idéias e impressões*. Paris, Imprimerie E. Puyfourcat Fils & Cie., 1929.
- \_\_\_\_\_. *Memória histórica: obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa, Lumen, 1924.
- \_\_\_\_\_. *O empréstimo de \$ 31.770.000 para o Districto Federal*. Rio de Janeiro, s. n., 1928.
- \_\_\_\_\_. *Os esgotos do Rio de Janeiro*. Lisboa, Typographia "A Editora", 1909.
- \_\_\_\_\_. *Questões financeiras: pelo dr. Carlos Sampaio ex-prefeito do Districto Federal*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Situação e crédito do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1930.
- VALVERDE, Belmiro. *Os esgotos do Rio de Janeiro*. São Paulo, s. n., 1918.
- VIEIRA SOUTO, Luis Raphael. *O melhoramento da cidade do Rio de Janeiro*. Artigos publicados no Jornal do Commercio em 1875.

## 2. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/IplanRio, 1987.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1992
- ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, Secretaria-Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961.
- BACKHEUSER, Everardo. Artigos e estudos publicados entre 1945 e 1947 no *Boletim Geográfico* (nºs 2, 3, 4 e 5), publicação editada no Rio de Janeiro pelo Conselho Nacional de Geografia.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IHGB, 1965.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti *et alii*. *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1962.
- BETHELL, Leslie. *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986
- CABRAL, Dilma. *Da barbárie à civilização: a cidade do Rio de Janeiro no discurso da Academia Imperial de Medicina (1870-1890)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1995. Dissertação de Mestrado em História.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: I – Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A República Velha: II – Evolução Política*. São Paulo, Difel, 1971.
- CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. Madri, Siglo Veintiuno, 1978
- \_\_\_\_\_. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa, Editorial Presença, 1975.

- CASTRO, Ana Célia de. *As empresas estrangeiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lare e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo, Perspectiva, 1985
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- CORREIA, Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro, s.ed., 1936.
- COSTA, Edgard. *Promptuário de Legislação Eleitoral (1919)*. Rio de Janeiro, Jacinto R. Bastos - Editor, 1922
- COSTA, Nelson. *Páginas cariocas*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961.
- COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1990.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. 2 v.
- DONATO, Hernani. *100 anos de Melhoramentos: 1890-1990*. São Paulo, Melhoramentos, 1990.
- DUNLOP, Charles. *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Os meios de transporte do Rio antigo*. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes/Serviço de Documentação, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para a história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Rio Antigo, 1957.
- EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957
- FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: III – O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, 1975.
- FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, J. Leite, 1921-1927. 5 v.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *Notas sobre a origem da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1994 (Texto do BBS Ciência Hoje).
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo, Melhoramentos: Secretaria Estadual de Cultura, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.
- FRITSCH, Lilian de Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial. *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, nº 3, mai/ago de 1986.
- GAULD, Charles. *The Last Titan*. Stanford, Glenwood Publishers, 1972.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro, Brasileira, 1965.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- HOBBSAWN, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1991.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1964.
- LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Serviços de Museu da Cidade, 1941. 7 v.
- LOBATO, Monteiro. Não arrasem o morro do Castelo. In: BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em prosa e verso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965. [O artigo é de 1920.]
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. 2 v.
- MARTINS, Luiz Dodsworth. *Presença de Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1966.
- MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1969. 2 v.

- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- NOSSO SÉCULO, vol. 1, 1900-1910. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- PARDAL, Paulo. *Memórias da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro, Xerox/Escola de Engenharia da UFRJ, 1984.
- PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luis César de Queiroz. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: contribuição à história da formação do capital imobiliário. *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, nº 3, mai/ago de 1986.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1992.
- PRATA, Alaor. *Recordações da vida pública*. Rio de Janeiro, s. n., 1958.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977.
- REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições/Habitações populares*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- ROMERO, Jose Luis. *Las ciudades y las ideas*. Cidade do México, Siglo Veintiuno, 1976.
- ROSA, Francisco Ferreira da. *Rio de Janeiro em 1922*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1978.
- RUIZ, Roberto. *O telefone....* Rio de Janeiro, Companhia Telefônica Brasileira, 1973.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. 2v.
- SANTOS, F. A. Noronha. *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas O Globo, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1934. 2 v.
- SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença, Editora Valença, 1977.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- SILVA, Maria Lais Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992.
- SILVA, Rosauero Mariano da. *Rio de Janeiro em seus 400 anos*. Rio de Janeiro, Record, 1965.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- SILVA TELLES, Pedro Carlos da. *História da engenharia no Brasil*, Rio de Janeiro, Clavero, 1994.
- SOUZA, Ismael Coelho de. Centenário de Carlos Sampaio. *Revista do Clube de Engenharia*, set. 1961.
- TAVARES, Maria de Fátima Duarte. *Do Castelo ao Vale das Luzes: cultura e renovação urbana, Rio de Janeiro, 1920-1922*. Brasília, UNB, 1994. Dissertação de Mestrado em História.
- TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- TÓRTIMA, Pedro, *Biografias de pioneiros: quatro diretores da empresa ou a teoria dos vasos comunicantes do poder*. Projeto Memória da Eletricidade, não publicado.
- URCA, construção e permanência de um bairro. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
- VAN DER WEID, Elisabeth. *A trajetória do bonde no Rio de Janeiro da perspectiva empresarial*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, vol. 2, nº 3, abr. 1986.
- WILSON, Norman D. *Rio Tramways Report*. Brochura datilografada sem indicações bibliográficas, 1925.

# tabelas

<b>Rio de Janeiro - População por Distritos</b>					
<i>Nº</i>	<i>Distrito</i>	<i>Região</i>	<i>População em 1906</i>	<i>População em 1920</i>	<i>Crescimento Percentual</i>
1	Candelária	Centro	4.454	3.962	-11%
2	Santa Rita	Centro	45.929	38.164	-17%
3	Sacramento	Centro	24.612	27.370	11%
4	São José	Centro	42.980	27.714	-36%
5	Santo Antônio	Periferia do Centro	38.996	49.325	26%
6	Santa Teresa	Zona Sul	7.971	8.326	4%
7	Glória	Zona Sul	57.477	68.330	19%
8	Lagoa	Zona Sul	47.992	57.558	20%
9	Gávea	Zona Sul	12.570	15.270	21%
10	Copacabana	Zona Sul	-	22.761	-
11	Santana	Periferia do Centro	37.266	40.632	9%
12	Gamboa	Periferia do Centro	42.049	50.699	21%
13	Espírito Santo	Zona Norte	57.682	77.798	35%
14	São Cristóvão	Zona Norte	45.098	59.332	32%
15	Engenho Velho	Zona Norte	37.695	48.948	30%
16	Andaraí	Zona Norte	48.556	84.171	73%
17	Tijuca	Zona Norte	7.708	11.484	49%
18	Engenho Novo	Subúrbios	28.422	41.727	47%
19	Meier	Subúrbios	34.476	57.252	66%
20	Inhaúma	Subúrbios	67.478	131.886	95%
21	Irajá	Subúrbios	27.406	99.586	263%
22	Jacarepaguá	Zona Rural	14.980	19.751	32%
23	Campo Grande	Zona Rural	31.248	52.405	68%
24	Guaratiba	Zona Rural	17.928	23.609	32%
25	Santa Cruz	Zona Rural	15.380	16.506	7%
26	Ilhas	Ilhas	8.982	13.033	45%
<b>Totais</b>			805.335	1.147.599	42%
<i>Distrito de Copacabana criado em 1915, a partir do desmembramento do Distrito da Lagoa. Fonte: Censos de 1906 e 1920</i>					



Rio de Janeiro - População por Regiões								
Grupo de Distritos	1890		1906		1920		Crescimento	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	1906/1890	1920/1906
<i>Centro (1,2,3,4)</i>	124,2	24%	119,9	15%	99,2	9%	-3%	-17%
<i>Periferia do Centro (5,11,12)</i>	105,2	20%	121,3	15%	143,8	13%	15%	19%
<i>Zona Sul (6,7,8,9,10)</i>	77,6	15%	119,8	15%	165,9	14%	54%	38%
<i>Zona Norte (13,14,15,16,17)</i>	90,6	17%	195,7	24%	279,6	24%	116%	43%
<i>Subúrbios (18,19,20,21)</i>	58,4	11%	158,9	20%	331,8	29%	172%	109%
<i>Zona Rural e Ilhas (22,23,24,25,26)</i>	62,3	12%	89,7	11%	127,3	11%	44%	42%
<b>Totais</b>	518,3	100%	805,3	100%	1147,6	100%	55%	43%

*Em milhares de Habitantes* *Fontes: Censos de 1890, 1906 e 1920*

Rio de Janeiro: Finanças da Prefeitura					
Ano	Receita	Despesa	Saldo	Imposto Predial	
				Total	% da Receita
<b>1900</b>	17.747	21.048	-3.301	8.915	50,23
<b>1906</b>	25.438	40.085	-14.647	11.189	43,99
<b>1910</b>	29.070	46.741	-17.671	13.489	46,40
<b>1915</b>	40.739	44.143	-3.404	17.642	43,30
<b>1918</b>	44.946	48.206	-3.260	17.760	39,51
<b>1919</b>	51.182	59.214	-8.032	18.765	36,66
<b>1920</b>	57.624	67.676	-10.052	20.078	34,84
<b>1921</b>	65.579	84.411	-18.832	22.809	34,78
<b>1922</b>	73.332	107.740	-34.408	25.792	35,17
<b>1923</b>	93.884	137.416	-43.532	28.438	30,29

*Valores expressos em mil contos de réis* *Fonte: Rio de Janeiro 1935*

Rio de Janeiro - Movimento Comparado nos Meios de Transportes							
Ano	Bondes	Trens	Barcas	Total	Crescimento 1920/1910	População da cidade	Crescimento 1920/1910
<b>1910</b>	135.800	25.000	5.090	165.890	-	905.013	-
<b>1920</b>	283.009	44.500	7.650	335.159	102%	1.157.873	28%

*Em milhares de passageiros. Fonte: Barat, Estrutura metropolitana e sistema de transportes.*

<b>Trens na cidade do Rio de Janeiro</b>		
<i>Ano</i>	<i>Passageiros Transportados (Milhares)</i>	<i>Observações</i>
<b>1906</b>	20.400	-
<b>1910</b>	25.000	Inclui Linha Auxiliar
<b>1916</b>	28.928	Inclui Linha Auxiliar
<b>1920</b>	44.500	Inclui Linha Auxiliar
<b>1926</b>	56.512	Inclui Linha Auxiliar, não inclui Rio D'Ouro

*Fonte: Noronha Santos, Meios de Transporte no Rio de Janeiro, História e Legislação*

<b>Bondes na cidade do Rio de Janeiro</b>			
<i>Ano</i>	<i>Passageiros Transportados (Milhares)</i>	<i>Extensão das Linhas (Km)</i>	<i>No. de Carros</i>
<b>1905</b>	110.571	290	610
<b>1910</b>	135.800	337	810
<b>1915</b>	191.508	379	979
<b>1920</b>	283.009	400	1.100
<b>1925</b>	374.633	417	1.237

*Fonte: Noronha Santos, Meios de Transporte no Rio de Janeiro, História e Legislação*

<b>Rio de Janeiro - Movimento nas Barcas (Niterói, Paquetá e Governador)</b>	
<i>Ano</i>	<i>Passageiros Transportados</i>
<b>1910</b>	5.090
<b>1916</b>	5.060
<b>1920</b>	7.650
<b>1922</b>	9.840

*Em milhares de passageiros. Fonte: Barat, Estrutura metropolitana e sistema de transportes.*



ISBN: 85-86530-02-3